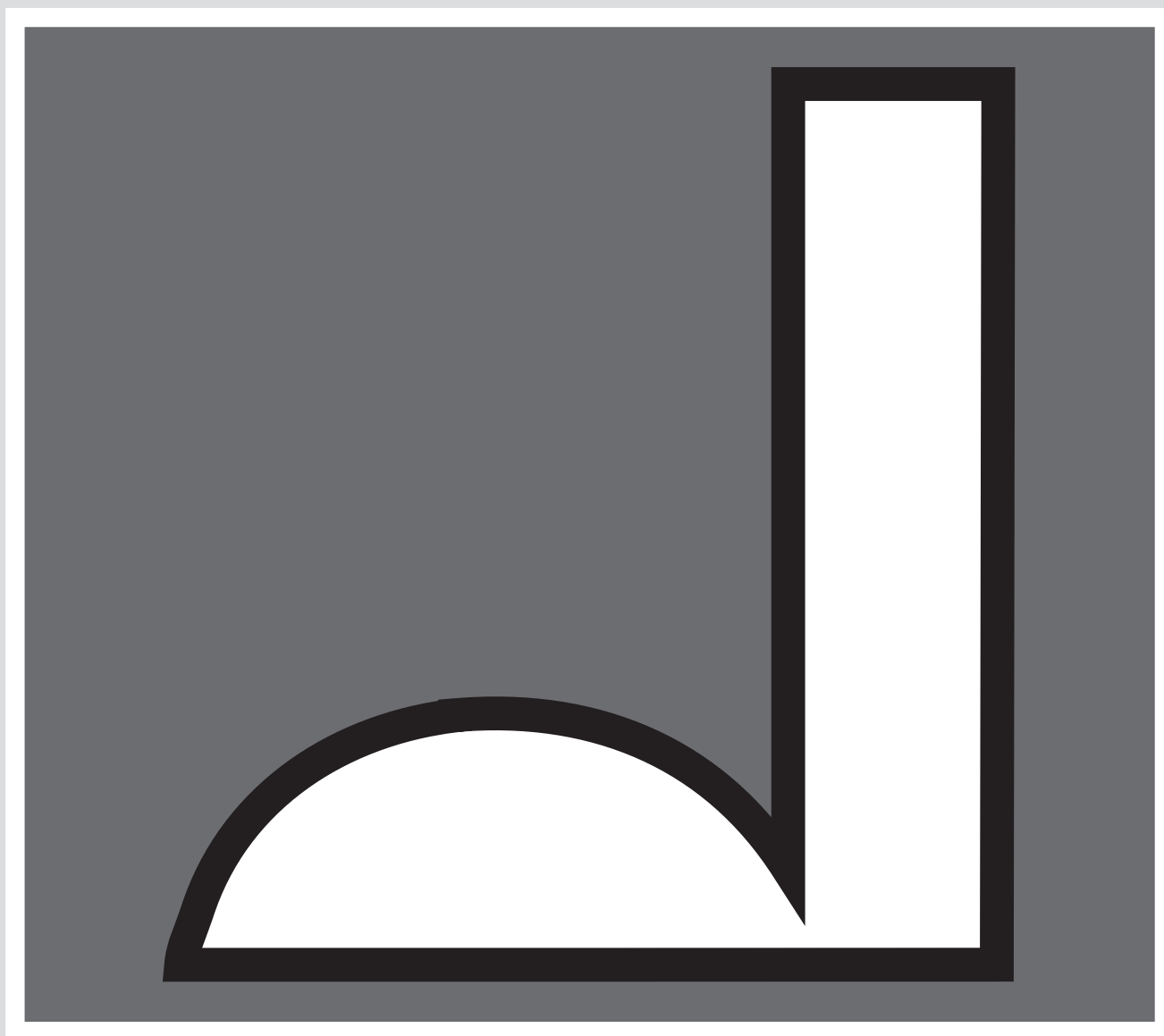




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 020 - QUINTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp	LÍDER Ideli Salvatti – PT	LÍDER Demóstenes Torres
VICE-LÍDERES 	VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles 	VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ⁴ Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
	LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira	LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio
	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias		VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 23ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE MARÇO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso da Ministra de Estado do Turismo

Nº 113/2007, de 18 de dezembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.053, de 2007, do Senador Arthur Virgílio. 4531

1.2.2 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 2.179/2007, de 26 de dezembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.326, de 2007, do Senador Alvaro Dias. 4531

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 206, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda..... 4531

Nº 207, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de louvor ao esportista Zico. 4532

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/4, de 2008 (nº 19/2008, na origem), de 3 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, comunicando que aquela Corte conheceu a ação impetrada pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, e referendou a liminar deferida pelo relator para o efeito de suspender diversos dispositivos da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 – Lei de Imprensa..... 4532

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES). 4532

Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, para suspender a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre a entrada de mercadorias nacionais e estrangeiras na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, bem como para possibilitar a inclusão dos bens finais de informática no regime fiscal especial. 4534

Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2008, de autoria do Senador Gim Argello, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis. 4536

1.2.6 – Ofício

Nº 28/2008, de 5 do corrente, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, comunicando a substituição do Senador João Ribeiro pelo Senador Expedito Júnior para compor, como suplente, a vaga do Partido da República – PR, na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, no âmbito daquela Comissão. 4540

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Considerações sobre o aperfeiçoamento do Congresso Nacional, que vem sendo limitado pelo excesso de edição de medidas provisórias e pelos vetos..... 4540

SENADOR GERSON CAMATA – Cumprimentos ao Presidente Lula pela conduta assumida ante o conflito entre a Colômbia e o Equador. 4542

SENADOR ADELMIR SANTANA, como Líder – Manifestação em defesa de Brasília e repúdio ao artigo do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, intitulado “Brasília, essa Desgraceira”, publicado na revista **Veja**..... 4544

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Posicionamento favorável ao uso das células tronco embrionárias para pesquisas científicas..... 4545

SENADOR CÉSAR BORGES, como Líder – Considerações sobre o projeto de reforma tributária encaminhada recente ao Congresso pelo Poder Executivo..... 4548

SENADOR JARBAS VASCONCELOS – A reforma tributária como uma das prioridades da agenda do Congresso Nacional 4550

SENADOR MÃO SANTA – Preocupação com a situação dos aposentados brasileiros..... 4552

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa Diretora do Senado Federal, solicitando seja constituída comissão temporária interna, composta por cinco

membros para, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentar projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal. **Aprovado**..... 4554

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Comentário sobre resultado de pesquisa do Ibope atestando o apoio maciço povo brasileiro às pesquisas com células tronco-embrionárias. 4555

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Preocupação com a situação dos aposentados em todo o País, e apelo no sentido da apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003..... 4558

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 209, de 2008, de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de louvor ao Dr. David Uip*. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. José Sarney e Osmar Dias. 4562

Nº 210, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004 (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 44/2004, 187/2002 e 113/2006), além da Comissão de despacho inicial seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos*. 4563

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Registro de participação no VII Congresso Internacional da USBIG, nos Estados Unidos. Comentários sobre o artigo do jornalista Ali Kamel, intitulado “Bolsa-eletrodoméstico”. 4564

SENADOR TIÃO VIANA – Comentário sobre a Lei de Biossegurança, cuja constitucionalidade de seu artigo 5º está sendo apreciada pelo STF..... 4564

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR, como Líder – Alerta para o risco de racionamento de energia elétrica no país nos próximos três anos... 4572

SENADOR PAULO PAIM – Cobra urgência para votação de matérias que tratam dos benefícios dos aposentados e pensionistas, do fator previdenciário e do salário mínimo..... 4575

SENADOR ROMERO JUCÁ – Esclarecimentos sobre o projeto de lei que trata dos benefícios dos aposentados e pensionistas. 4576

SENADOR ALVARO DIAS – Apoio ao Projeto de Lei nº 58, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim. Referências ao pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy. Comentários sobre os trabalhos da CPI das ONG’s. Solicita cooperação do governo na quebra de sigilos de dirigentes da Finatec..... 4580

1.2.12 – Leitura de requerimento

Nº 211, de 2008, de autoria do Senador Tião Viana, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Océlio de Medeiros*. **Aprovado**, tendo usado da palavra o autor. 4583

1.2.13 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*. 4585

1.2.14 – Pareceres

Nº 154, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais, *sobre a Petição nº 10, de 2004, de iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, referente ao Programa de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados*. 4592

Nº 155, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, *sobre a Emenda nº 3-Plen, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*..... 4644

Nº 156, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, *sobre o Projeto de Lei do Senado nº 695, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Jonas Pinheiro, que altera a Lei n 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-174*..... 4647

Nº 157, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, *sobre o Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Jayme Campos, que altera a Lei n 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-080*..... 4652

Nº 158, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, *sobre o Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da rodovia BR-116 ao Aeroporto do Planalto Serrano, no Município de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina*. 4656

Nº 159, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, *sobre o Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da rodovia BR-101 ao Aeroporto Regional Sul, no Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina*..... 4659

1.2.15 – Ofícios do Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Nºs 5, 6, 9 e 10/2008, de 27 último, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, dos

Projetos de Lei do Senado n°s 731, 732, 695 e 696, de 2007, respectivamente.....	4662	radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei n° 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.....	4665
1.2.16 – Comunicação da Presidência		Item 5 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado n°s 695, 696, 731 e 732, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.	4662	Projeto de Decreto Legislativo n° 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer n° 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc : Senador Antonio Carlos Júnior), <i>que aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007</i>	4665
1.2.17 – Discursos do Expediente (continuação)		Item 6	
SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Saudação à decisão da OEA e à atitude do Equador e Colômbia com relação ao conflito na América do Sul. .	4663	Proposta de Emenda à Constituição n° 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, <i>que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação</i>	4665
SENADOR VALTER PEREIRA – Considerações sobre o controle da inflação no País. Manifestação sobre a questão do uso de células tronco-embriônicas.	4663	Item 7	
1.3 – ORDEM DO DIA		Proposta de Emenda à Constituição n° 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, <i>que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar</i>	4666
São os seguintes os itens da Ordem do Dia transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã:.....	4665	Item 8	
Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6° do art. 62 da Constituição Federal)		Proposta de Emenda à Constituição n° 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, <i>que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar</i>	4666
Medida Provisória n° 395, de 2007, <i>que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica</i>	4665	Item 9	
Item 2 (Proveniente da Medida Provisória n° 396, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6° do art. 62 da Constituição Federal)		Proposta de Emenda à Constituição n° 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, <i>que altera o § 2° do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores)</i>	4666
Projeto de Lei de Conversão n° 1, de 2008, <i>que dá nova redação aos arts. 1° e 2° da Lei n° 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1° do art. 15 da Lei n° 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS</i>	4665	Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n°s 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6° do art. 62 da Constituição Federal)		Proposta de Emenda à Constituição n° 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, <i>que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal</i>	4666
Medida Provisória n° 397, de 2007, <i>que revoga a Medida Provisória n° 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1° da Lei n° 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei n° 8.213, de 24 de junho de 1991</i>	4665	Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n°s 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
Item 4 (Proveniente da Medida Provisória n° 398, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6° do art. 62 da Constituição Federal)		Proposta de Emenda à Constituição n° 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, <i>que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal</i>	4666
Projeto de Lei de Conversão n° 2, de 2008, <i>que institui os princípios e objetivos dos serviços de</i>			

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. 4666

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece. 4667

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos. 4667

Item 15 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos. 4667

Item 16

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família. 4667

Item 17

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas). 4667

Item 18

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a exe-

cução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. 4667

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele). 4667

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências. 4668

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). 4668

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ... 4668

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas. 4668

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia). 4668

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). 4668

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais). 4668

Item 27		
Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).....	4668	
Item 28		
Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.	4669	
Item 29		
Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.....	4669	
Item 30		
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.....	4669	
Item 31		
Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).....	4669	
Item 32		
Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.	4669	
Item 33		
Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.	4669	
Item 34 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)		
Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	4669	
Item 35		
Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os		
		<i>dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.</i>
		4669
		Item 36 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)
		Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.
		4670
		Item 37
		Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.....
		4670
		Item 38
		Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)....
		4670
		Item 39
		Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.
		4670
		Item 40
		Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.....
		4670
		Item 41
		Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.....
		4670
		Item 42
		Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remissa do

Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.....	4670		
Item 43			
Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.	4671		
Item 44			
Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.....	4671		
Item 45			
Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	4671		
Item 46			
Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	4671		
1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia			
SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Regojizo pelo resultado da 3ª Olimpíada Brasileira de Matemática nas Escolas Públicas.	4672		
SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Defesa da aprovação da Medida Provisória nº 396, de 2007.	4674		
1.3.2 – Leitura de requerimentos			
Nº 212, de 2008, de autoria do Senador José Agripino, solicitando informações ao Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos...	4679		
Nº 213, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Guerra e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial no dia 25 de junho de 2008 para comemoração dos 20 (vinte) anos de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.	4680		
Nº 214, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao Diretor-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Sr. Roger Agnelli.....	4680		
		1.3.3 – Comunicações da Presidência	
		Cancelamento da sessão conjunta do Congresso Nacional desta data.	4681
		Esclarecimento de que a sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para amanhã, às 9 horas e 30 minutos, será destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2007.	4681
		1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)	
		SENADOR JOSÉ NERY – Protesto contra a multinacional de origem francesa Ymerys Rio Capim Caulim, responsável por um desastre ecológico em Barcarena, no Pará.	4681
		SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Saudação à Organização dos Estados Americanos (OEA), pela aprovação de resolução para a crise entre a Colômbia e o Equador.....	4685
		SENADOR HERÁCLITO FORTES – Defesa de uma posição independente do Brasil nos conflitos dos países vizinhos. Apoio à resolução da OEA.	4689
		SENADOR FLEXA RIBEIRO – Voto de aplauso ao Diretor-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Sr. Roger Agnelli, pela decisão da construção de uma siderúrgica no Estado do Pará.	4698
		1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação	
		SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado “Bolsaeletrodoméstico”, de autoria do jornalista Ali Kamel, publicado no jornal O Globo	4700
		SENADOR PAPALÉO PAES – Reflexão sobre os resultados da pesquisa da Rede de Informação Tecnológica Latino Americana, intitulada “Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008”.	4702
		SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do Relatório DECOM 2006, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial, órgão vinculado à Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	4703
		1.3.6 – Comunicação da Presidência	
		Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 6, com Ordem do Dia anteriormente designada.	4704
		1.4 – ENCERRAMENTO	
		2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 5-3-2008	
		3 – TERMOS DE REUNIÕES	
		Referentes aos Vetos Parciais nºs 12, 13, 14, 15 e 17, de 2007, aposto aos Projetos de Lei de Conversão nºs 4, 12, 05, 11 e 13, de 2007, respectivamente.	4711

SENADO FEDERAL

- 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 53ª LEGISLATURA
- 5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 - 12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
 - 14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
-

Ata da 23ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 5 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Magno Malta, Papaléo Paes,
Augusto Botelho, Romeu Tuma, Valter Pereira e João Pedro

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 5/3/2008 07:34:06 até 5/3/2008 21:37:07

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMI R SANTANA		X					
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X					
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X	P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X	DEM	TO	KÁTIA ABREU		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA		X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X	DEM	PE	MARCO MACIEL		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL		X	DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PS	MG	EDUARDO AZEREDO		X	PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY		X	PSDB	MS	MARISA SERRANO		X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS		X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X	PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR		X	PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR		X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	DEM	SC	RAIMUNDO CQLOMBO		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X	PMDB	RR	ROMERO JUÇA		X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER		X	PTB	SP	ROMEU TUMA		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY		X
PTB	DF	GIM ARGELLO		X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES		X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
DEM	MT	JAYME CAMPOS		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PDT	AM	JÉFFERSON PÉRES		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DA MINISTRA DE ESTADO DO TURISMO

– Nº 113/2007, de 18 de dezembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.053, de 2007, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, Aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

**DO PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

– Nº 2.179/2007, de 26 de dezembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.326, de 2007, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 206, de 2008

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, seja solicitado ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o valor da renúncia fiscal relativa a produtos que especifica e as seguintes informações:

a) o valor realizado ou estimado a renúncia de arrecadação de receita devido à redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida por comerciante atacadista ou varejista, com a venda dos produtos classificados nos códigos 8712 (cadeiras e outros ciclos incluindo triciclos, sem motor), 8713 (cadeiras de rodas e ou-

tros veículos para inválidos) e 8714, partes e acessórios dos veículos das posições 8711 a 8713 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI;

b) fontes de possíveis compensações.

Justificação

O aumento das alíquotas de PIS e Cofins de 0,65% para 1,65% e de 3% para 7,65%, respectivamente, por ocasião da transformação de tais contribuições para o regime ad valorem (não-cumulativo), por meio da Lei nº 10.637/02, onerou fortemente o setor de bicicletas e motocicletas.

Essa mudança é considerada injusta pelo setor porque onerou a base sem desonerar a ponta, pois, com uma alíquota alta, as fases do varejo e do atacado deveriam ser desoneradas. Ou seja, a alíquota mais alta mais do que compensou a possível perda que se teria ao se cobrar as contribuições na forma ad valorem e não sobre a receita de cada fase, como era anteriormente.

Atualmente, fomos informados que as peças para automóveis, caminhões e ônibus, que são bens de consumo de alto valor agregado e de uso da população de classe média/alta, já são desoneradas por lei, enquanto que as partes e peças para bicicletas e motocicletas, que são produtos básicos e de baixo valor agregado, e de uso da população de baixa renda, estão sujeito ao pagamento das altas alíquotas já citadas acima.

Para compensar alguma possível perda de arrecadação, devemos considerar a entrada de novos contribuintes, que antes não pagavam imposto, no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conhecido como “Supersimples” (Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006), que, na prática, é uma ampliação do Simples Federal, instituído pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, com a inclusão do ICMS e ISS.

Assim, o presente requerimento pretende confirmar as informações acima e solicitar o impacto da renúncia e as fontes de compensação.

Sala das Sessões, 5 de março de 2008. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 207, DE 2008

Requer Voto de Louvor ao notável esportista Zico que, ao chegar aos 55 anos de idade, atinge seu apogeu como treinador de grande sucesso no mundo, tornando-se o primeiro orientador a levar um time da Turquia às quartas-de-final da Liga dos Campeões da Europa.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Louvor ao craque Zico, o notável esportista que deu tantas alegrias ao Brasil como integrante da Seleção Brasileira de Futebol, ele que, ao chegar aos 55 anos de idade, atinge seu apogeu, tornando-se o primeiro orientador a levar um time da Turquia, o Fenerbahce, às quartas-de-final da Liga dos Campeões da Europa.

Requeiro, ainda, que o Voto de Louvor seja levado ao conhecimento do jogador e, por intermédio da Embaixada do Brasil em Ankara, à direção do Fenerbahce.

Justificação

“A Turquia explodiu em alegria com a classificação inédita do Fenerbahce para as quartas-de-final da Liga dos Campeões da Europa. A vitória do time de Zico nos pênaltis, diante do Sevilla, da Espanha, levou uma multidão às ruas da capital turca. O principal ponto dos festejos foi a Praça de Taksim. Em todos os jornais turcos, o orgulho e a felicidade pelo feito do Fener foram estampados nas páginas:

“Com todo amor: Viva o Fenerbahcer, titulóu o diário **Milliyet**. O **Sabah** vaticinou: nova estrela da Europa, o Fenerbahce”. O jornal esportivo **Fotomaç** fez quase uma poesia: “Seu nome tem 4 sílabas, seu amor é como uma montanha: Fe-ner-bah-cel!”, estampou na manchete.”

Essas palavras compuseram o noticiário do jornal **O Globo** ao registrar com destaque a mais recente vitória de Zico, o consagrado jogador brasileiro, campeão do mundo e que, agora, lá fora, transmite a outros povos alegrias assemelhadas às que proporcionou aos seus conterrâneos, primeiro, como atacante do Flamengo, do Rio, que conquistou campeonatos com a magistral atuação desse esportista.

Zico hoje é o treinador do clube turco Fenerbahce, que, com sua orientação, tornou-se o primeiro time do país a chegar às quartas-de-final da Liga dos Campeões da Europa.

A classificação ocorreu no mesmo estádio em que Zico estreou na Copa do Mundo, em 1982.

Antes, Zico passou pelo Japão. Ali, ele deu relevo ao futebol japonês, que disputou com brilho a Copa do Mundo de 2002, no próprio Japão e na Coréia. Até então, o futebol naquele país era um esporte que despertava reduzido interesse entre os japoneses. Zico reverteu essa situação. E conquistou a torcida do Japão, da mesma forma com que fez, este mês, na Turquia.

Zico é, pois, merecedor do Voto de Louvor que proponho ao Senado da República. Ele, depois de Pelé e, ao lado de Maradona, é indiscutivelmente o maior craque do futebol mundial.

Sala das Sessões, 5 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/4, de 2008** (nº 19/2008, na origem), de 3 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, comunicando que aquela Corte conheceu a ação impetrada pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, e referendou a liminar deferida pelo relator para o efeito de suspender diversos dispositivos da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 – Lei de Imprensa.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 2008

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 10:

“Art. 5º

§ 10. Nos termos previstos em norma do agente operador, e garantido o equilíbrio do Fies a que se refere o § 7º deste artigo, os agentes financeiros atenderão aos pedidos de repactuação dos contratos em fase de amortização, nos casos em que, comprovadamente,

a prestação corresponda a percentual elevado da renda do financiado. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Programa de Financiamento Estudantil (FIES) se mostrou excelente instrumento para permitir o acesso do jovem ao ensino superior. Como se sabe, por meio desse Programa, o aluno pode financiar parte dos seus encargos escolares durante a graduação.

Após a graduação, inicia-se a fase de amortização do saldo devedor. Nessa fase surgem as dificuldades para os estudantes socialmente vulneráveis e que, por algum motivo, não conseguem inserir-se em boas condições na nova profissão. A prestação, composta da amortização distribuída pelo prazo estipulado mais os juros relativos ao saldo devedor, muitas vezes é elevada frente à renda do recém-formado.

Ao final de 2007, o Congresso Nacional aprovou alterações no FIES e que resultaram na Lei nº 11.552, de 11 de novembro de 2007. Foram modificações benéficas aos estudantes especialmente para os contemplados com novos contratos: prazos de amortização dilatados, juros menores etc.

Entretanto, é preciso considerar também os contratos já feitos, em condições inferiores às atualmente vigentes. Esse é o objetivo do presente Projeto de Lei. Visa abrir espaço na legislação do Fies para permitir a renegociação a pedido do financiado, desde que a prestação corresponda a percentual elevado da sua renda. Esse percentual é definido pela própria Caixa Econômica Federal como agente operadora do Programa, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do FIES.

Pelas justas pretensões desse Projeto de Lei, contamos com o apoio dos Senadores para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 5 de março de 2008. – Senador **Exedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001

Art. 5º Os financiamentos concedidos com recursos do FIES deverão observar o seguinte:

I – prazo: não poderá ser superior à duração regular do curso, abrangendo todo o período em que o Fies custear os encargos educacionais a que se refere o art. 4º desta Lei, inclusive o período de suspensão temporária, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo;

II – juros: a serem estipulados pelo CMN, para cada semestre letivo, aplicando-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento;

III – oferecimento de garantias adequadas pelo estudante financiado ou pela entidade mantenedora da instituição de ensino superior;

IV – carência: de 6 (seis) meses contados a partir do mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, mantido o pagamento dos juros nos termos do § 1º deste artigo;

V – amortização: terá início no sétimo mês ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado, calculando-se as prestações, em qualquer caso:

a) nos 12 (doze) primeiros meses de amortização, em valor igual ao da parcela paga diretamente pelo estudante financiado à instituição de ensino superior no último semestre cursado;

b) parcelando-se o saldo devedor restante em período equivalente a até 2 (duas) vezes o prazo de permanência na condição de estudante financiado, na forma disposta em regulamento a ser expedido pelo agente operador;

VI – risco: os agentes financeiros e as instituições de ensino superior participarão do risco do financiamento, na condição de devedores solidários, nos seguintes limites percentuais:

a) 25% (vinte e cinco por cento) para os agentes financeiros;

b) 30% (trinta por cento) para as instituições de ensino inadimplentes com as obrigações tributárias federais;

c) 15% (quinze por cento) para as instituições de ensino adimplentes com as obrigações tributárias federais;

VII – comprovação de idoneidade cadastral do estudante e do(s) seu(s) fiador(es) na assinatura dos contratos, observado o disposto no § 9º deste artigo.

§ 1º Ao longo do período de utilização do financiamento, inclusive no período de carência, o estudante financiado fica obrigado a pagar, trimestralmente, os juros incidentes sobre o financiamento, limitados ao montante de R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 2º É facultado ao estudante financiado, a qualquer tempo, realizar amortizações extraordinárias ou a liquidação do saldo devedor, dispensada a cobrança de juros sobre as parcelas vincendas.

§ 3º Excepcionalmente, por iniciativa do estudante, a instituição de ensino superior à qual esteja vinculado poderá dilatar em até 1 (um) ano o prazo de utilização de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, hipótese na qual as condições de amortização perma-

necerão aquelas definidas no inciso V e suas alíneas também do **caput** deste artigo.

§ 4º Na hipótese de verificação de inidoneidade cadastral do estudante ou de seu(s) fiador(es) após a assinatura do contrato, ficará sobrestado o aditamento do mencionado documento até a comprovação da restauração da respectiva idoneidade ou a substituição do fiador inidôneo, respeitado o prazo de suspensão temporária do contrato.

§ 5º O contrato de financiamento poderá prever a amortização mediante autorização para desconto em folha de pagamento, na forma da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, preservadas as garantias e condições pactuadas originalmente, inclusive as dos fiadores.

§ 6º (VETADO)

§ 7º O agente financeiro fica autorizado a pactuar condições especiais de amortização ou alongamento excepcional de prazos, nos termos da normatização do agente operador, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do Fies, de forma que o valor inicialmente contratado retorne integralmente ao Fundo, acrescido dos encargos contratuais.

§ 8º Em caso de transferência de curso, aplicam-se ao financiamento os juros relativos ao curso de destino, a partir da data da transferência.

§ 9º Para os fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, o estudante poderá oferecer como garantias, alternativamente:

I – fiança;

II – fiança solidária, na forma do inciso II do § 7º do art. 4º desta Lei;

III – autorização para desconto em folha de pagamento, nos termos do § 5º deste artigo.

LEI Nº 11.552, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2007

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2008

Altera o art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, para suspender a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre a entrada de

mercadorias nacionais e estrangeiras na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, bem como para possibilitar a inclusão dos bens finais de informática no regime fiscal especial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras na ALCGM far-se-á com a suspensão do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, que será convertida em isenção, quando as mercadorias forem destinadas a:

.....(NR)”

Art. 2º Fica revogada a alínea c do § 2º do art. 4º da Lei nº 8.210, de 1991.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Município de Guajará-Mirim era, até o início do século XIX, praticamente despovoado. O conhecido ciclo da borracha, o incremento da agricultura e o extrativismo vegetal proporcionado pela exuberante vegetação natural foram de suma importância para a subsistência da localidade.

Atualmente, Guajará-Mirim orgulha-se de ser um dos pontos mais destacados para a visitação e o turismo, sobretudo o ecológico. Efetivamente, a região possui bacia hidrográfica, fauna e flora invejáveis, e são várias as opções de passeios e atividades nos seus belos rios.

Convém lembrar, contudo, que o atual estágio de desenvolvimento de Guajará-Mirim tem relação direta com a criação da sua área de livre comércio (ALCGM), pela Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991. Desde então, foram constatados incrementos na população e na quantidade de turistas. As novas oportunidades de negócios geradas pelo maior giro da economia local devem-se, sem dúvida, ao regime fiscal especial implementado na região.

Entretanto, o panorama tributário atual é diverso daquele existente quando da criação da ALCGM. Nos dias de hoje, para que a finalidade do regime de incentivo ao desenvolvimento regional tenha eficácia real, é necessária a inclusão, dentre os tributos abran-

gidos por ele, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins. Também não se justifica excluir do regime os bens finais de informática, motivo pelo qual propomos a revogação da alínea c do § 2º do art. 4º da Lei nº 8.210, de 1991. Nesse ponto, lembramos que, na Área de Livre Comércio de Macapá-Santana, esses bens já gozam do benefício tributário.

A renúncia fiscal ocasionada pela presente proposição está estimada (valor em reais, a ser calculado pela CONORF) para este exercício financeiro e os dois seguintes, e não afetará as metas de resultados fiscais.

Assim, visando à desoneração de parte da carga tributária dos produtos destinados à área de livre comércio de tamanha importância para o desenvolvimento regional de nosso País, propomos este projeto de lei, esperando a sua acolhida e aprovação por parte de nossos nobres pares nesta Casa.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2008. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.210, DE 19 DE JULHO DE 1991

Regulamento

Mensagem de veto

Cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É criada, no Município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, uma área de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo noroeste daquele Estado e com o objetivo de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar, na margem direita do Rio Mamoré, uma área contínua com a superfície de 82,50 km², envolvendo, inclusive, o perímetro urbano da cidade de Guajará-Mirim, onde será instalada a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, ALCGM, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

Parágrafo único. Considera-se integrante da ALCGM toda a sua superfície territorial, observadas as

disposições dos tratados e das convenções internacionais.

Art. 3º As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas à ALCGM serão obrigatoriamente destinadas a empresa autorizada a operar nessa área.

Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras na ALCGM far-se-á com a suspensão do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, que será convertida em isenção, quando as mercadorias forem destinadas a:

I – consumo e venda interna na ALCGM;

II – beneficiamento, no território da ALCGM, quando se tratar de pescado, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;

III – agricultura e piscicultura;

IV – instalação e operação de turismo e serviços de qualquer natureza;

V – estocagem para comercialização no mercado externo;

VI – atividades de construção e reparos navais; e

VII – quando se tratar de bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Receita Federal.

§ 1º As demais mercadorias estrangeiras, inclusive as utilizadas como partes, peças ou insumo de produtos industrializados na ALCGM, gozarão de suspensão dos tributos referidos neste artigo, mas estarão sujeitas a tributação no momento de sua internação.

§ 2º Não se aplica o regime fiscal previsto neste artigo a:

a) armas e munições de qualquer natureza;

b) automóveis de passageiros;

c) bens finais de informática;

d) bebidas alcoólicas;

e) perfumes;

f) fumo e seus derivados.

Art. 5º A compra de mercadorias estrangeiras armazenadas na ALCGM por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do território nacional é considerada, para efeitos administrativos e fiscais, como importação normal.

~~Art. 6º A venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, efetuada por empresas estabelecidas fora da ALCGM, para empresa ali sediadas, é equiparada à exportação.~~

Art. 6º Os produtos nacionais ou nacionalizados, que entrarem na Área de Livre Comércio, estarão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando destinados às finalidades mencionadas no caput do art. 4º. (Redação dada pela Lei nº 8.981, de 1995.)

§ 1º Ficam asseguradas a manutenção e a utilização dos créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos produtos entrados na Área de Livre Comércio. (Incluído pela Lei nº 8.981, de 1995.)

§ 2º Estão excluídos dos benefícios fiscais de que trata este artigo os produtos abaixo, compreendidos nos capítulos e/ou nas posições indicadas da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, aprovada pela Resolução nº 75, de 22 de abril de 1988, do Comitê Brasileiro de Nomenclatura, com alterações posteriores: (Incluído pela Lei nº 8.981, de 1995.)

I – armas e munições: capítulo 93; (Incluído pela Lei nº 8.981, de 1995.)

II – veículos de passageiros: posição 8703 do capítulo 87, exceto ambulâncias, carros funerários, carros celulares e jipes; (Incluído pela Lei nº 8.981, de 1995.)

III – bebidas alcoólicas: posições 2203 a 2206 e 2208 (exceto 2208.10 e 2208.90.0100) do capítulo 22; (Incluído pela Lei nº 8.981 de 1995.)

IV – produtos de perfumaria de toucador, preparados e preparações cosméticas: posições 3303 a 3307 do capítulo 33; (Incluído pela Lei nº 8.981, de 1995.)

V – fumo e seus derivados: capítulo 24. (Incluído pela Lei nº 8.981 de 1995.)

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a aplicação de regimes aduaneiros especiais para as mercadorias estrangeiras destinadas à ALCGM, bem como para as mercadorias dela procedentes.

Art. 8º O Banco Central do Brasil normatizará os procedimentos cambiais aplicáveis às operações da ALCGM, criando mecanismos que favoreçam seu comércio exterior.

Art. 9º O limite global para as importações através da ALCGM será estabelecido, anualmente, pelo Poder Executivo, no mesmo ato em que o fizer para as demais áreas de livre comércio.

§ 1º (VETADO)

§ 2º A critério do Poder Executivo, poderão ser excluídas do limite global as importações de produtos pela ALCGM, destinados exclusivamente à reexportação, vedada a remessa das divisas correspondentes e observados, quando reexportados tais produtos, todos os procedimentos legais aplicáveis às exportações brasileiras.

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. (VETADO)

Art. 12. A Secretaria da Receita Federal exercerá a vigilância na área da ALCGM e a repressão ao contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da competência do Departamento de Polícia Federal.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá assegurar os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro da ALCGM.

Art. 13. As isenções e benefícios da ALCGM serão mantidos durante vinte e cinco anos.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de julho de 1991; 170º da Independência e 103º da República. – **ITAMAR FRANCO – Luiz Antônio Andrade Gonçalves**

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 22-7-1991

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Assuntos Econômicos; cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2008

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que “dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências”, para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

“Art. 3º-A Os fabricantes de veículos automotores ficam obrigados a apresentar, no prazo de trezentos e sessenta e cinco dias, plano de adequação para veículos automotores comercializados no Brasil, de modo a assegurar, no prazo de cinco anos a contar da data de sua apresentação, redução de 10% do consumo de combustível em relação aos valores verificados na data da publicação desta lei.

Parágrafo único. O órgão técnico competente estabelecerá os procedimentos de medição, certificação e licenciamento dos níveis de consumo dos veículos automotores e as medidas complementares relativas à avaliação e ao controle do consumo de combustível veicular.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil já há muito tempo vem se dedicando à pesquisa de combustíveis alternativos aos produtos derivados de petróleo.

Assim é que, desde a década de 80, o País conta com tecnologia para a fabricação e a utilização de etanol e de gás natural como combustível para veículos automotores, inclusive com a indicação de seu uso em veículos da frota pública. As pesquisas nessa área se desenvolveram a partir da preocupação do Governo em fazer face à crise do petróleo, em meados dos anos 70, e visavam reduzir a dependência do País em relação às importações do produto.

Posteriormente, a sociedade brasileira mostrou-se sensibilizada para a questão ambiental. Assim, foi criado, em 1986, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) por iniciativa do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

O Proconve tem por objetivo principal o de “reduzir os níveis de emissão de poluentes nos veículos automotores e incentivar o desenvolvimento tecnológico nacional, tanto na engenharia automotiva, como em métodos e equipamentos para a realização de ensaios e medições de poluentes”.

Para tanto, determina que os fabricantes de veículos e combustíveis devem tomar as providências para reduzir os níveis de emissão dos diversos tipos de poluentes que compõem os combustíveis utilizados nos veículos comercializados no País. Além disso, estabelece limites e prazos para o cumprimento das metas e condiciona a comercialização dos veículos e motores novos e importados a licença emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis.

A legislação e os programas de ação brasileiros, entretanto, não abordam diretamente a questão da economia de combustível, concentrando-se em torno de medidas de redução das emissões de poluentes na atmosfera.

Nesse sentido, torna-se importante a edição de uma norma que associe o Proconve a uma política mais abrangente de redução de consumo, com o estabelecimento de metas de eficiência para os veículos automotores. Tal medida, atuando de forma complementar às ações já contempladas no Proconve, possibilitaria a obtenção de resultados ainda mais eficazes tanto em termos econômicos quanto no que respeita às questões de natureza ambiental.

Em vista do exposto, solicitamos a colaboração dos nobres parlamentares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, 5 de março de 2008. – Senador **Gim Argello**.

LEI Nº 8.723, DE 28 DE OUTUBRO DE 1993

Mensagem de veto

Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Como parte integrante da Política Nacional de Meio Ambiente, os fabricantes de motores e veículos automotores e os fabricantes de combustíveis ficam obrigados a tomar as providências necessárias para reduzir os níveis de emissão de monóxido de carbono, óxido de nitrogênio, hidrocarbonetos, álcoois, aldeídos, fuligem, material particulado e outros compostos poluentes nos veículos comercializados no País, enquadrando-se aos limites fixados nesta lei e respeitando, ainda, os prazos nela estabelecidos.

Art. 2º São os seguintes os limites e prazos a que se refere o artigo anterior:

I – (Vetado;)

II – para os veículos leves fabricados a partir de 1º de janeiro de 1997, os limites para níveis de emissão de gases de escape são:

a) 2,0 g/km de monóxido de carbono (CO);

b) 0,3 g/km de hidrocarbonetos (HC);

c) 0,6 g/km de óxidos de nitrogênio (NOx);

d) 0,03 g/km de aldeídos (CHO);

e) 0,05 g/km de partículas, nos casos de veículos do ciclo Diesel;

f) O meio por cento de monóxido de carbono (CO) em marcha lenta;

III – (Vetado)

IV – 8 veículos pesados do ciclo Otto atenderão aos níveis de emissão de gases de escape de acordo com limites e cronogramas a serem definidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

§ 1º (Vetado.)

§ 2º Ressalvados critérios técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), é obrigatória a utilização de lacres

nos dispositivos reguláveis do sistema de alimentação de combustível.

§ 3º Todos os veículos pesados não turbinados são obrigados a apresentar emissão nula dos gases dos cárter, devendo os demais veículos pesados atender às disposições em vigor do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que regulam esta matéria.

§ 4º Oitenta por cento da totalidade de veículos pesados do ciclo Diesel comercializados pelos fabricantes nacionais terão os níveis máximos de emissão de gases de escapamento reduzido, em duas etapas, conforme 9 limites e cronogramas especificados abaixo:

I – a partir de 1º de janeiro de 1996:

- a) 4,9 g/kWh de monóxido de carbono (CO);
- b) 1,23 g/kWh de hidrocarbonetos (HC);
- c) 9,0 de g/kWh de óxidos de nitrogênio (NOx);
- d) 0,7 g/kWh de partículas para motores com até 85 kW de potência;
- e) 0,4 g/kWh de partículas para motores com mais de 85 kW de potência;

II – a partir de 1º de janeiro de 2000:

- a) 4,0 g/kWh de monóxido de carbono (CO);
- b) 1,1 g/kWh de hidrocarbonetos (HC);
- c) 7,0 g/kWh de óxido de nitrogênio (NOx);
- d) 0,15 g/kWh de partículas, a critério do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), até o final de 1994, em função de sua viabilidade técnica.

§ 5º Para os ônibus urbanos, as etapas estabelecidas no parágrafo anterior são antecipadas em dois anos, não se aplicando, entretanto, os limites estabelecidos no inciso I, **d** e **e**, do parágrafo anterior deste artigo.

§ 6º A partir de 1º de janeiro de 2002, a totalidade de veículos pesados do ciclo Diesel comercializados no Brasil atenderá aos mesmos limites de emissão de gases de escapamento definidos no § 4º, II, deste artigo.

§ 7º Para os veículos leves do ciclo Otto fabricados a partir de 1º de janeiro de 1992, quando não derivados de automóveis e classificados como utilitários, camionetes de uso misto ou veículos de carga, são os seguintes os limites de emissão de gases de escapamento, a vigorar a partir de 31 de dezembro de 1996:

- a) 24,0 g/km de monóxido de carbono (CO);

- b) 2,1 g/km de hidrocarbonetos (HC);
- c) 2,0 g/km de óxidos de nitrogênio (NOx);
- d) 0,15 g/km de aldeídos (CHO);
- e) três por cento de monóxido de carbono (CO) em marcha lenta.

§ 8º Os veículos leves do ciclo Diesel fabricados a partir de 1º de janeiro de 1992, quando não derivados de automóveis e classificados como utilitários, camionetes de uso misto ou veículos de carga, poderão, dependendo das características técnicas do motor, definidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), atender aos limites e exigências estabelecidos para os veículos pesados.

§ 9º As complementações e alterações deste artigo serão estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Art. 3º Os órgãos competentes para estabelecer procedimentos de ensaio, medição, certificação, licenciamento e avaliação dos níveis de emissão dos veículos, bem como todas as medidas complementares relativas ao controle de poluentes por veículos automotores, são o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em consonância com o Programa Nacional de Controle de Poluição por Veículos Automotores (PROCONVE), respeitado o sistema metrológico em vigor no País.

Art. 4º Os veículos importados ficam obrigados a atender aos mesmos limites de emissão e demais exigências estabelecidas na totalidade de suas vendas no mercado nacional.

Art. 5º Somente podem ser comercializados os modelos de veículos automotores que possuam a LCVM – Licença para uso da Configuração de Veículos ou Motor, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Art. 6º Os veículos e motores novos ou usados que sofrerem alterações ou conversão ficam obrigados a atender aos mesmos limites e exigências previstos nesta lei, cabendo à entidade executora das modificações e ao proprietário do veículo a responsabilidade pelo atendimento às exigências ambientais em vigor.

Art. 7º Os órgãos responsáveis pela política energética, especificação, produção, distribuição e controle de qualidade de combustíveis, são obrigados a fornecer combustíveis comerciais, a partir da data de implantação dos limites fixados por esta lei, e de referência para testes de homologação, certificação e desenvolvimento, com antecedência mínima de trinta e seis meses do início de sua comercialização.

Parágrafo único. Para cumprimento desta lei, os órgãos responsáveis pela importação de combustíveis deverão permitir aos fabricantes de veículos e motores a importação de até cinquenta mil litros/ano de óleo Diesel de referência, para ensaios de emissão adequada para cada etapa, conforme as especificações constantes no anexo desta lei.

Art. 8º (Vetado.)

~~Art. 9º Fica fixado em vinte e dois por cento o percentual obrigatório de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina em todo o território nacional~~

Art. 9º É fixado em vinte e dois por cento o percentual obrigatório de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina em todo o território nacional. (Redação dada pela Lei nº 10.203, de 22-2-2001)

~~§ 1º O Poder Executivo poderá elevar o referido percentual até o limite de vinte e cinco por cento ou reduzi-lo a vinte por cento. (Redação dada pela Lei nº 10.464, de 24-5-2002)~~

§ 1º O Poder Executivo poderá elevar o referido percentual até o limite de vinte e cinco por cento ou reduzi-lo a vinte por cento. (Redação dada pela Lei nº 10.464, de 2-7-2003)

§ 2º Será admitida a variação de um ponto por cento, para mais ou para menos, na aferição dos percentuais de que trata este artigo. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.203, de 22-2-2001)

Parágrafo único. Poderá haver uma variação de, no máximo, um por cento, para mais ou menos, no percentual estipulado no **caput** deste artigo.

Art. 10. (Vetado)

Art. 11. O uso de combustíveis automotivos classificados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como de baixo potencial poluidor será incentivado e priorizado, especialmente nas regiões metropolitanas.

~~Art. 12. Os governos estaduais e municipais ficam autorizados a estabelecer através de planos específicos, normas e medidas adicionais de controle da poluição do ar para veículos automotores em circulação, em consonância com as exigências do Proconve e suas medidas complementares.~~

Art. 12. Os governos estaduais e municipais ficam autorizados a estabelecer através de planos específicos, normas e medidas adicionais de controle da poluição do ar para veículos automotores em circulação, em consonância com as exigências do Proconve e suas medidas complementares. (Redação dada pela Lei nº 10.203, de 22-2-2001)

§ 1º Os planos mencionados no **caput** deste artigo serão fundamentados em ações gradativamente mais restritivas, fixando orientação ao usuário quanto às normas e procedimentos para manutenção dos

veículos e estabelecendo processos e procedimentos de inspeção periódica e de fiscalização das emissões dos veículos em circulação. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.203, de 22.2.2001)

§ 2º Os Municípios com frota total igual ou superior a três milhões de veículos poderão implantar programas próprios de inspeção periódica de emissões de veículos em circulação, competindo ao Poder Público Municipal, no desenvolvimento de seus respectivos programas, estabelecer processos e procedimentos diferenciados, bem como limites e periodicidades mais restritivos, em função do nível local de comprometimento do ar. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.203, de 22-2-2001)

§ 3º Os programas estaduais e municipais de inspeção periódica de emissões de veículos em circulação, deverão ser harmonizados, nos termos das resoluções do Conama, com o programa de inspeção de segurança veicular, a ser implementado pelo Governo Federal, através do Contran e Denatran, ressalvadas as situações jurídicas consolidadas. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.203, de 22-2-2001)

Parágrafo único. Os planos mencionados no **caput** deste artigo serão fundamentados em ações gradativamente mais restritivas, fixando orientação ao usuário quanto às normas e procedimentos para manutenção dos veículos e estabelecendo processo e procedimentos de inspeção periódica e de fiscalização das emissões dos veículos em circulação.

Art. 13. As redes de assistência técnica vinculadas aos fabricantes de motores, veículos automotores e sistemas de alimentação, ignição e controle de emissões para veículos são obrigadas, dentro do prazo de dezoito meses a partir da publicação desta lei, a dispor, em caráter permanente, de equipamentos e pessoal habilitado, conforme as recomendações dos órgãos ambientais responsáveis, para a realização de serviços de diagnóstico, regulagem de motores e sistemas de controle das emissões, em consonância com os objetivos do Proconve e suas medidas complementares .

§ 1º Os fabricantes de veículos automotores ficam obrigados a divulgar aos concessionários e distribuidores as especificações e informações técnicas necessárias ao diagnóstico e regulagem do motor, seus componentes principais e sistemas de controle de emissão de poluentes.

§ 2º Os fabricantes de veículos automotores ficam obrigados a divulgar aos consumidores as especificações de uso, segurança e manutenção dos veículos em circulação.

Art. 14. Em função das características locais de tráfego e poluição do ar, os órgãos ambientais, de trân-

sito e de transporte planejarão e implantarão medidas para redução da circulação de veículos reorientação do tráfego e revisão do sistema de transportes com o objetivo de reduzir a emissão global dos poluentes.

Parágrafo único. Os planos e medidas a que se refere o **caput** deste artigo incentivarão o uso do transporte coletivo, especialmente as modalidades de baixo potencial poluidor.

Art. 15. Os órgãos ambientais governamentais, em nível federal, estadual e municipal, a partir da publicação desta lei, monitorarão a qualidade do ar atmosférico e fixarão diretrizes e programas para o seu controle, especialmente em centros urbanos com população acima de quinhentos mil habitantes e nas áreas periféricas sob influência direta dessas regiões.

Parágrafo único. As medições periódicas serão efetuadas em pontos determinados e estrategicamente situados, de modo a possibilitar a correta caracterização das condições de poluição atmosférica presentes.

Art. 16. (Vetado).

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de outubro de 1993; 172º da Independência e 105º da República. – **ITAMAR FRANCO, Rubens Ricupero**

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicadas e remetidas às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 028/2008-CRA

Brasília, 5 de março de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª a substituição do Senador João Ribeiro pelo Senador Expedito Júnior para compor, como suplente, a vaga do Partido da República – PR, na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, no âmbito desta Comissão.

Atenciosamente, Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Exª é o primeiro inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tem V. Exª a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço também a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Senador Mão Santa é o segundo inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito que seja inscrito em terceiro lugar para uma comunicação inadiável, logo após o Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Exª está inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sou o segundo inscrito. Falará primeiro o Camata e, em terceiro lugar, Paim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – E eu me habilito à lista de espera; seria o quarto inscrito, Sr. Presidente, por favor.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Como Líder do Democratas, sugiro que fale Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Gostaria de me inscrever também para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Adelmir Santana, se for para uma comunicação inadiável, V. Exª é o quinto.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Pois é. Gostaria de falar pela Liderança, mas ainda não encontrei o Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Exª fica inscrito e aguardamos o complemento burocrático e regimental, que, acredito, após o primeiro orador, já estará à sua disposição. Aí, V. Exª fará uso da palavra como Líder.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, que, como orador inscrito, terá dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sr.

Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho falar de assunto que reputo extremamente importante. Sempre falamos da necessidade de aperfeiçoar as instituições e esquecemos de incluir a que pertencemos – o Congresso Nacional, composto das duas Casas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Quando se fala em reforma institucional, põe-se em debate a questão de melhorar o desempenho do Congresso Nacional. Estamos diante de dificuldades que têm impedido que o Congresso Nacional funcione adequadamente.

Quais são essas dificuldades? A primeira, a medida provisória, sobretudo após a aprovação da Emenda Constitucional nº 32, passou a trancar a Ordem do Dia tanto da Câmara quanto do Senado e, como o Poder Executivo tem utilizado esse instrumento com frequência – sem muitas vezes observar os pressupostos de urgência e relevância –, grande parte das sessões da Câmara e do Senado não são deliberativas. Medidas provisórias impedem que possamos deliberar, salvo para apreciação de autoridades, como aconteceu ontem no Senado Federal, quando aprovamos a indicação de um membro para integrar a diretoria de uma autarquia, a Antaq.

Outro grande fator limitador de nossa atividade é o instituto do veto.

Sem que haja uma mudança na famigerada Emenda nº 32, os vetos continuam trancando a pauta do Congresso Nacional. Já temos – disponho aqui de dados levantados – 1070 partes vetadas não-apreciadas. Projetos de lei vetados são 141, lidos; 23 aguardam leitura; total de 164. Dispositivos legais vetados são: 885 lidos e 185 aguardando leitura. Isso perfaz o total de 1.070 a que me reporte.

Quando digo “aguardando leitura”, refiro-me àqueles que se encontram numa espécie de limbo. A Igreja Católica não fala mais em limbo, mas aqui, de alguma forma, continua existindo, porque há vetos que sequer foram lidos. Há veto do tempo do ex-Presidente Itamar Franco, um projeto de lei; 28 do octoênio do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso; e 135 do atual Presidente da República.

Essa situação me levou a fazer uma proposta de Emenda Constitucional para simplificar a votação de vetos, ou seja, deixando de trancar a pauta do Congresso Nacional e fazendo a apreciação dos vetos alternadamente na Câmara e no Senado. Com isso, certamente conseguiremos solucionar a questão dos vetos.

E por que é importante apreciar os vetos?

Porque, sabemos, pela boa teoria do Direito Constitucional, o processo de elaboração das leis só se conclui com a sanção ou o veto do Presidente. O Pre-

sidente da República, no regime presidencialista, tem o poder de vetar total ou parcialmente, sob a alegação de inconstitucionalidade ou de contrariedade ao interesse público. Após o veto, a matéria retorna ao Congresso Nacional para que este diga se mantém ou não as partes vetadas.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Ouço com prazer o nobre Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Marco Maciel, V. Ex^a tem uma longa experiência não só no Legislativo, mas também no Executivo, onde exerceu muitas vezes as funções de ligação com o Poder Legislativo. De modo que quero, primeiro, antecipar que voto a favor da Emenda Constitucional de V. Ex^a para que os vetos sejam apreciados separadamente pelas Casas, o que significará abrir a represa desse tanque de vetos que estão aguardando o pronunciamento do Congresso. Um outro ponto: o Presidente Garibaldi Alves criou dentro da Mesa, mas com a participação de funcionários também – e V. Ex^a foi convidado a participar –, uma comissão para tentar mudar o Regimento Interno, para dar resolutividade à Casa. O Senado e a Câmara formam hoje um Parlamento que parlamenta muito e vota pouco. Senados de outros países abrem a sessão votando. Se fosse aqui, às 14 horas começaria a Ordem do Dia e, conseqüentemente, a votação; os Senadores viriam aqui e, antes de mais nada, votariam. Terminando a votação, que é a principal tarefa nossa, poderiam ser feitos discursos até à meia-noite, pois estaria cumprida a tarefa fundamental, que é votar as matérias da pauta. Outra medida para apressar a tramitação das matérias seria dispor que o Senador só poderá participar da discussão de um projeto se tiver apresentado emenda com o objetivo de alterá-lo. Se ele não tem emenda para mudá-lo, para melhorá-lo ou para piorá-lo, vai discutir o quê? É melhor que seu líder encaminhe a matéria. Essa medida agilizaria o processo legislativo: nós votaríamos mais e falaríamos menos. Essa decisão do Presidente Garibaldi Alves, se acompanhada, poderá dar agilidade, resolutividade, poder de decisão ao Legislativo. Com isso, as medidas provisórias poderiam ser apreciadas mais facilmente aqui. De maneira que acho que nós todos, pelo bem do Legislativo, temos de começar a trabalhar projetos de resolução para dar dinâmica ao Poder Legislativo, senão, daqui a pouco, as pessoas vão começar a votar pela *Internet* e nos dispensar.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Gerson Camata.

Devo dizer a V. Ex^a, em complementação às palavras que acaba de proferir, que ontem conversei com o Presidente Garibaldi Alves, e S. Ex^a admitiu colocar na Ordem do Dia da próxima quarta-feira a minha Proposta de Emenda Constitucional, também assinada por V. Ex^a, pelo Senador Geraldo Mesquita, pelo Senador Paulo Paim, pelo Senador Adelmir Santana, possivelmente pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Qual a vantagem da aprovação dessa PEC? É que imediatamente ela torna possível a apreciação dos vetos. O Congresso Nacional se reúne muito pouco e quase sempre o faz, o faz basicamente para votar o Orçamento e abertura de créditos extraordinários. Isso significa dizer que a parte de vetos é colocada de lado, embora haja preceito constitucional determinando que, uma vez instalada a sessão do Congresso Nacional, proceda-se inicialmente à apreciação dos vetos.

Essa questão dos vetos não é nova. Na primeira Constituição brasileira, a de 25 de março de 1824, uma vez a matéria aprovada – na época não havia o nome Congresso Nacional –, pela Assembléia Geral, ela seguia para o Imperador, cujo silêncio poderia significar a não aprovação. Já na primeira Constituição republicana de 1891 se estabeleceu expressamente que o Congresso teria um prazo para se manifestar, sob pena de não se completar o processo de elaboração das leis. O projeto vetado e não reexaminado pelo Congresso deixa o cidadão evidentemente em grande dificuldade. Ele não sabe se vai ter condições de exercer um direito ou não. Isso, a meu ver, agrava o que no Brasil se chama insegurança jurídica, pela incapacidade de a instituição dar resposta ou respostas às demandas da sociedade.

Sr. Presidente, acho que a maneira correta de elucidar essa questão é realmente colocar a matéria para apreciação nas Casas isoladamente. Mesmo porque não temos no Brasil o sistema tricameral. O nosso sistema é bicameral: Câmara e Senado. Quando falamos em sessão do Congresso Nacional é a reunião conjunta dessas duas Casas.

Quando o Congresso se reúne, embora a discussão seja conjunta, as votações são separadas. Então, por que já não separar, de início, a votação do veto, criando condições, para que cada uma, alternativamente, aprecie as proposições?

Sr. Presidente, estaríamos assim contribuindo para melhorar a percepção dos trabalhos do Congresso Nacional, pois sempre cai sobre nós uma grande restrição por parte da opinião pública sob a alegação de que somos lentos em deliberar ou, com frequência, deixamos de deliberar sobre matérias que estão exclusivamente na nossa dependência. O caso do veto é tipicamente a questão a que me reporto. Ou seja, o

silêncio do Congresso significa fazer com que o cidadão fique sem resposta a uma lei que, pelo Executivo, foi vetada total ou parcialmente.

Muitas vezes, quando o Executivo alega que a medida contraria interesse público, trata-se de uma questão de ordem subjetiva, ou a vetou por ser inconstitucional, há sempre controvérsias sobre esses temas. Há muitos tipos de inconstitucionalidade: inconstitucionalidade formal, inconstitucionalidade material, sendo que a questão só é devidamente esclarecida quando se apela para o Judiciário, nomeadamente o Supremo Tribunal Federal, o guardião da Constituição, por definição constitucional.

Sr. Presidente, agradeço o tempo que me foi concedido. Penso que, na próxima semana, poderemos ter um fato novo e positivo com relação à melhoria do desempenho da instituição congressional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiro, Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo na Presidência dos trabalhos, porque para V. Ex^a é uma tarde especial, já que sua esposa e sua prima estão na galeria de honra.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Portanto, quero cumprimentá-las e cumprimentar também V. Ex^a. Mas também quero informar, ao mesmo tempo, aos Senadores e Deputados que estão na caminhada para a Escola Naval do Rio Grande do Sul, em Rio Grande, que a audiência será feita hoje à tarde, às 14h30.

Mas pedi a palavra mais para cumprimentá-lo e para saudar sua família aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela referência e pelo comunicado que V. Ex^a faz aos Deputados e Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Meus cumprimentos também à sua família que aqui está e a V. Ex^a, que preside esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, há dois dias, falei aqui da tribuna e comentei o lamentável episódio ocorrido recentemente no Equador, que provocou, por parte da Venezuela, reações inesperadas e uma ameaça de quebra da harmonia e da paz que sempre, ou quase sempre, existiram na América Latina. Naquela ocasião, eu disse que o Brasil tinha sido infeliz, em primeira mão, porque tinha tomado parte de um lado na questão, quando disse que a Colômbia teria de pedir desculpas ao Equador. Pois bem, alguns companheiros, principalmente ligados ao PT, vieram me procurar, dizendo que o Governo brasileiro tinha sido absolutamente neutro, não havia tomado posição em nenhum momento.

Hoje, pela madrugada, chegou aqui o Presidente do Equador, o ilustre Presidente Rafael Correa. Fiquei ouvindo, na rádio CBN, a entrevista coletiva que ele deu. Ele, candidamente, disse que o Brasil tomou o lado dele, porque, durante a entrevista, disse que veio ao Brasil agradecer ao Presidente da República e ao Brasil, já que, sem ele pedir, se tinham colocado ao lado dele, contra a Colômbia. Ele mesmo confessou isso. Ele mesmo desmentiu alguns companheiros que atestavam a neutralidade do Brasil. Porém, ao mesmo tempo, foi também cândido ao reconhecer que ele abriga os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Ele lhes dá abrigo. Ontem, alguns Senadores diziam que não, que houve uma invasão cruel da Colômbia em território do Equador. Mas ele, candidamente, disse: “Eu os abrigo, sim, por questões humanitárias”. Mas por que não abriga, por questões humanitárias, os quatro mil prisioneiros seqüestrados, judiados, barbarizados, vilipendiados, acorrentados que estão em poder das Farc? Estes não têm direitos humanos?! Direitos humanos têm os guerrilheiros que seviciam, que matam, que fazem tráfico. Estes o Presidente do Equador reconhece que precisam ter abrigo humanitário. Candidamente, ele disse isso. E, ao dizer isso, perdeu a razão, porque, se abriga guerrilheiro que ataca outro país, é claro que o outro país, num determinado momento, vai ser tentado a pegar o guerrilheiro no território dele.

Mas preciso cumprimentar o Presidente Lula. Hoje, o Presidente Lula colocou o Brasil no lugar dele, dizendo para o Sr. Rafael Correa: “Afaste-se das Farc! Fique longe das Farc! Você vai se isolar da América Latina se servir de abrigo para que as Farc se armem e ataquem outro país”. Mas o Presidente do Equador, candidamente, disse outra coisa: “Não sou só eu que estou abrigando guerrilheiros das Farc. O Brasil e a Venezuela também o fazem”. Já botou o Brasil no fogo de novo, não sei se por inocência ou por inexperiência.

Muitos jornalistas estavam fazendo perguntas. Mas S. Ex^a botou o Brasil mal.

Agora, o Brasil precisa explicar que não está abrigando guerrilheiros, porque o Presidente do Equador, Senador Jarbas Vasconcelos, acusou o Brasil de abrigar guerrilheiros. Ele acusou o Brasil, a Venezuela e ele próprio também de fazer isso. Ele pegou um acontecimento que envolvia o Equador e a Colômbia, jogou o Brasil na panelinha de fogo – a Venezuela já se tinha jogado por si mesma com aquelas declarações infelizes do Chávez – e armou um entrevero latino-americano, dizendo que o Brasil, a Venezuela e o Equador abrigam guerrilheiros. Isto S. Ex^a confessou: abriga guerrilheiros das Farc.

Portanto, quero cumprimentar o Presidente Lula, que observou o desvio do Ministério das Relações Exteriores. E há outra coisa muito interessante: o Presidente Lula deixou a parte de conversações e de tentativa de acordo nas mãos do Ministério das Relações Exteriores, de profissionais de política externa, porque, quase sempre, até naquela vez da libertação, Sua Excelência mandava aquele assessor de relações exteriores que há no Palácio do Planalto. Agora, não! Agora, são os profissionais do Itamaraty que estão, tanto na Organização dos Estados Americanos (OEA) quanto nos contatos que estão sendo feitos, cuidando da posição do Brasil.

Então, o que disse o Presidente Lula? Efetivamente, tinha havido uma incursão que se deveu – ou se devia ou se deve – ao fato de o Equador abrigar guerrilheiros das Farc, fato que o Presidente do Equador reconheceu candidamente hoje como verdadeiro: ele abriga guerrilheiros das Farc. Com isso, acho que o Presidente Lula falou a coisa certa: “Olha, se você não abrigar o guerrilheiro, se não lhe der sustentação, armamento, alimentação, se não der apoio à criação de bases guerrilheiras das Farc em seu território, automaticamente a Colômbia não vai mais atacá-lo”. É muito simples isso, é muito fácil de ser resolvido na ponderação feita pelo Presidente da República do Brasil.

Não creio na OEA, que é inútil, porque, há quarenta anos, as Farc estão matando pessoas no Equador, aprisionando pessoas na Colômbia, fazendo tráfico de droga, matando jovens no Brasil, que estão morrendo nas mãos dos traficantes por aí, com as drogas que são mandadas para cá. A guerrilha da Colômbia, a guerrilha das Farc mata mais gente no Brasil do que na Colômbia, com a droga que infiltram aqui, com os armamentos que põem na mão dos bandidos do Rio e de São Paulo.

Pois bem, agora, o Presidente da República do Brasil colocou a coisa na posição legal, certa, que deve ser. E como a OEA deve fazer? A OEA deve tentar um

acordo, para que o problema dos narcotraficantes com o governo da Colômbia fique dentro da Colômbia e para que países vizinhos não tentem influir, fazendo com que, de um momento para outro, se incendeie a América Latina.

A outra posição que a OEA precisa assumir – e acho difícil que venha a fazê-lo – é a de que o fator desestabilizante da política latino-americana não é a Colômbia, mas a narcoguerrilha que está dentro da Colômbia. Se houvesse um acordo de paz, se ela fosse desarmada ou derrotada, haveria estabilidade total na região, e ficaria isolado seu chefe.

Sr. Presidente, era o que queria dizer, cumprimentando o Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, pela sua posição prudente, correta e séria para este momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana, pela Liderança do Democratas, por cinco minutos. Em seguida, como orador inscrito, terá a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde segunda-feira, não param de chegar *e-mails* a minha caixa postal do Senado enviado por brasileiros indignados com artigo do brilhante articulista Roberto Pompeu de Toledo, publicado na Revista **Veja** desta semana.

O artigo intitulado “Brasília, essa Desgraceira” classifica a Capital do País como corrupta e corruptora; critica o plano urbanístico da cidade e diz que a cidade expulsou os pobres para o submundo das cidades-satélites e favelas.

Ora, Sr. Presidente, não é possível que quase 50 anos depois da inauguração de Brasília, a transferência da Capital Federal ainda seja objeto de falsas polêmicas.

O argumento é o mesmo usado quando Juscelino Kubistchek decidiu construir a cidade no meio do ermo. Como disse o poeta Vinícius de Moraes, Brasília está distante dos centros urbanos centenários localizados próximos à costa.

Esqueceram de dizer que o Brasil não era melhor quando vivia apenas à beira-mar. Ao contrário, na minha visão, era pior.

Não lembraram que Brasília foi construída não pelo capricho de ser a capital moderna, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, mas para ser um vetor de desenvolvimento nacional. E que esse objetivo foi alcançado não apenas abrindo a nova fronteira agrícola, representada pela Região

Centro-Oeste, mas com a criação de novos pólos comerciais e industriais.

Ainda há quem diga que Brasília não tem gente. Não conhecem a nossa personalidade, formada e adquirida em menos de cinco décadas, a partir do caldo de cultura de brasileiros de todos os Estados que vieram para cá.

Brasília hoje é um retrato do Brasil. E não está restrita apenas à Esplanada dos Ministérios e à Praça dos Três Poderes. Brasília não perde para nenhuma outra capital brasileira.

Ao contrário. Em muitos aspectos, está bem à frente de outras cidades. Se fosse tão ruim morar em Brasília, como afirmou o articulista Roberto Pompeu de Toledo, Brasília não teria a maior expectativa de vida do País, de acordo com o IBGE.

Infelizmente, a nossa Capital tem problemas como todas as grandes cidades brasileiras. Mas são problemas que ainda não estão sedimentados e podem ser combatidos, como está sendo feito pelo nosso Governador José Roberto Arruda, que não tem medo de assumir medidas impopulares, desde que sejam para o bem da sociedade como um todo e a garantia de uma sociedade mais organizada no futuro.

Em Brasília, as ilegalidades estão sendo combatidas. A cidade está sendo organizada, mesmo que a custo de muito desgaste político, pois derrubar construções irregulares, impedir o comércio ilegal e fiscalizar as leis urbanas não apenas são medidas duras como contrariam interesses imediatos, sem compromisso com o futuro da cidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ousou dizer que Brasília tem dado diversos bons exemplos ao País.

Somente aqui, o motorista respeita a faixa de pedestre – e aqui quero dizer que a implantação desse projeto ocorreu na gestão do ilustre Senador que está aqui conosco, Senador Cristovam Buarque. Em Brasília, o pedestre tem prioridade. Fato que, inclusive, foi elogiado pelo Sr. Roberto Pompeu de Toledo, em artigo publicado em outubro de 2007. Educação no trânsito resulta em menos acidentes e menos atropelamentos.

É com orgulho também que anuncio que, em poucos meses, o Distrito Federal será a primeira Unidade da Federação a oferecer água e esgoto tratados em 100% das residências.

Brasília, como acontece em todo o Brasil, é dividida por um imenso fosso social. É uma cidade desigual, como o Brasil é um País desigual. Mas o governo local tem investido pesado nas áreas mais pobres.

As áreas degradadas, invasões que surgiram a partir da falta de fiscalização dos governos que pas-

saram pela cidade, estão sendo transformadas em cidades. São localidades como Pôr do Sol, Sol Nascente, Arniqueiras, Vila São José, Porto Rico, Itapoá, todas com nomes que remetem ao paraíso, mas, na verdade, sem as menores condições de abrigar as milhares de famílias que se amontoam em barracos paupérrimos.

Os moradores vão ganhar água potável, esgoto, captação de água pluvial, asfalto, meios-fios e calçadas. Duzentos e oitenta e sete milhões de reais estão sendo investidos apenas nessas áreas degradadas.

Outro programa, igualmente em execução, aplica R\$67 milhões na urbanização de outras duas localidades paupérrimas: Vila Estrutural e Varjão.

O compromisso do governo do Distrito Federal, Sr. Presidente, com o futuro vai além das fronteiras geográficas. Estão sendo investidos R\$30 milhões em cidades goianas que formam o Entorno do Distrito Federal. E é bom lembrar que os moradores dessas cidades usam os serviços públicos do Distrito Federal, numa conta que alcança dezenas de milhões de reais.

Sr. Presidente, o Distrito Federal tem desigualdades, sim, desigualdades sociais imensas, como todos os Estados brasileiros, mas essas desigualdades estão sendo efetivamente combatidas pelo governo local.

Nos próximos meses, mais de 100 mil famílias serão assistidas pelo programa social do GDF que, ao contrário do que acontece comumente, oferece oportunidades para as pessoas mudarem de vida e não apenas de receber esmolas.

Também este ano Brasília inaugurou o programa de educação integral. Sr. Presidente, já estou concluindo. Já há escolas funcionando o dia todo, tirando as crianças das famílias mais carentes da rua. Mais uma vez, Brasília é exemplo para o País em questão de educação.

Entre as capitais brasileiras, Brasília apresenta a melhor média de frequência escolar do País. Além disso, em quatro anos, o programa de erradicação do analfabetismo vai zerar o analfabetismo no Distrito Federal.

Outro dado importante: só aqui, no Distrito Federal, as crianças entram na escola aos seis anos de idade. Nos demais Estados, elas começam a estudar a partir dos sete anos. E mais: 99% das crianças do Distrito Federal estão na escola.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se V. Ex^a permite apartes. Se V. Ex^a me der um minutinho a mais...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Pela ordem. É possível, Presidente? Para fazer um ligeiro comentário, porque meu assunto inclusive se refere...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a pode fazer o aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Está bem. Eu lhe agradeço, porque eu não podia deixar passar em branco meus cumprimentos ao nosso grande Senador Adelmir Santana, que defende Brasília. Fico feliz ao ouvir seu discurso e quero dizer que eu gostaria de assiná-lo embaixo. V. Ex^a precisa distribuí-lo em todo o Distrito Federal e onde for possível no Brasil. O jornalista Pompeu de Toledo já fez muitos elogios a Brasília, como V. Ex^a mesmo falou. Na verdade, entendo que ele quis falar da Brasília da política, em que a maior parte dos habitantes vem de fora fazer política aqui. Essas pessoas são eleitas pelo resto do Brasil. Aqui, só há 11 parlamentares, e aí saiu a confusão com a outra Brasília, da qual V. Ex^a trata. Estou satisfeito e acho que nós, aqui, deveríamos, a cada dia, falar sobre essa outra Brasília, a Brasília de quem mora aqui, da metade que já nasceu aqui, que faz a vida aqui, e não a política aqui.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e quero dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que Brasília é motivo de muito orgulho para quem mora aqui.

Pessoas como o Rigoberto Alves Borges, morador de Taguatinga, foi um dos muitos brasilienses que ficaram indignados com o artigo publicado na revista **Veja**. Os detratores de Brasília gostam de dizer que a cidade representa uma utopia, mas é hora de dizer “chega” para a utopia. É hora da realidade, do trabalho sério para vencer as dificuldades.

Ao contrário do que disse o Sr. Roberto Pompeu de Toledo, Brasília tem uma história própria, uma história de heroísmo, audácia, determinação e um espírito do pioneirismo épico. Não só por sua grandiosidade arquitetônica, mas, principalmente, pelas pessoas dignas e trabalhadoras que vivem aqui, Brasília merece mais elogios do que críticas infundadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, que, como orador inscrito, terá dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que a lucidez e até a esperteza política recomendam silêncio diante de temas polêmicos, mas creio que a responsabilidade histórica para os *Anais* desta Casa exige que tomemos posições sobre os mais diversos assuntos, sobretudo os polêmicos.

Eu vim aqui, Sr. Presidente, dizer da minha posição absolutamente favorável a que o Brasil não fique atrás nas pesquisas dirigidas para o uso das células-tronco. E vou dar as razões para isto: a primeira é política. Como político, eu falo. O Brasil é um País laico. A gente não pode deixar que uma das religiões professadas no Brasil, que é a minha, domine o conjunto da sociedade brasileira. Temos de ter liberdade. Os adventistas do sétimo dia não aceitam transfusão de sangue. Morrem, mas não recebem transfusão de sangue. Mas eles não tentam impor isso ao resto dos brasileiros. Temos de respeitar os adventistas; temos de aceitar que eles defendam essa posição. Porém, não poderíamos nos submeter à posição de uma fé para todo o País. O Brasil é composto por pessoas de diferentes religiões; muitos até sem religião, ateus. Temos de respeitá-los, porque esta é uma sociedade e um País laico, uma República que não é teocrática, em que uma religião confunde-se com o Estado, fazendo com que crime e pecado sejam a mesma coisa, como, por exemplo, em alguns países islâmicos, onde a fé e a política são a mesma coisa, onde o líder religioso é o líder político. Não é o caso do Brasil.

Por isso, por razões políticas, não podemos imaginar que uma razão de fé de uma religião se imponha a todo o País. Cada religião tem o direito, inclusive, de não aceitar o desenvolvimento da medicina. É um direito que tem o crente de dizer: “Não quero continuar vivo se for para usar estes instrumentos: transplantes de órgãos ou transfusão de sangue”.

A segunda razão é de ordem moral. Pessoalmente, sei que a moral varia, mas, pessoalmente, repito, não consigo entender por que considerar imoral, indecente o fato de se utilizar em pesquisas embriões fertilizados há mais de três anos e congelados. Não entendo por que isso seja considerado crime contra a vida. Todos os cientistas dizem que, depois de o embrião permanecer esse tempo fertilizado e congelado, é impossível dali surgir uma vida; é impossível dali florescer uma vida. Por que, então, moralmente, nós nos sentiríamos como se estivesse sendo cometido um aborto – assunto sobre o qual não estou falando aqui – ou uma eutanásia – assunto sobre o qual não estou falando aqui; estes são assuntos diferentes: eutanásia e aborto. Estou falando do uso de um embrião congelado há pelo menos três anos e que foi sobrando da tentativa de se gerar uma vida. Se houve erro moral, ele ocorreu com a fertilização *in vitro*, e não com o uso desses embriões.

O terceiro motivo é o ponto de vista religioso mesmo, a fé, que eu tenho. É a idéia de que o direito à vida não pode ser apenas o direito de nascer; tem de

haver o direito de nascer e de viver. E muitas pessoas poderão viver se essas pesquisas forem adiante.

Vejo um imenso movimento, hoje, em nome do direito à vida, para não permitir o uso dos embriões. Quero ver um movimento à vida para dar qualidade de vida, para dar sobrevivência pelo uso dessas pesquisas.

Então, com todo atrevimento de falar religiosamente, sem ser sacerdote ou teólogo, não vejo como pode alguém falar religiosamente no direito à vida, pensando apenas no direito de nascer, e não no direito de ficar vivo, de sobreviver; de não morrer antes do tempo por falta de um instrumento médico que não surgiu por falta de correta pesquisa científica.

A outra razão é social. Socialmente, sabemos que essas pesquisas serão feitas em alguns lugares do mundo, fora do País. E a gente sabe que os ricos brasileiros poderão, sim, tomar aviões e ir a outros países se beneficiar das pesquisas que serão feitas. Ora, como vamos tolerar, socialmente, que alguém se beneficie dessas pesquisas porque tem dinheiro e que outros não se beneficiem porque não têm dinheiro, quando a gente poderia fazer as pesquisas aqui e, por meio disso, facilitar o atendimento não apenas daqueles que podem pagar uma viagem, mas dos que podem tomar um carro ou um ônibus e ir a um hospital mais próximo?

Se não fizermos essas pesquisas, dentro em breve será preciso ir aos Estados Unidos e à Europa; depois, à Argentina e ao Paraguai, porque esses países também vão desenvolver pesquisas, mas não no Brasil. Por isso, do ponto de vista social, não vejo como a gente pode justificar o impedimento dessas pesquisas.

Do ponto de vista humanista, misturando, inclusive, o lado social e o lado moral, eu confesso que não posso ficar tranqüilo quando vejo pessoas que padecem de doenças graves, quando vejo crianças que poderiam ser curadas se essas pesquisas fossem feitas e tivessem resultado, e nós, como seres humanos, toleremos isso. Do ponto de vista do humanismo, eu vejo como uma necessidade autorizarmos essas pesquisas, não apenas do humanismo da solidariedade e do sofrimento, mas também do humanismo que tem a ver com a própria idéia de Cristo: o humanismo de colocar o homem como um instrumento de poder para melhorar a sua qualidade de vida.

É preciso que aqueles que falam tanto em religião não se esqueçam de que a primeira religião em que alguém vem e constrói a idéia de que Deus vira ser humano, foi a da Igreja católica, a religião católica. Esse foi o maior gesto de humanismo, maior do que o dos

próprios gregos, que fizeram com que o pensamento humano fosse forte, mas nenhum deles se disse Deus. A Igreja católica e a protestante – o cristianismo – assumiram a idéia de que Deus pode estar na terra como ser humano. Esse humanismo também faz com que a gente respeite o poder dos seres humanos de serem capazes de fazer, eles também, milagres, os milagres que são feitos pela ciência.

Então, do ponto de vista da política, do ponto de vista da moral, do ponto de vista religioso, do ponto de vista social, do ponto de vista humanista, eu não vejo como justificar a proibição das pesquisas com células-tronco a partir de embriões.

Mas eu ainda falo mais. Do ponto de vista patriótico, se isto ainda tem valor no Brasil, eu creio que a gente não pode abrir mão de o Brasil ter o controle científico nessa área tão fundamental das ciências. Se a gente proibir o uso dos embriões nas pesquisas, nós vamos, como Nação, dar um passo atrás em relação às outras nações que vão poder fazer isso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Então, apresentei, aqui, todas as razões. A última, antes de dar o aparte, é a jurídica, em que não me meto, pois não me sinto em condições de analisá-la. Por isso, do ponto de vista jurídico, a única coisa que posso fazer é pedir que os juízes, quando votarem e quando tomarem sua decisão, pensem conforme esses argumentos; que levem em conta os argumentos daqueles que, por razões humanistas, por razões sociais, por razões morais, por razões patrióticas, por razões políticas e até por razões religiosas, dizem: o Brasil não pode ficar atrás nas pesquisas que dão direito à vida para pessoas que já nasceram e que não conseguem sobreviver ou não conseguem sobreviver com a qualidade de vida que a ciência já oferece.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente. Fiz questão de vir aqui porque creio que a gente não pode ficar calado na hora das grandes decisões, que a esperteza do silêncio é uma esperteza que vai contra a História.

Assim, quero que minha posição fique registrada, apesar de toda minha formação católica, apesar de tudo o que eu devo, do ponto de vista moral, do ponto de vista espiritual, aos anos que passei estudando com padres, irmãos maristas e tantos outros que me influenciaram, inclusive na vida política, como Dom Helder Câmara.

Sr. Presidente, peço licença para dar dois apartes.

Primeiro, ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Cristovam, vou atender seu pedido, mas peço brevidade ao Senador Mão Santa e ao Senador Eduardo Suplicy, visto que a Ordem do Dia de hoje se iniciará às 16 horas e há muitos oradores inscritos, mais de vinte por sinal.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, vai haver brevidade e, vamos dizer, conhecimentos. Eu fui professor de Biologia e de Fisiologia. Essa lei passou aqui, e quero prestar uma homenagem ao Senado e aos Senadores. Ela foi coordenada pelo Relator, Senador Juvêncio da Fonseca, extraordinária figura. Ele veio até mim e eu sugeri, Papaléo, como homem de ciências, que ele buscasse os cientistas. Ele buscou os melhores cientistas, que estiveram aqui em audiência pública, como nós estivemos, hoje, em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que V. Ex^a preside tão bem. Sempre tenho dito que o Cristovão Colombo buscou terras e que V. Ex^a busca o saber. Juvêncio da Fonseca trouxe os melhores cientistas, os melhores pesquisadores. Essa foi uma lei boa e justa que nasceu aqui, tratando da biossegurança. Evidentemente, a ignorância é audaciosa. Antes de você, o professor Sócrates já dizia que só há um grande bem, o saber; e um grande mal, a ignorância. E sempre foi assim. Na época medieval, em tudo se esperava por Deus. Aí, surgiram homens como V. Ex^a, que acreditavam no estudo e no trabalho, e fizeram o Renascimento: a pólvora, a bússola, a imprensa. Leonardo da Vinci os comandou. Muitos foram afastados e excomungados. Maquiavel era da época, Dante Alighieri, Rafael etc. Sou cirurgião e queria dizer, Papaléo, a V. Ex^a que vive em função disso: quantos cirurgiões foram excomungados porque abrir tórax era pecado, era blasfêmia, era profanar uma caixa sagrada! E, aí, estão transplantando até o coração. O Papaléo vive disso, porque é cardiologista. Então, é isso que quero dizer: isso aqui é a busca da ciência. A ciência é essa. Então, o Judiciário tem de respeitar uma lei boa e justa. A lei é para servir a humanidade. Não é o homem que serve a lei, não; é a lei que o serve. Se ficarmos para trás, vamos ficar atrasados e os outros países vão avançar. Tem muita gente, com muita história, que desenvolveu a ciência médica aqui, no nosso País. Então, é em respeito a isso que estou solidário. Ajudei esse extraordinário Senador Juvêncio da Fonseca, que, com muito estoicismo, relatou essa matéria aqui no Senado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

Concedo o aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a aqui traz ao debate uma das decisões mais importantes na história do Supremo Tribunal Federal. Todos nós respeitamos a iniciativa do então Procurador-Geral Cláudio Fontelles, que, com a sua formação, avaliou que haveria inconstitucionalidade. Eu estou muito próximo desse sentimento, inclusive como católico, formado no Colégio São Luís, tendo recebido formação católica de meus pais. Avalio, conforme V. Ex^a e pessoas como Herbert Vianna, dos Paralamas do Sucesso, e tantas outras pessoas que estão fazendo um apelo para que haja essa liberdade de avanço nas pesquisas, na linha do que disse o Senador Mão Santa, que falou como médico, inclusive. V. Ex^a mencionou argumentos em defesa da vida, respeitando a opinião do Presidente da CNBB. Nesse debate sobre o que é o respeito maior à vida, devemos considerar a opinião do Ministro José Gomes Temporão, que explica que, no seu entendimento, respeito à vida significa liberdade, com os cuidados necessários, para se fazer essa pesquisa com células-tronco. Então, quero cumprimentar V. Ex^a e também agradecer as palavras com que me honrou quando, na semana passada e novamente no início desta semana, sugeriu que eu me colocasse à disposição no debate, como V. Ex^a tem feito, sobre sucessão presidencial.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço-lhe, Senador Suplicy, pelo aparte. Quero dizer a V. Ex^a que não foi por nenhuma generosidade citar o seu nome, o do Senador Mão Santa, o do Senador Jarbas Vasconcelos e o de tantos outros, mas por achar que isso engrandeceria o Senado e levaria a que debatêssemos aqui grandes problemas do Brasil, e não ficarmos apenas, muitas vezes, em assuntos secundários.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que a minha mania de tentar falar sempre com o coração e evitar trazer textos escritos, às vezes, leva a erros. Creio que quando falei nos Adventistas como aqueles que não aceitam transfusão, talvez tenha cometido um erro. Pode ser que sejam as Testemunhas de Jeová. Mas isso não invalida o meu argumento de que a religião, embora tenha princípios e que corretamente os defenda, não tenta impô-los ao resto da sociedade brasileira. Temos de respeitar fortemente, até pela influência que têm no Brasil todos os nossos irmãos da Igreja Católica. Mas eu ouvi muitos evangélicos antes de vir aqui – e ouvi muitos católicos também –, e creio que chegou a hora de a gente mostrar que uma coisa é pecado, outra coisa é crime. Pecado são os líderes religiosos que definem; quanto ao crime, quem define são os líderes políticos e os líderes do sistema judiciário. Creio que está na hora de não ser crime algumas

coisas que podem até continuar sendo pecado para aqueles que professam essa religião.

Era isso que eu tinha a dizer, Presidente.

Muito obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Peço a palavra, pela ordem, Presidente Papaléo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a minha inscrição pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, pela Liderança do PR.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos regimentais para o seu pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para ressaltar a iniciativa do Poder Executivo – cobrada, inclusive por mim diversas vezes – em enviar ao Congresso Nacional o Projeto de Reforma Tributária. Refiro-me à Proposta de Emenda Constitucional nº 223, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e que desperta interesse nos Parlamentares do Senado, Casa representativa da Federação. Oportuno é o momento do envio desta PEC para a reforma tributária, já que o País vive um momento econômico favorável. Não vivemos recessão; muito pelo contrário, vivemos um momento de crescimento econômico. Portanto, este é o momento apropriado para se reduzirem as dificuldades do pagamento dos tributos que oneram hoje a sociedade brasileira.

A proposta enviada pelo Governo tem pontos bastante interessantes, tais como simplificação tributária e cumulatividade tributária, com a fusão do Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e do salário educação, o que se propõe seja transformado num único imposto, no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Federal. Também é proposta a desoneração tributária na aquisição de máquinas e equipamentos, a desoneração das exportações, a diminuição dos en-

cargos da folha de salários e a proposta de uma nova política de desenvolvimento regional, com a constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

Sr. Presidente, há um ponto que merece muita atenção. Fala-se também da eliminação da guerra fiscal com a definição de alíquotas uniformes e de cobrança no destino, para o que seria o novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Essa guerra fiscal, muitas vezes utilizada até de forma pejorativa, foi praticada na tentativa, eu diria, com relativo sucesso dos Estados menos desenvolvidos deste País, de avançar em sua industrialização. A Bahia é um desses casos. Entretanto, Sr. Presidente, preocupa-me a preservação dos recursos das Unidades Federativas do Brasil – são 27 Estados – e dos nossos Municípios. É imperativo que essa reforma seja capaz de implantar mecanismos que permitam lançar as bases de uma política justa de desenvolvimento regional e, mais do que isso, que os Estados mais carentes, mais pobres, possam se desenvolver sem ter de abrir mão de seus recursos fiscais.

Hoje, essa mesma preocupação também é partilhada pelos Secretários da Fazenda de todos os Estados brasileiros, que temem perder receitas, mas, de forma especial, dos Estados menos desenvolvidos, como os do Nordeste e os do Norte, os Estados da Região de V. Ex^a e os do Centro-Oeste. Quanto a esse aspecto, na Bahia, o Secretário da Fazenda da Bahia – quero destacar esse assunto –, Carlos Martins, elogiando fundamentos da reforma, mostrou-se preocupado com a arrecadação, com o fisco do Estado, matéria que, inclusive, foi destaque no jornal o **Estado do Bahia** e em vários jornais.

No jornal **A Tarde**, o mais lido, o Secretário da Fazenda da Bahia, Sr. Carlos Martins, diz que a proposta apresentada pelo Governo pode prejudicar a Bahia. Espero que não, Sr. Presidente. Mas essa é uma preocupação, apresentada publicamente pelo Secretário da Fazenda do Estado da Bahia. Diz o jornal:

Apesar de pertencer ao mesmo Partido que comanda o Governo Federal, o PT, o governo baiano está preocupado com a proposta de reforma tributária apresentada pela equipe do Ministério da Fazenda. “Claro que há muitos pontos bons, que a idéia central de unificar impostos, racionalizando os tributos, e de desonerar a folha de pagamentos é bem-vinda, mas há pontos que podem trazer grandes prejuízos a um Estado como a Bahia”, afirma o Secretário de Fazenda baiano, Carlos Martins.

De acordo com ele, a principal preocupação do governo estadual está na transferência integral do repasse do ICMS para o destino – ponto final de venda dos produtos. Para ele, como a Bahia tem superávit

na balança comercial com os outros Estados, a mudança na forma de cobrança do imposto vai acarretar prejuízos.

Da mesma forma, no jornal **Correio da Bahia**, está publicado: “Planalto tenta ajustar reforma com Governadores: Governo anuncia medidas para minimizar perdas de Estados exportadores e agrada Secretário baiano”. É dito ainda: “Carlos Martins afirmou que, apesar de boa notícia, Bahia ainda terá perdas”. Esse é o Secretário da Fazenda da Bahia, como já disse.

Mais uma vez, o jornal **A Tarde** diz que “Bahia bota na balança perdas e ganhos da reforma”.

Sr. Presidente, neste momento, eu, como baiano, defenderei os interesses do meu Estado, independentemente de ser um governo aliado a mim ou não. Quero trazer essa preocupação, que também é minha e que é legítima – sei que é a de muitos Estados nordestinos –, para que não estejamos evoluindo com relação à reforma tributária, mas, por outro lado, trazendo prejuízos, que não poderiam ser aceitos por Estados que já estão sofrendo por falta de recursos para atender às necessidades de sua população.

Para manter as receitas dos Estados e estabelecer a política de desenvolvimento regional, inclusive a reforma tributária, a proposta prevê o Fundo de Equalização de Receitas (FER) e o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional (FNDR), que, juntos – é o que está previsto para 2010 –, podem atingir recursos da ordem de R\$13 bilhões. É importante que isso seja mantido e até ampliado na reforma tributária.

Sr. Presidente, o País – mais uma vez, ressalvo – atravessa uma fase positiva na economia, inquestionavelmente, com a expansão da atividade econômica, com a geração de empregos formais, com o aumento da taxa de investimento e de consumo das famílias. Entretanto, é preciso avançar, para que esse ciclo econômico atual se transforme num período duradouro de crescimento sustentável. E é nesse contexto que deve ser pensado um sistema tributário mais racional para o País, que possa aumentar a competitividade nacional, mas que possa, principalmente, Sr. Presidente, melhorar o equilíbrio federativo e, sobretudo, torná-lo menos regressivo.

Esta é um das prerrogativas privativas do Senado Federal, previstas na Constituição Federal, em seu art. 52, inciso XV: “Avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal”.

Portanto, Sr. Presidente, esta Casa não se pode furtar de examinar com zelo a proposta de reforma tributária enviada ao Congresso Nacional pelo Poder

Executivo. Não é uma reforma acabada, mas pode ser aperfeiçoada. Não é a reforma de todos os sonhos e desejos, mas é um grande avanço. Certamente, os esforços e as contribuições do Poder Legislativo, sejam da Câmara dos Deputados ou do Senado, deverão convergir para um sistema tributário mais racional, mais simplificado, mais transparente, essencialmente. E nossa esperança é a de que seja mais justo e preserve o equilíbrio federativo, tão importante para nossos Estados.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Era como eu queria posicionar-me pela Liderança do meu Partido, o Partido da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador César Borges. Parabéns pelo tema, que, realmente, também preocupa a todos nós que compomos os Estados do Norte do País!

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Vasconcelos, por permuta com o Senador Mário Couto.

Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a, como orador inscrito, terá 10 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde que cheguei a esta Casa, em fevereiro de 2007, sempre coloquei a Reforma Tributária como uma das prioridades da agenda do Congresso Nacional, e em diversas oportunidades cobrei essa iniciativa da parte do Governo Federal – uma das várias promessas não cumpridas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma promessa da campanha de 2002!

No ano passado, no auge das discussões sobre a prorrogação da CPMF, o Governo voltou a falar do assunto, empunhando essa bandeira de forma oportunista.

Meu ceticismo com relação às promessas oficiais não foi reduzido com a entrega da proposta de Reforma Tributária, realizada na semana passada pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Qual o crédito que esta administração pode ter na sua relação com a Oposição? Em minha opinião, nenhum. O Governo é incidente e reincidente em não cumprir o pactuado.

Em apenas um ano de mandato como Senador, percebi que o atual Governo não tem nenhum respeito pela opinião divergente; prefere o adesismo à divergência democrática; prefere a passividade bovina à iniciativa propositiva, mesmo que discordante. No final do ano passado, aqui mesmo neste Plenário, tive a oportunidade de assistir a uma didática explanação do nobre Senador Tasso Jereissati, sobre as negociações

realizadas em 2003 com o Governo Lula justamente sobre a Reforma Tributária.

De forma clara e transparente, o nobre Senador do PSDB contou como ocorreu todo o processo de negociação, os compromissos firmados com o Governo em meados de 2003. Compromissos postos à mesa e não cumpridos, de enviar uma proposta de Reforma Tributária, que reduzisse a pesada carga que hoje está sobre as costas dos contribuintes brasileiros; que criasse regras sólidas e honestas para a divisão do “bolo tributário” entre União, Estados e Municípios.

De lá para cá, o Ministro da Fazenda mudou: saiu Antonio Palocci e entrou Guido Mantega; o Presidente da República conquistou um novo mandato, mas a prática do desdenho pelo Parlamento permanece.

No final do ano passado, houve uma promessa solene do Governo de que não se recorreria a aumento de impostos para compensar, Sr. Presidente, a não-renovação do “imposto do cheque”. Compromisso que foi repetido pelo Líder do Governo nesta Casa, o nobre Senador Romero Jucá.

O próprio Presidente da República, em 19 de dezembro do ano passado, descartou o aumento de impostos e o eventual lançamento de um pacote de medidas compensatórias como alternativas para o fim da cobrança da CPMF. Esta sinalização foi fundamental para a aprovação, com apoio da Oposição, da Desvinculação de Recursos da União, a DRU, proposta que teve meu voto contrário em duas oportunidades, justamente por não acreditar nos “compromissos virtuais” do Governo.

No início do ano veio a confirmação dessa minha embaçada desconfiança; e o Governo anunciou um pacote de medidas, aumentando o Imposto sobre Operações Financeiras e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O voto de confiança da minoria foi jogado na lata do lixo pelo Governo.

Sr. Presidente, “nunca antes na história deste país” se mudou tanto de opinião em tão pouco tempo, como aconteceu e ainda acontece com o PT e com o Presidente Lula – uma verdadeira “metamorfose tremulante”. Quando estavam na Oposição, a redução da carga tributária era a plataforma recorrente e a culpa era do Governo, “insensível” aos interesses dos contribuintes. Hoje, apesar dos recordes mensais da arrecadação federal, o Presidente afirma que não tem como reduzir a carga pesada dos tributos.

Em síntese, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, não dá para acreditar no Governo do PT. Não dá para acreditar que a redução da carga tributária ocorrerá após a aprovação da Reforma, como afirmou o Ministro Mantega. Isso é brincadeira de mau

gosto, é abusar da boa vontade da Oposição; é um verdadeiro acinte.

O Governo não tem crédito político e, para esse tipo de operação, não adianta recorrer aos cartões corporativos. Não basta o Governo enviar ao Congresso Nacional um conjunto de eventuais boas intenções. Por sinal, Sr. Presidente, intenção tem sido a palavra mais ouvida quando se trata da proposta do Governo.

Também não basta armar eventos pirotécnicos que servem mais como propaganda oficial do que um ato efetivo para facilitar a negociação e uma posterior aprovação de uma Reforma minimamente consensual.

E o que dizer da afirmação do Presidente da República de que se pudesse faria a Reforma Tributária por meio de decreto? Talvez sonhe em voltar no tempo, ocupando o lugar de um dos generais-presidentes que governaram o Brasil no período ditatorial entre 1964 e 1985.

Essa “pérola” da retórica presidencial parece que guarda uma reprimida vocação autoritária e demonstra um tremendo desrespeito pelo Poder Legislativo.

Trata-se de uma estratégia batida de responsabilizar o Congresso Nacional por uma eventual demora ou até mesmo o fracasso na aprovação da Reforma.

O Governo tem a maioria, folgada na Câmara e mais restrita aqui no Senado Federal.

A bancada de oposição não pode ser responsabilizada pelas contradições – cada vez mais evidentes – na base governista. Ao adotar a prática do “é dando direção de estatal que se aprova”, o Governo vira refém da sua própria distorção e os fins terminam atropelados pelos meios.

Onde está a vontade política, tão presente nas promessas e nas falações governistas?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se em vez de empurrar a questão tributária com a barriga, o Governo tivesse aproveitado os últimos anos para construir uma proposta com a sociedade, talvez essa Reforma pudessem chegar aqui com um amplo respaldo político.

O Governo não fez nem uma coisa nem outra. Não enviou uma proposição para o Congresso Nacional e não debateu o tema fora do espaço legislativo.

Vou ser sincero com os senhores e as senhoras: não tenho condições de acreditar numa Reforma Tributária na qual não fica claro quem perde e quem ganha.

Um conhecido economista norte-americano disse certa vez que “não existe almoço grátis”.

Plagiando esse especialista, afirmo que não existe Reforma Tributária sem perdedores. Sei que essas perdas serão temporárias, mas elas são inevitáveis.

E quem, no atual cenário econômico, tem mais condições de perder, de abrir mão de alguma coisa?

Na minha modesta opinião, creio que é a União, pelos resultados econômicos anunciados pelo próprio Governo e pelas dificuldades recorrentes dos Governos Estaduais e Municipais; sem esquecer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a excessiva carga tributária que hoje incide sobre os contribuintes.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Reforma Tributária sem redução da carga tributária que maltrata e machuca todos os contribuintes brasileiros é tapeação, é engodo, é farsa, é mais uma conversa fiada do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a ainda tem 2 minutos do seu tempo. Se o Senador Suplicy for breve

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Concedo o aparte a V. Ex^a. Desculpe não ter visto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Jarbas Vasconcelos, de fato, desde o início do segundo mandato do Governo Lula, especialmente na nossa convivência no Senado, sou testemunha de que sempre esteve dizendo que seria uma prioridade que o Governo Lula apresentasse uma proposta de reforma tributária. Sua Excelência já o havia feito quando, em 2003, acompanhado de todos os Governadores – V. Ex^a era um dos Governadores, e avalio que tenha sido convidado e que também o tenha acompanhado –, veio ao Congresso e fez a sua primeira proposta. Mas V. Ex^a sabe dos entraves havido, inclusive com divergências entre os próprios Governadores a respeito de uma das questões que V. Ex^a aqui apresenta: a dificuldade de se saber exatamente quem é que sai ganhando e quem é que sai perdendo. Agora, o Governo do Presidente Lula, com a responsabilidade do Ministro Guido Mantega à frente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresenta uma proposta que, avalio, contará com a colaboração e com o debate sério de todos nós, inclusive de V. Ex^a, porque algumas das proposições contidas, como a do Imposto sobre o Valor Adicionado em substituição a outros impostos, justamente levam em consideração...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... algumas das sugestões que estavam sendo objeto de reflexão na Comissão presidida pelo Senador Tasso Jereissati. De maneira que gostaria de propor a V. Ex^a que tenha uma atitude de boa vontade. V. Ex^a será um

dos principais interlocutores de um diálogo certamente produtivo. Tenho a convicção de que vamos chegar a bom termo. Tenho também idéias fortes sobre como deve ser o sistema tributário brasileiro, mas gostaria de dizer que, quanto mais avançarmos no sentido de todos estarmos conscientes de como é destinado o recurso público, mais a sociedade terá a disposição de contribuir com o pagamento de impostos, que podem ser altos ou baixos. Nos países escandinavos, eles se aproximam da casa dos 40%, 45%, 50%, mas a sociedade, de bom grado, normalmente os recolhe, porque tem a consciência de que eles são destinados ao bem-estar da maioria da população. Nós deveremos – tenho certeza de que esse é também o seu propósito – caminhar nessa direção. Muito obrigado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Suplicy. Não será por falta de boa vontade que a reforma tributária, acredito, deixará de ser discutida e votada aqui no Congresso Nacional. Chamo a atenção para o fato de o Governo ter uma ampla maioria na Câmara dos Deputados e uma maioria mais escassa aqui no Senado Federal. Essa vontade, essa determinação de levar a um ponto final, a uma conclusão a reforma tributária depende única e exclusivamente do Presidente da República. Ele não vota, mas será decisivo se sua vontade, se sua determinação apontarem para a aprovação da reforma.

Sr. Presidente, por fim, quero agradecer ao bravo e nobre Senador Mário Couto, que me cedeu seu horário ao permutar comigo, permitindo-me falar nesse horário. Minha gratidão por sua benevolência e generosidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável. S. Ex^a terá cinco minutos para seu pronunciamento.

Em seguida, fará uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Antonio Carlos Valadares. Após S. Ex^a, o Senador Mário Couto falará pela Liderança da Minoria.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que, com muita sensibilidade, preside esta sessão; Parlamentares; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado; Paulo Paim, Rui Barbosa está ali, e V. Ex^a está aí. Rui Barbosa disse que a primazia tem que ser do trabalho e do trabalhador. Ele vem antes. Eles fazem as riquezas.

Entendo, Paim – e Geraldo Mesquita é um homem que se aproxima de Rui Barbosa, é jurista –, que a página mais bonita da sociedade, da humanidade, foi quando ela trouxe a liberdade. Mas entendo que não há nenhuma liberdade antes da liberdade econômica. Aquele foi um grito. Liberdade, igualdade e fraternidade! Mas sem a liberdade econômica não existem as outras.

E, Paim, a inteligência desse reconhecimento de política e justiça fez mensurar o trabalho, compensar quem trabalha com uma remuneração. É essa remuneração que dá dignidade. Trata-se da dignidade que o trabalho tem que trazer, de que este se faz acompanhar.

Paim, mas o que me preocupa é que está aqui – jornal **Estado de Minas**: “Benefícios de aposentados serão reduzidos ao salário mínimo até 2030, diz estudo”. Em 2030, Luiz Inácio; atentai, é estudo, isso existe, é pesquisa. Trabalho longo, minucioso, que prova, ô Mário Couto, o que estamos a advertir: do jeito que está, nesse empurrar com a barriga, em 2030 todo mundo ganha salário mínimo.

Quanto ao salário mínimo, até que somos vitoriosos, mas não tanto quanto estão alardeando. Quando o salário mínimo era U\$70.00, o dólar era R\$4,00. Essa é a verdade. A ignorância, Senadores; não vamos ser triunfalistas. Então, na prática, R\$140,00 eram R\$280,00 nos dias de hoje, porque o dólar era R\$4,00; quando começamos o mandato, era quase R\$4,00. Antes de entrar aqui, dei uma voltinha ali em Miami, e era quase R\$4,00. Agora, melhorou, realmente. Mas de R\$280,00 para R\$415,00, porque o dólar caiu. Isso é verdade. Temos que entender as coisas.

Mas o que me preocupa, Mário Couto, é que os alopados estão iludindo Luiz Inácio, essa é a verdade. Nada vai me tirar o direito de levar a verdade ao povo, eu, que represento o verdadeiro Piauí com independência, a força do povo.

O que me preocupa é que alardeiam muitas coisas, como “Petrobrás, a maior do mundo!”. Monteiro Lobato já falava nela, Getúlio também, mas o que sei é que é o petróleo mais caro do mundo, o que sei é que é o gás de cozinha mais caro do mundo. Então, não é nosso esse negócio.

Alardeiam também que o Brasil é credor, não deve mais aos gringos, aos banqueiros. Espalharam isso por aí. Tiraram dos velinhos o dinheiro deles, mas todos os banqueiros estão ricos. Pagaram os banqueiros americanos, mas, antes de pagar a dívida, Luiz Inácio, eu teria pago os velinhos, os aposentados.

Não é mole ser enganado pelo Governo. Muitos pagaram dez salários mínimos aos institutos porque o Governo e a Pátria garantiram que eles iriam se apo-

sentar com dez salários mínimos. Estão com quatro, quatro e pouquinho para ser franco. Muitos, a vida toda, pagaram e descontaram para se aposentar com cinco salários mínimos e estão recebendo dois. Eu não entendo, ninguém entende.

Mas é o seguinte: a dívida, Luiz Inácio, além dos velhinhos aposentados... Papaléo, preste atenção! Eu digo aqui... Quem diz sou eu, Mário Couto, oficial da reserva não-remunerada, não é Jobim, que pouco entende de segurança, eu entendo mais de segurança. Eu lhe digo, Geraldo Mesquita – eu sou Francisco, paz e bem; eu não penso, Osmar Dias, em guerras –, se tivermos uma guerra agora, nós só ganhamos, na América do Sul, do Paraguai e da Bolívia. Eu estou dizendo isso como Senador da República e Oficial da Reserva, eu sei de todas as informações.

Mário Couto, pior: desmotivados estão os mais importantes, os militares. Eles estão quase pedindo esmola, Luiz Inácio. Ô Antonio Carlos Valadares... Chegou Romeu Tuma, símbolo da firmeza. Sarney está aí; ele devia todo dia lhe pedir a benção porque V. Ex^a garantiu a ordem no governo dele enfrentando dez mil greves. V. Ex^a é a Polícia Federal.

Eu não tenho nada contra um soldado da Polícia do Distrito Federal ganhar quatro mil e pouco – ele merece, e nós merecemos tranqüilidade. Ele não ganha muito, mas ganha pouco um Capitão dos Portos do Recife e do Rio de Janeiro, que ganha também quatro mil e pouco. Está defasado esse negócio. Nós temos uma dívida muito grande.

Nós temos uma estrutura bélica que só ganhamos numa guerra, o resto é conversa fiada e mentira. Papaléo, nós só ganhamos se travarmos guerra contra o Paraguai ou contra a Bolívia. O nosso melhor material, o humano, está defasado.

O General Oliveira foi meu secretário. Olhei o contracheque dele: ganha menos do que um DAS-6, que é R\$ 10.448,00, função que os aloprados têm aos milhares, todo dia saem distribuindo.

Ô Mario Couto, o Presidente da República vetou o aumento de 16,7% que nós demos para os velhinhos, concedeu apenas 4%. Paim, o melhor do PT, líder sindicalista, apresentou projeto de lei, o de nº 58, que tramita há dez anos, para que os velhinhos recebam o mesmo que recebem os que estão trabalhando. E nada!

Mas nem tudo está perdido. O Brasil viu o mais belo dia, que foi aquele em que enterramos a CPMF, mostrando que aqui não é a esperança não, é a certeza do respeito à democracia do Direito.

Paim e Geraldo Mesquita já estão tramando, e eu estou nessa. Na semana, se eles não botarem o projeto do Paim ou derrubarmos o veto, eu convido

os velhinhos lá do meu Piauí a se manifestarem. Nós temos trezentos mil piauienses em Brasília.

Meus velhinhos aposentados, venham, que Paim vai encaminhar aqui, com Geraldo Mesquita, uma vigília. Isso não vai fechar não. Ou vem o veto dos velhinhos ou vem o projeto de lei do Paim. Podem estar enganando o Garibaldi, mas a nós não. Ou vem o veto, ou vem o projeto de lei do Paim.

Como disse Castro Alves em *Navio Negreiro*: “Ó Deus, onde estás? Então eu digo: Ó Deus, na próxima semana este Senado vai entrar em vigília em respeito aos velhinhos.

Romeu Tuma, V. Ex^a quer um aparte?

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Se possível.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – É que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Peço compreensão ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Um minuto, nada mais que um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Aviso ao Senador Mão Santa que o seu tempo já esgotou...

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Gostaria apenas de cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Visto que o Senador Mão Santa está fazendo uma comunicação inadiável, excepcionalmente o Senador Romeu Tuma poderá fazer uso da palavra pela ordem...

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Só um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – ... após o encerramento da fala do Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ele deu para você, Romeu Tuma. Todo o País quer ouvi-lo. Ele viu um *e-mail* em que se disse que não fica bem grossura na Mesa. Ontem eu peguei uns *e-mails* e mostrei para ele.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, peço sua compreensão. O Senador Romeu Tuma fará uso da palavra logo após...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu peço sua compreensão também. Ele quer entrar no assunto. Foi ele que pediu.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Ele fará uso da palavra dentro do assunto, mas nós temos que respeitar o Regimento Interno da Casa, que não permite aparte durante uma comunicação inadiável. Eu peço sua compreensão...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A minha compreensão V. Ex^a tem e também o meu entendimento. Eu sei que tem Regimento, mas tem um tal de espírito da lei de Montesquieu, que prevê...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Vamos usar o espírito da lei para conceder a palavra pela ordem ao Senador Romeu Tuma após a sua fala.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Melhorou, já foi uma conquista pra V. Ex^a.

Mas eu queria lembrar, para terminar logo aqui, algo que disse Jesus: “Vinde a mim as criancinhas!” Paim, se Jesus andar por aqui, no Brasil, dirá: “Vinde a mim os velhos, que estão sacrificados!”.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Antes de conceder a palavra ao Senador Romeu Tuma, farei a leitura de um expediente:

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 208, DE 2008

Requeiro, nos termos dos arts. 74, I, e 401, do Regimento Interno do Senado Federal, seja constituída comissão temporária interna, composta por cinco membros para, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentar projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, 5 de março de 2008.

Senador

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Em votação o requerimento que acaba de ser lido. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Serão tomadas as providências regimentais.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição pela Liderança do PDT para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito e fará uso da palavra imediatamente após a palavra do Senador Antonio Carlos Valadares, que já foi, inclusive, anunciado.

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o Senador Mão Santa por trazer à baila o projeto do Senador Paulo Paim, que já o angustia há muito tempo. Realmente, temos que pensar nos aposentados.

Quem vai ao hospital semanalmente – como eu – vê a fila para se conseguir um ou dois comprimidos, os quais, às vezes, o hospital não pode oferecer. Só que esses aposentados não têm dinheiro para comprar.

Quando se fala que o aposentado gasta menos porque não precisa de sapato, paletó ou gravata, esquece-se do que ele gasta com medicamentos para sobreviver.

Penso que V. Ex^a tem razão. Vamos lutar, vamos entrar em vigília, entrarei em vigília também, porque é importantíssimo e é maravilhoso pensar nos aposentados, visto que também temos uma idade que já passou do limite natural do trabalho. Mas, graças a Deus, temos vida, Senador Jefferson Péres, para continuarmos produzindo alguma coisa aqui. Sei que V. Ex^a protesta contra alguns fatos irracionais e ilegais que ocorrem, sobre os quais sou sempre solidário a V. Ex^a. Assim, tenho certeza que V. Ex^a também apóia esse projeto da aposentadoria.

Também quero cumprimentar a Senadora Marisa Serrano e desejar-lhe toda a sorte na Presidência da CPMI, por sua ética e por sua conduta correta e digna que sempre demonstrou neste plenário e no Congresso, quando tive oportunidade de trabalhar com S. Ex^a em algumas comissões sobre educação. Que Deus a abençoe, para que consiga levar a termo.

Sr. Presidente, só queria falar sobre algo que acontece em São Paulo. Falaram no PCC, Senador – não sei se no seu Estado a criminalidade também cresceu tanto –, que é um partido que nasceu dentro das cadeias, que melhorou o seu *handicap* com a prisão de alguns seqüestradores.

Mas me assustei nesta semana quando o Coafi levantou que 63 milhões foram movimentados pelo PCC, 63 milhões! Vejam o capital que tem essa organização, obtido em um levantamento feito no Estado de São Paulo.

Estive em um congresso – e agradeço à Presidência por ter me indicado – no Rio de Janeiro sobre a segurança e política públicas, em que foi discutido internacionalmente o trabalho que se desenvolve ao combate ao tráfico, ao uso de drogas e à recuperação de usuários. Fui, inclusive, convidado a fazer parte de uma comissão especial internacional que está sendo formada, com a participação do ex-Secretário-Geral da Interpol, com o qual trabalhei durante um bom tempo.

Penso que temos de ver essa situação da Colômbia, da Bolívia, do Equador, não somente com vista ao combate ao narcotráfico, mas também com vista ao risco que oferece à fronteira brasileira.

As Forças Armadas Brasileiras preocupadas transferiram para a Amazônia, Senador Jefferson Péres – e V. Ex^a é testemunha porque é filho do Amazonas e eu sou filho adotivo, se me permite dizer isso –, vários batalhões para aquela região e investiram também no aprimoramento dos batalhões de fronteira, criando mais alguns.

Tenho aqui também, Sr. Presidente, e não vou falar porque excedi ao tempo de um minuto que V. Ex^a me concedeu, sobre o risco de Itaipu. Quando houve alteração nos comandos do Exército e a transferência para o Norte, não mexeram em Foz do Iguaçu, cuja unidade é comandada por um general, pela logística e pela importância de Itaipu no sistema econômico brasileiro. Se houver qualquer ação que possa paralisar a produção de energia em Itaipu, o Brasil terá um sofrimento enorme na conduta da sua economia, da sua sociedade e tudo mais que possa haver. Acho que não podemos nos descuidar disso. O Senador Osmar Dias sabe o que representa Itaipu para o Brasil porque está lá perto.

Peço desculpas, mas voltarei à tribuna, porque esse processo de movimentação financeira do crime organizado é uma coisa terrivelmente indigesta.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares que, como orador inscrito, terá direito a dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pesquisa realizada pelo Ibope afirma que pelo menos 95% dos brasileiros apóiam pesquisa com células-tronco. Essa pesquisa foi realizada a pedido da ONG Católicas pelo Direito de Decidir e demonstra, de forma muito clara, a decisão do povo brasileiro em permitir as pesquisas que irão melhorar substancialmente o nível de saúde de muitos brasileiros e salvar muitas vidas.

O Supremo Tribunal Federal tem nas mãos o futuro da Medicina. O Brasil pode ou não pode ter o direito de executar pesquisas em busca da cura para doenças tão devastadoras e, hoje, incuráveis, como Alzheimer, distrofia muscular, diabetes, mal de Parkinson e lesões da coluna vertebral? O Brasil pode ou não, legalmente, ter o mesmo direito que outros países tão diferentes entre si, como Espanha, Alemanha, Finlândia, Japão, Inglaterra, Israel, de pesquisar as células-tronco extraídas dos embriões nos seus primeiros dias de formação?

Trata-se, Sr. Presidente, de uma decisão típica de Estado. O Supremo reúne-se hoje para decidir essa questão, que, por sua vez, foi referendada pelo Congresso Nacional há três anos, quando aprovou a Lei de Biossegurança, de 2005. Em seu art. 5º, deu sinal verde para estudos terapêuticos com embriões inviáveis, descartados pelas clínicas de reprodução assistida, ou congelados há, no mínimo, três anos.

O que o Supremo vai examinar, Sr. Presidente, é uma ação direta de inconstitucionalidade deflagrada por inequívoca motivação religiosa pelo então Procurador-Geral da República na época em que aquela lei foi aprovada no Congresso e que, se amparada pelo Supremo, baniria a pesquisa com células-tronco embrionárias, lançando o nosso País fora da corrida mundial pela cura de doenças crônicas do porte do enfarte e do mal de Alzheimer.

No futuro, estaríamos a depender de tecnologias importadas de outros países que evoluem a cada dia em pesquisas avançadas na defesa da vida.

A decisão do Supremo, portanto, tem mais a ver com decisões de um Estado que pretende aparelhar-se em função do avanço da ciência, em função de diminuir as dores e a desgraça de doenças que, atualmente, não encontram cura por outras vias. Não se trata de uma pauta religiosa, é muito mais uma pauta científica, já que as pesquisas trabalham com embriões ainda não implantados no útero, que não sobrevivem fora do útero e que se não forem objeto de estudo, ao

invés de contribuir para minorar a dor humana, irão diretamente para a lata do lixo.

O Supremo vai decidir se o art. 5º da Lei de Biossegurança é válido ou não.

O que o art. 5º estabelece? Ele autoriza, sob condições completamente determinadas e estritas, o estudo com células-tronco extraídas de embriões humanos *in vitro* (no laboratório) para fins terapêuticos. O poder terapêutico dessas células vem do fato de que possuem a propriedade de se transformar em qualquer célula de qualquer tecido humano. Se temos 216 tecidos no nosso corpo, essas células embrionárias são capazes de transformarem ou diferenciarem esses tecidos que temos em nosso corpo. E é por essa razão que, se tais células forem implantadas no organismo, podem vir a ter sucesso no tratamento de doenças que hoje são incuráveis: elas podem recriar tecidos, podem desempenhar as funções daquelas outras que já estão morrendo, morreram ou perderam a capacidade funcional.

Sr. Presidente, até na condição de político sintonizado com as causas humanitárias, forçosamente eu teria de estar de acordo com a decisão que espero seja tomada, de forma justa, pelo Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a validade da lei aprovada pelo Congresso. Vejo essa pesquisa com as células embrionárias como uma tentativa de minorar a dor humana, de salvar milhões de vidas humanas, de buscar a cura de inúmeras doenças. E ela conta com um enorme potencial de sucesso nessa busca.

E o que está em jogo, como bem argumentou alguém, é que não é concebível que células embrionárias que, por não terem sido selecionadas para serem inseridas em um útero e que serão descartadas, irão para o lixo, não possam ser utilizadas nessa busca da cura de doenças gravíssimas a que me referi.

No **JB** de ontem, o cantor e líder do Paralamas do Sucesso, Herbert Vianna, atualmente em cadeia de rodas, argumentou bem quando disse que, se não permitirmos a pesquisa, estaremos condenando à “desesperança completa e à não-perspectiva pessoais que estão batalhando com dor e com dificuldades, rastejando na sua existência” – rastejando na sua existência.

Ora, um dos propósitos da religião Católica, da qual faço parte – fui batizado na Igreja Católica –, uma das idéias que mais nos atraem para a crença cristã é a de atenuar as dores da humanidade, melhorar a vida humana nesse vale de lágrimas. Portanto, ser cristão tem a ver com a necessidade de se acolher a idéia de solidariedade e de humanidade para com a dor do próximo, para com a dor do semelhante.

Nesse caso, as duas coisas estão completamente juntas. Como político e por definição, homem dedicado às causas públicas, e também como cristão, não posso imaginar, Sr. Presidente, que embriões que serão descartados em algum momento não possam ser utilizados em pesquisas de grande potencial de descobrir curas, de salvar vidas, de fazer meu próximo sofrer menos. Devemos nos preocupar, mais uma vez digo, em salvar vidas, que podem depender da pesquisa com embriões já descartados para a reprodução.

Não pode haver contradição entre estas duas coisas, entre a misericórdia e a ciência do bem. E menos ainda em uma situação em que o próprio Ministro da Saúde é completamente a favor; em um processo que, há três anos, o Congresso Nacional aprovou a lei, depois de discutir um longo tempo, democrática e abertamente, com toda a sociedade; em uma situação em que o mundo científico é a favor, em que o mundo inteiro está indo na mesma direção, inclusive a maioria dos brasileiros, que, como falei aqui, posicionou-se a favor do uso de embriões na pesquisa com células-tronco.

Não vejo, Sr. Presidente, porque o Brasil deva ficar para trás, nem como católico, nem como político defensor das causas públicas. Tenho confiança de que o Supremo fará um julgamento laico dessa questão. Na verdade, confio em que fará ao mesmo tempo um bom julgamento cristão, do cristão aberto à boa ciência, ao conhecimento e à própria independência do Brasil nesse campo.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o meu posicionamento, é o posicionamento do Partido Socialista Brasileiro, que vê com bons olhos essas pesquisas que foram interrompidas no Brasil há três anos, em decorrência de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, enquanto que outros países estão na dianteira, avançando cada dia mais, tornando viáveis os embriões e tornando viável a vida do seu semelhante.

É da maior importância que nos conscientizemos de que o Supremo Tribunal Federal, interpretando, como vai interpretar, a nossa Constituição, veja a saúde pública do Brasil como prioridade número um.

Tanto isso é verdade, Sr. Presidente, que a nossa Constituição estabeleceu obrigatoriedade marcante na aplicação de recursos públicos advindos da União, dos Estados e dos Municípios, em percentuais definidos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Se isso não fosse importante, não se tirava o dinheiro da sociedade para aplicar na cura de doenças como Aids, em cirurgias do coração, dos

rins, do fígado e em tantos outros procedimentos financiados pelo SUS, com dinheiro da sociedade, com dinheiro do contribuinte. E, com esse mesmo dinheiro do contribuinte, a Nação poderá, com o aumento da arrecadação, por meio do Fundo Nacional da Saúde, implementar programas de apoio a essas pesquisas; pesquisas que também podem ser apoiadas não só pelo setor público, pela União, pelos Estados e pelos Municípios, mas também pela empresa privada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, eu já lhe dei dois minutos. Quanto tempo a mais V. Ex^a precisa para eu não ficar apertando a campainha a todo momento? Dois minutos?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Um minuto. Quero agradecer a V. Ex^a, mas acho que o essencial eu já falei. Agora quem vai falar mais alto é o Supremo Tribunal Federal.

Agradeço a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Quero aproveitar a presença do ex-Presidente Sarney, para parabenizá-lo pelo brilhante discurso sobre a situação de fronteira brasileira com o evento Equador-Colômbia e a preocupação com a Venezuela, repercussão importantíssima para que este Congresso saiba realmente, não só pela experiência de V. Ex^a como Presidente, mas pela visão político-geográfica que tem. Acho que o seu discurso é a linha a ser percorrida pelo Presidente da República. Desculpe-me cumprimentar V. Ex^a daqui da Mesa. Seria utopia falar mais a respeito do seu conhecimento, mas calou fundo a coragem dos dois discursos sobre o assunto.

Com a palavra o Senador Mário Couto pela Liderança do Minoria

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Fora do microfone.) – Muito obrigado a V. Ex^a pela sua generosidade.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Com a devida aquiescência do Senador Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Então, enquanto S. Ex^a chega à tribuna, V. Ex^a pode falar. Desculpe-me, Senador Mário Couto.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. O Senador Mário Couto é paciente conosco.

Sr. Presidente, hoje pela manhã, inclusive com a presença de V. Ex^a, estivemos na Gráfica do Senado, logicamente sob o comando do Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, para a inauguração de três equipamentos de impressão na Secretaria Especial de Editoração e Publicações, ocasião em que o Presidente da Casa afirmou que a instituição não merece ter uma imagem tão desfavorável perante a opinião pública.

Ao elogiar a modernização da Gráfica, o Sr. Presidente pediu que os servidores não se descuidem do que considera o patrimônio mais valioso do Legislativo: a sua honra e a sua dignidade.

Foi muito interessante o discurso do Sr. Presidente, presenciado por V. Ex^a, que, realmente, fala aquilo que nós, Parlamentares, temos de encarnar. O que temos de encarnar? A recuperação do crédito desta Casa, do Senado Federal, que não é feita apenas por nós, Senadores, não; não são só 81 servidores públicos – no nosso caso, temporários – que fazem o nome desta Casa. O que faz esta Casa é este número de servidores abnegados, que nos dão apoio parlamentar para viabilizar o trabalho que temos, representando nossos Estados. Essas pessoas são dignas e têm de ser respeitadas, sim. Inclusive, quando houver algum ato negativo de algum Parlamentar desta Casa, que o problema seja direcionado a ele; que a grande imprensa, principalmente, não o direcione à Casa. Somos apenas membros desta Casa. Que isentem os funcionários de qualquer ação errada do Parlamentar e que se respeitem aqueles Parlamentares – que são a maioria absoluta aqui ou, afirmo, todos – que têm honrado o nome do seu Estado, os votos que recebem.

Lá, o Senador Efraim Morais também fez uso da palavra, louvando a modernização da Gráfica; o Diretor da Casa, Dr. Agaciel, também.

Quero dar os parabéns ao Diretor da Gráfica, Julio Pedrosa, que, realmente, sabe conduzi-la.

Então, peço a todos os Senadores que façam uma visita à Gráfica e vejam que ela é, realmente, orgulho para todos nós. Como disse o Senador Presidente, Garibaldi Alves: “Quando entrei aqui, tive a sensação de que se tratava de uma instituição privada.” Jamais se pode pensar que uma instituição pública, diante de tanta propaganda negativa que se faz contra o serviço público, pode apresentar uma gráfica da qualidade que tem a do Senado Federal. Talvez seja uma das dez melhores gráficas do mundo e a terceira entre os senados dos demais países. Isso é um orgulho para todos nós, brasileiros, e para nós daqui, do Senado, por termos a oportunidade de reconhecer, nos servidores do Senado Federal, o preparo para bem nos assessorar.

Sr. Presidente, eu queria deixar registrado isso e agradecer a V. Ex^a, que é um dos participantes ativos

da Casa, bem como o ex-Presidente José Sarney, que conduziu esta Casa em duas legislaturas, pela modernização da Gráfica. Parabéns a V. Ex^a, Presidente Sarney, aqui presente, e aos demais que não estão presentes. Reconheço, Sr. Presidente, sua ação nesta Casa, que fez com que o sistema de comunicação do Senado Federal passasse a ser eficiente e respeitado em todo o Brasil.

Aproveito também para registrar que tomou posse, assumiu o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o Coronel Abud, uma figura extremamente competente que, logicamente, fará com que o Corpo de Bombeiros mantenha sua respeitabilidade e eficiência aqui, no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes. Cumprimento-o por ter trazido ao conhecimento do Plenário o evento que demonstra o amor que os funcionários desta Casa têm pela atividade de infra-estrutura de apoio aos Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto, pedindo-lhe desculpas pela interferência.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Por nada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, hoje, eu ia fazer um pronunciamento a respeito dos problemas do meu querido Estado do Pará – há muito, venho catalogando vários problemas do meu Estado, para relatá-los aos nossos Pares do Senado –, mas estamos num movimento, Senador Paulo Paim, que merece todo o respeito desta Casa e das autoridades brasileiras, que é a questão dos aposentados. Eu, V. Ex^a e outros Senadores, tenho certeza, não abriremos mão do problema, enquanto ele não for solucionado. Chegamos ao limite, Senador! Chegamos ao limite! Não temos mais condições de aguardar, aguardar e aguardar soluções. Tenho certeza de que meu Estado vai entender, porque lá também residem paraenses que estão à espera dessa solução, porque lá estão também aposentados e pensionistas sofridos. Não tenho dúvida disso.

Senador Paulo Paim, a paciência acaba, Senador, no momento em que seu projeto passa nas Comissões, chega a uma Comissão e, durante quatro anos, Senador – são quatro anos! –, V. Ex^a espera que seja dado um despacho apenas a esse projeto, para que ele venha a este plenário. Olha o absurdo a que chegamos, Senador!

Não temos mais paciência; a paciência se esgotou. Os aposentados, hoje, vivem na miséria neste País. V. Ex^a, que recebe milhares de *e-mails*, sabe dis-

so, porque, nesses *e-mails*, eles explicam o sofrimento por que passam – não só V. Ex^a, bem como o Senador Mão Santa e outros Senadores também os recebem.

Acho bonito ver um Senador na tribuna; contento-me com isso, fico feliz. Senador, não faço oposição com ódio. Não sou assim. Não sou daqueles que torce para algo não dar certo. Ao contrário, amo meu País e torço para que meu País possa dar aos seus filhos uma vida digna. Mas os aposentados e pensionistas não estão tendo, neste momento, uma vida digna, e este País precisa dar a eles uma vida digna, Senador.

Nossa economia está sólida. Não temos crise internacional. Vejo Senadores aqui trazerem números da economia brasileira. Por que os aposentados não merecem o respeito dos governantes deste País?

Senador Papaléo Paes, causa-me indignação quando comparo a situação dos aposentados com os gastos do Governo; quando a comparo com os gastos dos cartões corporativos; quando a comparo com a corrupção existente neste Brasil. Os aposentados estão em situação de miséria, de penúria; estão sofrendo, sem condições de pagar sequer um plano de saúde. Trata-se daquele brasileiro que trabalhou com dignidade.

A paciência se esgotou, Senador, como a campanha, que está tocando – e hoje tenho pouco tempo. A paciência se esgotou!

Por isso, como já disse o Senador Mão Santa, combinado com V. Ex^a, que é o grande comandante, temos de fazer com que seu projeto chegue a esta Casa o mais rapidamente possível. Tenho a certeza de que não só seis ou sete Senadores estarão em vigília; tenho a certeza de que haverá muitos Senadores, a partir da próxima semana, fazendo vigília nesta Casa. E isso é o começo; é o começo.

Não vamos parar enquanto a solução não vier. Temos a obrigação de tomar conta desse assunto. Não podemos, como brasileiros, como legítimos representantes desse povo que confiou em cada um de nós, cruzar os braços nesta Casa, pensar no sofrimento dele e não buscar uma solução, custe o que custar, até o nosso sofrimento, sim, Senador.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Tenho a certeza de que muitos, muitos vão comungar com essa nossa atitude e providência.

Quero, Senador Tuma, fazer um pedido a V. Ex^a. A coisa, agora, é mais séria do que se pensava. V. Ex^a já disse, daquela tribuna, que está disposto a dar a mão a cada um de nós. Eu esperava isso de V. Ex^a, pela dignidade, honra e moral que V. Ex^a sempre mostrou nesta Casa, como político. Peço a V. Ex^a que

diga ao Presidente Garibaldi que, amanhã, essa representação de Senadoras e de Senadores quer uma audiência com S. Ex^a, se possível na parte da manhã, para que, à tarde, possamos falar da nossa decisão. Precisamos comunicar ao Presidente, com ética, que faremos a vigília na próxima semana, caso o PL nº 58, do nobre Senador Paim, não esteja pronto para ser votado nesta Casa.

Foi o limite da paciência! Foi o limite, e aqui, por várias vezes, pedimos ao Líder do Governo, Romero Jucá, que entendesse a situação dos aposentados e pensionistas e que despachasse.

Aí faço uma pergunta a V. Ex^{as}. A matéria, há nove meses, está na mão do Senador Romero Jucá. São nove meses! Há quatro anos, esse projeto está numa Comissão; há nove meses, está na mão de um Senador. Por que não o despacha? Diga “sim”, diga “não”, mas o despache Senador Romero Jucá! Despache o projeto, Senador Romero Jucá! V. Ex^a tem a atribuição de representar o Governo nesta Casa, Senador. V. Ex^a é o representante do Governo nesta Casa, Senador Romero Jucá. Nós só queremos isto: despache o projeto, para ele ser votado neste plenário.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, pergunto a V. Ex^a: de quanto tempo precisa?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Nada mais do que o tempo para ouvir nossos queridos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não sei se se pode dar aparte, mas vou deixar. Que seja bastante rápido! Vou dar-lhe três minutos; será um minuto para cada aparteante.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Só quero comunicar a V. Ex^a, que está na tribuna, que farei parte do grupo de vigília, para que o projeto do Senador Paulo Paim receba o apoio que todos temos obrigação de lhe dar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Também lembro que, na época em que o Senador Romero Jucá assumiu esse projeto, infelizmente, S. Ex^a ainda era do PSDB, quer dizer, lá vai o nosso Partido entrar no meio sem querer. Hoje, no PMDB, acho que S. Ex^a está mais ágil para fazer cumprir o que já deveria ter feito há muito tempo. Obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador.

Concedo um aparte ao Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Mário Couto, como sempre, é oportuno ouvir V. Ex^a dessa tribuna, sobretudo neste momento em que faz um pronunciamento que, certamente, seria do nosso gosto fazer também. Hoje, tivemos, na Comissão de Assuntos Sociais, uma discussão em relação a essa matéria, o PL nº 58. Esse projeto se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos. Aproveitando a oportunidade, informo aos demais companheiros Senadores que, na terça-feira, vamos exigir do Senador Mercadante que coloque na pauta a matéria, para ser votada, para que também seja votada neste plenário. Acho que isso é inadmissível. É um desrespeito o que estão fazendo contra nossos aposentados. É triste! O Governo não tem compromisso com os aposentados e com os velinhos, muitos dos quais lutaram pelo nosso País. Eles vêm passando, realmente, essa vergonha, vêm passando momentos de agruras e de dificuldades, porque o Governo Federal não tem interesse. Por isso, essa vigília é muito importante, mas, sobretudo, temos de travar aqui, Senador Mário Couto, uma verdadeira cruzada, uma cruzada no sentido de exigirmos que, no máximo daqui a 30 dias, esse projeto do Senador Paulo Paim seja aprovado e que os nossos velinhos e aposentados tenham isonomia salarial com os demais trabalhadores deste País. Muito obrigado. Parabéns pela sua fala na tarde de hoje!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Jayme.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa e, depois, ao Senador Paim, para encerrar, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, V. Ex^a, com voz vibrante, dá uma esperança para nossos aposentados, que estão desesperados. Essa é a verdade. A oração de São Francisco diz que, “onde houver desespero, leve-se a esperança”. V. Ex^a a está seguindo. Isso é muito sério. Não podemos deixar os velinhos e aposentados perderem essa esperança. Ernest Hemingway, em *O Velho e o Mar*, disse que a maior estupidez e desgraça é perder a esperança. Eles estão desesperançados. Ontem, li um *e-mail* de um senhor que se aposentou em 1984. Desde 1985, ele perambula por aqui. Ele conta que Luiz Inácio era Deputado. Levou o problema a Ulysses, levou-o a Sarney, a essa gente todinha aí. Desde 1985, está perambulando por aqui e não consegue isso. Juscelino Kubitschek, cassado aqui, num dos seus livros, disse que a velhice é triste e, desamparada, é uma desgraça. Isso é este País. O Presidente da República diz: “Não devo mais aos banqueiros. Eu sou credor. O Brasil não deve mais aos banqueiros, aos gringos”. Mas deve aos velinhos aposentados. Eu, no lugar dele – estaria muito melhor o País, Jefferson Péres –,

pagaria os velhinhos aposentados e rolaria a dívida dos banqueiros internacionais.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Para completar, concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, quero cumprimentar V. Ex^a, que, de forma muito firme, com muita diplomacia, demonstra que esse movimento no plenário é suprapartidário: não é de situação, nem de oposição, mas é de homens e de mulheres Parlamentares que não aceitam mais ficar assistindo aos aposentados e pensionistas não receberem sequer o percentual que é dado ao salário mínimo. E a indignação é verdadeira: não pode um projeto ficar, durante cinco, seis, sete, oito, nove meses, na mão de um Senador. Então, o apelo que V. Ex^a faz, e eu também, é o seguinte: Senador Romero Jucá, encaminhe o PL nº 58 ao plenário, para que possamos votar contra ou a favor. Só estamos pedindo isso. Se chegarmos ao ponto de fazer uma vigília, vamos fazê-la. Se tivermos de fazê-la, nós a faremos. Hoje, pela manhã, os gabinetes receberam documentos das entidades de aposentados, pedindo que não votemos mais nada sem que se vote, primeiro, o PL nº 58. Por isso, quero cumprimentar V. Ex^a pela firmeza e pela clareza com que faz um apelo para que votemos essa matéria. Não estamos sequer entrando no mérito. É claro que votaremos a favor do PL nº 58. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

Ao terminar, Sr. Presidente, ao descer desta tribuna, ratifico meu pedido a V. Ex^a no sentido de que seja marcada uma reunião para amanhã com o Presidente desta Casa e com vários Senadores e Senadoras, em que lhe pediremos que chame o Líder do Governo para dar um parecer a esse projeto, que está nas mãos de S. Ex^a há nove meses. São nove meses!

Não quero voltar a esta tribuna para dizer: “O Presidente Lula ganha R\$9 mil de aposentadoria por mês”. Não queremos falar isso. Não queremos falar isso. Não queremos falar isso. Queremos resolver o problema dos aposentados. Não vamos abrir mão disso.

Ontem, solicitei ao Líder José Agripino, solicitei ao Líder do meu Partido, Arthur Virgílio, e agora estou olhando para o grande Líder Jefferson Peres. Vamos dar um basta nisso. Vamos dar um basta nisso, pelo amor de Deus! O sofrimento é muito grande. A preocupação dessas pessoas, que tanto trabalharam por este País, é grande. Façam uma idéia; vamos nos colocar, por algumas horas, no lugar deles. São brasileiros e brasileiras. Falo com o coração. Eu sei da situação de muitos no meu Estado do Pará, eu sei, Senadores. Então, não se vota nada nesta Casa enquanto o projeto não vier.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O colégio de Líderes devia decidir isso e resolver a situação definitivamente.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Permite-me um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Com muita honra. Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Este projeto tem como Relator o Senador Romero Jucá. O projeto está em que Comissão?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Na Comissão de Assuntos Econômicos.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Então, Senador Mário Couto, há uma solução regimental, que eu gostaria de não utilizá-la: comunicar ao Senador Romero Jucá que, se ele não apresentar o parecer,...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pedir a outro.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Não. Nós requeremos que o projeto venha a plenário, por haver sido estourado o prazo regimental de tramitação na Comissão. É só isso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Também. É uma boa luz.

Senador Valter Pereira, peço rapidez no aparte, por favor.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Mário Couto, não posso passar ao largo dessa discussão. Convivo com muitos aposentados e conheço a dor deles. A aposentadoria é a porta do sofrimento. Indiscutivelmente, a primeira coisa que o aposentado enfrenta são os problemas de saúde, porque a aposentadoria se dá numa certa faixa etária da vida, quando o corpo começa a sofrer as conseqüências do tempo. Então, veja V. Ex^a, o preço dos remédios explode a cada dia. O aposentado que precisa recorrer – e a esmagadora maioria deles precisa – aos serviços médicos tem de arcar com o pesado ônus da compra dos remédios, da preservação da sua saúde. E toda vez que ele vai a um posto de saúde, a uma unidade de saúde, ele enfrenta a humilhação das filas, porque aquela regra que está no Estatuto do Idoso de se dar preferência a ele no momento em que existe uma fila ficou no campo da ficção. Isso ocorre nos postos de saúde, ocorre nos bancos, ocorre em todos os lugares. Não há respeito para com o idoso conforme preceitua o Estatuto do Idoso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Verdade.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Portanto, o mínimo que pode ser feito pelo idoso é resguardar o seu poder de compra, porque o momento em que ele

mais precisar desses recursos é exatamente na aposentadoria. E é nesse momento que ele está sendo confiscado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Finalmente, Presidente, concedo o aparte ao Senador Geraldo Mesquita, para, depois, encerrar o meu pronunciamento.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Agradeço a V. Ex^a. Agradeço também o nosso Presidente, Senador Romeu Tuma, pela tolerância. Mas o assunto requer que nos mobilizemos, Senador. V. Ex^a está convocando este Senado Federal a isso. O Senador Paulo Paim falava, há pouco, “que este é um tema suprapartidário”. Além de ser suprapartidário, é um tema humanitário. Então, ele está acima de qualquer outro tema nesta Casa, porque, além de suprapartidário, trata-se de questão humanitária. Portanto, V. Ex^a em boa hora chegou ao Senado Federal. V. Ex^a é daqueles Parlamentares que têm resolutividade. É disso que estamos precisando aqui: resolutividade para algumas coisas. E V. Ex^a está aí, convocando, concitando um número enorme de Parlamentares do Senado Federal. Vamos ter de partir para isso mesmo. Talvez, pela primeira vez no Senado, haja uma obstrução que não seja comandada pelos Líderes da Casa. Tomara que os Líderes tenham essa compreensão, porque, se não a tiverem, um número imenso de Senadores vai fazer a obstrução: V. Ex^a, o Senador Paim, o Senador Mão Santa, o Senador Arns e eu, um monte de Senadores farão a obstrução na prática. Os Senadores estão dizendo aqui: “Todos nós”. Tomara que os Líderes assumam essa causa, porque essa é uma causa, como disse o Senador Paim, suprapartidária; eu disse que se trata de causa humanitária. Precisamos revolver de uma vez por todas essa questão.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Presidente.

Desço desta tribuna agradecendo a todos os Senadores, nosso comandante neste assunto, Senador Paulo Paim. Vou para a minha casa, hoje, feliz. Vou rezar para N. S^a de Nazaré e para minha protetora, Santa Filomena, agradecer muito, porque vejo no rosto de cada Senador a vontade de resolver este grave problema, que afeta a todos os nossos aposentados e pensionistas. Vi, agora, todos interessados, todos os Senadores conscientes de que este problema não pode continuar afetando e maltratando os aposentados desta Nação.

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Mário Couto, como temos duas propostas diante do brilhante discurso proferido por V. Ex^a e dos apartes dos Senadores Jayme Campos e Jefferson

Péres, vou pedir as notas taquigráficas referentes ao discurso de V. Ex^a e seus apartes, para que sejam encaminhadas ao Presidente da Casa, porque lá constam todos os pedidos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas, mesmo assim, gostaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – E falarei com ele.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...de conversar com o Presidente amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Sim, ainda assim, prefiro encaminhar, porque ratifica o pedido.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço-lhe.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Faça isso, por favor, porque é inútil fazer mil discursos da tribuna. Eu já disse: há um instrumento regimental. Se o requerermos ao plenário, o projeto virá direto para cá, porque já ultrapassou o prazo de tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos. Gosto de ser objetivo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Vou pedir à Secretaria que providencie imediatamente, inclusive com a proposta de V. Ex^a.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Tuma, V. Ex^a que está presidindo esta sessão, que é da área de segurança pública, e virou uma referência no Brasil pelo trabalho que fez ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ...à frente da Polícia Federal, e como se comporta em São Paulo,...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Graças ao Presidente Sarney.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ele teve a lucidez de colocar V. Ex^a na Polícia Federal. Eu ainda era menino, lembro-me disso, mas já era seu fã. Hoje sou um juvenzinho. Eu já votei seis vezes em Camata, e ele nunca votou em mim. Quando me nasceram os dentes, ele já era Camata lá no Espírito Santo. Foi o

grande Governador da história do Espírito Santo. Meus dentes nasceram à medida que eu votava nele.

O Sr. Gerson Camata (PMDB –ES) – Foi o Dr. Sarney quem me ajudou ser um grande Governador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu sei. Porque Figueiredo queria o seu pescoço, mas depois Sarney lhe ajudou. V. Ex^a fez aquele discurso contra Figueiredo...

Meu Presidente, tenho o prazer de apresentar a esta Casa, e cumprimentar, o Pastor Marcos Pereira, que ali está. V. Ex^a já ouviu falar dele, porque é um homem da segurança pública. Esse é o homem sobre quem *O Globo* trouxe um caderno inteiro, semana retrasada. É um homem que, ao entrar no presídio, acaba com as rebeliões, e que Deus tem usado tremendamente. São centenas de ex-trafficantes dos morros do Rio de Janeiro, tirados dos presídios e das cadeias e levados para uma fazenda, onde ele tem colocado a sua vida à disposição. E esse homem foi investigado pela Polícia Federal por cinco anos. Normalmente, ao lidar com drogados, com pessoas que vêm do crime, eles acham que você protege o criminoso e a criminalidade, quando, de fato, o que interessa é a vida humana. E o índice de recuperação é tão alto, Sr. Presidente, porque o remédio, lá, é Deus de manhã, Jesus ao meio-dia e Espírito Santo à noite. Aquela rebelião trágica que houve no Rio, durante seis dias, em que deceparam cabeças dos internos e as jogavam pelo lado de fora, algo que não parava nunca, até amarravam aqueles reféns nos botijões de gás e os colocavam na frente para morrerem, o Pastor Marcos foi chamado. Entrou e acabou com a rebelião. Porque todo drogado é endemoninhado. É uma obra que se dá no mundo espiritual. Deus levantou esse homem, como levantou tantos outros que têm feito o trabalho de libertação.

Há 28 anos tiro drogados das ruas; portanto, sei exatamente o que estou fazendo. Ali está ele. Vai à Papuda amanhã, e não tenham dúvida de que os que o ouvirão lá amanhã não participarão de rebelião nem de tráfico de drogas, nunca mais, dentro do presídio, porque haverão de ter suas vidas mudadas.

Está ali o Vaguinho, que era *crooner*, o cantor de Os Morenos, de tanto sucesso no samba no Brasil, que também era drogado, viciado em droga, viciado em cocaína. Foi lavado, foi liberto, e hoje é um moço crente, que vive militando na vida dos outros.

Apresento o Pastor Cesino, que está ali, da terra da Senadora Ideli Salvatti, que promove o maior evento no Estado de Santa Catarina, o Gideões Internacionais. São 300 mil pessoas durante dez dias, dentro de um cidade em que moram 40 mil pessoas, Balneário Camboriú. O que eles fazem? É uma obra missionária, de levar esperança às pessoas no mundo. Só no Amazo-

nas, Senador Arthur Virgílio, Senadores do Amazonas, há 30 barcos nos rios, levando esperança, vida, saúde, médico, comida, uma mão estendida aos ribeirinhos. Um movimento lá de Camboriú. Portanto, apresento esse homem de quem tenho muito orgulho, que está com a família, a esposa e o filho, o Pastor Reuel.

Sr. Presidente, não tenho dúvida nenhuma de que todas as políticas públicas que adotarmos, por melhores que sejam, certamente serão balizamento e ajuda à sociedade.

Agora, eu e V. Ex^a, estamos envolvidos – e tenho certeza de que poderei contar com V. Ex^a – na CPI da Pedofilia.

Mas sabemos que a única saída para a família brasileira é espiritual. A falta de Deus na família conduz a essa desgraça que está aí, ao uso e ao abuso das drogas, ao seqüestro, à morte, à bala perdida.

Portanto, eu os apresento com muita alegria, com muito orgulho. É gente que está fazendo, gente que está investindo em vida sem dinheiro de Governo, sem decisão pessoal de disputar eleição. Fazem por abnegação e por puro sacerdócio. Por isso, Sr. Presidente, fico orgulhoso de poder apresentar esses ministérios tão importantes que vêm nos visitar hoje, aqui, nesta tarde, no Senado Federal. O Senado está honrado em recebê-los aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Mesa se solidariza com V. Ex^a e cumprimenta os Srs. Pastores a que V. Ex^a se referiu com tanto entusiasmo e emoção. Posso lhe dizer, por experiência pessoal, que a salvação, a recuperação de presos de alta periculosidade só é feita com a Palavra de Deus. Aqueles que acreditam em Deus se recuperam. Senão, não tem recuperação; por experiência pessoal.

Passo a ler um requerimento, se me permitirem, do Senador José Sarney, para votação.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 209, DE 2008

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a inclusão em Ata de um Voto de Louvor ao Dr. David Uip, no momento em que deixa a Diretoria Executiva do Instituto de Coração – INCOR.

Justificação

Trata-se de Voto de Louvor ao Dr. David Uip, pelos relevantes serviços prestados à medicina brasileira, como grande cientista e maior infectologista do País, pioneiro nas pesquisas sobre a Aids e suas formas de tratamento.

O Dr. David Uip deixa a Diretoria Executiva do Incor, onde instalou uma administração da maior efici-

ência, saneando as finanças daquela instituição, bem como as da Fundação Zerbini.

Neste momento, proponho que a Casa encaminhe ao eminente médico e cientista um Voto de Louvor, assim interpretando, também, o sentimento geral da classe médica brasileira, em que o Dr. David Uip figura como um dos nomes de maior expressão.

Sala das Sessões, 5 de março de 2008. – Senador **José Sarney**

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Osmar Dias

Romeu Tuma

Suplicy

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Há uma justificativa. Pergunto se V. Ex^a quer se manifestar ou prefere que eu leia.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Vou dizer poucas palavras, Sr. Presidente.

Cumpro, com este requerimento, um dever de gratidão, um dever de justiça e de reconhecimento ao Dr. David Uip. Trata-se de um grande cientista brasileiro, do maior infectologista do País. Foi um dos primeiros pesquisadores da Aids e também do tratamento dessa doença. No mundo inteiro, é reconhecido pelos seus méritos e pela sua capacidade. É também o chefe do programa do Brasil de ajuda aos países africanos com a pandemia da Aids naquele continente.

O Dr. David Uip se retira agora da Diretoria Executiva do Incor e da Fundação Zerbini e deixa um trabalho excepcional ali realizado, como administrador, como cientista e como médico, colocando aquele

grande Instituto a serviço da pesquisa e também da excelência em medicina no Brasil.

Dessa maneira, peço ao Senado que, comigo, tenhamos a oportunidade de louvar esse grande cientista brasileiro, que vem na mesma linha do Professor Zerbini, do Professor Pileggi e de todos aqueles que fizeram o Incor no Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PDT – SP) – Presidente Sarney, gostaria de acrescentar que V. Ex^a me autorizou a assinar o requerimento. Dia 31 de dezembro era a data máxima em que ele permaneceria à frente do Instituto do Coração. Foi feito um apelo pessoal para que permanecesse mais algum tempo, em razão não apenas das dificuldades do Instituto do Coração como do Incor de Brasília. Ele abriu mão do tempo que precisava para reorganizar sua vida e permaneceu até os dias de hoje.

Agradeço V. Ex^a por permitir que eu assinasse o documento, e o Senador Suplicy também.

Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também gostaria de subscrever o requerimento do Senador José Sarney.

Tive a oportunidade de conhecer o Dr. David Uip. Conhecendo-o, tomei conhecimento também da sua obra científica e, sobretudo, do conceito de que ele goza, não só na comunidade científica brasileira, como internacional. É uma referência na sua especialidade e, como administrador do Incor, fez um trabalho extraordinário. Eu tenho a felicidade de poder me considerar um amigo do Dr. David Uip e, assim mesmo, estou aqui para homenageá-lo como cientista e como médico de destaque que é no cenário brasileiro e internacional.

Cumprimento o Senador José Sarney por nos dar esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário e será encaminhado o voto de louvor solicitado, conforme requerimento de V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que “altera a Lei nº

9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com cobertura reduzida” que tramita em conjunto com os PLS nº 44/2004, PLS nº 187/2002 e PLS nº 113/2006, além da Comissão de despacho inicial seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 5 de março de 2008. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, XII, do Regimento Interno.

Com a palavra, por cessão do Senador Sibá Machado, o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, o Senador Antonio Carlos Júnior, pela Liderança do DEM, e, posteriormente, o Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, cumprimento o Senador José Sarney pela iniciativa, a qual também abraço, de manifestar apoio ao Dr. David Uip, que tem tanto colaborado, inclusive com a saúde de muitos dos Senadores, dentre os quais, o ex-Senador e Governador Mário Covas. Ele foi um dos responsáveis pelo atendimento, e sempre com muita atenção, conhecimento e eficiência.

Sr. Presidente, gostaria de hoje informar aos meus colegas no Senado e às brasileiras e brasileiros que amanhã sigo para Boston para participar, nos dias 7, 8 e 9, do VII Congresso Internacional da U.S. Basic Income Guarantee Network –USBIG, em Massachusetts, nos Estados Unidos. Aqui anexo o programa desse encontro. Exatamente no domingo pela manhã, estarei na mesa da qual também participarão Jürgen De Wispelaere, Editor da Basic Income Studies, o professor Phillippe Van Parijs, da Université Catholique du Louvain (Belgium) & Harvard University, numa mesa moderada pelo professor Ingrid Van Niekerk, todos considerados como uns dos maiores conhecedores da proposta da renda básica.

Na ocasião, falarei tanto da evolução da proposta no Brasil, de como estamos evoluindo no programa Bolsa Escola até que um dia toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade e condição civil ou mesmo socioeconômica, venha ter o direito de partilhar da riqueza da Nação, através de uma renda que, na medida do possível, mesmo que começando modestamente, será suficiente para atender às necessidades vitais de cada um. A ninguém será negado. Estarei ali falando de minha visita oficial ao

Iraque, onde estive, nos dias 16 e 17 de janeiro último, convidado pelo Presidente da Assembléia Nacional do Iraque ou do Conselho de Representantes do Iraque, Sr. Mahmud Machhadani e pelo Sr. Ibrahim Al Jafari, ex-Primeiro Ministro e Líder da principal coligação de governo para explicar aos ministros de Estado, aos Parlamentares, ao Presidente e Ministro da Alta Corte Suprema a proposta – que muito bem acolhida foi pelos iraquianos – de uma renda básica de cidadania para a democratização e pacificação daquela nação que, há anos, vem vivendo intensa guerra civil, tanta violência, tantas mortes.

Gostaria de aqui informar aos meus colegas que, estando presente na cidade de Boston, recebi o honroso convite do Professor Phillippe Van Parijs para não apenas me hospedar em sua residência; ele também convida os seus diversos amigos, sobretudo membros deste Congresso, para, no domingo à noite, na sua residência, estarem assistindo a documentário que apresentei no Senado Federal a respeito da visita ao Iraque. Informa ele que o debate, a discussão e a apresentação desse vídeo serão precedidos de uma explanação do Prêmio Nobel de Economia Professor Amartya Sen, dos Departamentos de Economia e de Filosofia de Harvard, que se tornou também um amigo. Quero dizer quão honrado estou de participar desse diálogo com alguns dos maiores economistas, em especial, o Professor Amartya Sen.

Eu gostaria de tecer alguns comentários sobre o artigo do editor da *Rede Globo de Televisão* e do jornal **O Globo**, Ali Kamel, denominado “Bolsa-eletrodoméstico”. Essa matéria foi lida e comentada em plenário ontem pelo Senador Alvaro Dias, que convido a estar em plenário, se possível, para dialogarmos a respeito. Fiquei preocupado com as observações de Ali Kamel, que está intrigado com o fato de uma família beneficiária do Programa Bolsa Família comprar até eletrodomésticos, como geladeira e televisão, como se uma pessoa de recursos modestos que recebe o Bolsa Família só pudesse comprar, digamos, arroz, farinha, feijão, alface e alguns alimentos que ele considera adequado.

Meu caro Ali Kamel parece que se esquece de uma das observações tão bem feitas pelo jornalista e ex-Deputado Federal quando, certo dia, em **O Globo** de Campinas, foi visitar os resultados do exemplo pioneiro do Programa de Renda Mínima associado a educação instituído pelo Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira em 1995, no mesmo tempo em que, no Distrito Federal, o Governador Cristovam Buarque instituiu também o Programa Bolsa Escola.

Naquela oportunidade, alguns gestores do Programa de Renda Mínima associado à educação em

Campinas ficaram preocupados: “Mas como a senhora, que está recebendo esse benefício do Programa de Renda Mínima, está comprando uma dentadura? Não é isso uma distorção? A senhora está preocupada com sua beleza em vez de comprar alimentos para suas crianças e sua família?” A senhora então respondeu: “Mas minha preocupação nesses tempos tem sido minha boca, porque estou sem os dentes e não consigo sequer um emprego. Vou conversar com as pessoas, e elas se assustam porque estou sem dentes. Até para meu sustento, adquirir uma dentadura é minha primeira necessidade.”

Quem sabe, prezado Ali Kamel, qual a primeira necessidade do ser humano senão o próprio ser humano? Então, ficar preocupado que uma pessoa que recebe bolsa-família, que tem a sua modesta remuneração, passe a ter maior segurança, conforme os pesquisadores disseram, e passe a ter maior tranquilidade para adquirir, a prestação, uma geladeira, um televisor, algo que inclusive vai possibilitar à família guardar os seus alimentos, tê-los na geladeira, obviamente isso é algo de primeira necessidade. Ou ter um televisor no qual poderá assistir os programas editados pelo Ali Kamel, na *Globo*. Porque muitos programas ali são até importantes para a educação.

É claro, Ali Kamel está preocupado com a educação. Muito bom. É claro que é importantíssima a educação, mas a garantia de uma renda é algo importantíssimo para a própria possibilidade de as pessoas se educarem. Então, quero ter oportunidade de um diálogo olho no olho com Ali Kamel, que escreve um artigo assim num dos principais jornais brasileiros, com a responsabilidade de ser também um dos editores do *Jornal Nacional*, do *Fantástico* e da *Globo*.

Então, quando ele diz no seu artigo de ontem, lido pelo Senador Alvaro Dias, que:

Na realidade, o programa transfere, mas não gera renda. O consumo só aumentaria se a propensão de consumir dos beneficiários do Bolsa-Família fosse maior do que a propensão dos que pagam imposto e que tornam o programa possível, o que é improvável.

Ele aqui está errado. O programa Bolsa-Família, todas as pesquisas demonstram... Vou pedir que seja registrada a análise do Centro Internacional de Pobreza, que questiona “Todas as transferências de renda diminuem a desigualdade?” num estudo comparativo entre os programas Chile Solidário, Oportunidades no México e Bolsa-Família, em São Paulo e no Brasil, conclui-se que a desigualdade no México e no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Suplicy, só queria um favor de V. Ex^a: que respire fundo, pois estou preocupado. E me diga quan-

tos minutos V. Ex^a ainda precisa, pela importância do seu discurso.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Três minutos é o suficiente?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Acredito que sim.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Suplicy, um apartezinho?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Deixe-me só terminar esta frase.

Aqui se assinala que a desigualdade, no México e no Brasil, caiu 2,7 pontos. Diversas pesquisas realizadas, entre outros, por Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, têm mostrado que o Brasil, que estava, ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000, com o índice de coeficiente Gine de desigualdade acima de 0,60, hoje, está com o coeficiente já próximo de 0,55. E precisamos caminhar nessa direção.

Senador Marcelo Crivella, caminharemos mais depressa nessa direção, se, do Bolsa-Família, caminharmos na direção da renda básica incondicional para todos.

V. Ex^a tem uma oportunidade porque poderá, como candidato a Prefeito, até fazer do Rio de Janeiro uma das cidades pioneiras na instituição da renda básica de cidadania.

Quero lhe dar o aparte para lhe dizer que me coloço à disposição, seja do Prefeito César Maia hoje, seja dos diversos candidatos a Prefeito do Rio de Janeiro – seja o Molon, do PT, seja o Deputado Fernando Gabeira, que também possivelmente estará disputando a eleição com V. Ex^a. Eu quero ajudá-los a instituir exemplarmente uma renda básica de cidadania no Rio de Janeiro, como farei em São Paulo e nas demais cidades, para que todas venham a ser exemplos da instituição dessa renda em cooperação com o Governo do Presidente Lula e com o Ministro Patrus Ananias.

Tem V. Ex^a o aparte, Senador Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, o pronunciamento de V. Ex^a é motivador, é emocionante e é, acima de tudo, brilhante. V. Ex^a, como economista, sabe que a transferência de renda vai causar demanda; a demanda vai causar o investimento; o investimento vai trazer produção; a produção vai trazer trabalho e o consumo volta a aumentar. É assim que acontece nas sociedades modernas. É bom lembrar que o índice Gini mede a desigualdade dos países; a do Brasil é 0,55. Mais desiguais do que nós só os países da África. Os países da América Latina são

menos desiguais que o Brasil. V. Ex^a tem toda a razão. Gostaria de lembrar, uma vez que está em discussão no Supremo Tribunal Federal as células-tronco, que V. Ex^a e eu votamos a favor da pesquisa. Não há – digo isso como um homem religioso – amparo na Bíblia para se votar contra a Lei da Biossegurança. Há discussão jurídica, mas não bíblica e religiosa. Lá na Bíblia, na época de Moisés, já se falava em distribuição de renda. O dízimo era isto: todos pagavam 10% do que ganhavam, e era dado aos pobres. Na hora de segar o campo, como dizia a lei de Moisés, era proibido pegar as espigas que caíam no chão; elas ficavam para os pobres e para os passarinhos. De sete em sete anos, perdoavam-se todas as dívidas e, de sete vezes sete, perdoava-se a servidão e devolviam-se os terrenos. Veja V. Ex^a que nos primórdios da nossa espiritualidade já havia a preocupação que V. Ex^a hoje manifesta aqui. O consumo é fundamental. Não importa se é o feijão; não importa se é manufaturado. A China está fazendo hoje um grande progresso porque sua população pobre teve acesso aos produtos manufaturados. Parabéns a V. Ex^a, que mais uma vez nos brinda com um brilhante pronunciamento. E se Prefeito for, quero contar com o apoio de V. Ex^a no Rio de Janeiro, para procurarmos diminuir a desigualdade naquela cidade.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella. Coloque-me, desde já, de pronto, à disposição de todos os candidatos a Prefeito, para pensarmos juntos na cidade de Ali Kamel, a fim de chegarmos à renda básica de cidadania, que já é lei. Parece que ele, embora editor de **O Globo**, ainda não se deu conta da Lei nº 10.835 e nem das suas vantagens. Ele ainda não analisou quais os processos de transferência de renda que existem nos países em desenvolvimento. Nos Estados Unidos, 21,5 milhões de famílias recebem o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, o EITC. Um trabalhador que recebe US\$10 mil por ano recebe R\$4 mil a mais, 40%, que obviamente o torna mais produtivo, com maior grau de satisfação.

Se nós brasileiros não nos dermos conta de que já existem programas dessa natureza e precisamos fazer ainda melhor, com desenho melhor, estaremos sendo menos competitivos. Qual o melhor desenho? A renda básica universal. Qual é a prova disso? Se Ali Kamel quiser prestar atenção eu lhe direi: está nos Estados Unidos. Ele precisa levar a Rede Globo ao Alasca para verificar a distribuição igualitária para os 700 mil habitantes do Alasca, desde que ali residindo a um ano ou mais. Tem sido pago nos últimos 25 anos algo como 6% do PIB igualmente para todos, que compram os mais diversos produtos. Cada um escolhe no que gastar. Isso fez do Alasca o mais igualitário dos 50

Estados norte-americanos, levando a sua economia a crescer mais com mais estabilidade.

Deveria também, como responsável pela informação, levar a Rede Globo até a Namíbia, que começou a instituir exemplarmente, para 1.005 habitantes de Otjivero Villa, desde janeiro deste ano, uma renda básica igual para todos, estimulada pela coalizão, pela instituição de uma renda básica universal ali na Namíbia, inclusive pelo bispo Kameta, um dos grandes entusiastas desta proposição. Se ele quiser saber quais os cientistas que consideram isso importante, eu o convidarei para participar do diálogo com o prêmio Nobel de Economia Amartya Sen e o Professor Philippe Van Parijs, que na Universidade de Harvard dão um curso sobre justiça e instituições, em que analisam, Senador Romeu Tuma, quais as instituições que poderão levar a um maior grau de justiça na sociedade.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– A abolição da escravidão elevou o grau de justiça na sociedade. Se proporcionarmos a todos os meninos e meninas educação de boa qualidade, de maneira universal – e neste ponto estou de acordo com Ali Kamel –, obviamente estaremos elevando o grau de justiça na sociedade.

Amartya Sen, quando eu estive na sala de aula ouvindo-o, na melhor universidade do mundo, disse: “Neste curso, vamos examinar em que medida a instituição de uma renda básica incondicional, defendida pelo professor Philippe Van Parijs e pelo Senador Eduardo Suplicy, do Brasil, que aqui está, vai elevar o grau de justiça na sociedade”.

E tenho a certeza de que, se fizermos um amplo debate, convido Ali Kamel para fazer isso onde ele quiser. Pode ser em qualquer plenário, em qualquer faculdade ou nas favelas do Rio de Janeiro. Quero com ele, primeiro, o Bolsa-Família, que é, sim, um programa positivo. E está enganado o Líder José Aníbal quando o criticou, no jornal de hoje, dizendo que o Programa Bolsa-Família não tem exigências; tem as mesmas exigências que havia no Bolsa-Escola, acrescentadas às do Bolsa-Alimentação.

Mas um dia nós iremos chegar à incondicionalidade, como acontece hoje com os ricos, que podem receber, como proprietários do capital, juros, lucros e aluguéis sem quaisquer exigências de comprovação de que estejam trabalhando ou que suas crianças estejam nas escolas; entretanto, eles trabalham e colocam suas crianças nas melhores escolas. Então, porque não estender a todos, ricos e pobres, o direito inalienável de participar da riqueza da Nação, recebendo uma renda como direito de ser brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Muito obrigado a V. Ex^a.

Queria pedir licença ao Senador Antonio Carlos e perguntar-lhe se poderia dar a palavra ao Senador Tião Viana, porque ele quer fazer um comunicado sobre embrião antes do julgamento. E, a pedido do Senador Tasso Jereissati, também, eu pediria licença a V. Ex^a, sem prejuízo de, em seguida, V. Ex^a usar da tribuna.

Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior a permuta.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, trago um comentário ao Plenário do Senado Federal em uma hora em que o Ministro Celso Mello externou que seria a decisão mais difícil da história do Supremo Tribunal Federal e que diz respeito ao debate sobre a constitucionalidade ou não da Lei nº 11.105, do dia 24 de março de 2005, a chamada Lei de Biossegurança, que foi devidamente votada no plenário do Senado Federal.

Aquela época, houve um grande debate nesta Casa, com o envolvimento e a presença da comunidade científica, peregrinando por todos os corredores e gabinetes, em intensas e freqüentes reuniões. O Senador Tasso Jereissati foi o autor da emenda que definiu o art. 5º da Lei de Biossegurança, que, não tenho dúvida, é a lei que norteia hoje o amparo aos argumentos científicos, jurídicos e de mérito sobre a constitucionalidade da matéria.

Vivemos um debate em que estava envolvido apenas um interesse científico localizado em nome da ciência, um debate localizado pelas religiões, em nome do princípio religioso, um debate enfocado pela sociedade nas suas mais diversas matizes culturais, jurídicas, ideológicas, de princípios de toda a natureza. Não tínhamos um ponto de equilíbrio entre os limites da ciência e da religião, a compreensão jurídica sobre uma matéria dessa relevância para a humanidade.

O que dispõe o art. 5º, que é o grande dispositivo que abre a possibilidade de essa matéria ser compreendida hoje no Supremo Tribunal Federal?

De autoria do Senador Tasso Jereissati, ele assim estabelece:

É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições:

I – sejam embriões inviáveis.

Olhe bem, Senador Romeu Tuma: “Sejam embriões inviáveis”.

E estabelece ainda:

II – Sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta lei, ou que, já congelados na data da publicação desta lei, depois de completarem três anos, contados a partir da data do congelamento.

§1º Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores:

§2º Instituições de pesquisa e serviços de saúde que realizem pesquisa ou terapia com células-tronco embrionárias humanas deverão submeter seus projetos à apreciação e aprovação dos respectivos comitês de ética em Pesquisa.

§3º É vedada a comercialização do material biológico a que se refere esse artigo e sua prática implica o crime tipificado [...]

Então, tomamos uma decisão que é das mais sérias da história republicana: encontrar um limite de compreensão e de aceitação sobre uma legislação tão difícil e que o Brasil tinha de decidir em relação ao uso das células-tronco embrionárias para fins científicos.

O que temos ao lado disso? Debate sobre fé, religiosidade, as dificuldades jurídicas para compreender se a Constituição assegura ou não autorização a esse tipo de norma legal; o debate da pressão da ciência sobre a sociedade; o debate dos segmentos sociais vítimas dos mais distintos acidentes que levaram a doenças degenerativas, a traumas que deixaram as pessoas incapacitadas e que têm uma gota de esperança na vida, que a ciência possa lhes permitir um acesso à reintegração na sociedade.

E temos as contradições no meio disso tudo. Eu não falo com qualquer inocência num debate como esse. Pelo menos – e tenho convicção porque sou pesquisador da área médica, da área científica –, 80% dos cientistas envolvidos em pesquisas básicas neste País prestam um serviço muito mais ao lucro dos laboratórios do que à ciência pura propriamente dita. Eu não tenho nenhuma dúvida de que a sociedade, vítima das doenças degenerativas incapacitantes, tem o direito de ter uma gota de esperança no horizonte da nossa ciência pura e pedir ajuda a ela, e o Estado brasileiro tem de dar resposta.

O que tínhamos? O Senador Tasso Jereissati reconheceu. Tínhamos um descarte. Todo mês ou toda semana há embriões sendo jogados no lixo, descartados. Então, que se abra uma exceção para que esses embriões que estão indo para o lixo possam ser

usados a favor da ciência, porque não há serventia, não há uso para esses embriões.

Foi essa a chance que a lei teve de ser aprovada no Senado Federal. Muitos dizem: “Não é fácil, sou um apaixonado pela vida, sou apaixonado pelo direito de uma pessoa lutar pela sua saúde, e vou defender”. Mas não é tão simples assim.

Tenho aqui a memória da legislação internacional em que também se pautou o trabalho do Senador Tasso Jereissati. Quando iniciamos a análise do trabalho, verificamos que as pesquisas começaram em 1940; hoje já há incubadora de óvulos que vão ser colocados em amadurecimento para implantação, aplicação em citoplasma humano de espermatozoides para geração de embrião.

O que a lei diz no Canadá? Que está proibida a clonagem, está proibida a venda de sêmen, está proibida a barriga de aluguel. Isso no Canadá, Estado com marco civilizatório avançado. Nos Estados Unidos, nove estados têm legislação sobre a matéria, todos banindo a clonagem reprodutiva e abrindo algumas exceções, como Califórnia e Nova Jersey, que a permitem em algumas condições. A França, que é um Estado avançado, até 2004 estabeleceu como regra para o estudo das células-tronco a decisão de uma comissão nacional de bioética que regulasse a matéria. Nem em lei a França queria que fosse tratada essa matéria, porque é um assunto difícil. Em 2004, aprovou em lei e estabeleceu que deveria haver, podendo ser utilizados pelo prazo de cinco anos, os embriões excedentes. Mas lá também, um País avançado civilizatoriamente, não se diz que é fácil fabricar embrião para ter consumo embrionário para servir supostamente à ciência.

Então, é um debate difícil em todo canto. O Reino Unido travou sérias restrições e estabeleceu que, desde que aprovada pela agência nacional que regulamenta a matéria, não aceitando a criação de embriões para fins de pesquisa. Apenas a Holanda, a Finlândia, a Suécia e a Coreia do Sul estão aceitando a produção de embriões e seu uso com restrições sobre células-tronco.

A Espanha está de porta fechada para esse debate; a Itália é muito restritiva. Então, é um debate que não é fácil. Aqueles que querem trazer o simplismo para esse debate, achar que é apenas um passo a favor da vida, estão enganados.

O Senador Tasso Jereissati teve o cuidado de ouvir a comunidade científica, as suas necessidades, de ouvir técnicos, setores da religião e disse: “Pois bem, o impasse é esse: temos um embrião que está indo para o lixo; está sendo jogado fora porque não tem mais o que fazer por ele. Então, que nos permitam o direito desses embriões servirem à ciência, o que daria para

atender em mais de cinco anos, pelo menos”. E seria o suficiente, porque o estudo com células-tronco embrionárias, células-tronco de adultos está avançando e sendo possível para uso.

São milhões e milhões de seres humanos neste Planeta que querem uma resposta, uma saída para esse impasse. Só lamento que o debate que está sendo travado hoje no Supremo Tribunal Federal seja muito mais um debate de mérito do que de constitucionalidade. Portanto, ele não deveria ser decidido no Supremo. Deveríamos ter uma comissão nacional com autoridade que representasse as igrejas – católica, evangélica, todas elas –, as academias de ciências, o poder jurídico, o Poder Legislativo. Seria uma comissão nacional de bioética, não um Comitê de Bioética como é hoje, vindo desde 1996, mas que pudesse ser representativo de todo o horizonte e todo o pensamento plural da sociedade e achasse uma determinante.

Acho que o trabalho do Senador Tasso Jereissati abriu a chance de uma única oportunidade no difícil espaço de bioética, de religiosidade e juridicidade, para que encontrássemos uma saída. Devemos valorizar esse momento. Espero que o Supremo assim o faça.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Tião Viana, agradeço a generosidade de V. Ex^a por me atribuir o mérito dessa emenda. Na verdade, somente um caráter como o de V. Ex^a faria isso dessa maneira, porque essa emenda é nossa, nós a construímos juntos. Para ser justo, a minha emenda inicial tinha defeitos que necessitavam ser corrigidos, pois ela precisava dar todas as garantias necessárias para que os princípios éticos fundamentais que regem a sua vida, a minha vida, fossem respeitados. E, graças ao trabalho de V. Ex^a, não só como pesquisador, mas também como homem ligado à Igreja e religioso que é, conseguimos colocar na minha emenda o aperfeiçoamento necessário para que todos esses princípios fossem respeitados. É importante lembrar que fizemos aqui – e isso está sendo um pouco esquecido hoje – um imenso debate congregando todas as correntes da sociedade, religiosas e científicas, uma discussão gigantesca para que chegássemos a essa redação da emenda. Repito aqui: com uma participação, eu não diria indispensável, mas fundamental, essencial de V. Ex^a na construção dessa emenda. Eu assisti, agora, pela televisão, o julgamento do Supremo, Senador Tião Viana, e eu me lembrava do trabalho, das discussões que realizávamos juntos lá no seu gabinete. E foi até com certo orgulho, no bom sentido – lembrando-me muito desse trabalho – que vi todos aqueles juristas

usando os argumentos básicos que nós colocamos aqui, sem sermos, V. Ex^a e eu, juristas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senador Tião Viana, eu apenas gostaria de saber de quantos minutos V. Ex^a precisa, porque já concedi duas prorrogações.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Apenas para os apartes, Sr. Presidente. Se V. Ex^a puder conceder mais cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Mais cinco minutos, então. É que o assunto é tão emocionante.

Desculpe, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Vimos juristas levando para a discussão exatamente os conceitos básicos que usamos aqui para construir a nossa emenda. Portanto, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a generosidade de V. Ex^a e dizer que V. Ex^a está de parabéns porque, sem a sua contribuição essencial, essa emenda não teria chegado com a grandeza e consistência que apresenta à discussão.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, que foi o estabilizador de uma disputa intensa da sociedade, encontrando a equação legal para permitir o art. 5º da nossa Lei Nacional de Biossegurança.

Eu procurei, Senadores, a CNBB e propus a instalação da Comissão Nacional de Bioética para que ela representasse as igrejas, para que representasse o pensamento jurídico, o pensamento legislativo, o pensamento científico brasileiro, o pensamento dos usuários dos sistemas e também dos doentes nessa situação. Ela acenou com sensibilidade e apoio. Procurei a Presidência da República, que também acenou com sensibilidade e apoio. Mas até hoje ela não se constituiu. E nós estamos tendo uma decisão difícil.

Eu pessoalmente acho que os nossos juizes da Suprema Corte não entendem um debate de mérito dessa natureza. Mas vão decidir pelo mérito, não vão decidir pela constitucionalidade.

E acho que, se não fosse essa saída que o Senador Tasso Jereissati, ouvindo os segmentos, encontrou – e eu pude ajudar –, nós não estaríamos com chance de achar uma solução tampão, eu diria, porque, em cinco anos, não devemos ter mais embriões descartáveis. E o grave, Senador Tuma, é que, nesse debate... Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Eu só queria dar uma sugestão, se V. Ex^a permitisse: que as notas taquigráficas fossem encaminhadas ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com imenso prazer e muita honra.

Ouçõ os apartes do Senador Marcelo Crivella, do Senador Mão Santa e do Senador Flávio Arns, que também teve a enorme responsabilidade de expressar suas convicções que, como as minhas e as do Senador Tasso Jereissati, em termos de religiosidade, são grandes. De fé, as minhas não são tão grandes quanto as dele talvez, embora eu tente pegá-lo nessa caminhada de fé.

Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Tião Viana, a construção que nós fizemos no Senado Federal foi tão importante que, na Câmara dos Deputados, a Bancada evangélica votou contrária. Quando a lei saiu daqui e voltou para a Câmara, teve o voto e o apoio de todos eles, unanimemente. Eu acho que, pela entrevista que eu vi do Ministro Carlos Ayres, ele vai deter-se aos aspectos jurídicos dessa questão, embora, segundo os jornais de hoje, ele tenha mergulhado durante o recesso na filosofia, nas religiões – no mérito. Mas hoje o que disse é que, para seu voto, iria deter-se apenas nos aspectos jurídicos. Como V. Ex^a tocou no aspecto religioso, acho que a construção que nós fizemos aqui não foge do âmago de todo o princípio religioso, que é o amor. Aliás, Deus se define com isso. Quer dizer, nós não podemos achar que Deus, sendo amor, estaria contra o ato humanitário de se aproveitar embriões que serão jogados no lixo para pesquisa que possam tornar produtiva, por exemplo, a vida daquele que hoje é cadeirante ou tetraplégico. Então, V. Ex^a tenha a consciência tranqüila de que esta Casa, nessa matéria, cumpriu um papel extraordinário para a sociedade brasileira e espero que o Supremo Tribunal Federal não mude. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex.

Ouçõ o Senador Mão Santa e, em seguida, o Senador Flávio Arns.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, V. Ex^a, neste momento, é muito importante porque é professor universitário de doenças infectocontagiosas respeitado em Brasília e no País. E eu também, modéstia à parte, posso dizer que fui Professor de Biologia, de Fisiologia. O mundo da ciência sempre foi assim e, como cirurgião, sabemos como sofreram aqueles cirurgiões que buscavam pesquisar o corpo humano. Se abrissem uma caixa de tórax, eram vítimas de excomunhão. O mundo ficava só esperando. E aqueles que acreditaram no estudo e no trabalho é que mudaram o mundo e fizeram vir o Renascimento. E este é um momento desses, mas um dos momentos mais felizes de responsabilidade deste Senado. Lembro aqui o Senador Juvêncio da Fonseca, um dos responsáveis por esta lei. Foi o Relator. Conversou

muito comigo e lhe sugeri que buscasse os melhores pesquisadores e cientistas do País, porque isso não era assunto para leigo. E ele os trouxe. Particpei da audiência pública. Então, essa é uma lei da ciência, do saber. E, se nós não evoluirmos, os outros países vão evoluir. Nós vamos ficar no atraso, no recesso e talvez no futuro não tenhamos recursos para pagar a ciência de outros países.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a.

Senador Flávio Arns, Senador Delcídio Amaral, Senador Valadares, Senador Osmar Dias e Senador Valter Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. DEM – SP) – Eu só pediria que fossem rápidos nos apartes, por favor.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Tião Viana, eu só quero destacar, para efeitos do debate, que, quando da aprovação do Projeto de Lei aqui no Senado, eu, assim com a Senadora Heloísa Helena, votamos contra o projeto de lei – foram os únicos dois votos contrários – com um conjunto de argumentos que eu considero ainda válidos hoje em dia, particularmente no sentido de que nós não estamos falando de religião. Nós estamos falando da lei, da nossa lei, que diz que a vida começa na concepção e que dignidade e vida são asseguradas a partir da concepção. Então, foram nesse sentido os argumentos. Diz-se que os embriões são inviáveis. Ninguém tem condição de dizer se um embrião é inviável ou não. Dizer que, depois de três anos, joga-se no lixo o embrião, é a mesma coisa que dizer que a vida humana está sendo jogada no lixo depois de três anos. Também o médico deveria estar sendo processado, caso fizesse isso. Os médicos têm autorização para produzirem três ou quatro embriões e acabam produzindo 15, 17, 18 embriões em um ato de irresponsabilidade. Não existe nenhuma pesquisa no mundo – nenhuma pesquisa no mundo! – que indique algum tipo de sucesso com células-tronco embrionárias. Mas existe muito sucesso para cerca de setenta doenças com a utilização de células-tronco adultas. Inclusive os pesquisadores, em muitos países do mundo, dizem que as células-tronco adultas têm muito mais possibilidade de sucesso, muito mais possibilidade de se transformarem em qualquer tecido do corpo para a cura de doenças neurodegenerativas, ou paraplegia, ou tetraplegia, Alzheimer, ou qualquer doença nessa natureza. Então, eu considero um debate em que a verdade nem sempre está sendo exposta de maneira convincente e adequada. Eu trabalho muito na área social, inclusive de pessoas com deficiência. E, infelizmente, vejo que há pessoas achando que, com a autorização da pesquisa de células-tronco embrionária, vai-se ter a

solução – e as próprias palavras do Ministro da Saúde são nesse sentido – para os problemas. O que também não é verdade, porque, na Inglaterra, existem bancos de células-tronco embrionárias há muitos anos e não se chegou a qualquer conclusão; ao contrário do que ocorre em relação a células-tronco adultas. Sabemos que a discussão é grande, é polêmica, como V. Ex^a colocou, foi polêmica naquela época e continua sendo polêmica hoje em dia, mas ateus, que não professam qualquer religião, dizem, claramente, que essa discussão não deveria ser religiosa; deveria ser no sentido de se valorizar ou não a vida. E a vida começa na concepção. Então, toda essa discussão ética tem de ser levada em conta na expressão de toda a verdade que cerca um assunto tão complexo e que mexe com a sensibilidade, sem dúvida alguma, de tantas pessoas que esperam solução para seus problemas. Quero parabenizar V. Ex^a, sempre muito claro nos argumentos, assim como o Senador Tasso Jereissati, mas é um assunto que merece uma reflexão muito maior, com os argumentos todos sendo apresentados para a sociedade. Obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, que sempre trata com muito respeito matérias que tenham relação com seu mandato, mas não vou tapar o sol com a peneira, como se diz, Senador Flávio Arns. V. Ex^a é sabedor de que, na terapêutica reprodutiva embrionária que se usa hoje, de quatro ou cinco embriões, apenas um ou dois são viáveis; os outros vão para a descarga do banheiro depois. Isso ocorre todo dia nas clínicas de formação de embrião neste País.

Sabemos que não havia lei, que não havia norma legal dizendo o que fazer com os embriões congelados, até que votamos uma proposta legislativa da qual eu fui relator, depois do Senador Requião e do Senador Lúcio Alcântara o terem sido. Eu restringi para dois embriões por fecundação, no máximo, dizendo que não era justo jogar embrião no lixo. Sempre tapamos o sol com a peneira nisso aí. Pode visitar uma clínica de embriões para ver o que eles fazem com embriões velhos. Eles vão dizer a V. Ex^a que os estão jogando no lixo. Foi somente a partir desse ponto que nós tratamos, num divisor de águas, dizendo que em vez do descarte deveria ter o seu uso a favor da ciência. E a comunidade científica disse que, dessa forma, aceitaria porque atende a uma transição, pois daqui a alguns anos, não haveria embriões a serem descartados, porque hoje não se pode mais armazenar embriões. Não temos mais como armazenar sem o uso para a reprodução assistida.

Esse debate foi o que nos separou. Foi pouca coisa. Mas eu tenho os olhos para a verdade, que é

essa, e V. Ex^a tem outra informação, distorcida, na minha opinião, de que não se joga embrião fora. Estão jogando toda semana, nas clínicas de reprodução, porque dizem que, de quatro ou cinco, número considerado ideal pelos que trabalham com fertilização, apenas dois se tornam viáveis.

Quando há um acidente, aparecem quintúplios. Lembram-se do caso das sete crianças cuja gestação a mãe levou a termo? Eles sabem que, quando implantam sete, dois ficam viáveis. Isso está no dia-a-dia. E eu não vou tapar o sol com a peneira.

Por isso, defendemos esse argumento de ordem legal, preservando o direito dos embriões, que já estavam congelados e a lei não dizia o que fazer com eles, para que, ao invés de serem descartados, pudessem ser usados. Foi somente aí o nosso ponto de separação.

No mais, não nego que há princípios religiosos, científicos, jurídicos, filosóficos e éticos envolvidos nessa questão. O Dr. Cláudio Fonteles está debatendo por princípios religiosos, sendo que um deles, fundamental, é a defesa intransigente da vida. Nisso concordo com ele. E sei que esse é o pensamento de V. Ex^a.

Concedo um aparte aos Senadores Antonio Carlos Valadares, Delcídio Amaral e Osmar Dias.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, pois o Senador Antonio Carlos Valadares está ocupado.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Senador Tião Viana, primeiro, mais uma vez, quero parabenizá-lo pelo discurso e pelo posicionamento. Eu estava conversando com o Senador Valter Pereira e dizendo que se trata de um dos discursos mais importantes desta tarde, inegavelmente, pois trata de um tema de extrema relevância para o País, um tema delicado. Quero, mais do que nunca, registrar o trabalho que V. Ex^a desempenhou, assim como o trabalho do Senador Tasso Jereissati. Ressalto a maneira como esse processo foi conduzido no Senado. Trata-se de um assunto delicadíssimo, que foi abordado com extremo cuidado, paciência, tolerância e espírito público, além de um espírito pessoal, um espírito de preocupação com a vida. Concordo plenamente com V. Ex^a que aquilo que está sendo questionado é uma discussão de caráter religioso e não uma discussão que analisa, acima de tudo, a vida, com as ressalvas e as ponderações que V. Ex^a repetiu por algumas vezes. Portanto, para mim, foi um tremendo avanço a Lei de Biossegurança, uma das leis mais importantes votadas pelo Senado Federal, e V. Ex^a teve um papel fundamental. Espero que venhamos a manter todo aquele trabalho desenvolvido, acima de tudo, para a garantia de pessoas que precisam da tecnologia e dessa lei para continuar vivendo

e trabalhando pelo bem do Brasil. Parabéns a V. Ex^a, Senador Tião Viana, que está sempre brilhando no plenário deste Senado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT– AC) – Muito obrigado a V. Ex^a, que é um companheiro e um grande debatedor dos temas de interesse do País.

Concedo um aparte ao Senador Osmar Dias, ao Senador Antonio Carlos Valadares, ao Senador Valter Pereira e ao Senador Eduardo Suplicy, com anuência do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Eu pediria que, depois, V. Ex^a não concedesse mais apartes.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Tião Viana, quero também cumprimentá-lo não apenas pelo pronunciamento desta tarde, mas pelo papel que desempenhou, que relembro agora. Esse projeto chegou da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2005 e ficou parado no Senado até agosto de 2005. Eu, como Presidente da Comissão de Educação, avoquei o projeto – ele não passaria por lá – para relatá-lo naquela Comissão. Não podemos nos esquecer, Senador Tião Viana, da Senadora Lúcia Vânia. O tempo passa e podemos cometer esquecimentos. V. Ex^a concorda comigo que ela teve também uma participação valiosa para que construíssemos meu relatório. O relatório que apresentei inicialmente admitia a pesquisa com células embrionárias, mas sem fixar aqueles critérios – congeladas antes do quinto dia de vida e com três anos de congelamento –, porque aquelas células embrionárias – mudamos, inclusive, a terminologia – não poderiam ser, segundo a ciência, consideradas ainda embrião. Nós explicamos isso em nosso relatório, que, depois, se tornou um substitutivo do Plenário, englobando três Comissões. Então, tive o auxílio de V. Ex^a, que é um especialista, do Senador Tasso Jereissati e da Senadora Lúcia Vânia, que me propuseram uma mudança substancial no relatório que eu tinha apresentado inicialmente. E eu quero agradecer a V. Ex^a, porque ele ficou correto da forma que V. Ex^a propôs. A forma que eu estava propondo era realmente radical. E eu quero também, só para encerrar, dizer que houve, naquele momento, contatos e conversas entre o Senador Tasso Jereissati, a Senadora Lúcia Vânia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP. Fazendo soar a campanha.) – Senador, V. Ex^a me dá licença? Eu queria fazer um apelo.

O Senador Antonio Carlos está reclamando, porque ele está esperando há muito tempo. Então, eu pediria urgência, porque eu não vou deixá-lo cancelar sua inscrição por revolta contra o uso do tempo mais do que o regimental.

Desculpe-me interrompê-lo, é apenas para fazer um apelo: que ele tenha só mais um minuto de paciência, pois em seguida darei o aparte a ele.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – O meu aparte é bem curtinho, já vou encerrar. Quero dizer que o Senador Tasso Jereissati, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Tião Viana conversaram com membros das diversas religiões. Estiveram conversando com vários representantes de igrejas, e essa solução não foi encontrada só no Senado, mas conversando com a sociedade brasileira. Por isso, eu espero...

(Interrupção do som.)

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – ...salvar vidas, Senador Tião Viana. E essa lei é uma lei que pode salvar muitas vidas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que traz à memória da Casa algo que já tinha passado. Faz tempo que nós tratamos dessa matéria e foi a emenda do Senador Tasso Jereissati que mediou toda essa evolução, que passou, sim, pela Comissão de V. Ex^a, que teve esse trabalho exaustivo. É um ato de justiça esse reconhecimento.

Peço desculpas ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Tião, se V. Ex^a puder cancelar...

Agradeço e peço desculpas também.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Já cancelo e peço desculpas pelo excesso do tempo e dos apartes da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a, e parabéns!

Senador, desculpe-me o tempo usado, mas eu acho que é muito importante...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, permita-me 30 segundos só para fazer uma correção?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria realmente de me penitenciar, pois, quando fiz o aparte sobre o trabalho do Senador Tião Viana, não ressalti todo o trabalho de coordenação, tanto do Senador Osmar Dias, quanto da Senadora Lúcia Vânia, trabalhos excepcionais que eu não poderia ter deixado de enfatizar. Realmente, em função do momento e do tempo, acabei não dando essa atenção tão necessária.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Para a elegância, sempre há tempo, Senador!

Senador, desculpe-me! Espero que V. Ex^a compreenda.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Seria importante que, de outras vezes, as pessoas inscritas tivessem oportunidade de falar, porque, realmente, é um absurdo. Eu estou aqui há duas horas, aguardando a minha oportunidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o crescimento do País, para tornar-se duradouro, exige a manutenção de alguns pilares para sustentá-lo. São eles: menor carga tributária e taxas de juros mais baixas, melhoria na qualidade dos gastos públicos e marcos regulatórios claros e estáveis, que viabilizem significativos e permanentes investimentos, principalmente em infra-estrutura.

Ora, quando nos referimos à infra-estrutura, pensamos de imediato no setor de transportes: na situação deplorável em que se encontram nossas estradas; nas freqüentes crises no setor aéreo; na subutilização do nosso potencial aquaviário. Mas também nos vêm à mente as sazonais crises no setor energético, o problema com o gás boliviano, a excessiva dependência nacional da disponibilidade hidrológica, os temidos apagões.

E nos indagamos: se o País já enfrenta dificuldades no fornecimento de energia, como esse setor se comportará num cenário de maior demanda, função de um crescimento econômico desejado e perseguido por todos?

É sobre esse problema que peço a reflexão dos senhores.

Antes, porém, quero fazer um registro.

Recentemente, o Ipea foi duramente criticado por ações que sua presidência tomara, afastando alguns de seus pesquisadores, medidas essas que, na visão de muitos – e me incluo entre esses –, colocavam em risco a credibilidade de uma instituição de importância estratégica, vital para o planejamento de políticas públicas de médio e longo prazos no Brasil.

Pois bem. O relatório denominado *O PAC e o Setor Elétrico: Desafios para o abastecimento do mercado brasileiro*, de autoria de Bolívar Pêgo e Carlos Álvares da Silva Campos Neto, ambos técnicos do Ipea, demonstra, pela imparcialidade de suas análises e conclusões, que podemos seguir contando com a qualidade daquela respeitada instituição.

É justamente sobre esse relatório e suas conclusões que quero concentrar este meu pronunciamento.

Fundamentalmente, o relatório analisa se o crescimento da oferta de energia elétrica resultante do PAC

será suficiente para atender o crescimento da demanda previsto para os próximos anos.

Sr. Presidente, se, de um lado, a imparcialidade e a qualidade do trabalho nos tranquilizam em relação à credibilidade do Ipea, de outro, a gravidade de suas conclusões nos inquieta em relação ao futuro. De maneira muito bem fundamentada, baseados em dados oficiais e de entidades independentes, Pêgo e Campos Neto demonstram como é crescente o risco de o País enfrentar um significativo déficit na oferta de energia elétrica nos próximos anos, vez que os investimentos até agora previstos no PAC para o setor são insuficientes para mudar esse cenário.

Segundo eles, mesmo considerando que não haja atraso no cronograma das obras do PAC, o abastecimento até 2013 corre sério risco.

Já em 2009, se não se confirmar um regime favorável de chuvas, a insuficiência de oferta deverá ser observada.

A partir de 2010, a situação deverá estar crítica. Dados da Empresa de Pesquisa Energética apresentam um risco de déficit de 4,5% em 2010.

Para 2011, a previsão é de um déficit de 10% – o dobro do que o mercado de energia aceita como limite.

Estudo divulgado pelo Instituto Acende Brasil, entidade ligada à Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica, aponta para cenários ainda piores. Segundo o Instituto, em 2009, o risco de racionamento no Sudeste subirá para 5%, limite máximo aceitável pela Aneel e pelo Operador Nacional do Sistema.

Em nível nacional, em 2010, esse indicador aumentará para 8%, chegando a 14% em 2011, praticamente o triplo do risco máximo recomendado.

Sr. Presidente, Pêgo e Campos Matos apontam medidas que precisam ser tomadas para, ao menos, amenizar o risco de desabastecimento. No curto prazo, entendem necessário viabilizar a contratação de navios reconversores de gás natural liquefeito; defendem o aumento da capacidade das usinas térmicas movidas a bagaço de cana; e alertam para a necessidade do cumprimento dos cronogramas de entrada em operação das usinas térmicas a óleo combustível, resultantes do último leilão A-3.

No longo prazo, defendem fortemente a viabilização dos investimentos previstos para quatro importantes projetos, todos inseridos no PAC, porém com previsão de operação a partir de 2014 – somente em 2014. São eles: as usinas de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará; as usinas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em Roraima; e a usina termonuclear de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

Senhores, os dados são públicos e nos parecem mesmo preocupantes. Mesmo se saírem do papel, as obras do PAC serão insuficientes para dotar o País da infra-estrutura energética mínima necessária para suportar as exigências dos próximos anos.

O tempo é curto, muito curto, para que medidas sejam procrastinadas.

Se considerarmos os prazos usuais para maturação de investimentos no setor elétrico, 2010 já bate às nossas portas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a a compreensão e peço desculpas pelo tempo.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, porque ele disse que o senhor tem sido sempre tolerante com ele.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Um voto para o aposentado, não é, Senador Paim? Com a palavra, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente. Estou requerendo, nos termos do art. nº 199, a realização de sessão especial para o dia 4 de dezembro dedicada à memória do ambientalista e seringueiro Chico Mendes, que faleceu por assassinato no dia 22 de dezembro de 1988.

Trago o requerimento, Sr. Presidente, porque faz parte de uma série de programações que o Comitê Chico Mendes, formado por muitos militantes, muitos que conviveram com Chico, está organizando. E essa sessão faria parte também dessa programação, que deve ter seu *folder* de lançamento nos próximos dias.

Conversei com a Ministra Ellen Gracie, Presidente do STF, e com o Senador Marco Maciel, para que também o Senado faça a homenagem aos 200 anos do Judiciário Brasileiro. Na conversa que tive com a Ministra, disse que o Judiciário teve um momento muito importante da sua história para nós, que foi o julgamento dos assassinos de Chico Mendes.

Então, entendemos que a TV Justiça poderia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, estive presente, acompanhei de perto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quero até saudar V. Ex^a por isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – E levei todo o material para que a advocacia de acu-

sação pudesse ter uma participação efetiva. Participei das diligências que identificaram e prenderam o mandante e o assassino.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quero até saudar V. Ex^a e parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que teve naquele momento; o ex-Ministro da Justiça, na época advogado, Márcio Thomaz Bastos, que atuou também no caso; e a advogada da Central Única dos Trabalhadores que trabalhou também no Senado Federal e que ajudou brilhantemente naqueles trabalhos todos.

Então, o requerimento solicita essa homenagem. Submeto-o à Mesa, à apreciação de V. Ex^a, dizendo que, para nós, a imagem deste seringueiro, Chico Mendes, deve ficar na memória dos brasileiros como aquele que lutou brilhantemente por uma causa tão justa, com a qual todos nós, com certeza, temos grandes compromissos. E agradeço a tolerância do Senador Paulo Paim por este momento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 199, a realização de Sessão Especial no dia 4 de dezembro, dedicado à memória do ambientalista e seringueiro Chico Mendes, falecido em 22 de dezembro de 1988.

Justificação

Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, tinha completado 44 anos no dia 15 de dezembro de 1988, uma semana antes de ter sido assassinado. Acreano, nascido no seringal Porto Rico, em Xapuri, se tornou seringueiro ainda criança, acompanhando seu pai.

Sua vida de líder sindical inicia com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, em 1975, quando é escolhido para ser secretário-geral. Em 1976, participa ativamente das lutas dos seringueiros para impedir desmatamentos através dos “empates”. Organiza também várias ações em defesa da posse da terra.

Em 1977, participa da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. No mesmo ano Chico Mendes sofre as primeiras ameaças de morte por parte dos fazendeiros.

Em 1979, como vereador, Chico Mendes transforma a Câmara Municipal num grande foro de debates entre lideranças sindicais, populares e religiosas, sendo por isso acusado de subversão e submetido a

duros interrogatórios. Em dezembro do mesmo ano Chico é torturado secretamente. Sem ter apoio, não tem condições de denunciar o fato.

Em 1980 ajuda a fundar o Partido dos Trabalhadores no Acre. Ainda em 1980, Chico Mendes é enquadrado na Lei de Segurança Nacional, a pedido dos fazendeiros da região que procuravam envolvê-lo no “justiçamento”, promovido por quarenta posseiros, de um fazendeiro que poderia estar envolvido no assassinado de Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Brasília.

No ano seguinte, Chico Mendes assume a direção do Sindicato de Xapuri, do qual foi presidente até o momento de sua morte. Nesse mesmo ano, Chico é acusado de incitar posseiros à violência. Sendo julgado no Tribunal Militar de Manaus, consegue livrar-se da prisão preventiva.

Em outubro de 1985, lidera o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros (CNS), do qual torna-se a principal referência. A partir de então, a luta dos seringueiros, sob liderança de Chico Mendes, começa a ganhar repercussão nacional e internacional, principalmente com o surgimento da proposta de “União dos Povos da Floresta”, que busca unir os interesses de índios e seringueiros em defesa da floresta amazônica propondo ainda a criação de reservas extrativistas que preservem as áreas indígenas, e própria floresta, ao mesmo tempo em que garantem a reforma agrária desejada pelos seringueiros, marcado para março de 1989, Chico deveria assumir a presidência do CNS.

Em 1987, Chico Mendes recebe a visita de alguns membros da ONU, em Xapuri, onde puderam ver de perto a devastação da floresta e a expulsão dos seringueiros causadas por projetos financiados por bancos internacionais. Dois meses depois, Chico Mendes levava essas denúncias ao Senado norte-americano e à reunião de um banco financiador, o BID. Trinta dias depois, os financiamentos aos projetos devastadores são suspensos e Chico é acusado por fazendeiros e políticos de prejudicar o “progresso do Estado do Acre”.

Meses depois, Chico Mendes começa a receber vários prêmios e reconhecimentos, nacionais e internacionais, como uma das pessoas que mais se destacaram naquele ano em defesa da ecologia, como por exemplo o prêmio “Global 500”, oferecido pela própria ONU.

Durante o ano de 1988 Chico participa da realização de um grande sonho: a implantação das primeiras reservas extrativistas criadas no Estado do Acre, além de conseguir a desapropriação do Seringal Cachoeira, em Xapuri.

A partir daí, agravam-se as ameaças de morte, como o próprio Chico chegou a denunciar várias vezes, ao mesmo tempo em que deixava claro para as autoridades policiais e governamentais que corria risco de vida e que necessitava de garantias, chegando inclusive a apontar os nomes de seus prováveis assassinos. Em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes é assassinado na porta de sua casa.

Sala das Sessões, 5 de março de 2007. – Senador **Sibá Machado**, Senador **Tião Viana**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço a V. Ex^a que encaminhe à Mesa para votação posterior.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, eu ia falar, nesta tarde, sobre o encontro que tivemos hoje, no Ministério da Educação, com o Secretário-Executivo Eliezer Pacheco, onde foi consagrada a Escola Naval de Rio Grande, com a presença de prefeitos, deputados e vereadores de todos os partidos, em um processo suprapartidário. Mas, Sr. Presidente, eu falarei outro dia sobre a Escola Naval do Rio Grande.

Quero dizer a V. Ex^a – e é bom que o Senador Romero Jucá esteja aqui, neste momento – que estou encaminhando à Mesa dois requerimentos com a assinatura dos Srs. Líderes. Um deles é pela votação do PL nº 58, que trata dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

É bom resgatar que esse PL nº 58, apresentado em 2003, nós o aprovamos em todas as comissões da Casa. Estava pronto para ser votado em plenário. Houve um recurso e voltou para uma comissão, sendo indicado como Relator o Senador Romero Jucá.

Mediante esse requerimento, faço o apelo de que esse parecer seja dado em plenário. E aqui votaremos contra ou a favor. O importante é deliberar! Os idosos deste País – e, neste caso, são nove milhões de pessoas de cabelos brancos – estão esperando uma decisão do Senado da República.

O que não se pode é ficar com um projeto guardado. O projeto não pode ficar guardado. Não estou entrando no mérito; quero votar.

Quero adiantar um pouquinho mais e dizer que estou entrando também com o 296, que trata do fator previdenciário. Esses dois projetos vão atingir, neste País, mais de 50 milhões de pessoas. O importante para mim, no PL nº 58, que é um acordo de Senadores nesta Casa, é que a matéria seja votada. Esperamos que, no mais tardar até a semana que vem, nós deliberemos.

Quero lembrar que, no próprio PL nº 42, que trata da política de salário mínimo, também apresentamos um requerimento de urgência. Está pronto para ser votado. O que tem a ver com os aposentados? É que também tem uma emenda dizendo que se estenda aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste que é concedido ao salário mínimo. Por isso, Senador Romeu Tuma, vou entregá-lo a V. Ex^a. Espero que, sendo votadas as medidas provisórias que estão trancando a pauta, possamos votar, em primeiro lugar, esses temas que interessam efetivamente ao conjunto da população deste País.

Digo mais: já estamos aqui no Plenário. O movimento não é liderado por ninguém; é um movimento suprapartidário. São 10 ou 12 Senadores que estão dispostos a fazer um apelo ao Plenário: ou votamos a questão dos aposentados, ou não votamos nada. Um Senador disse o seguinte: “Talvez seja a primeira vez no Senado da República que a obstrução não será feita pelos líderes partidários”. Gostaríamos muito que os líderes estivessem caminhando conosco. Se não caminharem, vamos tentar, aquela bancada que tem compromisso com os aposentados e os pensionistas, fazer com que a matéria seja votada.

E cada um votará com a sua consciência, como na CPMF. Todos sabem a minha posição: eu perdi, votei e me submeti. Neste caso é idêntico. Os milhões e milhões de homens e mulheres de cabelos brancos se sentem enganados, porque todos nós falamos aqui, mas não votamos.

O apelo que estou fazendo é para que se vote a matéria. Daí vamos discutir o mérito, cada um vai defender a sua posição legitimamente.

Então, o apelo que faço, Senador Romero Jucá – e me dirigi a V. Ex^a; fiz acordo com todos os que assinaram de que falaria na sua presença, aqui no plenário –, é para que esses dois projetos...

E digo com toda a tranqüilidade: o que mais exigem neste momento é a votação do PL nº 58, independentemente de os outros também terem urgência. Entendo que não é justo, não é correto, não é honesto sequer termos um discurso para fora, e no voto nada acontece. Eu me sinto mal, constrangido em defender historicamente – por isso esse projeto é ainda de 2003 – que os aposentados deveriam receber pelo menos o mesmo percentual que é dado ao salário mínimo, e a matéria simplesmente não ser nem apreciada.

Nas comissões, nós votamos e foi unânime. Por que não se vota aqui? Houve o recurso para o Plenário? Por mim a matéria, tanto um como o outro, tinha que ir direto para a Câmara dos Deputados. Houve o recurso? É democrático, eu respeito. Houve o recurso até para ir para uma comissão? Que vá para a comis-

são, mas, pelo Regimento, conforme o art. 118, o prazo é de 15 a 20 dias.

E, há quase um ano, o projeto voltou para as comissões e não vem para o Plenário. Isso não é bom para ninguém; bom é votar. Lembro-me do inesquecível Ulysses Guimarães, que dizia: “Votem, Senadores e Senadoras, contra ou a favor, mas votem”. O que não dá é continuarmos fazendo de conta de que é para valer, e não é para valer, porque a matéria não vem a voto.

Senador Mão Santa, que pediu um aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Com a paciência e a sensibilidade do Presidente Romeu Tuma, entendo que o Presidente Collor caiu, perdeu o mandato quando os velhinhos, queridos aposentados, ganharam na Justiça 147% de aumento, e ele disse “eu não dou”. Os velhinhos a que V. Ex^a se referiu, os nove milhões, são muitos e muitos mais. Desses velhinhos aposentados, queridos, todos somos filhos, somos netos. Então, é o País todo. É o Governo que está enganando o País. De que vale Luiz Inácio ter dito “sou credor, não devo aos banqueiros”, mas dever aos velhinhos aposentados? Vamos pagá-los.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O Senador Romero Jucá está pedindo um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Não, Sr. Presidente. Logo após o Senador Paulo Paim, eu gostaria de usar da palavra pela Liderança e pelo art. 14. Já que tanto o Senador Mário Couto quanto o Senador Paim me citaram na questão do projeto, eu gostaria de registrar uma posição e as providências que estão sendo tomadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, quero concluir, fazendo mais uma vez um apelo.

Senador Romero Jucá, mais uma vez cito V. Ex^a. Há uma vontade no Plenário, de um número expressivo de Senadores, de que essa matéria seja votada. Se não for votada, informo a V. Ex^a, conforme entendimento feito: vamos trabalhar na linha de que nada seja votado.

Se for necessário, se nem for votado, e aqui os Senadores já anunciaram – Senador Mesquita Júnior, Senador Mário Couto, Senador Flávio Arns, que estou lembrando neste momento, Senador Mão Santa, enfim, inúmeros Senadores –, estamos dispostos até a fazer uma vigília cívica, não contra alguém, mas a favor da votação do PL n^o 58.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Romero Jucá, sem dúvida, V. Ex^a poderá fazer uso da palavra. Há o Senador Alvaro Dias primeiro, mas como é pelo art. 14...

Esclareço que em nenhuma vez houve referência ofensiva a V. Ex^a; somente apelo por urgência.

V. Ex^a pode usar da palavra, se o Senador Alvaro Dias permitir, porque é importante o esclarecimento. Há uma ansiedade muito grande dos aposentados para saber realmente o que vai acontecer com o projeto do Senador Paulo Paim.

Então, com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria da atenção do Senador Paulo Paim, do Senador Mário Couto, do Senador Valter Pereira, de todos os Senadores e Senadoras que trataram, nos últimos dias, dessa questão do projeto de lei referente ao reajuste dos aposentados e equipara a política de reajustes dos aposentados ao salário mínimo. O Senador Mão Santa também, que tanto tem se manifestado sobre essa questão.

Em primeiro lugar, eu queria fazer uma referência, Sr. Presidente, para dizer o seguinte: este projeto veio para a minha mão há quase um ano e, junto com este projeto, naquele momento, o Governo encaminhou para a Câmara dos Deputados uma proposta, dentro do PAC, que é uma política de reajuste para o salário mínimo, ou seja, o Brasil resolveu, em vez de ficar todo ano discutindo no Orçamento quanto seria o reajuste do salário mínimo, adotar uma política que sinalizasse, a médio e longo prazo, como se faria o reajuste do salário mínimo e, conseqüentemente, um trabalho de recuperação do seu poder de compra.

O Presidente Lula, ao longo de seu mandato, tem feito essa recuperação do poder de compra do salário mínimo, cujo reajuste tem sido acima da inflação.

Creio que o Senador Paulo Paim elaborou essa proposição – e se discute isso há muito tempo – porque, no passado, o reajuste dos aposentados não seguia nem o reajuste do salário mínimo, porque este era referenciado como o menor reajuste que se fazia numa política de pessoal.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Deixe-me...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Ou eu falo depois, pelo art. 14, já que fui citado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, eu permitirei o aparte de V. Ex^a, mas quero primeiro fazer essa configuração.

Então, o que se fez? Fez-se um projeto que procurava dar reajuste de salário mínimo aos aposenta-

dos do Governo Federal. V. Ex^a faz um projeto para o Governo Federal, para o sistema federal, com um projeto de lei.

Nós estamos discutindo essa política do salário mínimo exatamente para saber o que o País quer. Temos dois caminhos.

E não vou entrar no mérito, porque isso será discutido quando votarmos a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PR – SP) – Senador, eu pediria que V. Ex^a não concedesse apertes. V. Ex^a está dando uma explicação pessoal, pelo art. 14. Depois, pela ordem, falarão os outros.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, veja bem, temos dois caminhos: ou se recupera o poder de compra do salário mínimo acima da inflação ou se dá o reajuste ao salário mínimo igual à inflação e, efetivamente, se indexa os outros reajustes também ao salário mínimo, como era no passado. Essa é uma discussão que deve ser feita.

Eu já levantei os impactos. Na terça-feira, pautei com o Senador Aloizio Mercadante na Comissão de Assuntos Econômicos a discussão dos impactos e dos procedimentos para essa proposta. Na terça-feira, está pautado para votarmos na Comissão. E vamos discutir qual é o caminho que a sociedade e o Congresso querem.

Vou dizer o seguinte: se o caminho for indexar o salário mínimo ao reajuste dos aposentados para, de certa forma, inibir a recuperação do salário mínimo... Porque não se vai poder recuperar o salário mínimo em 10% e conceder o reajuste a todas as categorias em 10%. Isso não é possível fazer. O Presidente concedeu agora 9,21% de indexação ao salário mínimo. Não seria possível conceder a todos. Vai ser necessário fazer uma opção.

Agora, se a opção for indexar o salário mínimo ao reajuste dos aposentados, Senador Paulo Paim, eu vou transformar o projeto de V. Ex^a em uma PEC para indexar também as aposentadorias municipais, estaduais e todo tipo de aposentadoria, porque não é só o Governo Federal que tem de pagar essa conta. O aposentado que é municipal, o aposentado que é estadual, que está nos confins das cidades mais afastadas, também precisa ter o seu reajuste igual ao do salário mínimo, se for o caso.

Então, vamos transformar o projeto de lei em um PEC para conceder o reajuste a todo mundo. Essa é uma discussão que espero possamos travar na terça-feira.

Não vai ser preciso ninguém fazer nenhum tipo de movimentação ou impedir a votação. Não tinha trazido ainda porque – volto a dizer – a política de indexação, a política de recuperação do salário mínimo não está

ainda aprovada, não foi votada aqui ainda. Tanto que o Presidente teve que dar 9,21% por medida provisória, porque o PL nº 48 também não foi votado, uma vez que a pauta está trancada. V. Ex^a inclusive pediu urgência, e eu pedi também. Nós assinamos a urgência para votar essa questão.

Então, como não há política de salário mínimo, estava-se aguardando votar a política de salário mínimo para discutirmos. Há uma política de recuperação de salário mínimo; agora, qual é a política de recuperação, ou qual é a política de indexação de reajuste dos aposentados? É a do salário-mínimo? É diferente do salário-mínimo? Como é que nós vamos fazer isso? É uma discussão de profundidade. Isso não vai atingir só o Governo Federal, não. O déficit da Previdência está aí. A discussão não é aumentar o déficit, mas sim equilibrar o País.

Então, nós vamos discutir aposentados estaduais – os governos do PSDB, do Democratas, do PMDB, todos vão ter que entrar na despesa –, prefeituras, aposentadorias privadas. Vamos discutir a aposentadoria de todo mundo. Porque não é só um segmento dos aposentados que tem que ser beneficiado. Eu defendendo todos os segmentos de aposentadorias serem atendidos, Senador Romeu Tuma.

Então, na terça-feira, às 10 horas, está marcado, na Comissão de Assuntos Econômicos, esse debate. Já estou com o impacto. Só o impacto para este ano de 2008 é de R\$8 bilhões. Nós vamos ver no restante dos anos quanto será o impacto. E aí nós vamos discutir e verificar. Não é minha intenção barrar essa discussão.

Agora, eu queria trazer essa discussão para um patamar de um modelo econômico de que nós tivéssemos já os pressupostos. E os pressupostos são: política de recuperação do salário mínimo, levantamento de despesa. Enfim, como nós podemos fazer para os aposentados terem uma condição melhor de vida, porque acho que esse é o objetivo de todos nós, independente do posicionamento político.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a a explicação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Alvaro Dias, vou conceder-lhe a palavra pela ordem, rapidamente, mas não vá fazer discurso...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente, fui citado. Quero usar o art. 14 do Regimento Interno, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Citado por quem, Senador?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pelo Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tudo bem. Pelo art. 14, V. Ex^a tem preferência. Em seguida, falará o Senador Paulo Paim.

Não, ele citou todos os que estão defendendo o problema da aposentadoria. Não foi ofensivo. Não houve ofensa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Como ele usou e nós não o ofendemos, quero fazer o mesmo uso que ele fez do direito de usar o Regimento. Ele citou a mim e ao Senador Paulo Paim. O Senador Paulo Paim vai falar, e eu quero falar pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a é um excelente jurista. Entende bem mais do que eu de Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não vou botar tambor aí, só aqui na mesa. O tambor o senhor tem na mesa. Mas é claro que vou dar a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu só queria explicar que não houve ofensa. Ele fez uma explicação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Nem da nossa parte, nem da parte dele. Estamos discutindo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Foi até um elogio a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Com certeza. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Fez referência a que os senhores estão defendendo a aposentadoria igualitária, que eu também quero defender.

Então, V. Ex^a tem a palavra, em seguida, o Senador Paulo Paim e depois o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Num ponto avançamos. Pelo menos num ponto já avançamos. O Senador Líder do Governo veio à tribuna e disse que, na terça-feira, vamos votar na CAE o projeto. Já é um avanço. Discutir e votar obviamente. Não pode ser só discussão. Pelo menos já tira aqueles nove meses de espera.

Senador Romero Jucá, há vários dias venho dizendo a V. Ex^a que temos de discutir. Traga os segmentos da sociedade, traga os aposentados, vamos sentar os Senadores, vamos discutir a matéria, vamos chegar a um denominador comum. A única coisa que não podemos fazer é deixar a situação dos aposentados se prolongar por muito tempo. Isso nós não vamos deixar acontecer. Vamos sentar. É para fazer estadual, municipal, federal, não quero saber, se faz. Mas não podemos deixar a situação dos aposentados continuar assim. Isso não vai acontecer porque nós não vamos deixar. Mas já se avançou alguma coisa. Graças a Deus os Senadores, que são legítimos representantes desta sociedade, entendem que não se pode mais enganar os aposentados. Esta é a minha interferência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. DEM – SP) – Eu acredito, Senador Paulo Paim, que o interesse é de todos os brasileiros aposentados. Não há exceção de municipal, estadual e federal.

Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem. Não posso concedê-la a mais ninguém.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, é claro que faremos esse debate lá na Comissão, em qualquer espaço que entender o Senador Romero Jucá.

Em primeiro lugar, ele faz uma confusão entre servidor público e Regime Geral da Previdência.

Os servidores públicos, Senador Romero Jucá, estão amparados pela paridade. Se V. Ex^a quiser dar paridade para o Regime Geral da Previdência, a fim de que eles tenham o mesmo reajuste que é dado aos servidores públicos, está tudo bem para mim. Paridade é uma coisa, reajuste do trabalhador do Regime Geral da Previdência é outra coisa. E historicamente, neste País – V. Ex^a está equivocado também –, não pense que sempre foi dada somente a inflação para o aposentado. Houve anos, inclusive no Governo Lula, em que foi dado o mesmo percentual para o salário mínimo e para os aposentados. E também nos Governos passados.

Lembramos a V. Ex^a os 147% – projeto de minha autoria. Foi uma peleia que nem esta aqui: “Não dá. Vai quebrar o País...” Os aposentados se mobilizaram. Houve incidente na ponte de Florianópolis. Aprovamos os 147%, e o percentual foi pago para todos. Todos os aposentados e pensionistas receberam os 147%, e ninguém morreu.

O debate da CPMF. Não quero nem entrar agora nesse debate, mas, se precisar, eu vou entrar também, sobre a forma como foi discutida. Vamos ver como está hoje a situação da economia brasileira. Nunca esteve melhor do que neste momento. Se, neste momento,

não é possível dar sequer o percentual que é dado para o salário mínimo para os aposentados, de fato, eu me preocupo.

Mas não vamos confundir salário de servidor, que se aposenta com salário integral, que paga sobre salário integral e se aposenta com salário integral, que não tem fator previdenciário, que só pega os pobres. Vejam se a minha aposentadoria pega fator; vejam se Ministro do Supremo, Deputado Federal, Prefeito, Deputado Estadual, servidor pegam fator previdenciário. Ninguém pega o fator. Só pega o fator previdenciário quem é pobre, só quem se aposenta com seis salários mínimos para menos. É justo isso?

Então, vamos discutir. Vamos acabar com o fator e decidir o seguinte só: aposentadoria universal, igual para todos. Todos vão se aposentar com salário integral: paga sobre o integral e recebe sobre o integral. E daí, quando estiver aposentado, mantém a paridade. Se é isso que ele quer, eu assino já essa PEC, e aprovamos aqui em dois minutos.

O que eu quero somente, Sr. Presidente, é evitar que o senhor e a senhora de cabelos brancos, que estavam esperando o seu reajuste, recebam a metade do que é dado ao salário mínimo. Isso é inaceitável!

E esta Casa vai ter de se posicionar. Se é para fazer universal, vamos fazer universal, mas universal é para todos, da área pública e da área privada.

Vamos ter mais debate, com certeza, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com calma, Senador Paim, e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra pela ordem, mas peço que sejam rápidos...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Só um minutinho, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é bom lembrar o seguinte: no Governo Lula – e o Senador Paim sabe disto –, conseguimos grandes avanços, que não tínhamos no Governo passado, em relação aos aposentados. Tenho certeza de que esse fator previdenciário, que preocupa muito este Governo, tem agora uma oportunidade histórica de ser revogado por este Governo, que também fez o adiantamento do décimo terceiro dos aposentados do regime geral, o

que já é um avanço que devemos assinalar aqui. Com certeza, se construirmos aqui uma solução, o Presidente jamais vetará.

Nós precisamos, sim, Sr. Presidente – o Paim tem toda razão –, acabar com o famigerado, anômico, sem precedentes, sem igualitário, porém legítimo fator previdenciário que existe aqui no Brasil e que, a cada dia, distancia mais o salário que o aposentado recebia daquilo que deve receber. É uma injustiça, é uma infâmia. Nós vamos corrigir isso, aqui, neste plenário, Sr. Presidente, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço, por favor, pois estamos subvertendo o Regimento. O Senador Alvaro Dias está inscrito para falar.

Senador Romero Jucá, é importante a sua intervenção?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer apenas que concordo com a proposta de acabar com aposentadoria de Senador e de Deputado. A minha é do INSS. Eu não tenho especial. Então, acho que todo mundo tem de ser igual. Temos de fazer isso.

Assino embaixo a proposta do Senador Paim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Sérgio Zambiasi, peço que seja breve, porque V. Ex^a é Líder do PTB e eu estava sentindo a sua ausência. Peço que fale rapidamente, para que eu passe a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a compreensão do Líder Alvaro Dias, apenas para oferecer a nossa integral solidariedade ao movimento pró-aposentados que o Senador Paulo Paim está fazendo. Concordamos com que o Congresso faça um movimento para, definitivamente, acabar com a instituição do fator previdenciário, porque foi o maior crime que se cometeu hoje em relação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Foi um erro grave na votação.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Foi o maior crime que já se cometeu até hoje com relação aos trabalhadores da área privada. Estes estão pagando todas as contas e conseqüências. O fator previdenciário impede que um cidadão, que se aposenta com cinco salários mínimos, consiga acompanhar a inflação com seus cinco salários mínimos. O fator previdenciário é aquele detalhe pelo qual o sujeito se aposenta com cinco salários mínimos e, daqui a quatro ou cinco anos, ele chega ao Senador Paulo Paim, ao Senador Zambiasi, ao Senador Efraim Moraes, ao Senador Mão Santa e diz: “Puxa, eu me aposentei com

cinco salários mínimos e estou ganhando dois. O que está acontecendo?”

O que está acontecendo é que se trata de uma lei absolutamente injusta com relação a esses trabalhadores, que, mesmo que ganhem mais que 10 salários mínimos, só podem contribuir sobre 10, no máximo. Portanto, nenhum trabalhador da área privada ganha mais do que três mil e pouco reais no início do seu período de aposentadoria. Nenhum. A tendência é, três ou quatro anos depois, ganhar a metade, depois chegando a, no máximo, dois salários mínimos, numa injustiça brutal para quem ofereceu 30, 40 anos de trabalho, contribuindo para a sobrevivência da Previdência Social.

Essa medida injusta, realmente, é compromisso e responsabilidade do Congresso Nacional trazer ao Plenário, para que seja discutida e se acabe com ela.

Parabéns pela sua iniciativa, coragem e determinação, que tem a integral solidariedade, Tuma, do nosso PTB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, como orador inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, por apenas um minuto. Peço permissão também ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Senador Jayme Campos pode.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, quero pedir a V. Ex^a que não deixe de ler o requerimento do Senador Paulo Paim, subscrito por outros Senadores na noite de hoje.

Trata-se de um assunto de relevância em homenagem aos velhos do nosso Brasil. Os nossos aposentados não podem ser penalizados. São nove milhões de velhinhos que, hoje, estão à mercê da sorte, alguns morrendo por falta de dinheiro para comprar um vidro de remédio.

Todos nós, Senadores, devemos fazer uma vigília a partir da próxima semana em defesa dos aposentados brasileiros. Que me desculpe o Governo Lula! Que me desculpe o Líder do Governo nesta Casa, Senador Romero Jucá, Relator da matéria que hoje está engavetada na Comissão de Assuntos Econômicos. Precisamos desengavetá-la de qualquer maneira, Senador Paulo Paim, na defesa dos velhos, dos aposentados deste País. Caso contrário, somos coniventes com a miséria em que, lamentavelmente, os nossos aposentados vivem no Brasil, um País tão rico onde

os velhinhos estão morrendo por falta, muitas vezes, de dinheiro para comprar um vidro de remédio para salvar a vida.

Obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias. Peço-lhe desculpas pela confusão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como a Mesa do Senado Federal deliberou que fará uma reforma do Regimento, tenho muito esperança de que, depois da aprovação dessa reforma, todos nós passemos a respeitá-lo, porque a imagem que o Senado Federal passa para aqueles que acompanham nossos trabalhos é de profundo desrespeito ao Regimento Interno. É a Casa da maturidade política e tem de passar para a opinião pública brasileira conceito de maturidade. Certamente, não é isso que passa quando ocorre o que vem ocorrendo em praticamente todas as sessões do Senado Federal. Não estamos responsabilizando esse ou aquele Senador, mas todos nós somos responsáveis igualmente, porque agimos da mesma forma no que diz respeito ao descumprimento do Regimento Interno.

Quero, antes de tudo, apoiar a proposta do Senador Paulo Paim, que, aliás, subscrevi na condição de Líder do PSDB em nome do Senador Arthur Virgílio. Portanto, nosso partido oferece integral apoio ao pleito do Senador Paulo Paim.

Vim à tribuna, inicialmente, Sr. Presidente, com o objetivo de referir-me a um pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, que, respeitosamente, como é de seu feito, fez referência...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me concede apenas 30 segundos antes de passar para o tema que vai abordar?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Serei rápido. É só para ratificar. Exatamente na hora em que V. Ex^a fala de nosso partido, quero agradecer, porque ele sempre foi fiel às causas justas. V. Ex^a acaba de dizer que nosso partido está favorável a essa questão de aposentados, aposentadas e pensionistas do Brasil. Deixo bem claro que, se, na terça-feira, sentirmos que essa discussão se prolongará por muito tempo, haveremos de tomar decisões mais drásticas. Não tenha dúvida nenhuma. Nós já contamos hoje, graças a Deus, com a maioria dos Senadores que apóiam essa questão, porque são sensíveis à causa dos aposentados tão sofridos deste País. Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu é que agradeço, Senador Mário Couto, pela firmeza de V. Ex^a na defesa da causa comum que é o interesse público do povo brasileiro.

Eu fazia referência a pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy quando me encontrava trabalhando na CPI das ONGs. O Senador Suplicy, educadamente, repito, como é do seu feitio, especialmente quando se refere aos seus colegas, contestou argumentos expostos não por mim, mas pelo articulista do jornal *O Globo*, Ali Kamel, a respeito do Programa Bolsa-Família.

Não emiti minha opinião pessoal no dia de ontem, quando, através de uma questão de ordem, quando se votavam matérias nominalmente, encaminhei à Mesa do Senado Federal o artigo de Ali Kamel a respeito do Programa Bolsa-Família.

Não sei os argumentos esposados aqui pelo Senador Suplicy, não posso, portanto, concordar com eles nem discordar deles.

Por essa razão, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Alvaro Dias, se a Mesa puder orientá-lo, pedindo desculpas... É que ele criticou o Kamel.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O artigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O artigo, não V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu apenas quero justificar minha ausência, porque estava participando dos trabalhos da CPI das ONGs.

E é sobre essa CPI que falo agora, Sr. Presidente Romeu Tuma.

Nesses últimos dois dias, tivemos sessões de depoimentos, vários depoimentos, a começar pelos promotores do Ministério Público Federal, que fizeram um relatório sobre o trabalho de investigação judiciária, realizado até este momento, a respeito do escândalo que tomou conta das manchetes dos jornais brasileiros, especialmente de Brasília, por envolver esta histórica universidade: a Universidade de Brasília.

Já, preliminarmente, Srs. Senadores, faço questão de distinguir a instituição daqueles que a integram. A Universidade de Brasília possui tradição e história, tem de ser defendida e respeitada, valorizada por professores, por estudantes, por autoridades e pela população, porque se trata de um patrimônio da educação brasileira.

Não se trata de enxovalhar a universidade, não se trata de condená-la, mas trata-se necessariamente de condenar aqueles que, usando-a como instrumento de poder, acabam, por equívocos pessoais, por deslizamentos morais, praticando ilícitos que devem ser apurados para que a responsabilização civil e criminal ocorra exemplarmente.

Quero destacar o trabalho da Promotoria de Brasília, que já revela alguns indícios gravíssimos de irregularidades que revoltam. Aliás, imagino, Senador Mão Santa, que qualquer professor, de qualquer universidade do Piauí, deve estar assustado por saber que, em Brasília, na sua universidade, o reitor tem dois apartamentos funcionais. E mais do que isso: o reitor decora o seu apartamento com R\$470 mil reais, utilizando-se de dinheiro público destinado originalmente a despesas com pesquisa científica e tecnológica.

Eu imagino, Senador Flávio Arns, a revolta que campeia nos corredores da Universidade Federal do Paraná entre estudantes e professores que lutam desesperadamente para manter abertas as portas do Hospital de Clínicas, um importante hospital do nosso País.

Como se pode admitir que uma universidade ofereça dois apartamentos, um luxuosíssimo com cinco TVs de plasma, com a lixeira de mil reais e outros enfeites, e outros...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Compensaria fazer a abertura para a visita pública.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É evidente, Senador Romeu Tuma.

Creio que é uma forma esdrúxula de se estabelecer prioridade. É a visão estratégica de um reitor que admite ser mais importante a decoração do seu apartamento, para o seu conforto, mordomia e luxo, do que investimento em pesquisa, em ciência, em educação.

A universidade se encontra em dificuldades tais que o próprio Hospital Universitário, Senador Papaléo Paes, V. Ex^a que é médico, não encontrou condições de pagar a conta de água. O hospital não ficou sem água, as torneiras não secaram porque é um hospital. E não houve, portanto, corte no fornecimento de água ao hospital da Universidade de Brasília. Não tem dinheiro para água, mas tem dinheiro para o luxo.

É evidente que a CPI só poderia adotar providências. Vejo, ao fundo, o Relator Inácio Arruda, nossa esperança de que possamos ter um relatório final absolutamente isento, competente, que coloque o mal à luz para que o Ministério Público possa promover a responsabilização civil e criminal, que indique pessoas eventualmente responsáveis para que possam ser indiciadas, denunciadas e, sobretudo, possa propor ao País um novo modelo. Porque o que estamos assistindo, lamentavelmente, é o paralelismo, a superposição de ações; são ONGs em quantidade – não sei hoje avaliar a quantidade de ONGs existentes no País –, uma intermediação que faz com que o caminho a ser percorrido pelo dinheiro público seja longo demais,

passa por muitas mãos até chegar ao seu destino, uma burocracia lenta e perigosa.

É claro que nesse caminho por onde...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou conceder o aparte a V. Ex^a, deixe-me apenas concluir esse pensamento.

Por esse longo caminho percorrido pelo dinheiro público, encontramos cabides de emprego, encontramos janelas abertas por onde são atirados os recursos públicos irresponsavelmente; nós encontramos os aproveitadores, os traficantes de influência, enfim, os malandros de toda hora e de todo o momento, encontramos gente desonesta, mas quando o dinheiro chega ao seu destino não é mais o mesmo; o dinheiro, quando chega ao seu destino, não tem a mesma força e nem pode realizar o que deveria realizar. Não é esse o modelo que nós desejamos. Nós queremos, Sr. Presidente, que esta CPI possa oferecer uma proposta modernizadora que elimine essas intermediações desnecessárias e que reduza os riscos de corrupção, para que o dinheiro público possa ser aplicado com honestidade e correção.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa, com satisfação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a traz importantes assuntos. O que quero dizer é que a universidade, desde a sua origem, é a maior invenção da civilização, é a transferência do saber. Já Sócrates dizia: “Só tem um grande bem, o saber; só tem um grande mal, a ignorância”. Platão fez a deles e tal. Na Europa, cito Heidelberg. Na Alemanha, Heidelberg sofreu ataque de duas guerras mundiais. Nenhuma bomba sobre universidades. Todo mundo respeita universidade. Duas guerras mundiais! Atentai bem, Tuma, nenhuma bomba! Lá o Einstein estudou... É a ciência e a pesquisa. Mas, em torno da universidade, essas fundações e essas ONGs são uma verdadeira prostituição. Essa Finatec já andava prostituindo o meu Piauí antes do Governador do PT assumir. Levaram uns bandoleiros lá do Rio Grande do Sul antes de ele entrar pra quadrilha do PT. Hospedaram-se no melhor hotel, no Metrópole, tiravam 500 mil todo mês com uma reforma administrativa. Em dez meses, foram 5 bilhões, no Estado do Piauí, que precisava colocar um pronto socorro para funcionar. Isso é o Brasil. Universidade é sagrado, é o saber, é o templo, a igreja do saber. Mas, essas fundações em torno delas e as ONGs do pecado, estão levando o País, cada vez mais, à corrupção e à prostituição na educação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A Finatec a que se refere o Senador Mão Santa repassou re-

ursos, é intermediária de ONGs, de Prefeituras, de Governos estaduais no País todo. Uma fundação de Brasília tem abrangência continental, de norte a sul, de leste a oeste, exatamente porque se estabeleceu uma rede de favorecimento em que o importante não é o programa instituído, o projeto idealizado; a prioridade não é a relação custo benefício do investimento, é a relação fraterna, de amizade ou a relação partidária estabelecida ao longo da trajetória política.

Aqueles que estão próximos do Poder central acabam influenciando na distribuição dos recursos.

A Prefeitura de Maringá, no norte do Paraná, recebeu, em 2003, R\$486 mil reais pela Finatec; R\$196 mil foram repassados para a empresa Intercorp, do Sr. Luís Antônio Lima e sua esposa, Flávia. O Ministério Público da cidade está investigando. E, certamente, o Ministério Público, em várias cidades do Brasil, estão agora investigando por provocação do Ministério Público do Distrito Federal.

Eu ouço o aparte do Senador Tião Viana, com muita honra.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, desejo cumprimentar V. Ex^a por esse assunto que entendo ser da maior relevância. Mas eu sempre trago à lembrança um dado da revista *The Economist* que apresentou, em 2005, a informação de que tínhamos movimentado US\$36 bilhões, por ano, junto às organizações não-governamentais. Então, é um assunto da maior relevância que faz parte da relação dos povos com os seus Estados organizados hoje. Agora, eu costumo separar, e creio ser esse também o propósito de V. Ex^a. É uma realidade da dinâmica da governabilidade, hoje, a presença das organizações não-governamentais: elas são catalisadores, agilizam o processo de aplicação de recursos e obtêm resultados extraordinários junto às comunidades do País. Todavia, há os delinquentes que desviam conduta, que praticam crime. Isso vem desde a ditadura, com as fundações dos Parlamentares, criadas para ter dinheiro das emendas parlamentares que serviriam a supostos interesses sociais – o que não ocorria. Agora, eu acho que nós temos de ter uma nova observação política sobre as organizações não-governamentais, no sentido de que elas fazem parte da cultura do Estado brasileiro hoje: não é mais um Estado grande, e elas devem ser corrigidas nos seus cursos e nas normas legais que devem regê-las. É esse o meu entendimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço o aparte. Não discordo de V. Ex^a. Não podemos generalizar. Temos de distinguir aquelas que prestam serviços notáveis à sociedade. Necessitamos de uma regulamentação rigorosa exatamente para apartar malandros daqueles que prestam reais serviços à população.

Concedo um aparte ao Senador Papaléo Paes. Certamente o Presidente nos permitirá.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Esse é um assunto extremamente grave. O Senador Tião Viana falou com muita consciência, com muita prudência. Vejo que a situação das ONGs hoje tomou um direcionamento tal que não se consegue mais domá-las. Creio que temos de terminar com tudo e começar tudo de novo. O que faz a legislação? Facilita, agiliza as ações do Governo e tudo o mais. Só que a própria legislação, que facilita as ações de Governo, facilita também as ações de desvio do dinheiro público. É do que sabemos, do que temos notícia por este Brasil afora. Nunca me esqueço, por exemplo, que antes de o Governador atual tomar posse – e fui do palanque de S. Ex^a em 2002 –, visitei um departamento de Governo em que o cidadão que fazia auditoria me disse: “Não sei como é que pode um Estado tão pequeno possuir quase 800 ONGs”. ONGs existem, às vezes, só para assinar papéis. O dinheiro público é entregue àquele cidadão, ele assina um papel, e [o dinheiro] volta para o político que é executivo, que não é Deputado, não é Senador, não é nada disso. É presidente da República, Governador ou Prefeito. Só esses podem fazê-lo.

Vamos tirar os Parlamentares do meio. Aí devolvem para patrocinar campanhas. Isso aí é claro e evidente. Então mais do que essa fundação aqui para provar realidade não existe. Claro que existem ONGs e ONGs. Mas é um percentual insignificante. Estava dizendo para o Mão Santa: se temos dez mil ONGs, no máximo mil são sérias. É muito; 100 delas são sérias. Eu estou falando isso. E aí, Senador Tião Viana, desculpe a indignação, mas estou indignado mesmo com essa questão porque assisti a uma reunião da CPI das ONGs em que a tropa de choque do Governo, por ter a maioria, estava lá exatamente para impedir que se quebrasse o sigilo contábil das ONGs. Isso é um absurdo! Se não existe safadeza, por que não deixar quebrar o sigilo bancário ou contábil das ONGs? Isto nos cheira mal, o próprio Governo impedir que determinadas ONGs tenham seu sigilo contábil quebrado. Quero parabenizar V. Ex^a por sempre trazer a este plenário assuntos de grande importância e relevância e para a população brasileira tentar olhar também para o Executivo e ver as falhas do Executivo, que hoje sabe muito bem se esconder atrás dos Parlamentares. O Executivo consegue esconder todas as suas falhas, suas falcatruas, seus desvios de dinheiro atrás de quem? De Deputados, de Senadores, e assim ele vai passando a responsabilidade. Então temos de discutir isso com muita seriedade aqui e denunciar, sim, Governadores, presidente da República, Prefeitos, que

são os grandes responsáveis pelo desvio de recurso público por meio das ONGs.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes. V. Ex^a conhece o assunto. Rapidamente e com competência, fez o desenho da realidade.

Veja, Sr. Presidente, como é apaixonante este tema. Eu teria vários itens de abordagens porque foram muitos os depoimentos nesses dois dias, mas fiquei apenas em uma parte do primeiro item. Portanto, a extensão desse problema é exatamente reconhecida até quando o abordamos da tribuna do Senado Federal.

Mas a nossa esperança, Senador Papaléo Paes, é que agora, diante da realidade que vimos nesses dois dias, a Bancada do Governo colabore, para que possamos aprovar, sim, a quebra de sigilo, a começar pela Finatec, e de outras pessoas envolvidas, já citadas pelo Ministério Público, a fim de aprofundarmos as investigações e fazer com que essa CPI não decepcione, não frustre a sociedade brasileira e possa, ao final, apresentar o resultado que dela se espera.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Alvaro Dias, hoje houve, na Comissão de Educação, uma audiência pública sobre a fundação Universidade de Brasília e as fundações universitárias. Por sorte nossa, estiveram presentes o Dr. Bandarra, Procurador-Geral do Distrito Federal, acompanhado de um procurador especialista em fundações. Ele fez algumas propostas de modificação da legislação, pelo abuso do terceiro setor, que vem desvirtuando, quase que por unanimidade, os objetivos de bem servir à população.

O discurso de V. Ex^a vem ao encontro disso e, talvez, seja importante um seminário para se tirar uma nova legislação, sem prejuízo da apuração e da responsabilização criminal daqueles que praticaram o delito que está sendo apurado pelo CPI.

Muito obrigado. Desculpe-me.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A CPI tem essa responsabilidade. É um fórum aberto para esse debate. E, certamente, ao final, através do Relator Inácio Arruda, apresentará uma proposta de mudança na legislação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Sobre a mesa, requerimento do Senador Tião Viana, que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 211, DE 2008

Requeiro, conforme as tradições desta Casa e nos termos do art. 218 do Regimento Interno, que

seja consignado, nos **Anais** do Senado, voto de pesar pelo falecimento, no dia ontem, de Océlio de Medeiros, escritor, poeta, professor, advogado e ex-deputado federal.

Justificação

Océlio de Medeiros, falecido no dia 4 de março de 2008, em Brasília, aos 90 anos de idade. Foi deputado federal pelo PSD do Pará, de 1959 a 1967.

Neto de Benedito Monteiro, um dos coronéis da Revolução Acreana de 1903, apaixonado pela história acreana, dedicou-se durante mais de 50 anos à pesquisa sobre a brava trajetória de nosso herói Plácido de Castro.

Brilhou em muitas áreas. Pedagogo, foi professor primário no Pará e de retorno ao Acre foi diretor de Educação, na década de 40, quando também ocupou o cargo de diretor da Imprensa Oficial do Estado. Esteve a serviço, como auxiliar de Gabinete Civil, dos Presidentes Dutra, Café Filho, Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek. Foi delegado do Tesouro Nacional em Nova York, EUA, 1950-1955. Consultor Jurídico da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia; tendo publicado vários livros na área do Direito e Economia – **A Repressão**, 1942; **Direito e administração territorial**, 1946; **À margem do planejamento econômico da Amazônia**, 1948; além das teses sobre Sistemas de direção das empresas, Sistema tributário brasileiro, Direito e administração, Territórios federais, O Governo Federal no Brasil; Reorganização municipal, Anais da Comissão de Valorização Econômica da Amazônia, A organização e administração dos territórios federais, Municipalização dos serviços, Problemas fundamentais dos municípios brasileiros, e ainda The Brazilian plan for the economic development of the Amazon region. Poeta inveterado publicou **Jamaxí, a poesia do Acre**, 1979; **Desde quando o verde era mais verde**, 1990; **Ante o Conflito de Culturas e o Confronto das Estruturas**, 1990; e já neste milênio **Bolpebra (Opereta Bagunçada)/Mirações Acre, na gleba de oração da Ayuasca**, 2003 e **Só sonetos**, 2005. Uma pessoa de curiosidade e talentos memoráveis.

Por suas inestimáveis contribuições à cultura e educação brasileiras ele faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 5 de março de 2008. – Senador **Tião Viana**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Há uma justificação.

Pergunto ao Senador Tião Viana se quer fazê-la pessoalmente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Então, tem V. Ex^a a palavra para encaminhar.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Océlio de Medeiros, figura ímpar na história da Amazônia, faleceu no dia 04 de março de 2008, com 90 anos. Foi Deputado Federal pelo PSD do Pará de 1959 a 1967.

Era neto de Benedito Monteiro, um dos coronéis da Revolução Acreana de 1903. Apaixonado, em toda a sua vida, pela história do Acre, dedicou-se durante mais de 50 anos à pesquisa sobre a brava trajetória do herói da Pátria Plácido de Castro.

Brilhou em muitas áreas. Pedagogo, foi professor no Pará e de retorno ao Acre foi Diretor de Educação, na década de 40, quando também ocupou o cargo de Diretor da Imprensa Oficial do Estado. Esteve a serviço, como auxiliar de Gabinete Civil, dos Presidentes Dutra, Café Filho, Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek. Foi delegado do Tesouro Nacional em Nova York, de 1950 a 1955. Foi Consultor Jurídico da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Publicou vários livros na área do Direito e da Economia – *A Repressão*, em 1942; *Direito e Administração Territorial*, em 1946; *À Margem do Planejamento Econômico da Amazônia*, 1948; além das teses Sistemas de direção das empresas, Sistema tributário brasileiro, Direito e Administração, Territórios federais; *O Governo Federal no Brasil*; *Reorganização Municipal*, *Anais da Comissão de Valorização Econômica da Amazônia*, *A Organização e Administração dos Territórios Federais*, *Municipalização dos Serviços*, *Problemas Fundamentais dos Municípios Brasileiros* e ainda um estudo de economia sobre a Amazônia: *The Brazilian Plan for the Economic Development of the Amazon Region*.

Poeta inveterado, publicou *Jamaxí, a poesia do Acre*, em 1979; *Desde quando o Verde era mais Verde*, em 1990; *Ante o Conflito de Culturas e o Confronto das Estruturas*, em 1990; e, já neste milênio, *Bolpebra (Opereta Bagunçada)*, *Mirações Acre, na gleba de oração da Ayuasca*, em 2003 e *Só Sonetos*, em 2005.

Era uma pessoa de curiosidade e talentos memoráveis.

Por suas inestimáveis contribuições à cultura e educação brasileiras, ele faz jus à homenagem póstuma que ora proponho. Era um amante profundo da Amazônia e das causas da responsabilidade do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Aloizio Mercadante,...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, trata-se de uma comunicação inadivél. Eu só queria informar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Eu só queria colocar o requerimento em votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) –

Em votação o requerimento do Senador Tião Viana.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21.

.....
XIII – organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios;

.....” (NR)

“Art. 22.

.....
XVII – organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

.....” (NR)

“Art. 48.

.....
IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal;

.....” (NR)

Art. 2º Sem prejuízo dos preceitos estabelecidos na Lei Orgânica do Distrito Federal, aplicam-se à Defensoria Pública do Distrito Federal os mesmos princípios e regras que, nos termos da Constituição Federal, regem as Defensorias Públicas dos Estados.

Art. 3º O Congresso Nacional e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, imediatamente após a promulgação desta Emenda Constitucional e de acordo com as suas competências, instalarão comissões especiais, destinadas a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional à matéria nela tratada.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos quanto ao disposto no art. 1º, decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

Justificação

A Constituição da República de 1988 outorgou à União a competência para organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal. Contudo, materialmente, a União nunca exerceu essa competência.

Por outro lado, desde 1987 o Distrito Federal possui o Centro de Assistência Judiciária – CEAJUR/DF, órgão distrital, que, desde então, vem exercendo as funções da Defensoria Pública do Distrito Federal, e é assim conhecido pela sociedade.

O CEAJUR/DF conta, atualmente, com cento e cinquenta e sete procuradores de assistência judiciária, que exercem a função de defensor público, bem como com cerca de quatrocentos servidores e dois mil estagiários colaborando com o atendimento à população carente do Distrito Federal. Somente no ano de 2007, foram atendidas mais de duzentos e oitenta mil pessoas.



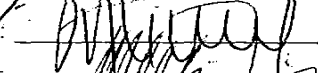
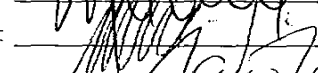
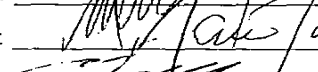
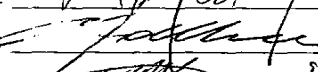
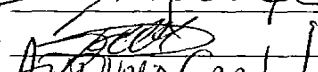
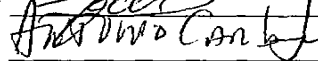
A presente proposta visa apenas adequar o Texto Constitucional à realidade, transferindo da União para o Distrito federal as atribuições de organizar e manter a sua Defensoria Pública, à semelhança do que ocorre em todos os Estados da Federação.

Ressalte-se que essa transferência não gerará qualquer ônus para os entes, uma vez que o CEAJUR/DF já é mantido pelo Distrito Federal, previsto tanto na sua Lei Orgânica quanto em leis distritais.

Por essas razões, propugnamos pela aprovação da presente Emenda Constitucional, que resolverá os problemas de conflito de competência entre o Distrito Federal e a União, no que se refere à Defensoria Pública do Distrito Federal, dando condições de garantir atendimento cada vez mais digno aos cidadãos necessitados do Distrito Federal.

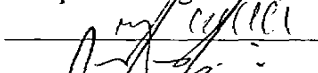


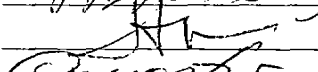
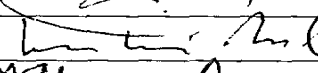
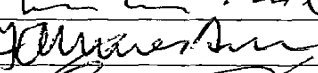
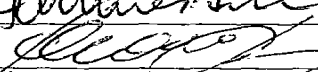
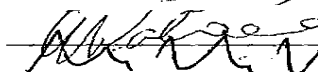
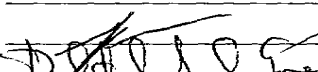
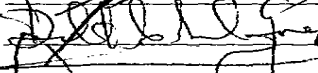
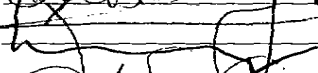
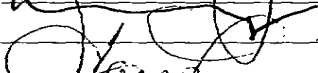
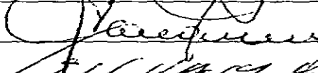
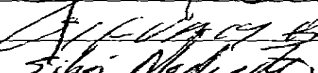

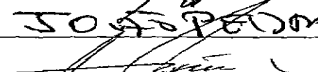
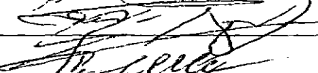
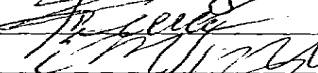

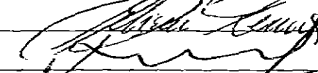
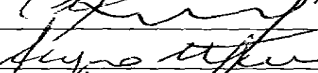
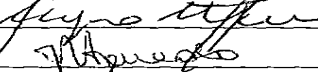
Sala das Sessões, 5 de março de 2008.

ASSINATURA DOS SENHORES SENADORES

01 Assinatura:  Nome: GILVAN ALBUQUERQUE
 02 Assinatura:  Nome: PAULO ROBERTO
 03 Assinatura:  Nome: JOÃO VICENTE CLAUDINO
 04 Assinatura:  Nome: EXPEDITO GOMES
 05 Assinatura:  Nome: PAULO AUGUSTO
 06 Assinatura:  Nome: GILBERTO GOELLNER
 07 Assinatura:  Nome: ANTÔNIO CARLOS
 08 Assinatura:  Nome: ANTÔNIO CARLOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº _____, DE 2008

Altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

09 Assinatura:  Nome: JOÃO CARLOS
 10 Assinatura:  Nome: AMÍLCAR CAMPESES
 11 Assinatura:  Nome: VAGNER PEREIRA
 12 Assinatura:  Nome: GERALDO MESQUITA JR
 13 Assinatura:  Nome: OSMAN DIAS
 14 Assinatura:  Nome: FERNANDO
 15 Assinatura:  Nome: M. MAGALHÃES
 16 Assinatura:  Nome: MANOEL
 17 Assinatura:  Nome: ANTARES
 18 Assinatura:  Nome: ANTÔNIO CARLOS
 19 Assinatura:  Nome: FLÁVIO
 20 Assinatura:  Nome: WOMERCEL
 21 Assinatura:  Nome: DECILSO
 22 Assinatura:  Nome: MANOEL
 23 Assinatura:  Nome: MANOEL
 24 Assinatura:  Nome: TASSO
 25 Assinatura:  Nome: SIBA
 26 Assinatura:  Nome: SIBA
 27 Assinatura:  Nome: JOSÉ
 28 Assinatura:  Nome: ADELMI
 29 Assinatura:  Nome: EDUARDO
 30 Assinatura:  Nome: ROMEL
 31 Assinatura:  Nome: EDUARDO
 32 Assinatura:  Nome: ELISEU
 33 Assinatura:  Nome: ROMERO
 34 Assinatura:  Nome: ALCIR
 35 Assinatura:  Nome: JOSÉ

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE
1988

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ÍNDICE TEMÁTICO
Vide texto compilado
PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

CAPÍTULO II
DA UNIÃO

Art. 21. Compete à União:

- I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;
- II - declarar a guerra e celebrar a paz;
- III - assegurar a defesa nacional;

IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

V - decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

VI - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII - emitir moeda;

VIII - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

~~XI - explorar, diretamente ou mediante concessão a empresas sob controle acionário estatal, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União.~~

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 8, de 15/08/95.)

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

~~a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações;~~

a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 8, de 15/08/95.)

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

~~XIV - organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária e a ferroviária federais, bem como a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e dos Territórios;~~

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII - conceder anistia;

XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XIX - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI - estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

~~XXII - executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira;~~

XXII - executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXIII - explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

~~b) sob regime de concessão ou permissão, é autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;~~
~~c) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;~~

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;
(Incluída pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

XXV - estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - serviço postal;

VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII - comércio exterior e interestadual;

IX - diretrizes da política nacional de transportes;

X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - trânsito e transporte;

XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV - populações indígenas;

XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII - organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII - seguridade social;

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

XXV - registros públicos;

XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;

~~XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;~~

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX - propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Seção II

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~

~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 154, DE 2008

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre a Petição nº 10, de 2004, de iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, referente ao Programa de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados.

RELATOR: Senador FLÁVIO ARNS

I – DESCRIÇÃO

A Câmara dos Deputados encaminhou ao Senado Federal, mediante Ofício GP-O/1263/04, de 15 de outubro de 2004, o Programa de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados. O referido documento, transformado no Senado Federal em Petição nº 10, de 2004, é composto de três projetos: Acessibilidade Física/Intervenções Arquitetônicas, Sensibilização/Capacitação e Acessibilidade Digital/Tecnologia.

II - ANÁLISE

Os projetos orientam a realização de ações com vistas a proporcionar às pessoas com deficiência, sejam elas servidoras, parlamentares ou visitantes, maior acessibilidade às instalações físicas, ao ambiente digital e aos serviços disponíveis na Câmara dos Deputados. Os projetos são implementados por servidores da Casa, cuja área de atuação tenha maior afinidade com o tema.

No plano do Projeto para Acessibilidade Física/Intervenções Arquitetônicas, os produtos esperados abrangem a adequação de vagas de estacionamentos e rampas; o rebaixamento de guias e redimensionamento de calçadas; o remanejamento e adaptação de mobiliários urbanos (telefones, caixas de correio, postes de luz, tampas de inspeção das concessionárias); e a disponibilização de percursos entre os edifícios do Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados e acessos. Abrangem, também, a adequação de rampas, escadas, elevadores, pisos, portas, janelas, sanitários e demais ambientes de uso comum, entre outros.

Nos aspectos de monitoramento e avaliação, estão previstas vistorias para acompanhamento da execução dos projetos e das reformas de

acordo com o cronograma previsto e com a elaboração de relatórios e vistorias regulares para verificação das instalações e da sinalização. Também está prevista a realização de pesquisa de opinião junto ao público interno, bem como coleta de dados dos visitantes.

O Projeto de Sensibilização e Capacitação, o segundo dos três projetos que compõem o Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, tem como objetivo instituir ações para combater o preconceito e a discriminação, além de permitir a inserção das pessoas com deficiência nos ambientes físico e virtual da Casa.

Os produtos esperados para esse projeto incluem uma campanha de sensibilização para o público interno, com programação periódica e permanente relativa a temas de interesse ou à questão das pessoas com deficiência no sistema de comunicação da Câmara. Incluem, também, uma programação cultural sobre assuntos ligados à questão das pessoas com deficiência; uma cartilha de sensibilização e orientação sobre a questão das pessoas com deficiência; e a capacitação de servidores da Câmara que possuam algum tipo de deficiência.

O projeto contém ainda previsão para ações de monitoramento e avaliação, tais como o estabelecimento de indicadores, pesquisas de opinião, relatórios e caixa de sugestões para as pessoas interessadas.

O terceiro projeto que compõe o Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência é o Projeto de Acessibilidade Digital/Tecnologia, que tem como objetivo principal tornar os recursos da informática um instrumento de inclusão social.

Importa informar aos membros desta Comissão que, em agosto de 2003, a Comissão Permanente de Acessibilidade do Governo do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais e à Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal – CORDE/DF foi convidada pela Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência desta Comissão a realizar uma visita ao Senado Federal, para efetuar análise da estrutura física e de comunicação. Como resultado dessa visita, foi elaborado o “Relatório Síntese da Visita ao Senado Federal”, com sugestões de soluções para os problemas que impediam as pessoas com deficiência de circular pelo Senado Federal e ter acessos aos serviços disponíveis nesta Casa.

No citado relatório, foram levantados 65 (sessenta e cinco) pontos considerados como barreiras às pessoas com deficiência no Senado Federal.

Tomando por base esse trabalho inicial, a administração do Senado Federal envidou esforços para remover os obstáculos então existentes, elaborando programa assemelhado ao da Câmara dos Deputados - **O Programa do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência**, que ganhou força em 2005, com a iniciativa da Presidência do Senado em promover a valorização institucional da pessoa com deficiência.

O Programa do Senado subdivide-se em três áreas de atuação: Acessibilidade da Infra-estrutura Urbanística e Predial; Capacitação, Informação, Sensibilização e Valorização; e Acessibilidade à Informação.

O subgrupo da Acessibilidade da Infra-estrutura Urbanística e Predial tem como objetivo planejar e executar ações de adequação da infra-estrutura predial e urbanística do Senado Federal, tornando-a acessível para a pessoa com deficiência. No que se refere aos produtos esperados, a relação dividida entre arquitetura, urbanismo e transporte, apresenta, dentre outros, produtos como adequação de vagas de estacionamento, rebaixamento de guias, redimensionamento de calçadas, remanejamento e adaptação de mobiliários urbanos, construção de percursos entre os edifícios que compõem o complexo do Senado, implantação de sinalização visual, tátil e sonora, e a adaptação da frota de veículos e aquisição de triciclos motorizados para a circulação na ambiência interna do Senado Federal.

Das ações acima listadas, grande parte já foi realizada, passando então o Projeto à etapa de acompanhamento e adequações porventura necessárias. Cabe lembrar que o Palácio do Congresso Nacional é edificação tombada pelo patrimônio histórico nacional, devendo cada intervenção predial estar em conformidade com essa prerrogativa. Tal é o caso do Plenário do Senado, cujo projeto de reforma com plenos recursos de acessibilidade encontra-se em fase final de elaboração pelo escritório do arquiteto Oscar Niemeyer, com previsão de execução para dezembro de 2008.

O Projeto também apresenta previsão de ações em monitoramento e avaliação do trabalho do subgrupo, considerando ações como vistorias, pesquisas de opinião e caixas postais de correio eletrônico para sugestões (acessibilidade@senado.gov.br e valoriza@senado.gov.br).

O segundo subgrupo que integra o Programa, intitulado Capacitação, Informação, Sensibilização & Valorização, tem como objetivo promover uma cultura de inclusão social dentro do Senado Federal, tornando a instituição capaz de receber adequadamente as pessoas com deficiência. Dentre os objetivos específicos destaco a intenção de disponibilizar profissionais capacitados para atender às pessoas com deficiência, realizar periodicamente censo para apurar os servidores com algum tipo de deficiência, capacitar esses

servidores, se necessário, promovendo-lhes a acessibilidade no local de trabalho, além da realização de campanhas motivacionais.

Merece destaque, no programa do Senado Federal, o item “Ações Desenvolvidas”. Dentre as muitas ações desse subprograma, menciono o estabelecimento de convênios de cooperação técnica na área da acessibilidade e valorização da Pessoa com Deficiência com as Assembléias Legislativas estaduais, já tendo até o presente momento sido firmados os termos com as assembléias do Rio Grande do Sul, Paraíba e Amazonas. Essa iniciativa visa compartilhar as experiências e resultados obtidos no Senado Federal com aquelas Casas de Leis, incentivando-as a realizarem programas assemelhados, com metodologia e resultados bem definidos.

Outra iniciativa do Programa do Senado, e que tem sido levada a efeito sob o patrocínio desta Comissão, sempre em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tem sido a realização de audiências públicas em datas comemorativas, tais como o Dia Internacional da Síndrome de Down em 2007, e por ocasião da Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, desde 2005. A experiência tem mostrado que ocasiões como essas representam momentos de reflexão e debate, que proporcionam um significativo envolvimento da sociedade como um todo, ocasião em que as próprias pessoas com deficiência podem manifestar-se acerca de seus direitos e aspirações. Vide tabela I que segue.

Tabela I – Datas comemorativas das Pessoas com Deficiência.

Datas comemorativas das Pessoas com Deficiência.	
Dia do Surdo-Mudo	23/fev
Dia Internacional da Síndrome de Down	21/mar
Dia Nacional do Parkinsoniano	4/abr
Dia Nacional da Luta Antimanicomial	18/mai
Dia Nacional do Teste do Pezinho	6/jun
Dia da Saúde Ocular	10/jul
Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho	27/jul
Dia Nacional da Saúde	5/ago
Semana Nacional do Excepcional	21 a 28 de agosto
Dia do Excepcional	22/ago
Dia Nacional da Divulgação e Conscientização da Fibrose Cística	5/set
Dia Nacional do Cego	17/set
Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência	21/set
Dia Mundial da Saúde Mental	10/out

Datas comemorativas das Pessoas com Deficiência.	
Dia do Deficiente Físico	11/out
Dia Mundial e Nacional da Osteoporose	20/out
Dia Nacional da Surdez	10/nov
Dia Mundial e Nacional do Diabético	14/nov
Dia Nacional dos Ostomizados	16/nov
Dia Internacional da Pessoa com Deficiência	3/dez
Dia da Criança com Deficiência	9/dez
Dia Nacional das APAES	11/dez
Dia do Cego	13/dez

Também merecem menção a realização das campanhas promocionais “Com nossas diferenças somos todos iguais”, “Aprendendo com nossas diferenças” e “Pessoas que fizeram a diferença, pessoas que fazem a diferença, e você, que diferença pode fazer?”, a publicação da cartilha de sensibilização e orientação sobre a questão da pessoa com deficiência, entre outras publicações, além da estruturação de audioteca com gravações em voz de Leis para pessoas cegas.

Atualmente a ação de maior significado do Programa tem sido a realização anual da “Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência”, que já faz parte do calendário institucional da Casa, constituindo-se de evento informativo-cultural, que visa o aprimoramento das práticas de inclusão e valorização da pessoa com deficiência na Casa e que conquistou o reconhecimento das pessoas com deficiência, de Entidades que as representam e dos órgãos de governo ligados ao tema.

Avançando para além do mérito administrativo pertinente ao tema, o Programa do Senado focaliza a elaboração legislativa da Casa, acompanhando o desenrolar de relatorias de projetos de leis ligados aos direitos das pessoas com deficiência, com o objetivo de favorecer-lhes uma tramitação mais célere, conforme tabela II que segue:

Tabela II – Projetos de Lei em tramitação no Senado (atualizada em fev/2008).

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ementa
PDS 424 de 2003	CCJ	Pronto para pauta da comissão	Susta o inciso I do artigo 38 do Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, da Presidência da República. (Dispõe sobre o percentual reservado aos candidatos portadoras de deficiência física para provimento de cargos em comissão ou de confiança).
PEC 049 de 2007	CCJ	Aguarda por designação de relator	Altera a redação do § 2º do art. 230 da Constituição Federal, para garantir a gratuidade do transporte coletivo urbano e intermunicipal à pessoa com deficiência.

PLC 030 de 2002	CE	Aguarda por designação de relator	Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências.
PLC 060 de 2006	CDR	Com a relatora Sen. Patrícia Saboya	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para acrescentar normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência em hotéis e similares.
PLC 079 de 2007	CCJ	Com o relator Sen. Wellington Salgado	Altera o art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. (Substitui a expressão: "alienada ou débil mental" por "apresenta deficiência mental").

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ementa
PLC 086 de 2004	CAS	Pronto para pauta da comissão	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, dispondo sobre o acesso de pessoas portadoras de deficiência nos estabelecimentos financeiros. (Determina que estabelecimento financeiro fica obrigado a manter porta auxiliar que garanta acesso de pessoa portadora de deficiência, obesa, gestante, idosa ou com dificuldade de locomoção).
PLC 099 de 2007	CCJ	Aguarda por designação de relator	Acrescenta inciso XX ao caput do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. (Prevê penalidade para estacionamento irregular, em vaga para pessoas portadoras de deficiência física).
PLS 008 de 2006	CCJ	Com o relator Sen. Eduardo Suplicy	Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores da deficiência física conhecida como "Síndrome da Talidomida" e dá outras providências.
PLS 009 de 2002	CE	Aguarda por designação de relator	Altera o artigo 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches, ou entidades similares, e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência.
PLS 017 de 2004	CAE	Pronto para pauta da comissão	Dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da insenção do IPI, na aquisição de automóveis.
PLS 019 de 2006	SGM	Aguarda por inclusão em ordem do dia	Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, portadores da deficiência física conhecida como "Síndrome da Talidomida" e dá outras providências.
PLS 063 de 2003	CCJ	Pronto para pauta da comissão	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático.

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ementa
PLS 066 de 2004	CDH	Com o relator Sen. Inácio Arruda	Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, para incluir entre os beneficiários do passe livre os portadores de doenças graves e incapacitantes, inclusive em empresas de transporte aéreo quando o motivo da viagem for, comprovadamente, para fins de tratamento médico, e dá outras providências.
PLS 080 de 2003	CAE	Com o relator Sen. Aloysio Mercadante	Altera o artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o benefício de prestação continuada da Assistência Social aos idosos e aos portadores de deficiência carentes.
PLS 112 de 2006	CCJ	Pronto para pauta da comissão	Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dá nova redação a dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e acrescenta dispositivos às Leis nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (Dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de deficiência).
PLS 123 de 2006	CAE	Com o relator Sen. Sibá Machado	Dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência.
PLS 125 de 2002	CCJ	Com o relator Sen. Tasso Jereissati	Altera o artigo 57 da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997, para obrigar os partidos a transmitir a propaganda eleitoral em linguagem oficial para deficientes auditivos.
PLS 125 de 2007	CAS	Com o relator Sen. Romero Jucá	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.
PLS 132 de 2007	CAE	Pronto para pauta da comissão	Concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de necessidades especiais.

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ementa
PLS 145 de 2003	SGM	Aguarda por inclusão em ordem do dia	Acrescenta parágrafo ao artigo 57 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", estendendo ao paraplégico a aposentadoria especial após vinte e cinco anos de trabalho.
PLS 164 de 2006	CCJ	Aguarda por designação de relator	Acrescenta o art. 11-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para excluir de sanção a pessoa portadora de deficiência que deixar de cumprir obrigações eleitorais.
PLS 179 de 2004	CAE	Pronto para pauta da comissão	Acrescenta o § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, excetuando a aposentadoria no valor de um salário mínimo do cálculo da renda mensal per capita para a percepção do benefício da prestação continuada.
PLS 204 de 2006 Compl.	SGM	Aguarda por inclusão em ordem do dia	Torna obrigatória a expedição em braile de documento de arrecadação de receita tributária.
PLS 210 de 2003	CAE	Pronto para pauta da comissão	Dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis por entidade beneficente de assistência social para transporte escolar de pessoas portadoras de deficiência.
PLS 250 de 2005 Compl.	CAS	Com o relator Sen. Romero Jucá	Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência.
PLS 252 de 2005 Compl.	SGM	Aguarda por inclusão em ordem do dia	Dispõe sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados do regime geral de previdência social portadores de deficiência.
PLS 257 de 2007	CCJ	Aguarda por designação de relator	Acrescenta parágrafo ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre a implantação de sinalização de trânsito destinada às pessoas portadoras de deficiência visual.

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ementa
PLS 262 de 2007	CCJ	Aguarda por designação de relator	Altera o art. 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para permitir a utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos cursos e exames de habilitação de condutor portador de deficiência auditiva.
PLS 272 de 2003	CAE	Com o relator Sen. Aloysio Mercadante	Dá nova redação ao § 3º do artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. (Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal do benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Previdência Social - LOAS à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família).
PLS 285 de 2007	CCJ	Aguarda por designação de relator	Acrescenta o art. 59-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que Estabelece normas para as eleições, para garantir o direito ao sigilo do voto eletrônico ao eleitor portador de necessidade especial de caráter visual.
PLS 296 de 2003	CAE	Com o relator Sen. Romero Jucá	Altera o artigo 29 da Lei 8213, de 24 de julho de 1991, e revoga os artigos 3º, 5º, 6º e 7º da Lei 9876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social.
PLS 307 de 2006	CAE	Com o relator Sen. Valter Pereira	Concede isenção do IPI na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas.
PLS 312 de 2003	CAE	Pronto para pauta da comissão	Altera a Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social.

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ementa
PLS 333 de 2004	CAS	Pronto para pauta da comissão	Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 que "Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências".
PLS 334 de 2005	CAS	Com a relatora Sen. Serys Shessarenko	Dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebidos por um membro da família, no cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício para outro integrante.
PLS 339 de 2007	CDH	Com o relator Sen. Flávio Arns	Acrescenta dispositivo à Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para incluir as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual.
PLS 346 de 2003	CAE	Com a relatora Sen. Patrícia Saboya	Altera a Lei nº 8687, de 20 de julho de 1993, para isentar do Imposto sobre a Renda parte dos rendimentos do trabalho percebidos por pai, mãe, tutor, curador ou responsável legal por deficiente mental sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado.
PLS 358 de 2005 Compl.	SGM	Aguarda por inclusão em ordem do dia	Dispõe sobre a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados portadores de deficiência filiados ao Regime Geral de Previdência Social, conforme determina o § 1º do art. 201 da Constituição Federal.
PLS 374 de 2003	CAE	Com o relator Sen. Romero Jucá	Eleva a renda per capita familiar máxima para efeito de habilitação ao benefício de prestação continuada da Assistência Social, previsto no artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, de vinte e cinco (25) para trinta e sete inteiros e cinco décimos (37,5) por cento do salário mínimo.
PLS 382 de 2003	CAS	Pronto para pauta da comissão	Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ementa
PLS 452 de 2003	CAS	Pronto para pauta da comissão	Altera os artigos 16 e 77 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
PLS 522 de 2007	CDH	Com a relatora Sen. Patricia Saboya	Acrescenta inciso X e parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência, e dá outras providências.
PLS 568 de 2007	CAE	Com o relator Sen. Flávio Arns	Reduz a zero a alíquota das Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS na importação e na comercialização no mercado interno de cadeiras de rodas, motorizadas ou não.
PLS 646 de 2007	CDH	Pronto para pauta da comissão	Dá nova redação ao inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI aos portadores de deficiência física, dentre outros.
PLS 712 de 2007	CE	Com o relator Sen. Eduardo Azeredo	Institui a Semana Nacional de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, entre os dias 4 e 10 de dezembro.

Sobre as ações já desenvolvidas no Senado, vale ainda destacar a participação dos técnicos em eventos como a Feira Internacional de Tecnologia em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade – REATECH, realização de visitas de capacitação, a aquisição de equipamentos adequados às novas propostas de trabalho, a produção de programas para a TV Senado, a criação de Sala Acessível na Biblioteca do Senado, a elaboração de estudos para soluções de sinalização, entre outras.

Entre as ações programadas para 2008, enalteço a intenção de contratar para a Biblioteca do Senado o serviço de higienização e pequenos reparos de livros prestado pela APAE-DF, que em conjunto com a biblioteca da Universidade de Brasília – UnB, capacitou pessoas com síndrome de down para a higienização de livros. Na proposta, será conveniada com a APAE-DF a

contratação terceirizada de quatro alunos da APAE e de um supervisor, perfazendo um total de cinco profissionais no contrato.

Sob esse aspecto, a capacitação de pessoas com síndrome de down para o trabalho de higienização de livros corrobora minha convicção de que a Escola Especial bem cumpre com a missão de capacitar a pessoa com deficiência para o trabalho.

Isso posto, observo que ambas as Casas apresentam programas de acessibilidade e valorização da pessoa com deficiência assemelhados, fato coerente com a adoção de parâmetros e procedimentos padronizados, recomendados pela literatura e pelos órgãos técnicos nacionais e internacionais. Cabe reiterar que a elaboração do Programa do Senado contou com ampla participação das pessoas com deficiência, notadamente representadas pela CORDE-DF, que convidada a contribuir, esteve no Senado e realizou um importante levantamento das alterações necessárias, que em seguida foram trabalhadas pelas áreas competentes da Casa.

Menciono ainda que o Senado foi a primeira Instituição de Governo que contratou serviço especializado e permanente de interpretação em LIBRAS para atender às pessoas surdas que circulam pela Casa e à interpretação de atos públicos, como sessões plenárias, audiências públicas, além da programação da TV Senado. Ocorre, que apesar das incontáveis manifestações já apresentadas, inclusive por Senadores membros desta Comissão, infelizmente ainda prevalecem dificuldades que impedem uma ampla cobertura das atividades da Casa, o que demanda a realização de esforço concentrado para que se consiga uma cobertura mais efetiva das atividades institucionais do Senado.

Uma questão que considero oportuna para o momento, diz respeito à aproximação dos Programas do Senado e da Câmara. De modo geral, os cidadãos que acorrem ao Senado buscam também a Câmara Federal, sendo de bom alvitre que as equipes se aproximem, e que as duas Casas passem a dialogar acerca da realização de ações conjuntas, tratando de maneira unívoca a temática da acessibilidade e valorização da pessoa com deficiência no Poder Legislativo Federal. Tal medida favorecerá sobremaneira o progresso no tratamento das questões atinentes à acessibilidade e valorização da pessoa com deficiência no Congresso brasileiro.

Por fim, considerando as ações anunciadas em 2007 pela Presidência da República e pelo Supremo Tribunal Federal relativamente às questões de acessibilidade em suas instalações, convém que lhes seja dado conhecimento do Programa em curso no Senado Federal, a título de incentivo e contribuição para com os esforços que aqueles Poderes já vêm realizando nesse sentido.

III – CONCLUSÃO

Com estas considerações, recomendo que sejam adotadas as seguintes medidas:

1 – Remeter o Programa do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, sugerindo que as coordenações dos Programas de ambas as Casas estabeleçam entendimentos de cooperação relativamente ao tema, visando o eventual desencadeamento de ações conjuntas.

2 – Remeter o Programa do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência aos setores competentes da Presidência da República e do Supremo Tribunal Federal.

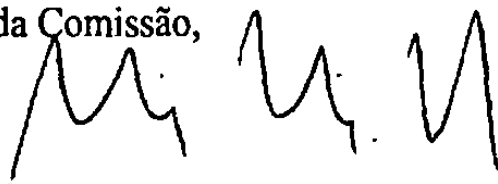
3 – Dar prosseguimento à realização de Audiências Públicas em datas comemorativas das Pessoas com Deficiência, sempre em conformidade com a agenda de trabalhos desta Comissão. Vide tabela I.

4 – Envidar esforços visando acelerar a relatoria de matérias legislativas relacionadas aos direitos das Pessoas com Deficiência em tramitação no Senado. Vide tabela II.

5 – Agendar reunião com a participação de representantes da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado – SECS, a coordenação do Programa do Senado e Senadores membros da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência desta Comissão, para identificar e eliminar as dificuldades que ainda causam obstáculo à ampla cobertura pelos intérpretes de LIBRAS na programação da TV Senado.

6 – Autuar cópia do Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal no processado desta Petição, procedendo-se em seguida o seu arquivamento.

Sala da Comissão,



Senador FLÁVIO ARNS

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PETIÇÃO (SF) Nº 10 DE 2004	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE / 2008 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba Ciarlini</i>	
RELATOR: SENADOR FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
PATRICIA SABOYA (PDT)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT) <i>Flávio Arns</i>	2- SERYS SLHESARENKO (PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT) <i>Augusto Botelho</i>	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR) <i>Expedito Júnior</i>
PAULO PAIM (PT)	4- (vago)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>
INÁCIO ARRUDA (PC do B) <i>Inácio Arruda</i>	6- IDELI SALVATTI (PT)
JOSÉ NERY (PSOL) (por cessão) <i>José Nery</i>	7- MAGNO MALTA (PR)
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
ROMERO JUCÁ	1- LEOMAR QUINTANILHA
(vago)	2- VALTER PEREIRA
(vago)	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington Salgado de Oliveira</i>	5- (vago)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU	3- RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo Colombo</i>
SALBA CIARLINI	4- ROMEU TUMA (PTB) <i>Romeu Tuma</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	5- CÍCERO LUCENA
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>	6- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>	7- MARISA SERRANO
PTB TITULARES	PTB SUPLENTE
GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>	1- (vago)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

Programa de sessibilidade valorização

Pessoa Com Deficiência

Índice

Apresentação	04
Introdução	05
Acessibilidade da infra-estrutura urbanística e predial	08
Capacitação, informação, sensibilização e valorização	14
Acessibilidade à informação	24
Resumo das atividades realizadas	31
Resumo das atividades programadas e em curso	35
Datas comemorativas das Pessoas com Deficiência	37
Projetos de Lei em tramitação no Senado	38

Apresentação

O último recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE indica que **14,5%** da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência. Além destas, há ainda **8,5%** de idosos, índice que cresce a cada dia, além das pessoas com mobilidade temporariamente reduzida, como pessoas obesas, mulheres gestantes e pessoas em tratamento médico. Somando-se todas, chega-se ao índice de **23%** da população do País, algo em torno de 40 milhões de brasileiros, que necessitam dos recursos de acessibilidade.

Sensível a esta realidade, o Senado Federal percebeu que a acessibilidade e a valorização da Pessoa com Deficiência não é um problema que se resolva de forma estanque, mas sim com o contínuo aprimoramento das tecnologias empregadas na Casa, com a simplificação da sua linguagem institucional e com o aperfeiçoamento de seus espaços físicos, de forma a possibilitar a independência da pessoa com deficiência em seu deslocamento e interação com os serviços institucionais prestados à sociedade. Além disso, contribuem sobremaneira a sensibilização e capacitação das equipes de trabalho. Questão que deve ser permanentemente objeto de avaliação e acompanhamento, a acessibilidade e valorização da pessoa com deficiência deve ser pautada pelo pleno cumprimento da Legislação vigente, propiciando ao Senado Federal um papel de destaque entre as demais Instituições governamentais nessa esfera.

Neste contexto, com a finalidade de promover a acessibilidade de seus espaços, serviços e informações ao maior número e variedade possível de pessoas, independente de suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais, criou-se o **Programa do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência**. Tendo sempre em foco a necessidade de inclusão da pessoa com deficiência no convívio diário com a atividade Pública desta Casa, este programa foi dividido nas três seguintes áreas de atuação:

Acessibilidade da Infra-Estrutura Urbanística e Predial, Capacitação, Informação, Sensibilização & Valorização e Acessibilidade à Informação.

Introdução

O Senado Federal tem uma complexa missão constitucional, e para executá-la possui grande rede de comunicação que atua nas mais diferentes formas de mídia, diversificada estrutura de serviços e amplas instalações prediais. O Palácio do Senado Federal, por sua natureza política e beleza arquitetônica típica das obras de Oscar Niemeyer, tem destaque no roteiro turístico da Capital Federal e atrai a presença de milhares de pessoas, a trabalho ou por turismo. Portanto, precisa considerar a acessibilidade quanto aos seus diferentes aspectos arquitetônicos e culturais.

A idéia de inclusão social em todos os níveis, em todos os ambientes, públicos e privados da pessoa com deficiência é parte da política estrutural do Senado Federal, que busca eliminar o preconceito sobre as diferenças individuais e coletivas e ampliar as oportunidades que propiciem o desenvolvimento da pessoa com deficiência, tanto no âmbito físico quanto intelectual, levando-as ao pleno exercício da cidadania.

O Senado Federal considera que as ações de acessibilidade e valorização da pessoa com deficiência são de regime premente e de ação continuada, em função da significativa parcela da sociedade que ainda se encontra, sob esse aspecto, excluída. Em razão da relevância que o assunto assume, as prioridades estão sendo concretizadas por meio da criação de um Programa do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, para adaptar os espaços, serviços e informações.

Programas de televisão, publicações e ações de Entidades do terceiro setor e também do Estado nos âmbitos federal, estadual e municipal, mostram que o momento é propício para esta empreitada. O assunto tem ganhado destaque em todos os meios de comunicação e reflete a crescente preocupação da sociedade. Entre as significativas ações sociais tivemos o tema "Fraternidade e as pessoas com deficiência - Levanta-te e vem para o meio", da Campanha da Fraternidade de 2006, da CNBB.

O presente programa apresenta-se dividido em três subgrupos: Acessibilidade da Infra-Estrutura Urbanística e Predial, Capacitação, Informação, sensibilização e Valorização e Acessibilidade à Informação. Este programa prevê investimentos na infra-estrutura de funcionamento, em consonância com a racionalização de recursos. Diversas das ações planejadas envolvem custos, mas, em sua maior parte, os recursos necessários já foram fixados na Lei Orçamentária em vigor, assim, ações têm sido realizadas nas áreas abrangidas pelos subgrupos de trabalho.

Custos financeiros maiores referem-se, à aquisição de equipamentos de maior porte e custo, como por exemplo, elevadores que equiparam as Alas Nilo Coelho, Alexandre Costa e a galeria do Plenário, e que atendem às demandas do Salão Negro e chapelaria. A maior parcela de empenho da Casa para alcançar excelência em acessibilidade e valorização da pessoa com deficiência não depende de grandes gastos, mas da sensibilização e capacitação de pessoal, além de alguma despesa no treinamento da equipe de desenvolvedores de sítios para a Internet, produção de material para campanhas motivacionais, consultoria externa e adequações prediais. Tem-se trabalhado com a captação de recursos de patrocínio externo, como é o caso da realização anual, desde 2005, da Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

O presente trabalho é de natureza continuada, representando um marco institucional para a Mesa-Diretora da 53ª Legislatura do Senado brasileiro. Como resultado da implantação do Programa, a Câmara Alta do Parlamento brasileiro torna-se paradigma em constante exposição nacional para toda sociedade, o que dá maior visibilidade, aproximando-a do cidadão.

O Senado Federal, com a implantação deste Programa, parte na frente na sua adequação, em conformidade com a legislação que trata da acessibilidade, com destaque para o Decreto Presidencial nº 5.296 de 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Além da legislação mencionada, destaque-se que tramitou no Senado, o **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, de autoria do Senador Paulo Paim e relatoria do Senador Flávio Arns. Este projeto, após sua aprovação, representará um grande avanço da legislação brasileira na direção da inclusão social das pessoas com deficiência.

Acessibilidade da infra-estrutura urbanística e predial

1 Identificação

Título do projeto: Acessibilidade da Infra-Estrutura Urbanística e Predial.

Entidade proponente: Presidência do Senado Federal, Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência da CAS, Diretoria-Geral do Senado Federal.

Entidade executora: Áreas afetas ao tema na administração do Senado Federal.

2. Declaração de propósitos

Este projeto visa planejar e executar ações de adequação da infra-estrutura predial e urbanística do Senado Federal, tornando-a acessível à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, superando barreiras arquitetônicas que dificultem a livre circulação, o uso do espaço, dos equipamentos e dos serviços no âmbito da Instituição.

3. Justificativa

O Senado Federal, cumprindo sua função social de agente fundamental no desenvolvimento da plena cidadania precisa ter

condições de garantir o acesso e a circulação em suas dependências pela pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visitante ou funcionária da Casa. Alguns estudos comprovam que a acessibilidade prevista num projeto arquitetônico representa 0,1% dos gastos a serem feitos com um projeto convencional, repleto de barreiras. As ações de adequação da infra-estrutura predial do Senado previstas neste projeto são, portanto, essenciais na formação de uma nova cultura organizacional que visa aprimorar a relação entre os seres humanos e combater o preconceito e a discriminação contra a pessoa com deficiência.

4. Objetivos

4.1. Geral

Favorecer uma política institucional de inclusão social da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, compreendida pela execução de ações de adequação do espaço físico e estabelecimento de diretrizes de acessibilidade a serem observadas na construção, reforma ou ampliação de edificações do Senado Federal.

4.2. Específicos

4.2.1. Realizar as ações de adequação imediata das edificações já existentes no Senado Federal, tornando-as acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

4.2.2. conceber e implantar projetos arquitetônicos e urbanísticos que atendam aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004;

4.2.3. promover a acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida em todas as ações relativas à adequação da infra-estrutura predial do Senado Federal previstas neste Projeto;

4.2.4. divulgar todas as ações do Projeto, como forma de sensibilizar o público-alvo deste Programa e servir, ao mesmo tempo, de elemento multiplicador desta política nos ambientes interno e externo;

4.2.5. treinar os servidores do Senado Federal envolvidos em elaboração e implantação de atividades de infra-estrutura urbanística

e predial (engenheiros, arquitetos, etc.) na correta observação da legislação específica sobre acessibilidade e das normas técnicas de acessibilidade estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

5. Público-Alvo

O público-alvo deste Projeto é composto de servidores, parlamentares, trabalhadores contratados, visitantes e convidados.

6. Metodologia

O subgrupo de adequação da infra-estrutura predial se reúne regularmente, segundo necessidades, para desenvolver o Projeto e proceder à sua execução. Reúne-se periodicamente com os membros dos demais grupos de trabalho para apresentar o andamento das ações pertinentes ao projeto.

As conclusões dos trabalhos previstos resultarão em outros projetos, os quais fornecerão subsídios para a execução das reformas. Para isso, a obtenção dos produtos listados no item “7” será resultado do desenvolvimento e execução das seguintes atividades/ações:

6.1. Capacitação de engenheiros e arquitetos do Senado Federal em cursos oferecidos pelo CREA, CONFEA e IAB, na área de acessibilidade, além de outros temas de relevância para o desenvolvimento dos trabalhos;

6.2. elaboração de convênios e termos de parceria com entidades que possuam reconhecido conhecimento técnico em acessibilidade para a prestação de serviços de consultoria;

6.3. levantamento do Complexo do Senado Federal, nas escalas pretendidas, tendo em vista as intervenções nas áreas externas (meio urbano) e nas áreas internas (espaços dos edifícios);

6.4. diagnóstico dos locais e espaços analisados, com identificação dos itens relevantes e da situação existente, avaliando a necessidade de intervenção segundo conceitos do Desenho Universal;

6.5. elaboração de projetos para áreas não adaptadas e/ou parcialmente adaptadas;

6.6. definição de prioridades relacionadas ao desenvolvimento do projeto;

6.7. execução das propostas aprovadas pelos coordenadores do Grupo deste Projeto e do Grupo de Trabalho do Programa. Esta etapa poderá ser

feita de forma direta (executada pelo próprio Senado Federal) ou por processo licitatório, caso haja necessidade;

6.8. participar da elaboração, publicação, divulgação e atualização periódica de manual do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência em relação às questões afetas ao subgrupo;

6.9. propor iniciativas institucionais de caráter legislativo ou administrativo à Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência da CAS.

7. Produtos Esperados

Os produtos consistem na elaboração de projetos de adequações na infra-estrutura predial visando a execução das obras pelo próprio Senado Federal ou por empresas contratadas, e a aquisição de ajudas técnicas específicas. Esses projetos serão divididos em dois níveis de atuação que abrangem:

7.1. Arquitetura e Urbanismo:

7.1.1. Áreas Urbanas

7.1.1.1. adequação de vagas de estacionamentos e rampas conforme a NBR 9050;

7.1.1.2. rebaixamento de guias e redimensionamento de calçadas;

7.1.1.3. remanejamento e adaptação de mobiliários urbanos (telefones, caixas de auto-atendimento, caixas de correio, postes de luz, tampas de inspeção das concessionárias);

7.1.1.4. construção de percursos entre os edifícios do Complexo Arquitetônico do Senado Federal e acessos, levando em consideração aspectos como segurança, qualidade espacial e continuidade;

7.1.1.5. implantação de sinalização visual, tátil e sonora.

7.1.2. Áreas Internas

7.1.2.1. adequação de circulação vertical e horizontal (rampas, escadas, elevadores, pisos);

7.1.2.2. adequação de portas, janelas e dispositivos (comando de janela, maçaneta de porta, botoeiras dos elevadores);

7.1.2.3. adaptação de sanitários e demais ambientes de uso comum (auditórios, restaurantes, lanchonetes, biblioteca);

7.1.2.4. execução e adaptação de mobiliário interno (telefones, balcões de atendimento, caixas eletrônicos, terminais de consulta e atendimento);

7.1.2.5. implantação de sinalização visual, tátil e sonora;

7.1.2.6. reforma de auditórios e das salas das comissões, prevendo lugar para cadeirantes e acompanhantes e pessoas com mobilidade reduzida.

7.2. Sistema de Transportes

Adaptação de veículos da frota do Senado Federal.

8. Escopo

O escopo deste Projeto é definido em função das áreas de atuação, conforme detalhado.

8.1 Arquitetura e Urbanismo - Caberá a este Grupo de Trabalho a elaboração de Projetos, estimativas de custos e encaminhamento para execução imediata ou para formação de processo licitatório das intervenções nas áreas urbanas e nas áreas internas do Complexo Arquitetônico do Senado Federal.

8.2 Programação Visual - As intervenções e propostas referentes à Programação Visual serão elaboradas pelo Grupo de Trabalho constituído para uniformizar a identidade visual do Senado Federal, conforme legislação pertinente e visando a acessibilidade arquitetônica.

8.3 Sistema de Transportes - Caberá a este Grupo de Trabalho o encaminhamento de sugestões e sistemas de adaptação da frota de veículos do Senado Federal.

9. Monitoramento e Avaliação

Alguns instrumentos serão utilizados para avaliar periódica e sistematicamente o desenvolvimento do Projeto.

9.1. Vistorias para acompanhamento da execução dos projetos e das reformas, por meio do cronograma previsto e da elaboração de relatórios.

9.2. Vistorias regulares para verificação das instalações e da sinalização.

9.3. Pesquisa de opinião junto ao público interno e coleta de dados dos visitantes.

9.4. Caixa postal de correio eletrônico para sugestões.

9.5. Reuniões.

10. Ações Desenvolvidas

Em agosto de 2003, a Comissão Permanente de Acessibilidade do Governo do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais e à Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal – CORDE/DF, a convite do Senador Flavo Arns, realizou uma visita ao Senado Federal para efetuar análise da estrutura física e de comunicação. Como resultado desta visita, foi publicado o “Relatório Síntese da Visita ao Senado Federal”, com sugestões de soluções para os problemas que impedem as pessoas com deficiência de circular pelo Senado Federal e ter acessos aos serviços disponíveis nesta Casa.

No citado relatório, foram levantados 65 (sessenta e cinco) pontos considerados como barreiras às pessoas com deficiência no Senado Federal. Para facilitar o desenvolvimento de suas atividades, o subgrupo de Adequação da Infra-Estrutura Urbanística e Predial tomou como base esse relatório, buscando sanar as deficiências relatadas.

Iniciaram-se, dessa maneira, as atividades de eliminação de barreiras à pessoa com deficiência no Senado Federal. As seguintes barreiras, arroladas no relatório da CORDE/DF, já foram eliminadas:

- 10.1. Realização de 98 % das adequações propostas pela CORDE/DF;
- 10.2. Especificação, teste e aquisição de quatro triciclos motorizados;
- 10.3. Instalação de elevadores nas alas Nilo Coelho, Alexandre Costa e modernização do elevador que atente a chapelaria e o salão azul do Senado;
- 10.4. Construção e adaptação de sanitários acessíveis;
- 10.5. Gestões junto ao GDF para a instalação de semáforo sonoro na avenida N1, diante do Anexo I do Senado;
- 10.6. Sugestão de expediente à ANATEL, por parte da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência da CAS, acerca da utilização de mensagens de texto na telefonia celular diante das dificuldades encontradas no atual sistema de telefonia para surdos, com um aparelho instalado na chapelaria do Senado;
- 10.7. Gestões junto ao DETRAN/DF para a demarcação de vagas reservadas nas vias públicas que dão acesso ao Senado.

Capacitação, Informação, Sensibilização & Valorização

1. Identificação

Título do projeto:	Capacitação, Informação, Sensibilização & Valorização
Entidade proponente:	Presidência do Senado Federal, Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência da CAS, Diretoria-Geral do Senado Federal
Entidade executora:	Áreas afetas ao tema na administração do Senado Federal.

2. Declaração de propósitos

Este Projeto visa instituir ações de comunicação, sensibilização, capacitação e valorização essenciais para aprimorar as relações entre os diversos públicos do Senado Federal e para combater o

preconceito e a discriminação contra a pessoa com deficiência, facilitando assim, sua inserção e valorização no ambiente real e virtual da Casa.

3. Justificativas

Implantar uma política de inclusão social das pessoas com deficiência no Senado Federal demanda a aplicação de medidas que sejam capazes de romper as barreiras psicológicas que tanto dificultam o entendimento das pessoas sobre o tema, impedindo até mesmo a aceitação desse grupo de indivíduos pelas pessoas que não possuem qualquer tipo de deficiência.

As ações de capacitação, informação, sensibilização e valorização previstas neste projeto são, portanto, essenciais na formação de uma nova cultura organizacional que visa aprimorar as relações entre os seres humanos e combater o preconceito e a discriminação contra as pessoas com deficiência.

4. Objetivos

4.1. Geral

Promover uma cultura de inclusão social dentro do Senado Federal, buscando sensibilizar, informar e capacitar o público interno da Casa, de modo a receber positivamente as pessoas com deficiência.

4.2. Específicos

4.2.1. Sensibilizar o público interno do Senado Federal para que se tenha um maior entendimento sobre a questão das pessoas com deficiência;

4.2.2. Desenvolver uma política de atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, disponibilizando profissionais capacitados;

4.2.3. Apurar em censo os servidores e trabalhadores da Casa com algum tipo de deficiência, identificando-lhes as necessidades específicas e promovendo-lhes condições ideais de trabalho;

4.2.4. Capacitar os servidores com deficiência de modo a aperfeiçoar o desempenho de suas atribuições nesta Casa;

4.2.5. Capacitar grupos específicos de servidores sem deficiência para que se aperfeiçoem no trato de situações que envolvam as pessoas com deficiência;

4.2.6. Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência a todas as ações relativas aos processos de sensibilização e capacitação previstos neste Projeto;

4.2.7. Divulgar todas as ações do Projeto, como forma de sensibilizar o público-alvo do Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência e servir, ao mesmo tempo, de elemento multiplicador dessa política nos ambientes interno e externo;

4.2.8. Colaborar para promoção à acessibilidade das pessoas com deficiência aos serviços de telecomunicações e ao atendimento eletrônico dos sistemas informatizados;

4.2.9. Desenvolver e incentivar ações e projetos de eliminação de barreiras de comunicação, possibilitando o acesso à Informação;

4.2.10. Desenvolver e incentivar ações e projetos de valorização das pessoas com deficiência, formando uma imagem participativa nos contextos globais do Senado.

5. Público-Alvo

O público-alvo do projeto é composto de servidores, parlamentares, trabalhadores contratados, visitantes, convidados, internautas e público das mídias da Casa – TV, Rádio, Jornal e Agência.

6. Metodologia

O grupo de capacitação, informação, sensibilização & valorização se reúne regularmente, segundo suas necessidades, para desenvolver o projeto e proceder à sua implementação. Reúne-se periodicamente com todos os membros da Comissão para apresentar o andamento das ações pertinentes ao projeto.

A obtenção dos produtos listados no Item 7 será resultado do desenvolvimento e implementação das seguintes atividades/ações:

6.1. Produção de campanha de sensibilização do público interno:

6.1.1. produção de eventos (palestras, reuniões, fóruns);

6.1.2. peças Informativas (cartazes, faixas, folderes).

6.2. Inserção, no sistema de comunicação do Senado (rádio, TV, jornais, revista e internet), de programação periódica e permanente relativa a temas de interesse ou à questão das pessoas com deficiência:

6.2.1. Palestras, audiências públicas, debates, entrevistas (com pessoas que tenham deficiências e com os defensores da causa), reportagens sobre o trabalho realizado nas mais diversas entidades, reportagens sobre a superação de pessoas que adquiriram deficiências, suas dificuldades e o seu dia-a-dia, divulgação das ações desenvolvidas pela Comissão de Acessibilidade e Valorização.

6.3. Desenvolvimento de programação cultural que aborde assuntos ligados à questão das pessoas com deficiência, tais como exposições de obras de arte, exibição de peças teatrais, filmes do circuito comercial e alternativo e outros espetáculos, assim como quaisquer outras manifestações culturais e artísticas produzidas por e para esse segmento da sociedade.

6.4. Capacitação dos servidores do Senado que possuam algum tipo de deficiência, de modo a aperfeiçoar o desempenho de suas atribuições em seu ambiente de trabalho:

6.4.1. aulas e *workshops*

6.5. Capacitação de servidores do Senado para lidar com quaisquer pessoas com deficiência:

6.5.1. aulas, *workshops*, painéis e cursos nas áreas de acessibilidade, e relacionamento interpessoal para os servidores;

6.5.2. capacitação de segmentos específicos de servidores para receber/ atender pessoas que possuam algum tipo de deficiência, inclusive visitantes;

6.5.3. aulas, *workshops*, painéis e cursos nas áreas de acessibilidade, relacionamento interpessoal e LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para servidores que atuem diretamente junto ao público interno e externo, tais como relações públicas, seguranças, atendentes da Biblioteca.

6.6. Proposição de contrato de Interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e inserção de legendas nos programas exibidos pela TV - Senado.

6.7. Proposição de contrato de Interpretação em Libras (Língua de Sinais Brasileira) nos eventos organizados pelo Senado Federal.

6.8. Proposição de contratos com entidades ligadas à causa das pessoas com deficiência para a prestação de serviços diversos, como consultoria em acessibilidade.

6.9. Proposição de convênios com entidades engajadas na causa da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, com vistas à contratação de pessoas com deficiência pelo Senado Federal, propiciando e estimulando sua inserção no mercado de trabalho.

6.10. Divulgação das ações parlamentares e da produção legislativa no que diz respeito às pessoas com deficiência por meio de inserção, na grade jornalística dos veículos de comunicação do Senado – TV, rádio, jornal, agência, revista e internet – de programação para informar,

discutir e debater a questão das pessoas com deficiência em todos os aspectos (pontos e contrapontos) e a sua interface com o Poder Legislativo.

6.11. Divulgação Interna e externa dos resultados do Programa, de modo a mostrar ao público interno e à sociedade o trabalho que vem sendo desenvolvido:

6.11.1. notas nos veículos de comunicação do SF (TV, rádio, jornal, revista e Internet);

6.11.2. campanhas publicitárias usando a mídia externa (revistas, jornais, TV e rádio);

6.11.3. fazer um *mailing list* dos contatos nos meios de comunicação;

6.11.4. *press releases* divulgando o andamento do Programa.

6.12. Participar, como proponente e coordenador, da elaboração, publicação, divulgação e atualização periódica de manual de Acessibilidade do Senado Federal em relação à questão das pessoas com deficiência.

6.13. Acompanhar e divulgar a instalação de terminais de auto-atendimento de produtos e serviços e de telefones públicos adaptados para pessoas portadoras de deficiência auditiva e para usuários de cadeiras de rodas.

6.14. Incentivar a contratação de pessoas com deficiência, por meio de terceirização e concursos públicos;

6.15. Projetar e administrar a página do Programa na Internet.

6.16. Realizar anualmente a Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

6.17. Participar institucionalmente de eventos, seminários e feiras realizadas no território nacional atinentes ao tema da acessibilidade e valorização da pessoa com deficiência.

6.18. Propor iniciativas institucionais de caráter legislativo ou administrativo à Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência da CAS.

7. Produtos Esperados

- 7.1. Campanhas de sensibilização para o público interno.
- 7.2. Programação periódica e permanente relativa a temas de interesse ou à questão das pessoas com deficiência no sistema de comunicação do Senado.
- 7.3. Programação cultural que aborde assuntos ligados à questão das pessoas com deficiência.
- 7.4. Manual de Acessibilidade do Senado Federal em relação à questão das pessoas com deficiência, coordenando os demais subgrupos na elaboração do texto.
- 7.5. Capacitação para os servidores do Senado Federal que possuam algum tipo de deficiência.
- 7.6. Capacitação de servidores do Senado Federal nas áreas de acessibilidade, atendimento, relacionamento interpessoal, interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e outros temas de relevância para o desenvolvimento dos trabalhos.
- 7.7. Programas da TV - Senado com legendas e interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).
- 7.8. Eventos organizados pelo Senado com interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).
- 7.9. Documentos públicos e publicações do Senado Federal, disponíveis em braile e em formatos alternativos ao papel.
- 7.10. Contratação de serviços diversos ligados ao tema das pessoas com deficiência (consultorias, interpretação em LIBRAS).
- 7.11. Contratação de pessoas com deficiência para trabalhar no Senado Federal.
- 7.12. Divulgação das ações parlamentares e da produção legislativa no que diz respeito às pessoas com deficiência.
- 7.13. Divulgação interna e externa dos resultados do Programa.
- 7.14. Criação de um núcleo de profissionais contratados, capacitados em LIBRAS, Braille e no atendimento a pessoas com deficiência visual, auditiva, mental e múltipla.

7.15. Administração da caixa postal de correio eletrônico do Senado (acessibilidade@senado.gov.br)

7.16. Realização anual da Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

8. Escopo

Faz parte do escopo deste projeto sensibilizar, informar e capacitar os diversos públicos do Senado Federal por meio de ações de comunicação e treinamento em prol da acessibilidade das pessoas com deficiência.

9. Monitoramento e avaliação

Alguns instrumentos serão utilizados para avaliar periódica e sistematicamente o desenvolvimento do Projeto:

9.1. Indicadores.

9.2. Pesquisas de opinião junto aos públicos interno e externo (no site, em formulários e por meio do Data Senado).

9.3. Caixa postal de correio eletrônico de sugestões.

9.4. Relatórios.

9.5. Reuniões.

9.6. *Clipping* das notícias veiculadas na mídia externa

10. Estimativas de Recursos

RECURSO

Contratação de profissionais para proferir palestras (e despesas correlatas, tais como passagens aéreas, diárias, transporte)

Contratação de profissionais ou empresas para ministrar aulas e coordenar workshops e painéis (e despesas correlatas, tais como passagens aéreas, diárias, transporte)

Recurso
Cursos para servidores com deficiência (ILB e UNILEGIS)
Cursos para capacitar os servidores a atuarem em conjunto com os servidores que possuam algum tipo de deficiência (ILB e UNILEGIS)
Contratação de artistas para proferir palestras (e despesas correlatas, tais como passagens aéreas, diárias, transporte)
Apostilas e material para os cursos previstos (ILB e UNILEGIS)).
Confecção de cartilha (verificar recursos internos de programação visual e impressão na Gráfica do Senado)
Locação e transporte de filmes e contratação de projetorista.
Contratação de grupos artísticos (teatro, dança, música)
Contratação de profissionais como intérpretes, em braile e no atendimento à capacitados em pessoas com deficiência LIBRAS, para atuarem auditiva, visual, mental e surdo-cegas.
Campanha publicitária (sob demanda, verificar recursos internos para produção)
Auditórios
Salas de aula do ILB / Interlegis / UNILEGIS
Sistema de vídeo-conferência do Interlegis
Recursos instrucionais (canhão, computadores, <i>scanners</i> , impressoras);
Mídia interna (veículos do Senado Federal);
Servidores para a condução de painéis

11. Ações desenvolvidas

Até o momento, o subgrupo desenvolveu as seguintes ações.

11.1. Elaboração da logomarca do "Programa de Acessibilidade e Valorização". Tal produto é de fundamental importância para criação de uma identidade do programa, repercutindo em todas as ações de divulgação e sensibilização.

11.2. Ainda, dentro do mesmo item, foi elaborado um folder de apresentação da comissão, de sua logomarca e de seu *e-mail*: **acessibilidade@senado.gov.br**.

11.3 Realizaram-se campanhas publicitárias intituladas "Com nossas diferenças somos todos iguais" e "Aprendendo com as nossas diferenças", com lançamento em solenidades realizada no Salão Nobre do Senado, presididas pelo Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, tendo sido afixados cartazes nas dependências da Casa.

11.4. Publicou-se a cartilha de sensibilização e orientação sobre a questão das pessoas com deficiência, protótipo para o Manual de Acessibilidade e Valorização das Pessoas com Deficiência.

11.3. Realizou-se as três primeiras edições da "Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência", de iniciativa da Presidência do Senado Federal. Os eventos constituíram-se por atividades informativo-culturais, audiências públicas e sessões solenes.

11.4. Realizou-se, em conjunto com o ILB, um curso de atendimento, destinado aos funcionários e servidores da Casa, com objetivo de melhor qualificá-los para a interação e atendimento às Pessoas com deficiência.

11.5. Realização periódica do programa "Inclusão", exibido pela TV - Senado.

11.6. Após um trabalho de sensibilização junto aos órgãos de direção da Casa, a Secretaria de Opinião Pública do Senado Federal contratou pessoas com deficiência para estagiar na área de atendimento e a Engenharia contratou um engenheiro. Demais profissionais com deficiência têm sido indicados e contratados pelas empresas terceirizadas que prestam serviços no Senado.

11.7 Realizou-se consultoria pela empresa I-Social, que esteve no Senado durante uma semana, com ampla programação que incluiu conversas com Senadores, Audiência Pública na CASDEF e exposição de fotografias, também com solenidade de lançamento no Salão Nobre, presidida pelo

Presidente do Senado. Como resultado, a empresa produziu relatório de visita, com considerações acerca da acessibilidade no Senado Federal.

11.8 Como resultado do censo de servidores, realizou-se café da manhã no restaurante dos senadores, estando presentes os servidores recenseados, diretores, senadores e a alta gestão da Casa, inclusive o Primeiro Secretário e o presidente do Senado.

11.9 Realizou-se Audiência Pública por ocasião do Dia Internacional da Síndrome de Down em 2007.

11.10 Lançou-se os selos postais comemorativos ao Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com deficiência do Senado.

Acessibilidade à informação

1. Identificação

Título do projeto:	Acessibilidade à Informação
Entidade proponente:	Presidência do Senado Federal, Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência da CAS, Diretoria-Geral do Senado Federal
Entidade executora:	Áreas afetas ao tema na administração do Senado Federal.

As ações de acessibilidade do sítio do Senado na Internet foram deixadas a cargo da Subcomissão de Acessibilidade da Comissão de Internet do Senado Federal, com que se tem mantido contatos freqüentes.

2. Declaração de Propósitos

Implementar estudos, propondo soluções com a finalidade de tornar a programação visual e a informação produzida pelo Senado Federal, disponível às pessoas com deficiência, inclusive nos aspectos de sinalização.

3. Justificativas

O Senado Federal se apresenta como a Casa que representa as Unidades da Federação, devendo, portanto, garantir o acesso a todos os que desejarem ou precisarem dos serviços, produtos e informações oferecidos pela Casa, em obediência à legislação de Acessibilidade (Decreto de Acessibilidade 5.296/2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048/2000, e 10.098/2000), que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

4. Objetivo Geral

Propor ações que garantam a acessibilidade à informação produzida e mantida nas áreas do Senado Federal, oriunda de produtos e serviços de informação disponíveis, inclusive os de informática.

5. Objetivos específicos

Garantir a publicação de forma acessível do conteúdo nos sítios Internet e Intranet do Senado Federal, independente da fonte de informação.

Incluir as pessoas com deficiência sensorial e motora nas iniciativas de divulgação institucional do Senado Federal por meio de dispositivos de multimídia (totens).

Ádequar a programação visual do Senado Federal às exigências do Decreto de Acessibilidade e Leis de Acessibilidade.

Propor projeto de sinalização.

Tornar acessíveis as informações produzidas e mantidas no Senado Federal.

6. Público-Alvo

O público-alvo deste projeto são as pessoas com deficiência sensorial ou motora ou que tenham mobilidade reduzida que necessitem

de informações produzidas no Senado Federal, ou que precisem se locomover nas dependências do Senado Federal (visitantes e servidores), que sejam usuárias do *sítio web* do Senado Federal na Internet e as que utilizam os serviços Internos fornecidos pelo Senado Federal.

7. Metodologia

A fim de atender aos objetivos específicos deste projeto, entendemos que este deve ser estruturado da seguinte forma.

7.1. Auxiliar na capacitação dos Servidores em técnicas de acessibilidade digital e usabilidade: Servidores da Secretaria de Recursos Humanos, da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), Prodasen, devem ser treinados em acessibilidade, agregando esta competência às áreas envolvidas na publicação de conteúdo *web* para o público interno e externo.

7.2. Propor contratação de consultoria especializada para treinar o pessoal do Senado Federal que adequará as ferramentas de gestão de conteúdo *web* a fim de garantir que as informações publicadas nas páginas Internet/Intranet da Casa sejam formatadas automaticamente para atender aos requisitos de acessibilidade WAI/W3C.

7.3. Incentivar a certificação dos *sítios web* do Senado Federal por intermédio de auditoria externa. Uma vez executados os passos anteriores, e depois de concluída a migração do *sítio web* para a nova plataforma de gestão de conteúdo, usar o serviço de consultoria externa para avaliar a acessibilidade das páginas *web* desta Casa na Internet e Intranet.

7.4. Interpretar conteúdo relevante do *sítio web* do Senado Federal em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): uma vez definido o conteúdo relevante do *sítio web* para tradução em outras línguas.

7.5. Capacitar o pessoal efetivo a gerar animação em computação gráfica a ser exibida nos totens do Senado Federal.

7.6. Capacitar o pessoal efetivo a programar a sinalização do Senado Federal para as novas exigências legais de acessibilidade.

7.7. Propor projetos de produção de documentos públicos – legislação, livros, revistas e jornais – em formatos alternativos ao papel, tais como livros digitalizados ou em mídia audiovisual ou eletrônica (inclusive com legendas e interpretação em LIBRAS), assim como a impressão em Braille, mediante solicitação, de documentos públicos cuja disponibilização em formatos alternativos ao papel ainda não seja suficiente para atender às demandas dos usuários com deficiência visual.

8. Produtos Esperados

8.1. Equipe capacitada em técnicas de acessibilidade digital e usabilidade.

8.2. Audioteca , em parceria com órgãos da casa, como a Biblioteca e a Rádio Senado, disponibilizando obras impressas em formatos eletrônicos como MP3.

8.3. Portal de acessibilidade na Intranet.

8.4. Ferramenta de gestão de conteúdo *web* adaptado para publicar conteúdo acessível independente da fonte de informação.

8.5. Sítios *web* (Internet e Intranet) do Senado Federal certificados segundo as regras de acessibilidade WAI/W3C e acessível aos principais leitores de tela do mercado.

8.6. Parte do conteúdo dos sítios *web* da Casa interpretados em LIBRAS.

8.7. Quiosques multimídia adequados a cadeirantes.

8.8. Inserção de elementos de comunicação (sinalização tátil, visual e sonora) nas dependências internas e externas, em consonância com a nova identidade visual adotada pelo Senado Federal.

9. Escopo

Fazem parte do escopo deste Projeto:

- 9.1. Contratação de treinamento em Acessibilidade digital a ser realizado nas dependências do Senado Federal.
- 9.2. Aquisição de componentes para a atualização tecnológica dos totens. Os componentes serão utilizados para dar sobrevida aos atuais equipamentos. Processo PD 182/05-2.
- 9.3. Aquisição de duas placas de vídeo profissionais para serem usadas no desenvolvimento do sistema da Mesa Multimídia e Totens. Processo PD 429/05-8.
- 9.4. Aquisição de licenças do *software LightWave 3d* para serem usadas no desenvolvimento do sistema da Mesa Multimídia e Totens. Processo PD 544/05-1.
- 9.5. Aquisição de 30 novos Totens, sendo 10 deles para atendimento a portadores de deficiência. Processo PD 862/05-3.
- 9.6. Contratação de consultoria especializada em acessibilidade digital para dar suporte técnico ao subgrupo de acessibilidade da Comissão de Internet do Senado Federal na adequação dos sítios *web*.
- 9.7. Certificação do sítio *web* Internet/Intranet.
- 9.8. Aquisição de equipamento de gravação em braile em superfície *Daycel*, para adequar a programação visual do Senado Federal às necessidades das pessoas com deficiência visual.
- 9.9. Contratação de locutores e tradutores de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para gravação de informações de totens multimídia.
- 9.10. Aquisição de maquete para sinalização e orientação de pessoas com deficiência visual.
- 9.11. Implantação de elementos de comunicação (sinalização tátil, visual e sonora) tais como:
 - 9.11.1. guias com textura diferenciada no chão;
 - 9.11.2. placas indicativas em braile;
 - 9.11.3. sonorização nos elevadores e em todos os andares;
 - 9.11.4. cardápios dos restaurantes e lanchonetes em Braille;

9.11.5. *display* nas entradas do Senado Federal onde os visitantes possam pegar os impressos disponíveis (mapas, cartilhas etc.);

9.11.6. mapa das dependências do Senado com indicação dos locais acessíveis tais como sanitários, caixas eletrônicos, telefones públicos e vagas em estacionamentos, para ser distribuído a visitantes, com e sem deficiência, além de disponibilização na internet;

9.11.7. aquisição maquete tátil, para orientação e sinalização de pessoas com deficiência visual.

10. Monitoramento e Avaliação

As atividades do projeto serão acompanhadas por pessoas com deficiência em todas as suas fases de criação e implementação.

As atividades do projeto serão cadastradas em ferramenta adequada para gestão de projetos, a qual permite disponibilizar o acompanhamento do mesmo através da Intranet da Casa. Assim, todos os envolvidos e interessados poderão acompanhar o seu desenrolar por intermédio de qualquer microcomputador conectado à Rede do Senado Federal.

Como complemento, um relatório sumarizado das atividades poderá ser extraído da ferramenta e distribuído aos patrocinadores e envolvidos no projeto.

11. Estimativas de Recursos

Recurso

Contratação de treinamento em acessibilidade digital a ser realizado nas dependências do Senado Federal

Contratação de consultoria especializada em acessibilidade digital para dar suporte técnico ao subgrupo de acessibilidade da Comissão de Internet do Senado Federal na adequação dos sítios *web*

Recurso
Certificação do sítio <i>web</i> Internet/Intranet
Aquisição de totens multimídia
Aquisição de <i>hardwares</i> para a atualização tecnológica de Totens multimídia
Aquisição de licenças de <i>softwares</i> para serem usadas no desenvolvimento do sistema da Mesa Multimídia e Totens
Aquisição de equipamento de gravação em braile em superfície <i>Daycel</i> , para adequar a programação visual do Senado Federal às necessidades das pessoas com deficiência visual
Contratação de locutores e tradutores de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para gravação de informações de totens multimídia
Aquisição de maquete para sinalização e orientação de pessoas com deficiência visual
Aquisição de GPS (Sistema de Posicionamento Global) para orientação de pessoas com deficiência visual e outras

12. Ações desenvolvidas

Até o momento, este grupo já desenvolveu ou iniciou as seguintes ações.

12.1. Participação em evento de acessibilidade em São Paulo, onde foram conhecidas diversas ajudas técnicas a serem implementadas no Senado.

12.2. Visitas de membros do subgrupo a entidades de atendimento a pessoas com deficiência, como o Instituto Benjamim Constant, a Biblioteca Nacional e o Instituto Dorina Nowill, onde foram conhecidas soluções de acessibilidade à informação.

12.3. Estudos prévios de soluções de sinalização.

12.4. Participação em evento de Acessibilidade Urbana do Ministério das Cidades.

12.5. Gravação de Legislações para a Audioteca do Senado.

12.6. Estudos prévios para o lançamento do "Senado em Resumo" no formato MP3.

12.7. Treinamento em Acessibilidade digital realizado nas dependências do Senado Federal.

12.8. Processo de aquisição de componentes para a atualização *tecnológica dos totens*. Os componentes serão utilizados para dar sobrevida aos atuais equipamentos. Processo PD 182/05-2.

12.9. Processo de aquisição de duas placas de vídeo profissionais para serem usadas no desenvolvimento do sistema da Mesa Multimídia e Totens. Processo PD 429/05-8.

12.10. Processo de aquisição de licenças do *software LightWave 3d* para serem usadas no desenvolvimento do sistema da Mesa Multimídia e Totens. Processo PD 544/05-1.

12.11. Processo de aquisição de 30 novos Totens, sendo 10 deles para atendimento a portadores de deficiência. Processo PD 862/05-3.

12.12. Processo de aquisição de equipamento de gravação em braile em superfície *Daycel*, para adequar a programação visual do Senado Federal às necessidades das pessoas com deficiência visual.

12.13. Estudo das empresas capacitadas para o fornecimento de maquete para sinalização e orientação de pessoas com deficiência visual.

Resumo das Atividades Realizadas

✓ Ações de infra-estrutura predial e urbanística:

- Levantamento pela CORDE-DF das necessidades de acessibilidade predial e urbanística do Senado Federal, com produção de programa da TV Senado;
- *Instalação de 3 elevadores, para acesso ao subsolo nas alas Alexandre Costa, Nilo Coelho e Salão Negro;*
- Sanitários acessíveis no Anexo II, bloco A (hall da biblioteca), bloco B (hall do auditório Petrônio Portela) e bloco C (subsolo da ala Nilo Coelho); edifício principal (salão negro); anexo I (térreo) e Presidência do Senado;

- Sinalização e instalação apropriada de extintores de incêndio para proteção dos deficientes visuais;
 - Sinalização lateral das alas de gabinetes de senadores e de comissões;
 - Rebaixamento dos balcões da biblioteca e dos postos de atendimento da Polícia do Senado;
 - Rampas de acesso ao cafezinho dos senadores e tribuna de honra;
 - Correções de desniveis às entradas do Senado, com rampas de acesso, instalação de corrimões;
 - Adequação das áreas de circulação externa entre os prédios do Senado, com rebaixamento de meio-fios, retiradas de obstáculos como tampões, placas, postes e melhoria nos jardins, com a remoção de plantas com espinhos;
 - Reformas em gabinetes de senadores que demandem instalações acessíveis;
 - Entendimentos com o DETRAN-DF para a instalação de semáforo sonoro entre o anexo I e a parada de ônibus da Presidência da República;
 - Adaptações das salas de todas as Comissões Permanentes;
 - Acessibilidade do comitê de imprensa e posto médico do edifício principal;
- ✓ Ações de capacitação:
- Elaboração do curso de **Qualidade no Atendimento** orientado ao atendimento à pessoa com deficiência, tendo sido realizadas 20 turmas pelo ILB em Brasília, e em diversos Estados;
 - Curso de LIBRAS para servidores e funcionários;
 - Treinamento dos atendentes do serviço especial de atendimento à pessoa com deficiência no Instituto de Cegos de Brasília, Sara Kubistcheck, e ILB, com capacitação em LIBRAS.
- ✓ Participação como visitante nas edições de 2006 e 2007 da **Feira Internacional de Tecnologia em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade – REATECH**;
- ✓ Aquisição e gerenciamento de quatro triciclos motorizados que atendem às entradas do Senado, com contrato de manutenção;
- ✓ Estruturação do serviço para atendimento à pessoa com deficiência, com postos nas três portarias do Senado (anexo I, anexo II e edifício principal);

- ✓ Contratação de atendentes / intérpretes de LIBRAS para cobertura das Comissões Permanentes, Sessões Solenes, TV Senado, e atendimento às pessoas surdas;
- ✓ Cobertura mensal de 100 horas da programação da TV Senado por serviço de *closed caption*.
- ✓ Apoio ao funcionamento do serviço de impressão em braile da SEEP - Projeto Braile, com a aquisição de máquinas para impressão em larga escala;
- ✓ Acessibilidade digital do sítio na Internet, com três selos atestando acessibilidade: Acessibilidade Brasil, Acessibilidade Libras e W3C WAI AAA (internacional);
- ✓ Criação de **Audioteca** para deficientes auditivos, com gravação inicial da Constituição Federal, da Legislação de Acessibilidade e do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- ✓ Implantação de sala de acessibilidade na biblioteca do Senado;
- ✓ Elaboração da **Cartilha de Acessibilidade do Senado Federal**;
- ✓ Elaboração de **Cartilha de Leis e Projetos em tramitação no Congresso Nacional** orientados à pessoa com deficiência, atualizada e publicada anualmente;
- ✓ Publicação da **Cartilha Criança Segura** elaborada pela Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados;
- ✓ Recomendação por meio da Subcomissão de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência à ANATEL, para a criação de plano de telefonia celular para deficientes auditivos com mensagens de texto;
- ✓ Apoio a Programas de Acessibilidade nas Assembléias Legislativas do RS, PB e AM, por meio de assinatura de Termo de Cooperação, visando a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre o Senado e as Assembléias Legislativas no campo da acessibilidade;
- ✓ **Programa Inclusão da TV Senado**, produzido pela jornalista **Solange Calmon** que, desde então, já recebeu 8 prêmios nacionais;
- ✓ Realização do **1º censo dos servidores do Senado Federal com deficiência**, com o objetivo de identificar as necessidades individuais e garantir condições adequadas de acessibilidade no ambiente de trabalho.
- ✓ Realização da **I Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência** - 2005;
- ✓ Realização da **II Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência** - 2006;

- ✓ Realização da **III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência** - 2006;
- ✓ Realização do festival de cinema "**Assim Vivemos**" com exibição de filmes relativos ao tema;
- ✓ Lançamento da campanha "**Com as nossas diferenças somos todos iguais**", com café da manhã no restaurante dos senadores, oferecido aos servidores do Senado Federal com deficiência pelo Presidente e Mesa Diretora da Casa;
- ✓ Realização de semana de sensibilização com a exposição "**Imagens da Inclusão**" e Audiência Pública com a participação da consultoria em acessibilidade I-Social;
- ✓ Realização de Audiência Pública na CDH/CAS, por ocasião do **Dia Internacional da Síndrome de Down** em 2007, com lançamento da campanha "**Aprendendo com as nossas diferenças**" e exposição "**Diversidades**" da artista Renata Podolsky;
- ✓ Lançamento da campanha "**Pessoas que fizeram a diferença, pessoas que fazem a diferença, e você, que diferença pode fazer?**" com exposição de cartazes com pessoas com deficiência do passado e do presente e que superaram limitações;
- ✓ Envio pelo Presidente do Senado de material de divulgação para campanha de Prevenção de Acidentes, como medida preventiva para evitar a ocorrência de deficiência, para Senadores, Governadores de Estado, Secretários Estaduais de Educação e de Saúde, composto de:
 - Cinco folderes de prevenção de acidentes produzidos pelo Corpo de Bombeiros do DF;
 - DVD com o Programa Inclusão produzido pela TV Senado sobre Prevenção de Acidentes;
 - Legislação e Projetos em tramitação sobre a Pessoa com Deficiência.
- ✓ Realização de Seminário de Apresentação de Metodologia de Atendimento à Pessoa com Deficiência em Telecentros, pela ONG Acessibilidade Brasil, no Auditório Petrônio Portela;
- ✓ Encaminhamento para contratação de pessoas com deficiência às empresas prestadoras de serviço ao Senado Federal e ao serviço de estágio supervisionado da Casa;
- ✓ Lançamento de selos postais comemorativos do Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal;
- ✓ Encaminhamentos de temas e respostas a perguntas remetidas pela sociedade à caixa postal de correio eletrônico do Programa.

Resumo das Atividades Programadas e em Curso

- ✓ Instalação, em fase final, de elevador de acesso à galeria do plenário, observando-se os aspectos de tombamento arquitetônico do palácio do congresso;
- ✓ Ações de apoio ao Projeto Braille da SEEP:
 - Estruturação das instalações físicas;
 - Contratação de equipe para atuar no serviço de impressão braile (revisores cegos);
 - Impressão de exemplares em braile do Jornal do Senado;
 - Incremento do número de títulos publicados pelo serviço.
- ✓ Elaboração de maquete tátil com a arquitetura interna e externa do Senado Federal, para atender aos visitantes cegos, a ser localizada na entrada principal do Senado;
- ✓ Debate da NBR-9050 da ABNT, para propor melhorias na Norma, com a participação da Presidência da República, Ministério das Cidades, CORDE, CREA, Rede Sarah;
- ✓ Gravação em estúdio de legislações federais para a Audioteca, com distribuição a 650 entidades de cegos do Brasil cadastradas no Programa;
- ✓ Gravação do programa **Senado em Resumo** para distribuição em formato mp3 às entidades de cegos;
- ✓ Compilação de coletânea de legislações estaduais e projetos em tramitação em favor da pessoa com deficiência;
- ✓ Realização da **IV Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência** – edição 2008;
- ✓ Participação institucional na **Feira Internacional de Tecnologia em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade – REATECH**;
- ✓ Estabelecimento de termos de cooperação técnica com as assembleias legislativas que ainda não aderiram ao Programa, com acompanhamento das atividades;
- ✓ Novos projetos de arquitetura e engenharia com previsão de acessibilidade:
 - Reforma do plenário, com pleno acesso à Mesa Diretora;
 - Anexo III;
 - Auditório;
 - UNILEGIS

- ✓ Acompanhamento das matérias legislativas atinentes ao tema que tramitam no Senado;
- ✓ Entendimentos para a criação de caixa de atendimento para o Programa no serviço "Alô Senado";
- ✓ Avaliação de novas tecnologias de acessibilidade;
- ✓ Substituição dos triciclos motorizados por modelos mais modernos;
- ✓ Entendimentos para que pessoas com síndrome de down treinadas em higienização de livros da APAE-DF sejam contratadas para atuar na Biblioteca do Senado;
- ✓ Entendimentos com a Câmara Federal para o desenvolvimento de ações conjuntas de acessibilidade;
- ✓ Acompanhamento da tramitação no Senado Federal de matérias legislativas voltadas aos direitos da Pessoa com Deficiência.

Datas comemorativas das Pessoas com Deficiência

Datas comemorativas das Pessoas com Deficiência	
Dia do Surdo-Mudo	23/fev
Dia Internacional da Síndrome de Down	21/mar
Dia Nacional do Parkinsoniano	4/abr
Dia Nacional da Luta Antimanicomial	18/mai
Dia Nacional do Teste do Pezinho	6/jun
Dia da Saúde Ocular	10/jul
Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho	27/jul
Dia Nacional da Saúde	5/ago
Semana Nacional do Excepcional	21 a 28 de agosto
Dia do Excepcional	22/ago
Dia Nacional da Divulgação e Conscientização da Fibrose Cística	5/set
Dia Nacional do Cego	17/set
Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência	21/set
Dia Mundial da Saúde Mental	10/out
Dia do Deficiente Físico	11/out
Dia Mundial e Nacional da Osteoporose	20/out
Dia Nacional da Surdez	10/nov
Dia Mundial e Nacional do Diabético	14/nov
Dia Nacional dos Ostromizados	16/nov
Dia Internacional da Pessoa com Deficiência	3/dcz
Dia da Criança com Deficiência	9/dcz
Dia Nacional das APAES	11/dcz
Dia do Cego	13/dcz

Projetos de Lei em tramitação no Senado

(atualizado em fevereiro de 2008)

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ementa
PDS 424 de 2003	CCJ	Pronto para pauta da comissão	Susta o inciso I do artigo 38 do Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, da Presidência da República. (Dispõe sobre o percentual reservado aos candidatos portadoras de deficiência física para provimento de cargos em comissão ou de confiança).
PEC 049 de 2007	CCJ	Aguarda por designação de relator	Altera a redação do § 2º do art. 230 da Constituição Federal, para garantir a gratuidade do transporte coletivo urbano e intermunicipal à pessoa com deficiência.
PLC 030 de 2002	CE	Aguarda por designação de relator	Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências.
PLC 060 de 2006	CDR	Com a relatora Sen. Patrícia Saboya	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para acrescentar normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência em hotéis e similares.
PLC 079 de 2007	CCJ	Com o relator Sen. Wellington Salgado	Altera o art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. (Substitui a expressão: "alienada ou débil mental" por "apresenta deficiência mental").
PLC 086 de 2004	CAS	Pronto para pauta da comissão	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, dispondo sobre o acesso de pessoas portadoras de deficiência nos estabelecimentos financeiros. (Determina que estabelecimento financeiro fica obrigado a manter porta auxiliar que garanta acesso de pessoa portadora de deficiência, obesa, gestante, idosa ou com dificuldade de locomoção).
PLC 099 de 2007	CCJ	Aguarda por designação de relator	Acrescenta inciso XX ao caput do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. (Prevê penalidade para estacionamento irregular, em vaga para pessoas portadoras de deficiência física).

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ementa
PLS 008 de 2006	CCJ	Com o relator Sen. Eduardo Suplicy	Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores da deficiência física conhecida como "Síndrome da Talidomida" e dá outras providências.
PLS 009 de 2002	CE	Aguarda por designação de relator	Altera o artigo 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches, ou entidades similares, e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência.
PLS 017 de 2004	CAE	Pronto para pauta da comissão	Dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da isenção do IPI, na aquisição de automóveis.
PLS 019 de 2006	SGM	Aguarda por inclusão em ordem do dia	Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, portadores da deficiência física conhecida como "Síndrome da Talidomida" e dá outras providências.
PLS 063 de 2003	CCJ	Pronto para pauta da comissão	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático.
PLS 066 de 2004	CDH	Com o relator Sen. Inácio Arruda	Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, para incluir entre os beneficiários do passe livre os portadores de doenças graves e incapacitantes, inclusive em empresas de transporte aéreo quando o motivo da viagem for, comprovadamente, para fins de tratamento médico, e dá outras providências.
PLS 080 de 2003	CAE	Com o relator Sen. Aloysio Mercadante	Altera o artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o benefício de prestação continuada da Assistência Social aos idosos e aos portadores de deficiência carentes.

Projeto	Despacho atual	Situação atual	EMENTA
PLS 112 de 2006	CCJ	Pronto para pauta da comissão	Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dá nova redação a dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e acrescenta dispositivos às Leis nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (Dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de deficiência).
PLS 123 de 2006	CAE	Com o relator Sen. Sibá Machado	Dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência.
PLS 125 de 2002	CCJ	Com o relator Sen. Tasso Jereissati	Altera o artigo 57 da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997, para obrigar os partidos a transmitir a propaganda eleitoral em linguagem oficial para deficientes auditivos.
PLS 125 de 2007	CAS	Com o relator Sen. Romero Jucá	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.
PLS 132 de 2007	CAE	Pronto para pauta da comissão	Concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de necessidades especiais.
PLS 145 de 2003	SGM	Aguarda por inclusão em ordem do dia	Acrescenta parágrafo ao artigo 57 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", estendendo ao paraplégico a aposentadoria especial após vinte e cinco anos de trabalho.
PLS 164 de 2006	CCJ	Aguarda por designação de relator	Acrescenta o art. 11-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para excluir de sanção a pessoa portadora de deficiência que deixar de cumprir obrigações eleitorais.

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ementa
PLS 179 de 2004	CAE	Pronto para pauta da comissão	Acrescenta o § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, excetuando a aposentadoria no valor de um salário mínimo do cálculo da renda mensal per capita para a percepção do benefício da prestação continuada.
PLS 204 de 2006 Compl.	SGM	Aguarda por inclusão em ordem do dia	Torna obrigatória a expedição em braile de documento de arrecadação de receita tributária.
PLS 210 de 2003	CAE	Pronto para pauta da comissão	Dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis por entidade beneficente de assistência social para transporte escolar de pessoas portadoras de deficiência.
PLS 250 de 2005 Compl.	CAS	Com o relator Sen. Romero Jucá	Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência.
PLS 252 de 2005 Compl.	SGM	Aguarda por inclusão em ordem do dia	Dispõe sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados do regime geral de previdência social portadores de deficiência.
PLS 257 de 2007	CCJ	Aguarda por designação de relator	Acrescenta parágrafo ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre a implantação de sinalização de trânsito destinada às pessoas portadoras de deficiência visual.
PLS 262 de 2007	CCJ	Aguarda por designação de relator	Altera o art. 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para permitir a utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos cursos e exames de habilitação de condutor portador de deficiência auditiva.

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ementa
PLS 272 de 2003	CAE	Com o relator Sen. Aloysio Mercadante	Dá nova redação ao § 3º do artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. (Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal do benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Previdência Social - LOAS à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família).
PLS 285 de 2007	CCJ	Aguarda por designação de relator	Acrescenta o art. 59-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que Estabelece normas para as eleições, para garantir o direito ao sigilo do voto eletrônico ao eleitor portador de necessidade especial de caráter visual.
PLS 296 de 2003	CAE	Com o relator Sen. Romero Jucá	Altera o artigo 29 da Lei 8213, de 24 de julho de 1991, e revoga os artigos 3º, 5º, 6º e 7º da Lei 9876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social.
PLS 307 de 2006	CAE	Com o relator Sen. Valter Pereira	Concede isenção do IPI na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas.
PLS 312 de 2003	CAE	Pronto para pauta da comissão	Altera a Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social.
PLS 333 de 2004	CAS	Pronto para pauta da comissão	Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 que "Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências".

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ementa
PLS 334 de 2005	CAS	Com a relatora Sen. Serys Slhessarenko	Dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebidos por um membro da família, no cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício para outro integrante.
PLS 339 de 2007	CDH	Com o relator Sen. Flávio Arns	Acrescenta dispositivo à Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para incluir as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual.

PLS 346 de 2003	CAE	Com a relatora Sen. Patrícia Saboya	Altera a Lei nº 8687, de 20 de julho de 1993, para isentar do Imposto sobre a Renda parte dos rendimentos do trabalho percebidos por pai, mãe, tutor, curador ou responsável legal por deficiente mental sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado.
PLS 358 de 2005 Compl.	SGM	Aguarda por inclusão em ordem do dia	Dispõe sobre a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados portadores de deficiência filiados ao Regime Geral de Previdência Social, conforme determina o § 1º do art. 201 da Constituição Federal.
PLS 374 de 2003	CAE	Com o relator Sen. Romero Jucá	Eleva a renda per capita familiar máxima para efeito de habilitação ao benefício de prestação continuada da Assistência Social, previsto no artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, de vinte e cinco (25) para trinta e sete inteiros e cinco décimos (37,5) por cento do salário mínimo.
PLS 382 de 2003	CAS	Pronto para pauta da comissão	Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.
PLS 452 de 2003	CAS	Pronto para pauta da comissão	Altera os artigos 16 e 77 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Projeto	Despacho atual	Situação atual	Ítem
PLS 522 de 2007	CDH	Com a relatora Sen. Patrícia Saboya	Acrescenta inciso X e parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência, e dá outras providências.
PLS 568 de 2007	CAE	Com o relator Sen. Flávio Arns	Reduz a zero a alíquota das Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS na importação e na comercialização no mercado interno de cadeiras de rodas, motorizadas ou não.
PLS 646 de 2007	CDH	Pronto para pauta da comissão	Dá nova redação ao inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI aos portadores de deficiência física, dentre outros.
PLS 712 de 2007	CE	Com o relator Sen. Eduardo Azeredo	Institui a Semana Nacional de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, entre os dias 4 e 10 de dezembro.

PARECER Nº 155, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Emenda nº 3-Plen, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Relator: Senador **Jarras Vasconcelos**

I – Relatório

Trata-se de emenda subscrita pelo eminente Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senadores, cujo objeto é promover alteração na Proposta de Emenda à Constituição ora apreciada, para incluir a possibilidade de dois ou mais partidos reunirem-se em federação, para o fim de cumprirem as exigências pertinentes à cláusula de desempenho de que ora se trata.

A emenda determina que a Federação funcione por um prazo não inferior a uma legislatura, seja registrada no Tribunal Superior Eleitoral, e atue como se fosse uma única agremiação partidária, inclusive quanto ao registro de candidatos e ao funcionamento parlamentar, com a garantia da preservação da identidade e da autonomia dos partidos que a integrem, desde que, em conjunto, os partidos políticos perfaçam as exigências previstas no parágrafo anterior.

Ao justificar sua iniciativa, os eminentes autores ressaltam que o escopo da medida é possibilitar, àqueles partidos que não alcançarem o percentual exigido para o funcionamento parlamentar, formar uniões partidárias, denominadas federações partidárias, por meio das quais esses partidos poderão exercer o direito ao funcionamento parlamentar, desde que, em conjunto, perfaçam as exigências previstas como cláusula de barreira ou de desempenho.

E ressaltam os fundamentos jurídico-constitucionais que levaram o Supremo Tribunal Federal a declarar a inconstitucionalidade do art. 13 da Lei nº 9.096, de 1995, a Lei dos Partidos Políticos, sobretudo quando esclarece as competências do legislador ordinário para tratar do funcionamento parlamentar e a necessidade de respeitar o princípio da razoabilidade.

II – Análise

Entendemos que o objeto da presente Proposta de Emenda à Constituição deve cingir-se a uma autorização constitucional para que o legislador ordinário, calcado nessa norma e nos princípios constitucionais aludidos, estabeleça distinções entre os partidos quanto ao funcionamento parlamentar.

O ponto tratado na Emenda nº 3-PLEN oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, acarreta a discussão sobre cláusula de desempenho,

também denominada cláusula de barreira, que consiste em medida indispensável à governabilidade, em qualquer das formas de governo, como recurso moderador da proliferação partidária que, tanto no Brasil, quanto em outros países, tem provocado efeitos danosos e portanto indesejáveis, na medida em que afetam a estabilidade política.

Ademais, a multiplicação de legendas de baixa representatividade, tem sido fatal para o sistema representativo, como demonstra o cotejo entre a Alemanha, país pioneiro na adoção da cláusula de desempenho de 5% e a Itália, ambos regimes parlamentaristas no pós-segunda guerra mundial. Da Lei Fundamental de Bonn, de 1949, até hoje, a antiga República federal alemã, hoje unificada, conheceu apenas 8 governos e um substituto ocasional como Chanceler, como demonstra o quadro:

Konrad Adenauer	1949-1963
Luidwing Erhard	1963-1966
Kurt Georg Kiesinger	1966-1969
Willy Brandt	1969-1974
Walter Schell	1974 (Substituto)
Helmuth Schmidt	1974-1982
Helmuth Kohl	1982-1998
Gerjhard Schoeder	1998-2004
Angela Merkel	2004 até hoje.

Conforme demonstrado, a duração média dos governos tem sido de 7,3 anos. A Itália, onde não existe cláusula de barreira e a despeito de inúmeras e sucessivas reformas eleitorais, já teve, de 1946 até hoje, em 61 anos, 61 diferentes governos, média de um por ano e atualmente está pendente da organização do 62º governo, depois da queda do primeiro-ministro Romano Prodi, em dezembro de 2007.

A vigência da cláusula de barreira que vem sendo tentada no Brasil desde o Código Eleitoral de 1950, que exigia um mínimo de 10.000 votos por legenda, seguramente contribuirá no sentido de garantir a existência dos partidos de baixo desempenho eleitoral, mas moderando a fragmentação partidária.

Hoje o quadro que se apresenta é que nenhum partido consegue alcançar o patamar de 20% do número de cadeiras, dando origem ao que o cientista político Sérgio Abranches denominou de “presidencialismo de coalizão” e que, talvez como mais propriedade, se devesse denominar de “presidencialismo de minorias” ou, talvez, de “regime de maiorias flutuantes”, origem de alguns dos vícios mais condenáveis do nosso sistema político.

A federação de partidos proposta pela Emenda nº 3, de plenário, no meu entender melhor se enquadraria na legislação infraconstitucional. Mas, no sentido de contribuir para o entendimento e ciente da necessidade de aprovarmos o mais rápido possível este aperfeiçoamento da legislação, acatei a sugestão do

Senador Antonio Carlos Valadares na forma da emenda que apresento.

III – Voto

Em face do exposto, o nosso voto é pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3-PLEN à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, na forma da subemenda, a seguir descrita:

Subemenda à Emenda nº 3-Plen
"Art. 17.

§ 5º Para fins de funcionamento parlamentar, a lei estabelecerá distinção entre os partidos que obtenham o mínimo de cinco por cento dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo

menos, um terço dos Estados, com o mínimo de dois por cento dos votos válidos em cada um deles, facultando aos que não atingirem esse patamar organizarem-se em federação partidária, desde que, vigore durante toda a legislatura, mediante registro, até a diplomação dos eleitos, perante o Tribunal Superior Eleitoral. (NR)"

Sala de Sessões, 21 de fevereiro de 2008.

[Handwritten Signature], Presidente
[Handwritten Signature], Relator

ASSINAM O PARECER
À EMENDA Nº 3, de PLENÁRIO, oferecida à
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007
NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 21-02-2008, COMPLEMENTANDO
AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 - *[Signature]* sen. *Henrique Fortes*
- 2 - *[Signature]* sen. *Jose Agripino*
- 3 - *[Signature]* sen. *Cristovam Buarque*
- 4 - *[Signature]* sen. *Walter Pereira*
- 5 - *[Signature]* sen. *Kátia Abreu*
- 6 - *[Signature]* sen. *João Venório*
- 7 - *[Signature]* sen. *Wellington Salgado de Albuquerque*
- 8 - *[Signature]* sen. *Paulo Rum*
- 9 - *[Signature]* sen. *Fleusa Ribeiro*
- 10 - *[Signature]* sen. *Alvaro Dias*
- 11 - *[Signature]* sen. *Silvia Machado*
- 12 - *[Signature]* sen. *Opitum Borges*
- 13 - *[Signature]* sen. *Augusto Botelho*
- 14 - *[Signature]* sen. *João Ribeiro*
- 15 - *[Signature]* sen. *Arthur Henrique*
- 16 - *[Signature]* sen. *Soto Pedro*
- 17 - *[Signature]* sen. *Mário Duarte*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Emenda da plenária n.º 01 oferecida à

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 2 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/03/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> Sen. Jarbas Vasconcelos	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)³	
SERYS SILHESARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO	2. INÁCIO ARRUDA <i>[assinatura]</i>
EDUARDO SUPLYC <i>[assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. MOZARILDO CAVALCANTI
IDELI SALVATTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i> (PANTOR)	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS (RELATOR) <i>[assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE) <i>[assinatura]</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[assinatura]</i>	4. ALVARO DIAS ²
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 29/11/2007

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Vaga cedida pelo Democratas;

(3) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

**ASSINAM O PARECER À EMENDA Nº 3,
DE PLENÁRIO, OFERECIDA À PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007,**

NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 21-2-2008, COMPLEMENTANDO AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO RISF, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS): – HERÁCLITO FORTES – JOSÉ AGRIPINO – CRISTOVAM BUARQUE – VALTER PEREIRA – KÁTIA ABREU – JOÃO TENÓRIO – WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA – PAULO PAIM – FLEXA RIBEIRO – ALVARO DIAS – SIBÁ MACHADO – GILVAM BORGES – AUGUSTO BOTELHO – JOÃO RIBEIRO – ARTHUR VIRGÍLIO – JOÃO PEDRO – MÃO SANTA.

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REQUERIMENTO INTERNO

Relator: Senador **Jarbas Vasconcelos**

I – Relatório

Trata-se de emenda subscrita pelo eminente Senador Antonio Carlos Valadares e outros senadores, cujo objeto é promover alteração na Proposta de Emenda à Constituição ora apreciada, para incluir a possibilidade de dois ou mais partidos reunirem-se em Federação, para o fim de cumprirem as exigências pertinentes à cláusula de desempenho de que ora se trata.

A emenda determina que a Federação funcione por um prazo não inferior a uma legislatura, seja registrada no Tribunal Superior Eleitoral, e atue como se fosse uma única agremiação partidária, inclusive quanto ao registro de candidatos e ao funcionamento parlamentar, com a garantia da preservação da identidade e da autonomia dos partidos que a integrarem, desde que, em conjunto, os partidos políticos perfaçam as exigências previstas no parágrafo anterior.

Ao justificar sua iniciativa, os eminentes autores ressaltam que o escopo da medida é possibilitar, àqueles partidos que não alcançarem o percentual exigido para o funcionamento parlamentar, formar uniões partidárias, denominadas federações partidárias, por meio das quais esses partidos poderão exercer o direito ao funcionamento parlamentar, desde que, em conjunto, perfaçam as exigências previstas como cláusula de barreira ou de desempenho.

E ressaltam os fundamentos jurídico-constitucionais que levaram o Supremo Tribunal Federal a declarar a inconstitucionalidade do art. 13 da Lei nº 9.096, de 1995, a Lei dos Partidos Políticos, sobretudo quando

esclarece as competências do legislador ordinário para tratar do funcionamento parlamentar e a necessidade de respeitar o princípio da razoabilidade.

II – Análise

Entendemos que o objeto da presente Proposta de Emenda à Constituição deve cingir-se a uma autorização constitucional para que o legislador ordinário, calcado nessa norma e nos princípios constitucionais aludidos, estabeleça distinções entre os partidos quanto ao funcionamento parlamentar.

A possibilidade de os partidos formarem federações partidárias pode ser objeto de projeto de lei ordinária, como já ocorreu no Congresso Nacional. A Comissão Especial da Câmara dos Deputados chegou a aprovar proposição legislativa a esse respeito, com propósitos semelhantes ao que consta da Emenda ora examinada, o que vem a demonstrar a desnecessidade de estabelecer um fundamento constitucional de validade para tal lei, a qual não depende de alteração da Constituição.

Quanto ao mérito, impende assinalar que eventual dispositivo legal que proponha ou autorize a federação partidária não pode sujeitá-la à necessidade de os partidos a manejarem para alcançar a cláusula de desempenho. Tratar-se-ia de uma nova forma de articulação institucional entre os partidos, de que poderiam se valer todas as organizações partidárias brasileiras, independentemente de necessitarem dela para realizar exigências da Lei.

Vale ressaltar que emenda com teor semelhante foi submetida à apreciação desta Comissão quando da tramitação inicial da PEC nº 2, tendo recebido parecer contrário que foi aprovado por maioria de votos.

III – Voto

Em face do exposto, embora reconhecendo méritos na iniciativa, mas entendendo que se trata de matéria que deve ser objeto de lei ordinária, o nosso voto é pela rejeição da Emenda nº 3, de Plenário, à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007.

Sala de Sessões, 2008. – **Jarbas Vasconcelos.**

PARECER Nº 156, DE 2008

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 695, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Jonas Pinheiro, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-174.

Relator: Senador **Eliseu Resende**

I – Relatório

A proposição, de autoria conjunta dos senadores Jonas Pinheiro, Serys Slessarenko e Jayme Campos, propõe a alteração do traçado da BR-174, constante da Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, com vistas a incluir novas localidades entre seus pontos de passagem.

A mudança consiste no deslocamento do ponto inicial da rodovia para Porto Santo Antônio das Lendas e na inclusão, entre seus pontos de passagem, das localidades de Pontes e Lacerda, Vilhena, Juína, Juruena, Aripuanã, Colniza e Manicoré, situadas nos Estados de Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Roraima. Com a implementação da proposta, a extensão da rodovia passaria a contar com cerca de 3.273km.

Argumentos para a alteração referem-se às mudanças operadas no cenário econômico mato-grossense pela expansão da fronteira agrícola e à necessidade de ampliação da malha de estradas com vistas ao melhor aproveitamento do potencial das áreas a serem incluídas, fundamentais para o desenvolvimento da região.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para apreciação em caráter terminativo, não tendo recebido emendas.

II – Análise

A alteração proposta para o traçado da rodovia BR-174 é meritória, na medida em que visa a melhorar as condições de acessibilidade de municípios do Estado do Mato Grosso, com repercussão favorável sobre o desenvolvimento social e econômico da região. A modificação prevê a incorporação do trecho

inicial entre Porto Santo Antônio das Lendas e Cáceres e a inclusão da passagem por Juruena, entre Juína e Aripuanã. O aumento da extensão resultante da alteração proposta – cerca de 100km, com base em informações do Ministério dos Transportes – é pouco significativo.

O projeto tem fundamento no art. 21 da Constituição Federal, que determina que compete à União fixar princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação. Atende outrossim ao disposto no art. 61, que faculta aos membros do Congresso Nacional a iniciativa parlamentar em assuntos de interesse da União, cabendo observar que a matéria não está inscrita entre aquelas reservadas ao Presidente da República.

O projeto encontra respaldo ainda na Lei nº 5.917, de 1973, que estabelece como objetivo principal do PNV, o de “permitir o estabelecimento da infra-estrutura de um sistema viário integrado, assim como as bases para planos globais de transporte que atendam, pelo menor custo, às necessidades do País”.

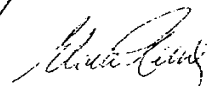
III – Voto

Pelas razões expendidas, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 695, de 2007.

Sala da Comissão,



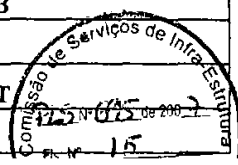
, Presidente



, Relator

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

<i>Projeto de Lei do Senado nº 695, de 2007</i>	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/03/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: <i>Senador Marconi Perillo</i>	
RELATOR: <i>Senador Eliseu Resende</i>	
Titulares - Bloco de apoio ao Governo	Suplentes - Bloco de apoio ao Governo
(PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	(PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)
SERYS SLHESARENKO - PT	1- FLÁVIO ARNS - PT
DELCÍDIO AMARAL - PT	2- FÁTIMA CLEIDE - PT
DELI SALVATTI - PT	3- ALOIZIO MERCADANTE - PT
FRANCISCO DORNEELLES - PP	4- JOÃO RIBEIRO - PR
INÁCIO ARRUDA - PC do B	5- AUGUSTO BOTELHO - PT
EXPEDITO JÚNIOR - PR	6- RENATO CASAGRANDE - PSB
Titulares - PMDB	Suplentes - PMDB
ROMERO JUCÁ	1- (vago)
VALDIR RAUPP	2- JOSÉ MARANHÃO
LEOMAR QUINTANILHA	3- GILVAM BORGES
(vago)	4- NEUTO DE CONTO
VALTER PEREIRA	5- GERALDO MESQUITA
WELLINGTON SALGADO	6- PEDRO SIMON
Titulares - Bloco da Minoria	Suplentes - Bloco da Minoria
(DEM / PSDB)	(DEM / PSDB)
ADELMIR SANTANA - DEM	1- DEMÓSTENES TORRES - DEM
ELISEU RESENDE - DEM	2- MARCO MACIEL - DEM
JAYME CAMPOS - DEM	3- (vago)
HERÁCLITO FORTES - DEM	4- ROSALBA CIARLINI - DEM
RAIMUNDO COLOMBO - DEM	5- ROMEU TUMA - PTB
JOÃO TENÓRIO - PSDB	6- CÍCERO LUCENA - PSDB
MARCONI PERILLO - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	8- MÁRIO COUTO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	9- TASSO JEREISSATI - PSDB
Titulares - PTB	Suplentes - PTB
GIM ARGELLO	1- JOÃO VICENTE CLAUDINO
Titulares - PDT	Suplentes - PDT
JOÃO DURVAL	1- (vago)



COISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Matéria: Projeto de Lei do Senado, nº 695, de 2007

TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Blcco de Apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)					Blcco de Apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)				
SERYS SLHESSARENKO - PT	X				1- FLÁVIO ARNS - PT	X			
DELÇÍDIO AMARAL - PT	X				2- FÁTIMA CLEIDE - PT	X			
IDELI SALVATTI - PT	X				3- ALOIZIO MERCADANTE - PT	X			
FRANCISCO DORNELLES - PP	X				4- JOÃO RIBEIRO - PR	X			
INÁCIO ARRUDA - PC do B	X				5- AUGUSTO BOTELHO - PT	X			
EXPEDITO JUNIOR - PR	X				6- RENATO CASAGRANDE - PSB	X			
TITULARES PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	X				1- (vago)				
VALDIR RAUPP					2- JOSÉ MARANHÃO				
LEOMAR QUINTANILHA					3- GILVAM BORGES				
VALTER PEREIRA					4- NEUTO DE CONTO	X			
WELLINGTON SALGADO					5- GERALDO MESQUITA				
					6- PEDRO SIMON				
TITULARES					SUPLENTE				
Blcco da Minoria (PFL / PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Blcco da Minoria (PFL / PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA - DEM	X				1- DEMÓSTENES TORRES - DEM				
ELISEU RESENDE - DEM	X				2- MARCO MACIEL - DEM				
JAYME CAMPOS - DEM	X				3- (vago)				
HERÁCLITO FORTES - DEM	X				4- ROSALBA CIARLINI - DEM				
RAIMUNDO COLOMBO - DEM	X				5- ROMEU TUMA - PTB	X			
JOÃO TENÓRIO - PSDB					6- CÍCERO LUCENA - PSDB	X			
MARCONI PERILLO - PSDB	X				7 - EDUARDO AZEREDO - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB					8 - MÁRIO COUTO - PSDB				
SÉRGIO GUERRA - PSDB					9 - TASSO JEREISSATI - PSDB				
TITULARES PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO	X				1 - JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURNAL					1- (vago)				

TOTAL: 17 Sim: 16 Não: 1 Abstensão: 0 Autor: 1 Presidente: 1

Sala das Reuniões, em 27 / 03 / 2008.

Senador *Marconi Perillo*
Presidente

Obs.: O voto do Autor da Proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de Quorum (art. 132, § 8º - RISF)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 21. Compete à União:

I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II – declarar a guerra e celebrar a paz;

III – assegurar a defesa nacional;

IV – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

V – decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

VI – autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII – emitir moeda;

VIII – administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X – manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15-8-95;)

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8 de 15-8-95;)

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

XIII – organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

XIV – organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV – organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI – exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII – conceder anistia;

XVIII – planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XIX – instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI – estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

XXII – executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos

de meia-vida igual ou inferior a duas horas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49 de 2006)

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

XXIV – organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

XXV – estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18 de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleito-

rado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....
Ofício nº 9/2008-CI

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Excelentíssimo Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Digníssimo Presidente do Senado Federal
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão em reunião realizada no dia 27 de fevereiro do ano em curso aprovou, em Decisão Terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 695, de 2007, de autoria do Senador Jonas Pinheiros e outros, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-174”.

Respeitosamente, Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão.

PARECER Nº 157, DE 2008

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Jayme Campos, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-080”.

Relator: Senador **Eliseu Resende**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 696, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, Senador Jonas Pinheiro e Senadora Serys Slhessarenko pretende modificar o traçado da rodovia federal BR-080, constante da relação descritiva das rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Federal, anexa ao Plano Nacional de Viação (PNV), aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

Com a modificação proposta, o traçado da BR-080 – que hoje tem início em Brasília (DF) e se estende até o entroncamento com a rodovia BR-158, no Estado do Mato Grosso (MT) – seria prolongado, a partir do extremo final, por cerca de 1.230km, até

alcançar a rodovia BR-364, na localidade de Ariquemes, no Estado de Rondônia. Com o prolongamento proposto, a rodovia passaria ter 1.850km de extensão, com os seguintes pontos de passagem: Brasília (DF); Uruaçu e São Miguel do Araguaia (GO); Luiz Dias (divisa GO/MT); Alô Brasil, São José do Xingu, Matupá, Cotriguaçu e Colniza (MT); e Nova União, Machadinho D'Oeste e Ariquemes (RO).

Em sua justificativa, os autores do projeto defendem o novo traçado como forma de viabilizar a diversificação da produção rural e promover a integração da região e a melhoria da qualidade de vida da população residente nos diversos municípios situados na área de influência da nova BR-080. Segundo ele, mais de meio milhão de habitantes, distribuídos em um grande número de assentamentos rurais existentes na região, serão beneficiados.

Submetido à apreciação da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

De acordo com a relação descritiva das rodovias federais apresentada no PNV, a BR-080 estende-se de Brasília (DF) ao ponto de entroncamento das rodovias federais BR-158 e BR-242, passando pelas localidades goianas de Uruaçu e São Miguel do Araguaia, com 621,3km de extensão. O traçado atual da rodovia é fruto de modificação introduzida no PNV pela Lei nº 7.581, de 24 de dezembro de 1986.

Com a modificação ora proposta, a BR-080 terá sua atual extensão praticamente triplicada, chegando a 1.850km, compreendidos entre as localidades de Brasília (DF) e Ariquemes (RO). No novo traçado, a maior parte dos quase 1.230km de acréscimo desenvolve-se em território do Estado do Mato Grosso, que será longitudinalmente cortado pela rodovia. Complemen-

ta o traçado o trecho situado no Estado de Rondônia, onde a BR-080 encontrará a cidade de Ariquemes, às margens da rodovia BR-364.

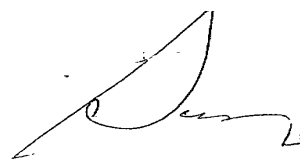

A mudança proposta é estrategicamente relevante, especialmente para o Estado do Mato Grosso, onde a nova BR-080, produzirá ganhos significativos de acessibilidade e benefícios sócio-econômicos para a região. Como os autores da proposição, entendemos que a medida viabilizará o desenvolvimento do potencial agrícola – hoje subaproveitado, a despeito da enorme extensão de terras férteis – e a diversificação da produção rural, hoje praticamente restrita à atividade pecuária bovina de corte. Além disso, o aumento da acessibilidade certamente favorecerá a integração da região e criará condições para a realização de investimentos sociais em benefício da população residente.

Reconhecidos os méritos da iniciativa, ressaltamos que a alteração proposta na relação descritiva das rodovias federais não contraria os princípios e as diretrizes do Sistema Nacional de Viação, expressos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação. No que tange à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nada há que impeça a aprovação da matéria.

II – Voto

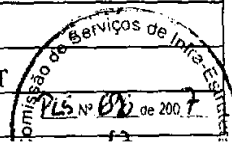
Pelas razões expendidas, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2007.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

<i>Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2007</i>	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/02/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo	
RELATOR: Senador Eliseu Resende	
Titulares - Bloco de apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	Suplentes - Bloco de apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)
SERYS SLHESARENKO - PT	1- FLÁVIO ARNS - PT
DELÍCIDIO AMARAL - PT	2- FÁTIMA CLEIDE - PT
DELI SALVATTI - PT	3- ALOIZIO MERCADANTE - PT
FRANCISCO DORNELLES - PP	4- JOÃO RIBEIRO - PR
INÁCIO ARRUDA - PC do B	5- AUGUSTO BOTELHO - PT
EXPEDITO JÚNIOR - PR	6- RENATO CASAGRANDE - PSB
Titulares - PMDB	Suplentes - PMDB
ROMERO JUCÁ	1- (vago)
VALDIR RAUPP	2- JOSÉ MARANHÃO
LEOMAR QUINTANILHA	3- GILVAM BORGES
(vago)	4- NEUTO DE CONTO
VALTER PEREIRA	5- GERALDO MESQUITA
WELLINGTON SALGADO	6- PEDRO SIMON
Titulares - Bloco da Minoria (DEM/ PSDB)	Suplentes - Bloco da Minoria (DEM/ PSDB)
JELMIR SANTANA - DEM	1- DEMÓSTENES TORRES - DEM
ELISEU RESENDE - DEM	2- MARCO MACIEL - DEM
JAYME CAMPOS - DEM	3- (vago)
HERÁCLITO FORTES - DEM	4- ROSALBA CIARLINI - DEM
RAIMUNDO COLOMBO - DEM	5- ROMEU TUMA - PTB
JOÃO TENÓRIO - PSDB	6- CÍCERO LUCENA - PSDB
MARCONI PERILLO - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	8- MÁRIO COUTO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	9- TASSO JEREISSATI - PSDB
Titulares - PTB	Suplentes - PTB
GIM ARGELLO	1- JOÃO VICENTE CLAUDINO
Titulares - PDT	Suplentes - PDT
JOÃO DURVAL	1- (vago)



CO. ASSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Matéria: Projeto de Lei do Senado, nº 696, de 2007

TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)					Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)				
SERYS SLHESARENKO - PT	X				1- FLÁVIO ARNS - PT	X			
DELCIDIO AMARAL - PT					2- FÁTIMA CLEIDE - PT				
IDELI SALVATTI - PT	X				3- ALOIZIO MERCADANTE - PT	X			
FRANCISCO DORNELLES - PP	X				4- JOÃO RIBEIRO - PR	X			
INÁCIO ARRUDA - PC do B	X				5- AUGUSTO BOTELHO - PT	X			
EXPEDITO JÚNIOR - PR					6- RENATO CASAGRANDE - PSB				
TITULARES PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	X				1- (vago)				
VALDIR RAUPP					2- JOSÉ MARANHÃO				
LEOMAR QUINTANILHA					3- GILVAM BORGES				
(vago)					4- NEUTO DE CONTO	X			
VALTER PEREIRA					5- GERALDO MESQUITA				
WELLINGTON SALGADO					6- PEDRO SIMON				
TITULARES Bloco da Minoria (PFL / PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE Bloco da Minoria (PFL / PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA - DEM					1- DEMÓSTENES TORRES - DEM				
ELISEU RESENDE - DEM	X				2- MARCO MACIEL - DEM				
JAYME CAMPOS - DEM			X		3- (vago)				
HERÁCLITO FORTES - DEM	X				4- ROSALBA CIARLINI - DEM				
RAIMUNDO COLOMBO - DEM					5- ROMEU TUMA - PTB	X			
JOÃO TENÓRIO - PSDB					6- CÍCERO LUCENA - PSDB				
MARCONI PERILLO - PSDB	X				7- EDUARDO AZEREDO - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB					8- MÁRIO COUTO - PSDB				
SÉRGIO GUERRA - PSDB					9- TASSO JEREISSATI - PSDB				
TITULARES PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO	X				1- JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ DURVAL					1- (vago)				

Sim: 15 Não: — Abstensão: — Autor: 1 Presidente: 1 Sala das Reuniões, em 27/03/2008.

Senador Marconi Perillo
Presidente

Obs.: O voto do Autor da Proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de Quorum (art. 132, § 8º - RISF)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.581, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1986

Altera o Plano Nacional de Viação, provado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, modificando o traçado da BR-080.

Ofício nº 10/2008-CI

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Excelentíssimo Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Digníssimo Presidente do Senado Federal
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão em reunião realizada no dia 27 de fevereiro do ano em curso aprovou, em Decisão Terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos e outros, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-080”.

Respeitosamente, Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão.

PARECER Nº 158, DE 2008

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da rodovia BR-116 ao Aeroporto do Planalto Serrano, no Município de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina”.

Relator: Senador **Eliseu Resende**

I – Relatório

O projeto em exame, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, tem por objetivo incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano

Nacional de Viação (PNV), acesso rodoviário com extensão de 1,3 km, ao Aeroporto do Planalto Serrano, no Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, a partir da BR-116.

A relevância da proposição, segundo a autora, reside na importância do transporte aéreo para o desenvolvimento do turismo rural e de inverno, bem como para a fruticultura de clima temperado, que caracterizam a economia da região. Encontrando-se o aeroporto em fase de final de construção, seria indispensável a melhoria do seu acesso rodoviário a partir da rodovia federal BR-116, para fazer face ao conseqüente aumento da demanda por serviços aéreos a ser gerado com a conclusão das obras.

Submetido à apreciação da Comissão de Serviços de Janc Estrutura, em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

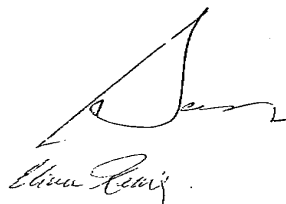

A matéria em apreciação não apresenta vícios de inconstitucionalidade ou injuridicidade que a desabonem. Atende ao disposto na Lei nº 5.917, de 1973, que aprovou o PNV, na medida em que cumpre uma das condições exigidas para a inclusão do trecho de rodovia na Relação Descritiva das Rodovias, qual seja o de constituir acesso a instalação federal de importância: o aeroporto do Planalto Serrano. Ademais, apresenta-se de acordo com as normas da boa técnica legislativa.

A proposição é adequada também no que tange ao mérito, uma vez que visa a propiciar melhores condições de acesso ao aeroporto a partir da principal rodovia da região, favorecendo o desenvolvimento da economia regional e maximizando os benefícios aportados pela construção do novo terminal.

II – Voto

Pelas razões expendidas, voto pela Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2007.

Sala da Comissão, 27 de fevereiro de 2008.

 Presidente
 , Relator

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/03/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: *Senador Marconi Perillo*

RELATOR: *Senador Eliseu Resende*

Titulares - Bloco de apoio ao Governo

(PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)

Suplentes - Bloco de apoio ao Governo

(PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)

SERYS SLHESSARENKO - PT *Serys*

1- FLÁVIO ARNS - PT

DELCÍDIO AMARAL - PT *Delcídio*

2- FÁTIMA CLEIDE - PT *Fátima*

DELI SALVATTI - PT *Delí*

3- ALOIZIO MERCADANTE - PT *Aloizio*

FRANCISCO DORNELLES - PP *Francisco*

4- JOÃO RIBEIRO - PR *João*

INÁCIO ARRUDA - PC do B *Inácio*

5- AUGUSTO BOTELHO - PT *Augusto*

EXPEDITO JÚNIOR - PR *Expedito*

6- RENATO CASAGRANDE - PSB *Renato*

Titulares - PMDB

Suplentes - PMDB

ROMERO JUCÁ *Romero*

1- (vago)

VALDIR RAUPP *Valdir*

2- JOSÉ MARANHÃO *José*

LEOMAR QUINTANILHA *Leomar*

3- GILVAM BORGES *Gilvam*

(vago)

4- NEUTO DE CONTO *Neuto*

VALTER PEREIRA *Valter*

5- GERALDO MESQUITA *Geraldo*

WELLINGTON SALGADO *Wellington*

6- PEDRO SIMON *Pedro*

Titulares - Bloco da Minoria

Suplentes - Bloco da Minoria

(DEM / PSDB)

(DEM / PSDB)

ADELMIR SANTANA - DEM *Adelmi*

1- DEMÓSTENES TORRES - DEM *Demostenes*

ELISEU RESENDE - DEM *Eliseu*

2- MARCO MACIEL - DEM *Marco*

JAYME CAMPOS - DEM *Jayme*

3- (vago)

HERÁCLITO FORTES - DEM *Heráclito*

4- ROSALBA CIARLINI - DEM *Rosalba*

RAIMUNDO COLOMBO - DEM *Raimundo*

5- ROMEU TUMA - PTB *Romeu*

JOÃO TENÓRIO - PSDB *João*

6- CÍCERO LUCENA - PSDB *Cícero*

MARCONI PERILLO - PSDB *Marconi*

7- EDUARDO AZEREDO - PSDB *Eduardo*

FLEXA RIBEIRO - PSDB *Flexa*

8- MÁRIO COUTO - PSDB *Mário*

SÉRGIO GUERRA - PSDB *Sérgio*

9- TASSO JEREISSATI - PSDB *Tasso*

Titulares - PTB

Suplentes - PTB

GIM ARGELLO *Gim*

1- JOÃO VICENTE CLAUDINO *João*

Titulares - PDT

Suplentes - PDT

JOÃO DURVAL *João*

1- (vago)



COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Materia: Projeto de Lei do Senado, nº 731, de 2007

TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Blcco de Apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)					SUPLENTE Blcco de Apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)				
SELYS SLHESSARENKO - PT	X				1- FLÁVIO ARNS - PT	X			
DELÍCIO AMARAL - PT					2- FÁTIMA CLEIDE - PT				
IDELI SALVATI - PT		X			3- ALOÍZIO MERCADANTE - PT				
FRANCISCO DORNELLES - PP	X				4- JOÃO RIBEIRO - PR	X			
INÁCIO ARRUDA - PC do B	X				5- AUGUSTO BOTELHO - PT	X			
EXPEDITO JÚNIOR - PR					6- RENATO CASAGRANDE - PSB				
TITULARES PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCÁ	X				1- (vago)				
VALDIR RAUPP					2- JOSÉ MARANHÃO				
LEOMAR QUINTANILHA					3- GILVAM BORGES				
(vago)					4- NEUTO DE CONTO	X			
VALTER PEREIRA					5- GERALDO MESQUITA				
WELLINGTON SALGADO					6- PEDRO SIMON				
TITULARES Blcco da Minoria (PFL / PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE Blcco da Minoria (PFL / PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA - DEM					1- DEMÓSTENES TORRES - DEM				
ELISEU RESENDE - DEM	X				2- MARCO MACIEL - DEM				
JAYME CAMPOS - DEM	X				3- (vago)				
HERACLITO FORTES - DEM	X				4- ROSALBA CIARLINI - DEM				
RAIMUNDO COLOMBO - DEM					5- ROMEU TUMA - PTB	X			
JOÃO TENÓRIO - PSDB					6- CÍCERO LUCENA - PSDB				
MARCONI PERILLO - PSDB					7- EDUARDO AZEREDO - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				8- MÁRIO COUTO - PSDB				
SÉRGIO GUERRA - PSDB					9- TASSO JEREISSATI - PSDB				
TITULARES PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO	X				1- JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL					1- (vago)				

TOTAL: 17 Sim: 15 Não: 2 Abstensão: 0 Autor: 1 Presidente: 1

Senador Marconi Perillo
Presidente

Sala das Reuniões, em 27/02/2008.

Obs.: O voto do Autor da Proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de Quorum (art. 132, § 8º - RISF)

Ofício nº 5/2008-CI

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão em reunião realizada no dia 27 de fevereiro do ano em curso aprovou, em Decisão Terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-116 ao Aeroporto do Planalto Serrano, no Município de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina.”

Respeitosamente, – Senador **Marconi Perillo**,
Presidente da Comissão.

Excelentíssimo Senhor

Senador Garibaldi Alves Filho

Digníssimo Presidente do Senado Federal

NESTA

PARECER Nº 159, DE 2008

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que ‘aprova o Plano Nacional de Viação’, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da rodovia BR-101 ao Aeroporto Regional Sul, no Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador **Eliseu Resende****I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007, de autoria da Senadora IDELI SALVATTI, visa a incluir novo acesso rodoviário na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação (PNV). Trata-se de trecho com extensão de 4,8

km que liga a BR-101 ao aeroporto de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina.

Em sua justificativa a autora argumenta que a região de Jaguaruna é importante pólo de produção de cerâmicas e de mineração de carvão vegetal, além de apresentar grande vocação turística, fatores que contribuem, sobremaneira, para a geração de demanda por transporte aéreo, tanto no segmento de cargas como no de passageiros. Entretanto, o Aeroporto Regional Sul, terminal aeroportuário que serve a região, embora dotado de pista dimensionada para o atendimento de ambas as demandas, carece de acesso rodoviário adequado a partir da rodovia federal BR-101.

Submetido à apreciação da Comissão de Serviços de 14 Estrutura, em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise



A inclusão do trecho de rodovia que liga a BR-101 ao Aeroporto Regional Sul na Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação tem por objetivo propiciar melhores condições de acesso à região, favorecendo o pleno desenvolvimento de seu potencial econômico.

O projeto atende aos critérios exigidos para a inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação, uma vez que possibilita o acesso a instalações federais de importância – no caso, o Aeroporto de Jaguaruna –, uma das condições exigidas pela lei que aprovou o PNV. Além disso, no que tange aos aspectos legais, não apresenta vícios que envolvam inconstitucionalidade ou injuridicidade e que o desabonem.

II – Voto

Pelas razões expendidas, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007.

Sala da Comissão, 27 de fevereiro de 2008.

 Presidente
 , Relator

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 1 / / 2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: *Senador Marconi Perillo*

RELATOR: *Senador Eliseu Resende*

Titulares - Bloco de apoio ao Governo

(PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)

Suplentes - Bloco de apoio ao Governo

(PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)

SERYS SLHESSARENKO *[assinatura]*

1- FLÁVIO ARNS - PT

DELCEÍDIO AMARAL - PT *[assinatura]*

2- FÁTIMA CLEIDE - PT *[assinatura]*

DELI SALVATTI - PT *[assinatura]*

3- ALOIZIO MERCADANTE - PT *[assinatura]*

FRANCISCO DORNELLES - PP *[assinatura]*

4- JOÃO RIBEIRO - PR *[assinatura]*

INÁCIO ARRUDA - PC do B *[assinatura]*

5- AUGUSTO BOTELHO - PT *[assinatura]*

EXPEDITO JÚNIOR - PR *[assinatura]*

6- RENATO CASAGRANDE - PSB *[assinatura]*

Titulares - PMDB

Suplentes - PMDB

ROMERO JUCÁ *[assinatura]*

1- (vago)

VALDIR RAUPP *[assinatura]*

2- JOSÉ MARANHÃO *[assinatura]*

LEOMAR QUINTANILHA *[assinatura]*

3- GILVAM BORGES *[assinatura]*

(vago)

4- NEUTO DE CONTO *[assinatura]*

VALTER PEREIRA *[assinatura]*

5- GERALDO MESQUITA *[assinatura]*

WELLINGTON SALGADO *[assinatura]*

6- PEDRO SIMON *[assinatura]*

Titulares - Bloco da Minoria

Suplentes - Bloco da Minoria

(DEM / PSDB)

(DEM / PSDB)

DELMIR SANTANA - DEM *[assinatura]*

1- DEMÓSTENES TORRES - DEM *[assinatura]*

ELISEU RESENDE - DEM *[assinatura]*

2- MARCO MACIEL - DEM *[assinatura]*

JAYME CAMPOS - DEM *[assinatura]*

3- (vago)

HERÁCLITO FORTES - DEM *[assinatura]*

4- ROSALBA CIARLINI - DEM *[assinatura]*

RAIMUNDO COLOMBO - DEM *[assinatura]*

5- ROMEU TUMA - PTB *[assinatura]*

JOÃO TENÓRIO - PSDB *[assinatura]*

6- CÍCERO LUCENA - PSDB *[assinatura]*

MARCONI PERILLO - PSDB *[assinatura]*

7- EDUARDO AZEREDO - PSDB *[assinatura]*

FLEXA RIBEIRO - PSDB *[assinatura]*

8- MÁRIO COUTO - PSDB *[assinatura]*

SÉRGIO GUERRA - PSDB *[assinatura]*

9- TASSO JEREISSATI - PSDB *[assinatura]*

Titulares - PTB

Suplentes - PTB

GIM ARGELLO *[assinatura]*

1- JOÃO VICENTE CLAUDINO *[assinatura]*

Titulares - PDT

Suplentes - PDT

JOÃO DURVAL

1- (vago)

Comissão de Serviços de Infra-estrutura

COI SÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Matéria: Projeto de Lei do Senado, nº 732, de 2007

TITULARES Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO - PT	X				1- FLAVIO ARNS - PT	X			
DELÍCIO AMARAL - PT					2- FÁTIMA CLEIDE - PT				
IDELI SALVATI - PT			X		3- ALOIZIO MERCADANTE - PT				
FRANCISCO DORNELLES - PP	X				4- JOÃO RIBEIRO - PR	X			
INÁCIO ARRUDA - PC do B	X				5- AUGUSTO BOTELHO - PT				
EXPEDITO JÚNIOR - PR					6- RENATO CASAGRANDE - PSB				
TITULARES PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	X				1- (vago)				
VALDIR RAUPP					2- JOSE MARANHÃO				
LEOMAR QUINTANILHA					3- GILVAM BORGES				
(vago)					4- NEUTO DE CONTO	X			
VALTER PEREIRA					5- GERALDO MESQUITA				
WELLINGTON SALGADO					6- PEDRO SIMON				
TITULARES Bloco da Minoria (PFL / PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE Bloco da Minoria (PFL / PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA - DEM					1- DEMÓSTENES TORRES - DEM				
ELISEU RESENDE - DEM	X				2- MARCO MACIEL - DEM				
JAYME CAMPOS - DEM	X				3- (vago)				
HERÁCLITO FORTES - DEM	X				4- ROSALBA CIARLINI - DEM				
RAIMUNDO COLOMBO - DEM					5- ROMEU TUMA - PTB	X			
JOÃO TENÓRIO - PSDB					6- CÍCERO LUCENA - PSDB				
MARCONI PERILLO - PSDB					7 - EDUARDO AZEREDO - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				8 - MARIO COUTO - PSDB				
SÉRGIO GUERRA - PSDB					9 - TASSO JEREISSATI - PSDB				
TITULARES PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO	X				1 - JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURALVAL					1- (vago)				

TOTAL: 17 Sim: 15 Não: 2 Abstensão: 0 Autor: 1 Presidente: 1

Sala das Reuniões, em 27 de Março de 2008.

Senador Marconi Perillo
Presidente

Obs.: O voto do Autor da Proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de Quorum (art. 132, § 8º - RISF)

Ofício nº 6/2008-CI

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão em reunião realizada no dia 27 de fevereiro do ano em curso aprovou, em Decisão Terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da BR-101 ao Aeroporto Regional Sul, no Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina.”

Respeitosamente, Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão.

Excelentíssimo Senhor

Senador Garibaldi Alves Filho

Digníssimo Presidente do Senado Federal

NESTA

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, Ofícios do Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 5/2008-CI

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão em reunião realizada no dia 27 de fevereiro do ano em curso aprovou, em Decisão Terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-116 ao Aeroporto do Planalto Serrano, no Município de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina.”

Respeitosamente, – Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão.

Ofício nº 6/2008-CI

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Exce-

lência que esta Comissão em reunião realizada no dia 27 de fevereiro do ano em curso aprovou, em Decisão Terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da BR-101 ao Aeroporto Regional Sul, no Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina.”

Respeitosamente, – Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão.

Ofício nº 9/2008-CI

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão em reunião realizada no dia 27 de fevereiro do ano em curso aprovou, em Decisão Terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 695, de 2007, de autoria do Senador Jonas Pinheiros e outros, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-174.”

Respeitosamente, – Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão.

Ofício nº 10/2008-CI

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão em reunião realizada no dia 27 de fevereiro do ano em curso aprovou, em Decisão Terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos e outros, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-080.”

Respeitosamente, – Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 695, 696, 731 e 732, de 2007**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Com relação ao **Parecer nº 154, de 2008**, da Comissão de Assuntos Sociais, referente à Petição nº 10, de 2004, a Presidência tomará as providências necessárias a fim de atender às recomendações contidas em suas conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) –

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me associar, evidentemente, à iniciativa mais do que justa e meritória do Senador Tião Viana e dizer ao Plenário do Senado que nos chega a informação de um acordo no âmbito da OEA, em torno de três pontos fundamentais, que, basicamente, reafirmam a iniciativa que este Plenário teve ontem de aprovar aquela resolução que propusemos, que foi um voto de aplauso à OEA pela convocação do seu Conselho Permanente, porque, ainda que com certa tensão, Equador e Colômbia aceitaram o acordo apresentado pelos 34 países que constituem a OEA.

Esse texto, primeiro, afirma a violação da soberania do território equatoriano – o que é vedado pelo art. 18 do Estatuto da Organização dos Estados Americanos (OEA) – que claramente foi agredido nesta iniciativa, mas não menciona a palavra “condenação”. Portanto, ele reafirma a soberania e explicita a violação da soberania do território equatoriano.

Paralelamente, propõe uma reunião em Washington no dia 17 de março, em que as nações americanas voltarão a discutir esse tema, e constitui uma comissão de exploração, que fará uma análise de toda a situação da fronteira entre os dois países para propor políticas e recomendações para esse encontro que se realizará no dia 17.

Quero saudar, portanto, a OEA pela decisão; saúdo também o Equador e a Colômbia por essa atitude de buscar uma saída diplomática para esse grave incidente.

Quero também aqui saudar o Presidente Lula, que se empenhou muito nessa iniciativa de convocação da OEA. Sua Excelência recebeu hoje o Presidente do Equador, e já foi formalizado um convite ao Presidente Uribe, da Colômbia, que, segundo a informação que nos chega, deverá encontrar-se com o Presidente Lula.

Dessa forma, o Brasil, mais uma vez, com a sua maturidade, com o seu equilíbrio, com sua liderança, com sua trajetória na qual desde 1870 não tem conflito armado com nenhum dos vizinhos, e somos a maior Nação da região, com mais da metade do território, do PIB e da população, ajuda a encontrar uma solução

diplomática e pacífica que é indispensável para essa nossa sofrida região, que é a América do Sul.

Então, quero parabenizar o Presidente, a diplomacia brasileira, ressaltando a competência do Itamaraty, e, em especial, todos os países da OEA, que buscam essa saída negociada e diplomática para esse grave incidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senador Aloizio Mercadante, queria cumprimentá-lo pelo seu interesse em trazer essa notícia ao conhecimento do Senado e pelo requerimento que apresentou ontem.

Queria também cumprimentar o Presidente Lula, porque ele foi considerado uma esperança de vários países não só do continente sul-americano, mas também da América do Norte e da Europa, como ponto central, para que houvesse uma decisão harmônica, sem que houvesse nenhum tipo de violência. Então, eu gostaria de solidarizar-me com V. Ex^a, cumprimentando o Presidente Lula.

Com a palavra o Senador Valter Pereira, como orador inscrito. Logo em seguida, falará o Senador Delcídio Amaral.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos fatos mais relevantes que aconteceu, nestes últimos anos no nosso País, foi o controle da inflação.

Conseguir planejar a vida, a curto, médio e longo prazos, deixou de ser uma esperança para transformar-se em plena realidade. Como é bom saber quanto se ganha e quanto se paga.

Graças a essa estabilidade, Sr. Presidente, quem quer trocar, por exemplo, um carro e pagá-lo em 72 meses, em 48 meses, não tem dificuldade nenhuma para encontrar uma instituição financeira que viabilize esse desejo. Mais do que isso: oferece financiamento com taxas fixas. Isso se verifica folheando qualquer jornal, qualquer revista. A única coisa que não tem ofertado é uma remuneração civilizada das taxas de juros.

Resta inquestionável hoje, Sr. Presidente, que é possível saber antecipadamente quanto o comprador vai pagar por determinado bem e quanto ele vai pagar de cada prestação. Removido o fantasma da inflação, tornou-se possível a organização do orçamento doméstico e uma significativa melhoria no padrão de vida das pessoas e das famílias.

Quando o agente econômico se encoraja a adotar parcelas fixas em suas transações a prazo, acaba atestando, de forma eloqüente, que a chamada cultura inflacionária foi vencida pela estabilidade. Sinaliza tam-

bém que o salário do trabalhador, que era corroído pela inflação, conseguiu preservar seu valor de compra.

Ao lado de outros ingredientes como a acumulação de reservas internacionais, a estabilidade cria uma condição indispensável para o nosso País alcançar o chamado grau de investimento.

Estou falando de uma classificação internacional que só se conquista depois que o País consegue afastar riscos. É um *status* que se alcança quando os credores são convencidos de que podem investir, sem medo de calote. É uma importante chave que abre portas para entrada de novos investimentos produtivos, de novos financiamentos com taxas de juros mais generosas.

Para se ter uma idéia da importância do chamado grau de investimento, é ele a principal baliza utilizada por praticamente todos os fundos de pensão dos países desenvolvidos para orientar os seus investimentos, especialmente aqueles de longo prazo.

Indiscutivelmente, o *investment grade* é um senhor passaporte para o ingresso do Brasil no quadro de países desenvolvidos, e deixar de ser o país do futuro para ser o país do presente.

Alcançar o grau de investimento é o corolário da estabilidade econômica e a melhor condição para se livrar de juros tão aviltantes cobrados de quem recorre a bancos e a financeiras.

Virada a página da instabilidade econômica e do endividamento externo, e aberta a porta para o *investment grade*, é hora de o Governo compartilhar alguns resultados trazidos pela nova realidade brasileira.

Pretendo, neste pronunciamento, Sr. Presidente, suscitar um dos efeitos que a estabilidade econômica trouxe e que requer uma postura mais justa e mais republicana do Governo Federal.

O que pretendo emular é a discussão sobre o endividamento de Estados e Municípios que estão pendurados com a União Federal.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Permita-me, Senador.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Honra-me.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Prorrogo a sessão por mais vinte minutos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado, Excelência. Tais entes da Federação, Sr. Presidente, celebraram contratos com o Governo central, nos quais veio embutida a chamada memória inflacionária. Só dos Estados, a União é credora de mais de R\$330 bilhões. Os custos projetados para preservar os

valores contratados indexaram uma inflação que não ocorreu e, por isso, precisam ser saneados.

Se a União Federal não elimina tais encargos, ela acaba se apropriando indevidamente de recursos que Estados e Municípios são compelidos a poupar, a fim de cumprir com ela, a União, tais obrigações.

A novação de contratos, que constituiu um dos pilares da estratégia da União para alcançar o *investment grade*, não pode deixar de ser aplicada internamente, nas relações com esses entes da Federação.

Os Estados precisam saber quanto vão pagar anualmente de suas dívidas, cujos refinanciamentos embutiram expectativas inflacionárias que resultaram em onerosas taxas de juros. Nos ajustes que fizeram, eles foram compelidos a transferir significativo percentual de sua receita corrente líquida.

No caso de Mato Grosso do Sul, Estado que tenho a honra de representar aqui no Senado Federal, foi pactuado o montante de 15% de toda a sua receita líquida.

Por essa modalidade, quanto mais os Estados e os Municípios conseguem arrecadar, mais eles necessitam pagar ao Tesouro Nacional. Portanto, toda eficiência que a máquina de arrecadação consegue obter engorda os cofres da União, em prejuízo de investimentos que deveriam ser feitos por esses Estados e Municípios.

A postura de uma União que quer tirar proveito financeiro de Estados-Membros é a aberração que precisa ter fim.

O que postulamos não é a revisão de refinanciamento para permitir a ganância dessas entidades federadas. O que se impõe é que todos os entes da federação recebam, no plano interno, o mesmo grau de investimento que a União Federal está prestes a conquistar no plano internacional. Afinal, a estabilidade e o sucesso fiscal resultaram de um esforço de todos, e os seus benefícios devem também ser compartilhados com todos.

O refinanciamento que elimine a memória inflacionária e que se ajuste às reais capacidades de pagamento de Estados e Municípios. Essa é a medida que se impõe. Eis a receita para resgatar o equilíbrio federativo, que está seriamente arranhado com a postura leonina da União.

A existência de uma União forte e Estados e Municípios fracos é a negação desse equilíbrio, é o desequilíbrio da Federação.

Sr. Presidente, antes de encerrar a nossa fala de hoje, quero solidarizar-me, neste momento, com outro tema debatido largamente desta tribuna e que, indiscutivelmente, merece aplausos de todos nós, dada a sustentação muito brilhante feita pelo Senador Tião Viana e que diz respeito a esse rumoroso julgamento que, hoje, está sendo travado no Supremo Tribunal Federal.

Existe uma população imensa, um segmento que talvez abranja milhares ou milhões de pessoas, aguardando que o Supremo Tribunal Federal dê uma oportunidade à vida. A vida depende desse julgamento. A vida depende, basicamente, da decisão que vai ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal. Quantas pessoas, quantas crianças, quantos adolescentes, quantos são aqueles que convivem com patologias, com defeitos irreversíveis, com tratamentos hoje ministrados e que têm as atenções e a esperança voltadas para essa porta que, hoje, está querendo se fechar para os tratamentos com as células-tronco e, sobretudo, com os embriões que não serão aproveitados, não serão utilizados, mas que estão à disposição da ciência para socorrer tantos milhares de pessoas que aguardam a oportunidade para essas pesquisas e os tratamentos que advirão delas.

Sr. Presidente, com essas palavras, encerro minha intervenção nesta tarde, esperando que tenha utilizado o tempo regimental, cuja transgressão, nos últimos dias, é um dos grandes questionamentos que têm sido feitos nesta Casa. É preciso que nós todos passemos a observá-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Valter Pereira.

A Presidência transfere a Ordem do Dia de hoje para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.

São os seguintes os itens adiados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.*

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir*

a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que *institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.*

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o*

art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem),

que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com

as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos*

arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro*

de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105,*

de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob n^{os} 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1^o pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda n^o 1-CCJ, que apresenta; 2^o pronunciamento (sobre a Emenda n^o 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso n^o 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n^o 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4^o da Lei n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob n^o 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda n^o 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n^o 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei n^o 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n^o 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n^o 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n^o 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei n^o 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

41

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento n^o 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando, nos termos regimentais, a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Pareceres favoráveis sob n^{os} 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

42

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento n^o 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de*

Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

43

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

44

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

45

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

46

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Na seqüência dos oradores inscritos, pela Lideran-

ça do PRB, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Antes, concedo a palavra pela ordem ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão, quero fazer dois comunicados. O primeiro é que os Vereadores do Brasil estão reunidos aqui num congresso no Anfiteatro Ulysses Guimarães. Eles têm reunião hoje, amanhã e no sábado, quando termina o congresso. São todos os Vereadores do Brasil por intermédio de suas lideranças. Amanhã, às 10 horas, eles me convidaram para proferir uma palestra sobre os problemas de saúde do nosso País e recursos.

Outro evento importante é que o nosso Partido, o PMDB, está buscando se fortalecer na juventude. Então, o PMDB Jovem NE, por intermédio do seu Presidente, do Presidente de 10 Estados do Nordeste, Luciano Simões, convida:

O Presidente do PMDB Jovem do Nordeste convida o Senador Mão Santa para participar da Conferência Regional da Juventude do PMDB Nordeste, na condição de Liderança Nacional do PMDB, que acontecerá em Salvador – Bahia, no dia 09 de março de 2008.

Local: Auditório da Câmara Municipal de Salvador – Bahia.

Data: Domingo, 09 de março de 2008.

Horário: Abertura, às 9:00 (da manhã)

Tema: “Juventude Política”.

Além da minha presença, eles convidaram também os Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos.

Então, esses dois eventos, Sr. Presidente Valter Pereira – que quis Deus fosse do PMDB –, que está presidindo agora, mostram o esforço que está havendo para que haja um aprimoramento da democracia. Os vereadores estão reunidos, estão em Congresso, procurando aprimoramento e melhor conhecimento dos problemas do País.

E domingo o PMDB Jovem do Nordeste, presidido por Luciano Simões, irá fazer esse evento em Salvador, Bahia, que mostra então o esforço de todos nós e a crença no aprimoramento da democracia.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa

a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valter Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)

– A seguir, como Líder, para usar da palavra, o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, Sr^{as} e Srs. Senadores e demais presentes ao nosso plenário, gostaria de me regozijar, neste momento, com o resultado da 3ª Olimpíada Brasileira de Matemática nas Escolas Públicas, que, no ano passado, teve 300 vencedores. Mais de 17 milhões de alunos participaram, e os prêmios foram entregues no Teatro Municipal, lá na Cidade do Rio de Janeiro.

Já fiz um pronunciamento na Comissão de Direitos Humanos sobre um dos estudantes, o cearense Ricardo de Oliveira da Silva, que é portador de uma atrofia muscular muito grave e que foi a primeira vez à escola levado pelo pai num carrinho de mão, mas que, hoje, suplantando uma adversidade extraordinária, é um dos vencedores, é um dos 300 brasileiros que mais sabe matemática, entre os 17 milhões de alunos da 5ª à 8ª série das escolas públicas do Rio de Janeiro. São escolas muito qualificadas, escolas extraordinárias, como os colégios militares, como os institutos de aplicação, como os institutos de educação, enfim, são brasileiros que merecem aqui o nosso elogio, sobretudo esse menino, esse cearense, que, enfrentando toda essa dificuldade, além de ser portador de uma atrofia muscular espinhal, também é de uma família muito carente.

Mas, Sr. Presidente, esses meninos que receberam as medalhas do Presidente da República, do Governador do meu Estado, do Presidente do IMPA, do Ministro da Ciência e Tecnologia e também do nosso Ministro da Igualdade Racial, todos eles, como todos os presentes, aplaudimos de pé essa atuação extraordinária do Ricardo, desse brilhante brasileiro, desse cearense ilustre, insigne, que conseguiu se classificar tão bem nessa olimpíada.

Quero também, Sr. Presidente, lembrar aqui os alunos do meu Estado do Rio de Janeiro. Todos esses meninos e meninas se saíram muito bem entre os dezessete milhões de estudantes que concorreram a essa olimpíada matemática. Queria citá-los um a um, Sr. Presidente, no tempo que tenho. Começo com o Pedro Henrique Paixão Batista, a Ana Thais Castro de Santana, o Luiz Alberto Lopez Quintas Filho, o Renan Ferreirinha Carneiro, o Daniel Ujakow Correa Schubert, a Narayanna Rocha A. Pereira, o Gustavo Pereira de Castro, o Ciro de S. da Silva Monteiro, a

Alice Feliciano, o André Luiz de Mesquita Melo, o Daniel Lima Santanelli, o Thiago Juvencio de Andrade, a Gabriela Schüller Vieira, o Roberto Luiz Gomes Filho, o Rodrigo Loiola Bernardino, o Gabriel Muller Frazão Keller, o Mathias Gregório Tarquini, a Inês Franco, o Gabriel de Souza, o Gabriel Guimarães, Tiago Viegas, o Lucas Gianinni Ramos, o Vinicius Gomes Pereira, o Matheus Cordeiro da Costa, a Yvonne Lau, a Isabelle Silva Contreras, o Bruno Affonso Solano, a Isabel Cristina Melo Mendes, o Pedro Paulo Ferreira da Rosa, o Raphael Luiz Avellar Silva, o Renato Soares Nunes, o Daniel Ribeira Vainfas, a Marcelle Pereira Dias, o Matheus Neiva Dias, o Thiago Gallego Cunha, o Lerenó Soares Neto, o Wandersom dos Santos, o Daniel de Barros Soares, o Gabriel Carneiro, o David Wilian Oliveira de Souza, o Aristóteles de Almeida, o Glauco Trindade, o Pedro Victor de Oliveira, o Nassom Rodrigues de Oliveira, o Roland Debize Duclos e o Rafael Nobrega Rodrigues.

Esses, Sr. Presidente, que nomeiei aqui um a um são os grandes campeões do Rio de Janeiro nessa 3ª Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas.

Sabemos que as nacionalidades dependem muito dos incidentes, dos acidentes misteriosos e imprevisíveis da sua formação, dos símbolos telúricos que lhes vincam a índole e a vocação. Mas não há notícias na história de nenhuma nação ser formada digna, culta, poderosa e influente sem a presença desses líderes, sábios, generosos, desses predestinados. Muitos deles estão aqui entre esses meninos que serão futuras lideranças, porque já despontam em uma ciência que é, segundo os sábios, o alfabeto que Deus usou para criar o universo: a Matemática.

Estão de parabéns, meninos e meninas do meu Estado, esses que nomeiei aqui.

Todos nós, lembro aqui, naquela solenidade épica, naquele momento solene, majestoso, ficamos de pé quando subiu ao palco esse menino do Ceará que, com pouca idade, enfrentando, como citei aqui antes, extrema adversidade física e social – não sei qual das duas é pior – se classificou, para orgulho nosso, para alegria do País, de todos nós, para nosso júbilo. Vamos ter, em breve, condições de conhecê-lo – eu já o conheço, já conversei com ele –, condições de cumprimentá-lo quando ele estiver aqui, já que hoje o nosso Senador Eduardo Azeredo apresentou um requerimento, votado e aprovado, por unanimidade, na nossa Comissão de Assuntos Sociais, para trazê-lo aqui.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Concedeme um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Ouço, com muita alegria, o insigne Senador e brilhante orador do Espírito Santo Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – V. Ex^a disse que não sabe o que é pior, se a deficiência física...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Ou a social.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – A social. Essa história de deficiência... Quem, de fato, é o deficiente? Acho que deficiente é o inerte, o inoperante, o preguiçoso, o malversador de dinheiro público, aquele que faz vista grossa para a necessidade de seu irmão, o avaro, aquele que junta para si como se fosse levar para o caixão e não enxerga a miséria alheia, aquele que em nada contribui, aquele que nada faz, o parasita. Essa é a pior paralisia. Quem é o deficiente físico? Quem é? Esse menino, para mim, é extremamente normal, é normal na sua anormalidade. Mas essa anormalidade é enxergada por nós que achamos que somos normais. E quem nasce com uma deficiência física pode achar que os anormais somos nós. Eu conheci uma pintora que pintava com os pés porque não tinha os braços. Ao ouvir uma pessoa que estava perto de mim dizer que lhe dava agonia a pessoa não ter os braços, pois ela ficava querendo ajudar, ela disse: “Agonia tenho eu quando vejo você balançando essas duas coisas dependuradas que não sei para que servem”. Ela nunca teve braços. Quem é o anormal? Então, todo mundo é anormal na sua normalidade. Você vai dizer que o sujeito que nasceu cego é anormal? Se ele nunca viu... Acho que isso é muito mal empregado. O cego é que estranha tudo: “Esse pessoal é tudo doido dizendo que está vendo verde, azul. Esse pessoal é maluco. Precisa disso, se você põe a mão e já sabe o que é? Esse pessoal é anormal”. Quem é o anormal? Então, a pior anormalidade não é a física, é a social, a moral, a lesão moral. A honra do homem é seu trabalho. Quem pode produzir trabalho e não produz; quem pode produzir honra e não produz; quem junta dinheiro em celeiro em vez de produzir honra, dando emprego às pessoas; quem se enclausura na sua falsa felicidade, esses são os deficientes, os que podem estender a mão e não estendem. Agora, esse menino é extremamente normal.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)
– Está expirando o período de vigência desta sessão. Quero prorrogar por mais meia hora, para que os demais oradores possam fazer uso da palavra.

Solicitamos que seja breve o aparte de V. Ex^a para que todos os oradores possam usar da palavra.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Já encerrarei. O Senador Marcelo Crivella, hoje, na reunião, disse que este Senado viverá um momento sublime. Foi isso mesmo?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Foi.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Esse menino nos dará um momento sublime. O senhor acha que alguém anormal pode produzir sublimidade no coração de alguém? O anormal produz tristeza, angústia, por vê-lo no pedestal da sua vaidade, do seu egocentrismo, quando todos em sua volta necessitam e ele não estende a mão. Esse é o anormal! Agora, este menino vai produzir um momento de sublimidade para nós, pela sua grandeza, do alto da sua grandeza, da sua capacidade. Encerro parabenizando V. Ex^a por tão brilhante pronunciamento e por questões como esta que V. Ex^a traz a esta tribuna, que falam ao coração. Não há nada melhor do que isso. Ruim é bater boca por questões que saem da razão e nunca entram no coração. Mas aquilo que começa pelo coração é sempre o que V. Ex^a traz a esta tribuna, e isso me deixa feliz demais.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Muito obrigado, Senador Magno Malta. V. Ex^a é um grande parceiro nas causas sociais.

Eu quero ouvir o Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a aprovou conosco esse convite para que o Ricardo Oliveira venha à Comissão de Assuntos Sociais, seja por nós homenageado e possa expor, realmente, sua história como uma referência, como um exemplo. O objetivo é mostrar que uma pessoa com deficiência, como ele, consegue estudar, consegue aprender, mesmo que em condições sociais também extremamente difíceis, como ele as tem. O depoimento de V. Ex^a, que assistiu, hoje, no Rio, à entrega do prêmio, é muito importante, falando, realmente, da emoção que todos sentiram naquele momento da condecoração.

O drama das pessoas que não têm condições sociais para aprender, que se agrava ainda mais quando elas têm necessidades especiais, isso é algo que deve ficar permanentemente em nossos pensamentos. Precisamos minimizar esse drama. Quero cumprimentar V. Ex^a por trazer esse tema ao plenário. Que os bons exemplos prosperem e que tenhamos as boas iniciativas bem divulgadas pelo Brasil todo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Ao concluir, quero elogiar V. Ex^a também porque, entre os trezentos estudantes mais bem classificados nessa nossa olimpíada, a maior parte era do Estado de Minas Gerais, Estado de onde V. Ex^a foi Governador, tendo contribuído, certamente, muito para que a educação desses meninos pudesse aflorar nesse prêmio, nessa classificação, nesse destaque que tiveram em uma prova de matemática.

Sr. Presidente, estou muito agradecido pela generosidade de V. Ex^a e pelo tempo que me estendeu.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)
– Agradeço a V. Ex^a.

Estando presente um membro da Mesa Diretora, o Senador Magno Malta, convoco-o para assumir a Presidência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu irei. Conceda-me a palavra pela ordem que já subirei aí.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)
– Perfeito.

V. Ex^a está com a palavra pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero, Sr. Presidente, abraçar hoje, dia 5, todas as merendeiras. Hoje é o Dia Nacional das Merendeiras. Minha mãe era merendeira e trabalhava no prédio escolar Dr. José Espinheira, em Itapetinga, na Bahia. Minha mãe era faxineira e fazia merenda.

Como hoje é o Dia Nacional das Merendeiras, quero abraçar todas as colegas da minha mãe lá do meu Município, Macarani, no interior da Bahia, onde nasci, de Itapetinga, onde fui criado, e de todas as escolas do Estado do Espírito Santo. Quero abraçar cada merendeira das nossas montanhas, da nossa orla, de cada lugar onde houver uma merendeira numa escola.

Hoje é o Dia Nacional das Merendeiras, Sr. Presidente. Então, hoje abraço todas as merendeiras do Brasil com muita felicidade, porque minha mãe, D^a Dadá, criou os filhos fazendo merenda escolar e fazendo faxina num prédio escolar. Então, este dia se reveste de uma importância muito grande para mim. Como todo trabalho é honroso e a honra do homem está no seu trabalho, abraço essas mulheres e esses homens que fazem a merenda escolar para nossas crianças no Brasil.

Além disso, Sr. Presidente, registro, com muita tristeza, o passamento de Mário Dantas, que falece aos 64 anos. Ele foi iniciador da Rádio Jornal de Itapetinga, na Bahia, onde fui criado, onde estive por 40 anos. Um formador de opinião, ele era o decano da comunicação lá em Itapetinga, atingindo toda aquela região do interior da Bahia.

Abraço a família, enlutada, e os ouvintes do Mário Dantas pelo seu passamento. Recebi essa notícia hoje das mãos do radialista Edilson Lima, da cidade de Itapetinga, Sr. Presidente, que é meu primo. Então abraço todo o interior e os ouvintes de Mário Dantas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)
– O próximo orador inscrito é o Senador Delcídio Amaral, a quem concedo a palavra.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, Senador da minha terra, Mato Grosso do Sul, antes de começar o meu discurso, a minha fala, eu não poderia deixar de registrar a presença dos Vereadores de Paranaíba, grande cidade do nosso Estado: Marcus Garcia, o nosso Marquinho; Geromão, Gerônimo Carlos da Silva; Claudinho; Pedro Correia Rodrigues, vulgo Pedrinho.

Quero cumprimentar também os Vereadores de Aparecida do Taboado, que sempre estiveram muito junto comigo nessa caminhada política: meu caro Luiz Panela, meu caro Alaor Bernardes, o Lolozinho, Presidente da Câmara de Vereadores de Aparecida do Taboado.

Cumprimento os Vereadores de Chapadão do Sul, cidade competente, como é também Aparecida, de uma gente hospitaleira, trabalhadora, amiga: Élio Balem, Presidente da Câmara; João Valmir Tontini; Valdenir Alves Nogueira. Eu também não poderia deixar de cumprimentar o Vice-Prefeito de Selvíria, aqui presente, o nosso querido companheiro Edgar.

Quero dar as boas-vindas a todos vocês, lideranças incontestáveis de Paranaíba, de Chapadão, de Selvíria, de Aparecida do Taboado, e registrar a minha alegria de estar falando na presença de V. Ex^{as}.

Quero aproveitar para mandar um grande abraço para toda a população também de Paranaíba, de Chapadão, de Selvíria e de Aparecida do Taboado. Vocês são muito bem-vindos aqui, grandes amigos, companheiros, pessoas que bem representam o povo dos seus Municípios na Câmara de Vereadores.

Sr. Presidente, a minha vinda aqui, hoje, é para falar um pouco sobre a Medida Provisória nº 396, que altera a lei de criação da Eletrobrás. Discuti, longamente, com a área de energia do Governo sobre essa medida provisória.

Na verdade, trata-se de uma emenda que foi inserida nessa Medida Provisória nº 396, na Câmara dos Deputados, e que procura dar um tratamento à Eletrobrás diferente do tratamento que até então foi dado, à luz da lei de 1961, com relação às atribuições dessa *holding* do setor elétrico estatal, que são as Centrais Elétricas Brasileiras S/A, Eletrobrás.

A Eletrobrás é uma grande empresa. Eu mesmo trabalhei em várias subsidiárias do sistema Eletrobrás. Fui Diretor de Operações da Eletronorte, que cuida principalmente do suprimento de energia para os Estados da Amazônia. Fui Diretor da Eletrosul, primeiro, de Engenharia; depois, Diretor Financeiro.

Comecei minha carreira – a Eletrosul cuida da Região Sul do País – como engenheiro da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Portanto, tive oportuni-

dade de conhecer, com profundidade, as atividades, a inserção regional das subsidiárias da Eletrobrás, especialmente da *holding*.

É importante registrar, Sr. Presidente: a Eletrobrás, hoje, tem quase 60 mil quilômetros de linha; a Eletrobrás tem 38 mil *megawatts* instalados, contando as subsidiárias Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul, Itaipu, CGTEE e Eletronuclear, responsável pelas Usinas Angra I, Angra II e também pela construção e futura operação da Usina Angra III.

Sr. Presidente, a Eletrobrás, hoje, tem acionistas. Suas ações são negociadas em bolsa – não poderia ser diferente. Ela se prepara, inclusive, para o lançamento de ADRs em nível II na Bolsa de Nova York. Para que isso efetivamente aconteça, a Eletrobrás, meu caro Senador Dornelles, precisa ter força, pujança e recuperar o papel que sempre ocupou no suprimento de energia elétrica brasileira.

Eu aqui não estou fazendo apologia de estatismo, porque o setor privado tem ocupado um papel fundamental na geração, na transmissão e na distribuição de energia nos Estados brasileiros, mas a Eletrobrás precisa recuperar o seu papel.

A Eletrobrás vem num processo, já há alguns anos, vem diminuindo, tornando-se uma empresa amorfa e tem um papel preponderante no desenvolvimento do País – volto a repetir –, num cenário de abertura do setor elétrico em que as empresas privadas detêm um papel fundamental.

Sr. Presidente, é por isso que venho aqui defender essa alteração na lei de criação do sistema Eletrobrás. Eu convivi com um processo bastante parecido na Petrobras. A Petrobras era um empresa, antes de abrirmos o seu capital e negociarmos suas ações principalmente na Bolsa de Nova York. A Petrobras tornou-se uma empresa transparente, com controle do Governo, mas transparente, com balanços transparentes. Havia aquela conversa de que a Petrobras era uma caixa-preta... Desapareceu esse discurso. E a Petrobras cresceu. A Petrobras se valorizou.

Vários trabalhadores do sistema Petrobras que investiram os seus recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço hoje estão satisfeitos. Com a valorização da Petrobras, eles tiveram ganhos substanciais, muito maiores do que o FGTS proporcionaria.

A Petrobras abriu seu capital e criou condições para uma série de parcerias, tornando-se uma empresa extremamente competitiva.

Já era uma empresa competente, uma ilha de inteligência no seio das estatais brasileiras. Basta ver os avanços tecnológicos que a Petrobras desenvolveu ao longo de todos esses anos. Mas ela passou a trabalhar principalmente em parcerias.

Com a quebra do monopólio do petróleo no Brasil, outras empresas para aqui vieram, para investir em produção, para fazer parcerias em refinarias, para investir em oleoduto, em gasoduto. E nós, efetivamente, tornamos o setor de petróleo e gás muito mais sadio, muito mais competitivo, fruto, inclusive, dessas mudanças que foram proporcionadas por uma Petrobras, mais do que nunca, forte, transparente e aberta para parcerias e, fundamentalmente, uma empresa que hoje é um *player* mundial que opera em vários países, países esses em que tivemos dificuldades – não nego isso. Mas essa abertura internacional da Petrobras foi de extrema relevância e de extrema importância.

É mais ou menos com esse conceito – existe uma série de conseqüências relativas à aprovação dessa medida provisória – que se pensa, agora, na Eletrobrás. A Eletrobrás pode, sim, ser majoritária em investimentos, Senador Mão Santa. Isso é absolutamente possível. A Eletrobrás tem *expertise*, tem conhecimento para entrar em grandes projetos de geração – está aí o Rio Madeira –, em projetos de transmissão não só minoritariamente, mas majoritariamente também.

Em função dos desenhos que foram desenvolvidos e de investimentos na área da energia, a participação minoritária da Eletrobrás onera a própria *holding*, devido às restrições hoje existentes, no que se refere à participação da Eletrobrás em grandes projetos, principalmente voltados para a área de energia elétrica.

Portanto, considero essa medida um avanço, pois proporciona, inclusive, a operação da Eletrobrás na integração energética da América do Sul, por exemplo.

Nós, Senador Francisco Dornelles, perdemos a oportunidade de ter o controle ou parte do controle do *grid* de transmissão argentino. Recentemente, foi vendida a Transener. Perdemos uma grande oportunidade empresarial e uma oportunidade ímpar de integração energética.

Quando falamos de Mercosul, falamos primeiramente de integração energética. A União Européia começou através da integração energética, da exportação de energia elétrica da França, do gás natural proveniente da Rússia. E o Mercosul não vai ser diferente, meu caro Presidente, Senador Magno Malta, com relação à integração energética. O primeiro passo foi dado com Itaipu Binacional. Há quanto tempo acompanho a discussão sobre Itaipu, quando questionavam a sua tarifa em dólar, Senador Eduardo Azeredo? Hoje, Itaipu é a salvação do Sudeste brasileiro, uma usina com 12 mil megawatts operando na base e uma tarifa extremamente competitiva.

Veio o gasoduto Bolívia/Brasil, com os problemas que estamos enfrentando. E nós não negamos isso. Esse projeto vem de décadas atrás, mas trata-se da

integração através do gás natural. As linhas de transmissão que nos integram ao sistema elétrico argentino em 500.000 volts, em 500 KV, em extra alta tensão? E os projetos que se avizinham com o Peru, com a própria Venezuela, projetos que, independentemente dos presidentes, vão, efetivamente, promover a integração energética do País?

Portanto, Sr. Presidente, é uma iniciativa importante, é uma iniciativa que vai criar condições inclusive para valorar a Eletrobrás, atender aos seus acionistas, em função do potencial que a Eletrobrás representa para o setor elétrico brasileiro. E eu, Sr. Presidente, defenderei essa posição com absoluta tranquilidade, porque sei que isso não vai afetar a participação das empresas privadas, o papel que as empresas privadas cumprem hoje, e com bastante eficiência. Existem as exceções, mas, de modo geral, com bastante eficiência, garantindo, acima de tudo, suprimento de energia para o nosso País.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permita-me um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro vou dar um aparte ao Senador Heráclito Fortes, que já havia solicitado, meu caro Senador Flexa Ribeiro. E, depois, um aparte a V. Ex^a e ao Senador Francisco Dornelles.

Meu caro Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não sabe V. Ex^a a minha frustração. Eu cheguei aqui com o seu discurso já começado. Quero crer que o início dele tenha sido registrando a indicação e posse do novo Presidente da Eletrobrás, não é isso?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, eu não fiz nenhum registro de posse de nenhum Presidente da Eletrobrás.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Então, não está confirmado aqui?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu não sei. Eu não sou Conselheiro, meu caro Senador Heráclito Fortes. Eu não sou do Conselho de Administração da Eletrobrás e não sou Ministro também. Talvez um dia eu venha a ser.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, não, desculpe-me. Acabei de ler uma informação precisa de que V. Ex^a é um dos conselheiros da Ministra Dilma. Então, além de ter prestígio, é bem informado, o que deve fazer inveja a muitos colegas seus. Eu imagino a ciúmeira que isso não está dando. Bom, de qualquer maneira, V. Ex^a está fazendo um discurso em um momento muito oportuno, porque é um momento de transição da Diretoria da Eletrobrás. E o fortalecimento dessa empresa é fundamental para o País. Eu só quero usar

esse seu prestígio para ver se a Eletrobrás reencontra os caminhos do Piauí. Boa vontade...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – ...até que teve; recursos até que quis mandar. Mas aí a história toda, sabe V. Ex^a: “Luz para Todos”, que deu o escândalo que deu, operação Gautama, e o Piauí está pagando um preço alto por isso. Eu espero que o escolhido seja um homem comprometido com a empresa, principalmente com o Nordeste, e que recupere o prejuízo que nós temos tido nesses dois anos. Por outro lado, parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento que faz nesta Casa sempre embasado em conhecimento que tem de uma área onde atuou, com muito brilhantismo, como Ministro de Estado. Parabéns a V. Ex^a. A sua ligação, tão anunciada, com a Ministra da Casa Civil está fazendo com que ela raciocine com muita lucidez e, muitas vezes, até os opositoristas a admirarem quando os seus aliados discordam, entendendo que ela é rígida, brava, no combate à corrupção. Ela está certa.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Heráclito. Não tenho dúvida de que a Ministra Dilma tem procurado zelar, acima de tudo, pela meritocracia e pela indicação de bons nomes para comandar especialmente as empresas de energia que vão exigir uma atenção muito grande do Governo Federal e de todos nós, para que não venhamos a repetir aqueles raciocinamentos que, infelizmente, fizeram o País sofrer num momento em que enfrentava uma situação econômica muito boa, no sentido de crescer, de se desenvolver e de buscar aquilo que todos nós sempre esperamos, principalmente olhando um Brasil moderno, um Brasil desenvolvido, um Brasil onde haja espaço no mercado de trabalho para todos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Flexa, Senador do Pará, grande amigo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Meu querido e nobre Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a é, daqui do Plenário do Senado, uma das pessoas mais competentes do setor energético. V. Ex^a já foi Ministro das Minas e Energia, tem sua origem no setor, lá na nossa Eletronorte, em Tucuruí, no Estado do Pará.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – No nosso querido Pará.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Considero V. Ex^a também um paraense de coração.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– Amém.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Tenho por V. Ex^a o maior respeito. Eu lamento discordar. Não pude assistir o pronunciamento todo, o que poderia até aumentar e enriquecer o meu conhecimento, mas estava em uma reunião no Gabinete do Presidente do Senado para tentar a votação do Orçamento...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a está dentro do tempo. Continue.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Ao final do pronunciamento de V. Ex^a, o Senador Eduardo Azeredo me reportou o assunto que V. Ex^a havia abordado, referente à questão da medida provisória que trata da possibilidade de as estatais serem majoritárias nos projetos. No meu entendimento, isso é um retrocesso. Como V. Ex^a bem disse há pouco, devemos ter o maior cuidado para não repetir o racionamento de energia. Foram tomadas providências no passado e, lamentavelmente, desde 2003, com a mudança no marco regulatório, houve uma retração por parte do capital privado. E haverá uma retração ainda maior se houver a aprovação dessa medida provisória com a estatização do setor. Tenho dados estatísticos que V. Ex^a conhece bem, de que, nos últimos quatro anos, a Eletrobrás não foi capaz de investir aquilo que estava no seu plano de metas. No ano de 2004, o plano de metas da Eletrobrás era investir R\$4,3 bilhões, investiu R\$2,8 bilhões; no ano de 2005, R\$4,6 bilhões, investiu R\$3,5 bilhões; no ano de 2006, R\$5,2 bilhões, investiu R\$3 bilhões; no ano de 2007, R\$5,5 bilhões como meta, investiu R\$3,1 bilhões. Está comprovado que o setor público não possui os recursos necessários para se tornar majoritário num empreendimento em que o capital privado vai colocar o capital de risco, porque, como V. Ex^a bem sabe, o projeto não pode sofrer paralisação ou redução de recursos, o que, lamentavelmente, ocorre nas obras públicas. V. Ex^a começou Tucuruí. A sua aparência não dá idéia do tempo que estamos esperando as eclusas, mas lá se vão 25 anos. Por quê? Porque são recursos públicos. Então, torcemos para que o Presidente Lula conclua as eclusas. Vamos todos aplaudi-lo no Pará. Lamentavelmente, a obra continua se arrastando. Tenho conversado muito com o Relator, o nobre Senador Francisco Dornelles. Creio que devemos aprofundar essa questão. O Relator Francisco Dornelles fez referência ao fato de que isso serviria para investimento no exterior, onde a Eletrobrás tem

interesse em fazer parceria majoritária. Então, que se retire do texto a questão do País. No País, ela continua na regra que hoje está vigendo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Delcídio, V. Ex^a já avançou bem o horário, mas pode continuar, porque o assunto está bom.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – No Brasil, ela continuaria participando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O Senador Flexa tem de dar-lhe um aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Se V. Ex^a me der o som, concedo à Presidência um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Já dei o som.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Manteria a forma como está sendo hoje, que tem dado resultado. Está aí a Usina do Madeira, feita nessa forma, com as empresas entrando minoritariamente até 49% e o capital privado com 51%. Vamos discutir. Quero aprender com V. Ex^a, que realmente é um grande professor para mim.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador paraense. Só gostaria de destacar, nos comentários que V. Ex^a fez, sempre com muita determinação e rigor, meu caro Flexa, que, primeiramente, a Eletrobrás já vem capengando há muitos anos. Falo isso, porque fui criado naquela companhia, acompanhei o ápice do sistema Eletrobrás e, depois, a decadência. Esse período de quatro anos ainda é pouco. Ela já se arrasta há mais de – se não me engano – doze anos, se não mais. Isso já vem de vários governos.

Essa defasagem de investimentos entre o previsto e o realizado já passou de décadas, efetivamente, em razão de todo um processo implantado primeiramente num sistema estatal em que havia uma inadimplência grande.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Delcídio Amaral, por favor, prorrogo a sessão por mais uma hora.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– Muito obrigado,

Meu caro Presidente Magno Malta.

Primeiro, um esvaziamento fruto do não pagamento, pelas empresas estaduais, do suprimento de energia. Isso prejudicou muito o sistema Eletrobrás, que quase foi à bancarrota. Depois, o processo de privatização, que nos levou mais à frente a um racionamento de energia. Mas é importante destacar: um

racionamento que surgiu em função de condições hidrológicas ruins e também em função de um marco regulatório que estava sendo implementado, que estava sendo implantado ainda.

E é importante destacar que a proposta que está colocada não vai levar o sistema Eletrobrás a participar majoritariamente em todos os projetos. Dentro do planejamento estratégico da Eletrobrás, ela vai avaliar quais são os projetos que interessam a ela.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Delcídio, em três minutos V. Exª encerra?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Tenho só mais um aparte do Senador Dornelles e aí eu concludo, Sr. Presidente.

Só estou respondendo ao Senador Flexa algumas observações.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Então, quatro minutos. Três minutos para V. Exª e um minuto para o Senador Dornelles, porque o Senador Flexa entende desse assunto, então eu vou sugerir que ele também faça um discurso nesse sentido, porque ele é do ramo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu vou ser bastante restrito aqui. Só para concluir, em cima das ponderações do Senador Flexa, então, esse processo da Eletrobrás vem de longe, da época em que o sistema elétrico era todo estatal. Depois houve a privatização. E, agora, estamos tentando restabelecer essa liquidez que a Eletrobrás tem e, mais do que nunca, vai, por meio dela, ajudar o Brasil a investir em parceria ou em projetos que são essenciais para o desenvolvimento energético do País.

Portanto, é importante destacar isto, não poderia deixar de aqui mencionar, a Eletrobrás vai fazer uma avaliação, no seu planejamento estratégico, daqueles investimentos em que ela possa eventualmente ser majoritária. Não quer dizer que ela será majoritária em todos os investimentos. É como a Petrobras faz também. A Petrobras tem investimentos em várias áreas em que ela não é majoritária, vai muito daquilo que a empresa pretende fazer.

Senador Flexa, V. Exª discute com rigor, faz lição de casa, trabalha em cima dos temas, acho que vai ser muito importante esse debate aqui no plenário do Senado, porque é um tema fundamental para o futuro do País. E agradeço muito as observações de V. Exª.

Passo, então, a palavra ao Senador Dornelles, que é o Relator da medida provisória.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador Delcídio, agradeço a V. Exª o aparte que me é concedido. Acho que a privatização é uma palavra-chave da reforma do Estado brasileiro. O setor privado

é sempre mais eficiente que o setor público, principalmente na área empresarial. Mas, quando a organização do Estado brasileiro é desenhada de forma a permitir a participação da empresa estatal, penso que dois princípios devam existir nessa área: em primeiro lugar, que ela não possa ter privilégio algum que não seja concedido à empresa privada e que ela não tenha restrição alguma que não exista para empresa privada. Nesse caso, V. Exª referiu-se muito bem à integração energética da América do Sul, para a qual é importante a presença da Eletrobrás. Dificilmente haveria uma associação de uma empresa privada com empresas estatais neste País.

E se a Eletrobrás vai participar de uma negociação, principalmente na América Latina, com outras empresas estatais, por que motivo ela não poderia ser majoritária? Eu acho que nesse sentido, Sr. Relator, a Eletrobrás não pode ter nenhum benefício que não tenha a empresa privada, mas também à sua atuação não deveria haver nenhuma restrição que hoje não seja estabelecida também para a iniciativa privada. Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Para concluir, é importante destacar, Senador Dornelles, que o que está em jogo é o suprimento de energia e o bom atendimento com modicidade tarifária, que é o que o modelo determina hoje, para toda a população. Seja estatal, seja privado, o importante é o consumidor final. Isto é que vale: o consumidor comercial, industrial.

É importante destacar, Senador Flexa Ribeiro – e esse que é um ponto fundamental desse debate –, que quanto mais essas empresas estatais tiverem acionistas privados, transação dos seus papéis em bolsa, o papel do Conselho de Administração, a cobrança de eficiência dos seus gestores – pelo fato de se exigir essa transparência, se exigir cada vez mais pessoas preparadas para desenvolver o seu trabalho como dirigentes –, não tenho dúvida nenhuma de que vamos também ter empresas eficientes como empresas estatais que operam no mundo inteiro.

Eu vou dar o exemplo da *Electricité de France*, que gera, transmite e distribui energia na França e exporta energia para outros países europeus. É uma empresa eficiente, assim como outras empresas estatais que buscam, acima de tudo, o atendimento ao consumidor final.

Acredito que esse seja o desafio e está muito bem posto pelo Senador Francisco Dornelles, um debate que, sem dúvida alguma, vamos fazer, nos próximos dias, na aprovação da Medida Provisória nº 396.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, só um último aparte.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, tenho algumas dúvidas, como o próprio Senador Flexa expôs, o receio de que haja um certo desestímulo ao investimento da iniciativa privada, que já é hoje muito significativa e tem sido fundamental. Se não houvesse esse investimento privado, já estaríamos com problema há muito tempo. Mas suas informações de alguma maneira me tranqüilizam, conhecedor que é da área, bem como as informações do Senador Dornelles. De maneira que vamos continuar essa discussão. Realmente, não tenho nenhuma restrição à empresa privada, tampouco à empresa pública. Alguns desavisados, na época, disseram que eu havia privatizado a Cemig, como Governador. Na verdade, a Cemig continua sendo uma empresa estatal, nunca foi privatizada. Havia um acordo de acionistas, que exatamente buscavam preservar a empresa para evitar o uso político. Havia o direito de veto, mas nunca foi usado. E a Cemig, que sempre foi uma boa empresa, continua exercendo bem sua atividade; teve realmente alguns parâmetros empresariais implementados a partir da associação com empresas privadas, obtendo algumas melhorias em sua análise de investimentos. De maneira que realmente folgo com as afirmações de V. Ex^a. Ainda não tenho o meu voto, mas já fico um pouco mais bem informado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Não tenho dúvida, meu caro Senador Eduardo Azeredo, de que o Estado de Minas e a Cemig são favoráveis ao projeto da Medida Provisória nº 396.

Sr. Presidente, muito obrigado pelo tempo, pela tolerância, e agradeço também pelos competentes apportes dos meus companheiros e colegas Senadores.

Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Valter Pereira, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 212, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto do Artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado; solicito ao Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, explicações acerca da mensagem

número 2, de 2008, número 999 do Presidente da República, propondo autorização de operação de crédito externo no valor de US\$7.150.000,00 (sete milhões e cento e cinquenta mil dólares) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos da operação têm como destino o financiamento parcial do Programa de Diagnóstico Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil a ser executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Justificação

De acordo com o nosso entendimento, tal operação de crédito pode configurar desperdício de recursos públicos. A mensagem do Presidente da República parece ignorar uma série de trabalhos conduzidos pelo IPEA nos últimos anos com temas similares ao pretendido pela atual gestão do Instituto. Alguns desses documentos, supostamente relevantes para os interesses do País, já foram concluídos, mas suas publicações foram canceladas pelo atual Governo.

Histórico

a) Em 1996, foi negociado junto ao BID um financiamento de 18 milhões de dólares para um grupo de instituições de pesquisas chamado Rede IPEA (Projeto BRA/04/051), com previsão de oito anos de duração.

b) Com os recursos, o IPEA montou uma inovadora agenda de pesquisa e financiou programas internos e projetos que contaram com a participação de consultores brasileiros e estrangeiros. O financiamento permitiu, por exemplo, a montagem da metodologia do IDH Brasil.

c) Com o fim do programa de financiamento, em agosto de 2007, o IPEA conseguiu sua prorrogação por mais dois anos (Projeto BRA/04/052).

d) A prorrogação permitiu a continuação do projeto chamado Brasil, o Estado de uma Nação, cujo objetivo era organizar o debate sobre temas importantes para o desenvolvimento do País.

e) Duas edições de Brasil, o Estado de uma Nação foram publicadas, em versões completas e resumidas, em português, inglês, espanhol e francês. A edição de setembro de 2005 teve como tema Crescimento e Estabilidade. A edição de agosto de 2006 discorreu sobre Mercado de Trabalho, Emprego e Informalidade.

f) Ainda durante a vigência do Rede IPEA, negociou-se junto ao BID um novo programa de financiamento, o IPEA-Pesquisa (Projeto BRL-1.060), no valor de US\$8,5 milhões. A matéria está em tramitação no Senado.

g) O IPEA-Pesquisa, caso aprovado, deveria manter garantir a finalização do projeto Brasil, o Estado de uma Nação, bem aceito pelo BID.

h) Em continuidade ao projeto Brasil, o Estado de uma Nação, a edição de 2007, sobre Eficiência do Setor Público Brasileiro, estava prevista para ser lançada em novembro. Os textos já tinham sido encomendados e alguns deles já estavam concluídos. O projeto gráfico e editorial também se encontrava finalizado. Seminários internos foram programados para discutir o volume.

i) Entretanto, temos a informação de que todo esse trabalho do texto de 2007 foi descartado. Além disso, a nova administração do IPEA não tem dialogado com o corpo técnico da instituição. Os dirigentes preferiram contratar profissionais de fora do corpo técnico.

Questionamentos

Frente a essa situação relatada, requeremos ao Sr. Ministro as seguintes informações:

1) Por que um material produzido pelo IPEA foi desprezado? Quando a terceira edição de Brasil – o Estado de uma Nação será publicada?

2) O novo empréstimo não configura desperdícios dos recursos públicos, uma vez que os fins para os quais se destinam os recursos já estão prontos?

3) Qual o detalhamento das despesas do novo empréstimo?

4) Existe um cronograma de trabalho envolvendo temas, volumes de recurso e prazos de entrega?

5) Quais os profissionais do IPEA diretamente envolvidos nas pesquisas?

6) Há algum tipo de perseguição política ou ideológica no Instituto? Profissionais com idéias divergentes da atual direção ainda têm espaço para se expressar ou publicar peças discordantes?

Sala das Sessões, 5 de março de 2008. – Senador **José Agripino**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 213, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial no dia 25 de junho de 2008 para comemoração dos 20 (vinte) anos de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Sala das Sessões, 5 de março de 2008.

Senador **SÉRGIO GUERRA**



O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 214, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado. Nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Diretor-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Sr. Roger Agnelli, pela decisão da construção de uma siderúrgica no Estado do Pará.

Requeiro, ademais, que o voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Ilustríssimo Sr. Roger Agnelli.

Justificação

A Companhia Vale do Rio Doce-CVRD, por intermédio de seu Presidente, Roger Agnelli, anunciou ontem, dia 3 de março corrente, a construção de uma siderúrgica no meu Pará, com investimento de R\$5 bilhões, confirmado sua pretensão anunciada no dia 21-2-2008.

Recebo com satisfação o anúncio do empreendimento, de grande importância para a cadeia produtiva do Estado, uma vez que mobilizará um conjunto de atividades industriais e de serviços, gerador de emprego e renda para a população paraense.

O empreendimento prevê uma produção entre 2.5 milhões e de 5 milhões de toneladas de placa de aço, havendo previsão de que as obras comecem no próximo ano de 2009.

Sala das Sessões, 5 de março de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Esta Presidência comunica que está cancelada a sessão conjunta desta data.

Comunica, também, que a sessão conjunta convocada para amanhã, dia 6 do corrente, às 9 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, será destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2007, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008”, com parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Em seguida, o Senador José Nery tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa requerimento de informação endereçado ao Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, pedindo explicações acerca da Mensagem nº 2, de 2008, nº 999 do Presidente da República, propondo autorização de operação de crédito externo no valor de US\$7.150.000,00 (sete

milhões e cento e cinquenta mil dólares), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Explico, Sr. Presidente.

Essa operação de crédito, na minha opinião – posso estar enganado e daí o requerimento de informações –, esse empréstimo está sendo solicitado para fazer o que já foi feito pelo Ipea. O Ipea já realizou os estudos a que o empréstimo se propõe. Configura-se claramente desperdício de recurso público. A menos que eu esteja errado, o requerimento de informações significará um serviço que o meu Partido está prestando ao bom uso do recurso público e à correta operação de crédito que se possa fazer com um órgão sério, como é o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Encaminho, portanto, à Mesa o requerimento de informações para que as providências sejam tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Mesa recebe e dará o encaminhamento, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Senador José Nery.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço desculpas ao Senador José Nery.

Sr. Presidente, V. Exª falou da reunião do Congresso Nacional, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Às 9 horas e 30 minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Porque houve uma confusão, e entendi 19 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Às 19 horas não haverá quórum.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Então, será às 9 horas e 30 minutos da manhã. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Magno Malta, Srªs e Srs. Senadores, sou forçado a retomar um assunto que já foi objeto de pronunciamento desta mesma tribuna. Infelizmente, trago ao conhecimento desta Casa mais um desastre ambiental ocorrido no Distrito Industrial de Barcarena, no meu Estado do Pará. E, mais uma vez, envolvendo a multinacional de origem francesa Ymerys Rio Capim Caulim.

Na madrugada do último domingo, 2 de março, ocorreu um vazamento de caulim na bacia hidrográfica do rio das Cobras e Igarapés Curuperé, Dendê e

São João, além de atingir as águas da praia de Vila do Conde, região sob influência da planta industrial da Ymerys. Dezenas de famílias de ribeirinhos e pescadores estão prejudicadas, já que retiram seus sustentos das águas dos rios e igarapés.

Incidentes como esse já se tornaram rotina. Em junho do ano passado, foi verificado o rompimento da Bacia 3 dessa empresa, causando um desastre ambiental de grandes proporções.

Na ocasião, a empresa prometeu adotar todas as medidas, visando a mitigar os efeitos do desastre e compensar as famílias diretamente atingidas, muito embora mantivesse a argumentação de que o material despejado não seria de natureza tóxica nem envolveria riscos aos seres humanos e ao meio ambiente. Essa opinião, evidentemente, não encontrou amparo na comunidade científica, tampouco junto aos órgãos fiscalizadores, como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e o Ministério Público do Pará. A empresa foi multada em quase R\$3 milhões, mas, desde então, utiliza-se de todos os expedientes para delongar o pagamento de suas obrigações.

Agora, mais um vazamento e mais transtornos e riscos à saúde e à própria sobrevivência da população que habita a área do Distrito Industrial de Barcarena.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Barcarena, principal pólo industrial do nordeste paraense, é uma verdadeira bomba-relógio em termos ambientais. Há muito, movimentos sociais têm alertado para a gravidade da situação sem que sejam tomadas medidas eficazes que a situação requer. É indefensável que a população do entorno do distrito industrial, onde está alojado, por exemplo, o complexo Albrás-Alunorte, da Vale do Rio Doce e outras muitas empresas do ramo minero-metalúrgico, não tenha água potável para beber, porque o lençol freático foi irremediavelmente poluído. No entanto, esse é o quadro que vem-se perpetuando ano após ano.

A coordenadora do Laboratório de Química Analítica e Ambiental da Universidade Federal do Pará, Professora Simone Pereira, declarou ao jornal *O Liberal* de hoje o seguinte:

“Em qualquer país do mundo, onde a fiscalização funcione de forma efetiva, a empresa (Ymerys Rio Capim Caulim) seria obrigada a tratar o líquido dos efluentes ou seria fechada. Se fizessem isso na França já teriam pago multas homéricas ou teriam sido fechados.”

É um grito de alerta para que as autoridades passem a dar o tratamento rigoroso e urgente que a situação ambiental em Barcarena está há muito a exigir.

Finalmente, quero expressar minha irrestrita solidariedade às famílias atingidas por mais esse desastre anunciado. Há mais de duas décadas moro naquela região e sou testemunha viva do quanto a população trabalhadora vem sendo enganada com promessas de um eldorado de desenvolvimento que não chega jamais. Atrás de cada grande projeto, financiado com recursos públicos e mantido sob enorme peso de subsídios creditícios e fiscais, surge a legião de milhares de famílias que lá se estabelecem em busca de uma vida melhor. Engrossam os cordões de miséria urbana e sofrem na própria carne os efeitos da degradação socioambiental.

Quando advogo a emergência de um novo modelo de desenvolvimento que rompa com as estruturas que fomentam a concentração de renda, riqueza e poder, é justamente porque estou convencido de que é urgente, necessário e indispensável lutar para que o Brasil possa estar à altura do desafio de prover as mínimas condições para todos os seus filhos, sobretudo na Amazônia e no Pará, terra de tão amplas e extraordinárias possibilidades. E também porque acredito que não estamos condenados a assistir à prevalência desse modelo predador, maior responsável pela continuidade da atual crise social em que vivemos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Secretaria de Meio Ambiente autuou a empresa Imerys Rio Capim Caulim por mais esse desastre ambiental, por mais esse crime ambiental com multa em valores de mais de R\$1,5 milhão. Mas é bom lembrar que, no desastre anterior, a empresa foi igualmente multada em R\$3 milhões, sendo que até hoje se utiliza de todas as delongas possíveis para cumprir a sua obrigação de reparar esses danos à população, ao meio ambiente, ao povo do distrito industrial e daquela região no Estado do Pará.

Concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador José Nery, V. Ex^a traz a tribuna o lamentável acidente que houve com o transbordamento de parte de caulim da empresa Imerys em Barcarena. Concordo com V. Ex^a que todos temos de lamentar. Agora, é preciso dizer que a empresa tomou todas as providências necessárias junto à Sema e junto às comunidades atingidas, como o fez também na primeira vez, que, diferentemente desta, foi um acidente de maior gravidade, porque houve o rompimento de uma barragem. Aqui, pelo que soube, houve apenas o extravasamento de uma parte que não chegou a causar danos maiores, até porque se dissipou em 24 horas. Acho que o discurso de V. Ex^a tem fundamento, mas não podemos condenar aquelas empresas que estão no Estado do Pará buscando o nosso desenvolvimento, gerando emprego

e renda e atendendo com ações sociais, como fazem a Albras e a Alunorte, como fazem aquelas empresas todas às populações ribeirinhas, às populações menos favorecidas, com assistência social. Acho que V. Ex^a tem razão no sentido de que isso não deve acontecer. Espero que a empresa aumente o seu cuidado com a questão ambiental, para que isso não volte a se repetir, mas não vamos condená-la porque houve um acidente, porque é possível que aconteçam acidentes – esperamos que não aconteçam nunca – pois é fator inerente à ação de trabalho. Então, quero só registrar isso. Como é uma área que V. Ex^a conhece, inclusive conhece essa população menos favorecida, gostaria muito que pudéssemos interceder junto à empresa a fim de que nada do que precisar falte a essa população, e a empresa, com isso, se redimisse da falha que houve ao deixar poluir mais uma vez o rio Pará.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço o aparte do Senador Flexa Ribeiro.

Apenas gostaria de comentar que a nossa indignação se deve ao fato de a empresa, no acidente anterior, ocorrido no mês de junho do ano passado, não ter cumprido até agora o termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público do Estado do Pará. O termo de ajustamento de conduta previa tanto a correção das condições de segurança daquelas bacias de contenção de rejeitos do caulim do ponto de vista técnico, quanto o atendimento aos compromissos assumidos com as comunidades do entorno do projeto do caulim, especialmente Vila do Conde, o bairro industrial em Barcarena, que ficaram impedidos de consumir água dos poços artesianos, dos poços profundos daquela área, porque todos pareciam leite. Na verdade, era puro caulim. Infelizmente, nenhuma das ações... É isso que lamentamos, Senador Flexa Ribeiro.

Tenho certeza de que V. Ex^a há de concordar comigo que, uma vez feito aquele termo de ajustamento de conduta, a empresa deveria cumpri-lo imediatamente, garantindo água de qualidade àquela população e condições de alimentação, tendo em vista que o meio de sobrevivência da maioria daquela população, composta de pescadores e pequenos agricultores, foi afetado. Os moradores daquela área, portanto, merecem ser atendidos.

No entanto, o que observamos é um descaso que vem se repetindo ao longo do tempo, agora com mais um acidente. E pior: a empresa foi multada. Quem condena a empresa não somos nós. Na verdade, o órgão estadual, a Sema, a multou inicialmente em R\$3 milhões, mas, até hoje, a empresa não pagou um centavo e fica recorrendo da sua obrigação de minimizar os prejuízos que vem causando. Agora, novamente a

empresa é multada em R\$1,5 milhão e deve postergar o pagamento dessas suas obrigações.

O que nós queremos é a fiscalização rigorosa que vem sendo feita pela Secretaria de Meio Ambiente do Pará e, evidentemente, o ressarcimento dos prejuízos àquela população, o que a empresa tem sistematicamente se negado a fazer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria também comunicar que hoje, no final da manhã, fui convidado por uma comissão de Deputados Federais do PSOL e do PCdoB para um rápido encontro com o Presidente do Equador, Rafael Correa, na Base Aérea de Brasília. S. Ex^a encerrava sua rápida visita ao Brasil para discutir medidas que contribuam para solucionar o grave conflito ocorrido no último dia primeiro, ocasião em que aviões da Força Aérea colombiana mataram membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o que causou um grande mal-estar entre os dois países e ocasionou a retirada do embaixador, além da reação de outros países em solidariedade ao Equador.

Fomos lá, juntamente com uma comissão de Deputados – estive lá na condição de Senador –, para dizer da nossa solidariedade ao povo equatoriano e do nosso desejo de que sejam feitos todos os esforços possíveis para encontrar-se uma solução pacífica para esse conflito.

Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar o meu pronunciamento também informando a todos os Líderes partidários aqui presentes, a todas as Sr^{as} e a todos os Srs Senadores que enviei hoje a todos os gabinetes convites para a participação na próxima quarta-feira, dia 10 de março, do Ato Nacional em Defesa da Aprovação da PEC do Trabalho Escravo, a PEC N^o 438, que prevê a expropriação de áreas em que seja constatada a prática do trabalho escravo.

O Senado já aprovou essa PEC em primeiro e em segundo turno; a Câmara dos Deputados o fez em primeiro turno, restando a aprovação em segundo turno naquela Casa legislativa, que vem aguardando essa votação em segundo turno desde 2004.

Hoje realizamos uma audiência com os Presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente, Deputado Arlindo Chinaglia e Senador Garibaldi Alves Filho, acompanhados do Senador Paulo Paim, do Deputado Paulo Rocha, do Deputado Ivan Valente e de uma comissão de entidades nacionais, solicitando a participação dos Presidentes das duas Casas nesse ato que se realizará no dia 12 de março, às 10h, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, oportunidade em que várias entidades da sociedade civil brasileira, de juízes, de promotores, de trabalhadores rurais, da Igreja, e movimentos sociais estão

solicitando o apoio do Congresso e, em especial, da Câmara dos Deputados, para aprovação da PEC nº 438, que vai contribuir efetivamente no combate e na erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^a pela condução democrática dos trabalhos neste momento e pela forma como sempre se dirige a seus Pares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Muito obrigado, Senador José Nery.

Não é que eu seja benevolente com o tempo do orador. Nós temos o Regimento Interno, e, embora eu respeite tanto os escoteiros, esta não é uma Casa de escoteiros, esta é uma Casa de Senadores da República. Nós precisamos estar tão enquadrados dentro do Regimento, mas não podemos aqui impedir um orador, um Senador de ter todo o tempo do mundo para fazer a explanação daquilo em que acredita, das suas teses e ter um debate livre com os seus companheiros. O Regimento Interno é muito bom, mas não é uma trava que impeça as discussões, principalmente quando eu estou aqui na Mesa, Senador Heráclito Fortes, que ainda vai falar no final da sessão, tenho certeza.

Em seguida, falará o Senador Aloizio Mercadante.

Antes, pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu chamo a atenção do Senador Aloizio Mercadante, chamo a atenção do Senador João Pedro, para o requerimento que trago ao conhecimento da Casa, à análise da Casa, e que passo a ler:

REQUERIMENTO Nº 207, DE 2008

Requer VOTO DE LOUVOR ao notável esportista ZICO, que, ao chegar aos 55 anos de idade, atinge seu apogeu como treinador de grande sucesso no mundo, tornando-se o primeiro orientador a levar um time da Turquia às quartas-de-final da Liga dos Campeões da Europa.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos *Anais* do Senado, VOTO DE LOUVOR ao craque ZICO, Arthur Antunes Coimbra, o notável esportista que deu tantas alegrias ao Brasil como integrante da Seleção Brasileira de Futebol, ele, que, ao chegar aos 55 anos de idade, atinge seu apogeu, tornando-se o primeiro orientador a levar um time da Turquia, o *Fenerbahce*, às quartas-de-final da Liga dos Campeões da Europa.

Requeiro, ainda, que o Voto de Louvor seja levado ao conhecimento do jogador e, por intermédio da Embaixada do Brasil em Ankara, à direção do *Fenerbahce*.

A justificativa é notícia de jornal.

“A Turquia explodiu em alegria com a classificação inédita do *Fenerbahce* para as quartas-de-final da Liga dos Campeões da Europa. A vitória do time de Zico nos pênaltis, diante do *Sevilla*, da Espanha, levou uma multidão às ruas da capital turca. O principal ponto dos festejos foi a Praça de Taksim. Em todos os jornais turcos, o orgulho e a felicidade pelo feito do Fener foram estampados nas páginas: “Com todo amor: Viva o *Fenerbahce*!”, tituló o diário *Milliyet*. O *Sabah* vaticinou: “A nova estrela da Europa, o *Fenerbahce*”. O jornal esportivo *Fotomaç* fez quase uma poesia: “Seu nome tem quatro sílabas, seu amor é como uma montanha: Fe-ner-bah-ce!”, estampou na manchete”.

Essas palavras compuseram o noticiário do jornal *O Globo* ao registrar com destaque a mais recente vitória de Zico, o consagrado jogador brasileiro campeão do mundo e que, agora, lá fora, transmite a outros povos alegrias assemelhadas às que proporcionou aos seus conterrâneos, inicialmente como atacante do Flamengo, do Rio, que conquistou campeonatos com a magistral atuação desse esportista, inclusive o campeonato mundial de futebol de clubes em 1981.

Zico hoje é o treinador do clube turco *Fenerbahce*, que, com sua orientação, tornou-se o primeiro time do país a chegar às quartas-de-final da Liga dos Campeões da Europa. A classificação ocorreu no mesmo estádio em que Zico estreou na Copa do Mundo em 1982.

Antes, Zico passou pelo Japão. Ali, ele deu relevo ao futebol japonês, que disputou com brilho a Copa do Mundo de 2002, no próprio Japão e na Coreia. Até, então, o futebol naquele país era um esporte que despertava reduzido interesse entre os japoneses. Zico reverteu essa situação e conquistou a torcida do Japão, da mesma forma com que fez, este mês, na Turquia.

Zico é, pois, merecedor do Voto de Louvor que proponho ao Senado da República. [Aliás, eu já havia feito a mesma coisa, Sr. Presidente, quando o Flamengo foi, pela 19ª vez, Campeão

da Taça Guanabara.] Ele, depois de Pelé e, ao lado de Maradona, é indiscutivelmente o maior craque do futebol mundial.

Muito obrigado.

Esta fala antecede a presença de um brilhante santista na tribuna, Senador Aloizio Mercadante, e merece apoio de um botafoguense ilustre que é o Senador João Pedro, cercados que estão os dois de flamenguistas por todos os lados do quadrante do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Vice duas vezes, Senador João Pedro. O Botafogo é vice duas vezes. Não sei se tem algum vascaíno...

O Senador Aloizio Mercadante tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria primeiro de estender os meus votos ao grande esportista Zico por mais essa conquista, e também ao meu time, o Santos, que ontem ganhou de 1x0 e, portanto, está mais uma vez na chave da Libertadores, trazendo novamente muita alegria à nossa camisa branca, de tantas e gloriosas passagens no futebol brasileiro.

Mas eu venho à tribuna para manifestar e quero formalizar mais um requerimento agora de apoio à decisão da OEA.

O Plenário do Senado ontem foi muito feliz ao acatar por unanimidade a aprovação do nosso requerimento que era um Voto de Aplauso ao Secretário-Geral da OEA, Dr. José Miguel Insulza, de promover uma reunião de emergência do Conselho Permanente da OEA, buscando debater e encontrar uma solução diplomática e pacífica para o conflito entre Colômbia e Equador.

E hoje a OEA, de forma bastante ágil, conseguiu estabelecer uma Resolução aprovada pela unanimidade dos 34 países que constituem a OEA. Inclusive Equador e Colômbia assinaram essa Resolução, que eu passo a ler, e que, do meu ponto de vista, expressa em linhas gerais a mesma diretriz que ontem nós manifestamos:

O Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, levando em conta:

Que a OEA tem plena competência para conhecer de fatos e acontecimentos que põem em risco a paz e a segurança hemisférica;

Que nos propósitos da Organização da OEA, constam, entre outros, o respeito à personalidade, soberania e independência entre os Estados, bem como o fiel cumprimento das

obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional;

Que o art. 15 da Carta da Organização dos Estados Americanos estabelece “o direito que tem o Estado de proteger e desenvolver a sua existência não o autoriza a praticar atos injustos contra outro Estado”;

Que o art. 19 da Carta estipula [por sinal, nós citamos na nossa Resolução o art. 19] que “nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem”;

Que o art. 21 da Carta enfatiza que “o território de um Estado é inviolável; não pode ser objeto de ocupação militar, nem de outras medidas de força tomadas por outro Estado, direta ou indiretamente, qualquer que seja o motivo, embora de maneira temporária”;

Que o art. 28 da Carta da OEA expressa que “toda agressão de um Estado contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania, ou a independência política de um Estado americano, será considerada como um ato de agressão contra todos os demais Estados americanos”;

Que a Carta da Organização dos Estados Americanos reafirma o princípio de que “as controvérsias de caráter internacional, que surgirem entre dois ou mais Estados americanos, deverão ser resolvidas por meio de processos pacíficos”;

Que “garantir a paz e a segurança continentais” e “assegurar a solução pacífica das controvérsias que surjam entre seus membros” figuram entre os propósitos essenciais da Carta da OEA.

Concluo a leitura da carta. O que afirma a OEA?

Considerando:

Que, na madrugada de sábado, 1º de março de 2008, forças militares e efetivos da polícia da Colômbia penetraram no território do Equador, na Província de Sucumbíos, sem consentimento expresso do Governo do Equador, para realizar uma operação contra membros de um grupo irregular das Forças

Armadas Revolucionárias da Colômbia, que estavam clandestinamente acampados no setor fronteiro equatoriano;

Que o fato ocorrido constitui violação da soberania e integridade territorial do Equador e dos princípios do Direito Internacional;

Que esse fato gerou uma grave crise entre dois países, provocando o rompimento de relações entre ambos os Estados e uma grave tensão na região;

Que, em conformidade com o art. 84 da Carta, é função do Conselho Permanente da OEA velar pela manutenção das relações de amizade entre os Estados-membros, utilizando os procedimentos estabelecidos na referida Carta; e

Que, neste caso, se verificaram nos requisitos de convocação da Reunião de Consulta de Chanceleres, à luz dos arts. 61 e seguintes da Carta da OEA.

Resolve:

1. Reafirmar o princípio de que o território de um Estado é inviolável e não pode ser objeto de ocupação militar nem de outras medidas de força tomadas por outro Estado, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, mesmo de forma temporária.

2) Formar uma comissão chefiada pelo Secretário-Geral e constituída por quatro embaixadores designados por ele que visite ambos os países, percorrendo os lugares que as partes indicarem como relacionados com os fatos vinculados com a crise e encaminhe o relatório pertinente à reunião de consulta dos Ministros de Relações Exteriores e proponha fórmulas de aproximação entre ambas as nações.

3) Convocar com o disposto nos arts. 61, 62 e 63 da Carta uma reunião de consulta de Ministros da Relações Exteriores para segunda-feira, 17 de março de 2008, na sede da OEA, a fim de examinar os fatos e formular as recomendações pertinentes.

Portanto, penso que deveríamos, hoje, formular mais um voto de aplauso à OEA pela decisão que, me parece, torna coesos os países da região e encontra um caminho diplomático de valorizar a solução pacífica dos conflitos.

A diplomacia brasileira, eu diria, atuou de forma absolutamente correta nesse episódio. Esse é o sentimento das nações da região, porque a nota circunscreve o conflito entre Colômbia e Equador. A nota da OEA

condena a violação de qualquer território, como estabelece os princípios, penso que em um tom correto para permitir a reconciliação dessas duas nações, e constitui uma comissão que fará um diagnóstico aprofundado na área de fronteira, com os fatos que se relacionam com esse episódio para sugerir novas providências de aproximação pacífica e diplomática.

Nós somos uma nação que desde 1870 não tem qualquer conflito militar com nenhum dos 11 países com que temos fronteira – 11 mil quilômetros.

Mais uma vez a nossa competente diplomacia orienta o Brasil e ilumina as suas ações. A sugestão do Brasil foi acatada integralmente nessa decisão dos 34 países da OEA.

Senador Arthur Virgílio, por favor.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Aloizio Mercadante, saúdo V. Ex^a pelo seu discurso lúcido e lembro que a diplomacia brasileira tem 200 anos. Ela nasceu, em 1808, com a transferência da Corte de Lisboa para o Brasil, por intermédio de D. João VI. Para mim, o quadro é o seguinte: há essa violação, já bastante sancionada, do território equatoriano por forças militares equatorianas. Há outro dado desestabilizador, que é a interferência do governo Hugo Chávez na política interna da Colômbia, abastecendo com armas e com recursos financeiros uma guerrilha que, na verdade, não representa ideal político qualquer, a meu ver, porque representa interesses ligados à criminalidade, como ligações com Fernandinho Beira-Mar, com o narcotráfico, seqüestros como método de luta, estupros, conforme notícias que nos chegam. Houve um telefonema do Presidente Uribe ao Presidente Rafael Correa, e eles se entenderam. Minutos depois, Chávez liga para Rafael Correa, e a posição de Correa se altera. Não consigo compreender por que toda essa mobilização militar de Chávez a mil quilômetros do local do conflito. Sempre digo – e já virou um lugar-comum – que o candidato a ditador na América do Sul tem um desenho meio trágico – se fosse filme, seria cômico, mas, como é realidade, é trágico: ele esmaga as oposições, implanta a ditadura e depois é deposto, morto, ou faz a guerra – guerra contra Bush jamais! – contra um vizinho seu. A impressão que tenho é a de que não sai conflito militar até porque eu não acreditaria numa vitória de Chávez numa guerra, que não desejo, que eu deploraria se acontecesse, entre Colômbia, que é bem armada e está há 50 anos lutando, portanto, com seu exército treinado, contra alguém que me parece muito dado à bazófia, muito dado, enfim, ao gesto midiático e muito pouco ao gesto conseqüente. Ele está fazendo como Maquiavel recomendava ao príncipe: abalado no seu prestígio interno, forja um inimigo externo para obter popularidade interna outra vez. Vejo

que, nessa brecha, há um papel para o Brasil. Confio muito na competência do Itamaraty e do Ministro Celso Amorim. Entendo que o Brasil deve ser mediador equidistante dos problemas. O Brasil deve, simplesmente, procurar fazer a paz e dizer o seguinte: não importam as características do Presidente Uribe ou as características do Presidente Chávez. Enquanto um e outro forem presidentes dos seus países, vamo-nos dar bem com os dois desde que o direito brasileiro seja respeitado. Por outro lado, o Brasil tem de fazer uma clara diferença entre Uribe, pela Colômbia, Chávez, pela Venezuela, e as Farc. Estas não podem ter nenhuma complacência por parte do Governo brasileiro nem da nossa diplomacia por se tratar de organização criminosa. Entendo que essa chance de ouro se apresenta ao Brasil. Primeiro, para que se mantenha nas mãos naturais a liderança da América do Sul, e essas mãos são brasileiras, hoje representadas pelo presidente de honra do seu Partido, o Presidente Lula da Silva. Segundo, se agirmos com presteza, evitaremos quaisquer soluções que hipertrofiem o papel norte-americano em nosso subcontinente. Então, é hora, a meu ver, de muita firmeza. Foi feita com firmeza a condenação ao gesto colombiano, e deve entrar a diplomacia em relação à Colômbia. Precisa haver também uma conversa bastante fraterna e bastante incisiva com Chávez, para que ele pare de se intrometer nos assuntos colombianos e de financiar, porque a guerrilha deve ser enfrentada com as suas próprias forças e só com as suas próprias forças, pelo governo colombiano ordinário, pelo governo colombiano regular. Portanto, eu entendo que a OEA...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Nós sabemos que o Brasil é a segunda força na OEA. A primeira nós sabemos qual é. O primeiro financiador da OEA é o mesmo primeiro financiador da ONU. Nós sabemos que isso tem um peso muito grande. Quem financia uma organização multilateral dessas tem um grande peso nas decisões. Nós sabemos do peso dos Estados Unidos. Nós sabemos, portanto, que há uma ameaça ao equilíbrio do nosso subcontinente, e o Brasil é fundamental para ser o fiador desse equilíbrio. Ele deve dizer a Chávez que está incomodado com a sua beligerância; deve dizer à Colômbia, como já disse, aliás, que não aceita que se repita um ato como esse; deve dizer ao Equador que o pedido de desculpas deve ser, na verdade, aceito agora; e deve, enfim, ser aquele país que demonstre, à farta, que, sem bancar o xerife policial de um subcontinente, de uma sub-região, é aquele que diz: olhe, eu, Brasil, sou capaz de garantir, sim, a paz aqui na América do Sul. Eu saúdo V. Ex^a porque vejo que é o momento em que nós temos talvez poucas diferenças, divergências em

ênfases, mas temos concordâncias no fundo, e esta é a hora de unirmos, na verdade, todos aqueles que acreditam na democracia e que acreditam na paz. Eu sei que esse é o seu caso e, sem dúvida alguma, esse é o meu caso. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço-lhe, Senador Arthur Virgílio, a intervenção.

Eu queria fazer só algumas ponderações que vão no mesmo sentido, eu diria, da intervenção de V. Ex^a. O primeiro é que se olharmos para a história, especialmente a história europeia, um continente que teve duas grandes guerras e se autodestruíu naquelas oportunidades, veremos que a lição que ficou da capacidade diplomática da União Europeia foi exatamente a de fortalecer as instituições multilaterais, valorizar esses instrumentos. Hoje ela é uma região do planeta que tem um Banco Central único, uma moeda única, um Parlamento valorizado, uma identidade continental e é um fator de equilíbrio civilizatório no planeta.

Estamos longe disso. O nosso entorno é muito pobre e frágil institucionalmente, com uma larga tradição golpista e populista. É esse pêndulo que vem evoluindo ao longo da história latino-americana, e o Brasil pode ser uma referência fundamental para se buscarem novos caminhos.

Acho que a OEA esteja correta, primeiro, por circunscrever a sua reflexão e a sua decisão onde está o conflito, que é entre Colômbia e Equador. Ela não trata da Venezuela, porque o problema ocorreu entre Colômbia e Equador. Eu penso que foi uma posição madura da OEA e da diplomacia brasileira, porque, no momento em que a Colômbia ou qualquer outro país representar contra a Venezuela, e o fará, em fóruns internacionais, teremos a oportunidade de nos posicionar em relação às atitudes da Venezuela.

Acredito que contribuiremos para a solução, como está fazendo a OEA, nesse caminho de circunscrever o problema, não permitindo que aqueles que não estão diretamente vinculados se coloquem como sujeitos de um fato do qual não o são. E esse isolamento em relação à atitude da Venezuela contribuiu para uma solução e para um caminho de diálogo.

Quero dizer a V. Ex^a também que jamais vou compactuar com qualquer organização política que tenha no seqüestro um instrumento de ação. Acho absolutamente inaceitável, não só pelas informações que nos chegam, mas também, inclusive, pelos brasileiros que foram seqüestrados por essa organização. Portanto, jamais vou pactuar. Mas quero fazer uma advertência: na história da Colômbia, já houve uma tentativa da luta armada de sair da clandestinidade para constituir um partido político, que foi o Partido Patriótico. E quando essa força política veio atuar, à luz do dia, nas instituições, dois mil militantes foram

assassinados e houve um retrocesso institucional muito profundo na Colômbia.

Qual é a minha visão desse conflito? Eu não vejo saída militar. Acho um erro aprofundar a saída militar e dou um exemplo muito próximo e recente. Angola viveu uma guerra quase tão longa quanto a Colômbia e parecia que não haveria solução entre MPLA e Unita, entre o governo e uma força de guerrilha que sabotava, que enfrentava, que fazia as ações absolutamente de prejuízos imensos.

Em Angola, um milhão e meio de pessoas foram mortas, pessoas foram aleijadas com aquelas bombas pessoais. No ano passado, foi o país que mais cresceu no Planeta – o PIB angolano cresceu 21%. Imagine o futuro da Colômbia na hora em que tiver paz, um país que tem recursos naturais exuberantes, uma perspectiva econômica promissora, um país extremamente rico, com um potencial turístico fantástico. Imagine a hora que tivermos a pacificação como caminho.

Portanto, acho que devemos estimular as soluções pacíficas, sempre respeitando o Estado de Direito e, sobretudo, diria que essa larga tradição. V. Ex.^a teve o privilégio de estudar no Instituto escola Rio Branco, de beber nessa fonte de larga tradição diplomática. A atitude da diplomacia brasileira foi hegemônica porque, apesar da influência americana na OEA, que é muito considerável, a posição do governo americano foi imediatamente de apoio à ação unilateral da Colômbia.

Mas os 34 países assinaram essa moção, dizendo que não aceitam esse tipo de ação e querem uma comissão de investigação, que voltarão a se reunir e que os Estados nacionais são invioláveis.

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Deixe-me apenas concluir.

Então, acho correta a posição da OEA e devemos valorizá-la.

Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Aloizio Mercadante, serei bastante breve. Sabemos que a Europa teve a facilidade do Plano Marshall e mais de cinco décadas em luta pela integração. Agora, o Brasil e o Mercosul, para entrarem na rota correta da integração, precisam estar compostos com democracias. E aí temos um problema grave, por exemplo, com a Venezuela do Presidente Chávez. Temos que ter o máximo de convergência crescente e macroeconômica. Estamos trabalhando com um País que, se não é o petróleo, explodia e que trabalha com inflação acima de 20% ao ano – se é que são apenas esses os números. Não discordo do que a OEA fez, tecnicamente agiu com correção. O Brasil é que, para

mim, deve ter uma atuação bilateral muito forte junto ao Governo Chávez, dizendo: olha, é preciso baixar um pouco essa bola.

(Interrupção do som.)

Deve fazer gestões junto ao governo colombiano no sentido de que circunscreva ao seu território essa luta. Agora, não quero aprofundar situação militar nenhuma. A Colômbia tem de resolver o seu problema. Se um dia as Farc vão ser admitidas como partido ou não, isso é um problema colombiano, e não nosso. O Brasil é ligado umbilicalmente ao princípio da autodeterminação dos povos e da não-intervenção. Por isso, ele é contra a invasão de terras equatorianas; e por isso ele deve deixar a Colômbia resolver o seu problema; e por isso deve condenar alguém de fora ajudar a guerrilha a enfrentar um Governo legitimamente posto, como é o Governo colombiano, o Governo do Presidente Uribe. Portanto, é hora de o Brasil acionar o máximo do seu profissionalismo. É hora de confiarmos muito na sagacidade da diplomacia brasileira e o Brasil ser proativo nisso. Se ele não for, alguém será. É hora de assumir a liderança, de dizer que esse pedaço aqui é nosso, que esse pedaço aqui deve ser um oásis de paz no meio de um mundo muito conturbado. Portanto, gostaria muito de acompanhar isso de perto, torcendo para que o protagonismo do Brasil não ceda espaço a nenhuma eiva de simpatia por quem quer que seja ou de complacência por quem quer que seja. Agora, em relação às Farc, acho que é dever meu, seu e dos democratas brasileiros condenarmos uma entidade – e V. Ex.^a acabou de fazê-lo – que faz dos piores métodos de tratamento à pessoa humana um método de luta. Isso é deplorável e não consigo sinceramente imaginar a mim próprio justificando as atitudes que eles tomam. Mas o Brasil deve se dar bem com a Venezuela e com a Colômbia e deve ser líder dos dois, acima da urgência do Presidente Uribe e acima dessa coisa terrível que é o temperamento do Coronel Chávez. Agora, vejo dois obstáculos: Chávez, Sr. Senador, não gostaria de ceder ao Brasil a liderança que, na verdade, pertence ao Brasil, e Chávez tem a necessidade de enfrentar, no *front* interno, o que é claramente o ocaso do seu regime. Ele precisa dessas ações espetaculosas porque ele está no ocaso do seu regime. Ou seja, esse é um obstáculo a ele ser cordato em relação à pressão brasileira, que deve haver, que deve existir, para que o Brasil seja equitativo nisso e zele para que a integração regional não seja prejudicada por regimes *démodés* e que não vão jamais fazer do Mercosul nada parecido sequer com o Mercado Comum Europeu, muito menos com a União Européia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de passar a palavra ao Senador João Pedro, mas antes gostaria de dizer

o seguinte: nesta crise, quem o Presidente do Equador procurou? O Presidente Lula e o Brasil. Exatamente no dia da reunião da OEA, quem ele foi consultar? Quem ponderou que o melhor caminho era não radicalizar um discurso, que ele deveria abrir o caminho para aceitar o pedido de desculpas, fortalecer a OEA como fórum de defesa dos seus interesses? Tanto que a resolução da OEA é integralmente favorável ao Equador, mas se encontram no caminho de saída.

Imediatamente a nossa diplomacia convidou o Presidente Uribe, e as informações que nos chegam é que ele também virá ao Brasil, reconhecendo o Brasil como ponto de equilíbrio e de referência, que é o que está nessa Carta, que foi exatamente o caminho da diplomacia. O Presidente Lula não convidou o Presidente Hugo Chávez para dialogar sobre essa crise. Nenhum Estado mencionou a Venezuela. A melhor resposta diplomática foi o isolamento e circunscrever e encontrar um caminho para essa crise onde ela estava e não dar espaço para que a Venezuela passasse a ser um sujeito relevante. A OEA não menciona a Venezuela. E a Venezuela teve que assinar essa Carta para não aprofundar seu isolamento de 34 países.

Então, acho que o Presidente Lula e a nossa diplomacia, mais uma vez, o Itamaraty demonstrou...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador, V. Ex^a precisa de mais quanto tempo?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só para concluir. Acho que a nossa diplomacia mostrou muito equilíbrio, muita serenidade.

Espero formalizar amanhã, mas já manifesto que encaminharei mais um voto de aplauso, agora não apenas ao Secretário-Geral da OEA por ter convocado a reunião, mas pelos resultados dessa reunião, que são promissores e que reafirmam que o multilateralismo, o respeito à soberania e a independência dos povos e dos Estados e territórios nacionais, a não-intervenção militar ou de qualquer outra forma unilateral de um país sobre outro, pois isso é uma agressão a todos os Estados americanos, o fortalecimento das instituições multilaterais é o caminho da diplomacia, é o caminho da solução pacífica. E o Brasil se reafirma como liderança exatamente por essa maturidade, por esse equilíbrio, por esses procedimentos, por essa sabedoria de conduzir a liderança dos destinos de uma região tão conflituosa e, ao mesmo tempo, tão promissora, que é a América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço, Senador Aloizio Mercadante. Aliás, reiterando, acho que o isolamento – ignorar o Presidente Chávez nesse episódio – de fato é o melhor caminho, porque, na verdade, ele quer ser o centro das atenções sem ter sido o centro de alguma coisa.

Lembro ao Plenário e ao Brasil que, no ano passado, Chávez invadiu o espaço aéreo da Amazônia e fez manobra lá – e todos nós sabemos – quinze dias antes de uma missão do Exército no local e da qual fiz parte. V. Ex^a é da Amazônia e sabe muito bem. O Brasil não quis criar problema. Mas Chávez invadiu e fez manobra dentro da Amazônia. Quanto à posição da OEA de isolá-lo realmente e nem citar o seu país, eu também faço coro e acho extremamente importante.

Quero comunicar a este Plenário, antes que V. Ex^a tenha a palavra, que os partidos já foram comunicados sobre a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar a pedofilia no Brasil. A proporcionalidade já foi trabalhada pela Mesa, pela Dr^a Cláudia, enviada aos Líderes de Partido e aos Líderes de Bloco para que façam as suas indicações e possamos começar esta cruzada investigatória dessa desgraça que campeia a sociedade brasileira, que é a pedofilia. Que possamos, ao final de tudo isso, pelo menos, tipificar o crime de pedofilia no Brasil, Senador João Pedro.

Com a palavra o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Senador pelo Piauí, Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero pedir a atenção do meu colega Aloizio Mercadante, porque gostaria de falar sobre o mesmo assunto.

Quero parabenizar o Senador Aloizio Mercadante. S. Ex^a vem demonstrando uma vocação fantástica para as questões externas. Temos de reconhecer o erro do seu Partido ao indicá-lo para a Comissão de Assuntos Econômicos e não para a Comissão de Relações Exteriores. V. Ex^a estaria desempenhando um extraordinário papel, o qual, de fato, já desempenha no plenário. Oficialmente, teria muito mais brilho do que este que ocupa casualmente a posição.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concordo com a posição da OEA. A OEA não teria outro caminho a não ser lançar uma nota dura, principalmente sobre um fato concreto como foi a invasão praticada pela Colômbia ao território do Equador, causando mortes. Seria a única maneira – essa de uma reprimenda pública – de aliviar as tensões. Agiu dentro do seu papel, dentro do papel que lhe deu, inclusive, a razão de existir.

O isolamento do Sr. Chávez nesse episódio foi pedagógico, mas já deveria ter acontecido outras vezes. Senador Aloizio Mercadante, no ano passado, tivemos uma invasão – e chamo a atenção do Senador Arthur Virgílio, que acompanhou bem esse fato – de cubanos em território brasileiro, patrocinada e financiada pelo Sr. Chávez, sobre a qual não esboçamos nenhuma

reação. Aquela operação de retirada de solo brasileiro dos boxeadores cubanos, com a vinda de agente do serviço secreto de Cuba, levando do nosso território os dois rapazes que pediram asilo ou tentariam pedir asilo em nosso País.

E aí houve um dos fatos mais tristes que presenciei nos últimos tempos: a maneira rápida com que o Governo agiu para atender a um apelo do Sr. Chávez, que mandou um avião venezuelano ao Brasil para levar os cubanos. A maneira subserviente como as nossas autoridades agiram e o pior, Senador Mercadante, o depoimento do Ministro da Justiça na Comissão de Relações Exteriores, faltando com a verdade para a comissão, sonhando informações, escondendo outras e inclusive desrespeitando o preceito constitucional da resposta no prazo de 30 dias. O primeiro encaminhamento de requerimento de informações foi para S. Ex^a em agosto. A resposta só chegou em janeiro deste ano, não pelas vias do Ministério da Justiça, mas sim pelo Ministro da Defesa, este, sim, cumprindo o que a Constituição manda.

Informações truncadas. O avião não era cubano, como o Ministro mandou informar, mas venezuelano. Os agentes de segurança do serviço cubano vieram ao Brasil, e a operação não foi, como o Ministro disse, um gesto de arrependimento dos jovens que queriam retornar à pátria.

Lembro-me do bem intencionado Senador Suplicy tentando fazer ligações para os boxeadores e seus familiares; e as autoridades garantindo que eles teriam a liberdade de antes. Ontem vimos, Senador Dornelles, a primeira listagem dos escolhidos por Cuba para participar das Olimpíadas em Pequim, e os boxeadores estão fora dessa lista, contrariando aquilo que foi dito às autoridades brasileiras.

Mas vamos ao episódio recente. O Presidente do Equador esteve ontem em território brasileiro. É evidente que não podemos, de maneira nenhuma,...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ... concordar com a invasão dos colombianos ao território do Equador, mas o Presidente do Equador, para ser justo, tem de entender que ele agiu com dois pesos e duas medidas. O terrorista pode invadir o território; o perseguidor, um governo instituído e democrático não pode caçá-lo no mesmo espaço. Essa questão não está bem colocada. Acho até que não é um assunto do País,...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...mas um comentário que ganha mundo.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito, só uma menção.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Em seguida.

Por outro lado, recebemos aqui o Presidente Correa, que veio para explicar-se. Qual nada! Dentro do Palácio do Planalto, após ou antes, em entrevista ao Presidente Lula, lançou impropérios e agressões contra o Presidente de um país vizinho, desrespeitando não só a soberania, mas a maneira gentil e hospitaleira com que estava sendo recebido, transferindo para cá um problema que não era nosso.

Se veio em nome da paz, do entendimento, que deixasse para responder da maneira grosseira como o fez – não lhe tiro a razão – ao Presidente da Colômbia no seu território, respeitando a vocação pacífica do povo brasileiro.

Senador Arthur Virgílio e, em seguida, Senador Mercadante.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito, os altos preços do petróleo têm permitido essas estripulias todas ao coronel Chávez. Ele concede a Cuba 100 mil barris/dia gratuitos de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Arthur Virgílio, um momento, por favor. Quero prorrogar a sessão por mais uma hora.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. Ele troca no Caribe petróleo por banana. E exerce uma influência muito grande até sobre a Argentina. Vimos recursos clandestinos na campanha da Sr^a Kirschner de origem venezuelana. E exerce influência também desse porte sobre o Equador. Isso é um fato. O coronel Chávez é um empecilho, a meu ver, à integração regional, porque não tem compromisso com a democracia. Entendo – e ainda agora travava um debate que reputo qualificado com o meu amigo Senador Mercadante a respeito dessa questão externa – que não é que o Brasil esteja indo na direção errada, mas precisa ser mais enfático em relação a sua liderança. Não considero que tenha havido isolamento nem derrota de Chávez quando ele assina algo que ele queria, que era a condenação à Colômbia – e era justo haver a condenação pela OEA à Colômbia. Mas o Brasil precisa deixar bem clara a sua separação das FARC e precisa dizer ao Coronel Chávez que não dá para avançar mais o sinal como ele está avançando. E precisa dizer com clareza ao Presidente Uribe que não é possível mais que se repita a invasão, por qualquer razão que seja, de território de país estrangeiro. O Brasil tem quer ser o fiador da paz. Agora, voltando ao episódio antigo – e lamento dizer isso porque uma das pessoas do Governo com quem tenho diálogo mais fácil é o Ministro Tarso Genro –, o fato é que, na Comissão que V. Ex^a preside, a de Relações Exteriores, S. Ex^a afirmou com todas as letras que, além de terem ido por sua própria vontade, os boxeadores cubanos, Erislandy Lara e Guillermo Rigondeaux, teriam ido em avião de

bandeira cubana. Fiz um requerimento de informações endereçado ao Ministro Nelson Jobim, que veio com uma resposta honesta e pronta. O Ministro disse que a bandeira era venezuelana e que teria sido esse o meio de transporte para os boxeadores. Os boxeadores foram para lá preocupados com suas famílias, sob a garantia de que não sofreriam sanções, nem retaliações e que iriam poder, inclusive, continuar praticando boxe. Isso foi dito quando estavam no Brasil ainda. Lá, a primeira notícia é que não poderiam mais boxear; a segunda notícia é a de que estavam numa tal casa de recuperação, que não sei a que se destina.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Casa de Visitas é o nome.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Casa de Visitas, de recuperação, enfim. Depois nós soubemos que, inclusive, um Deputado que tem simpatia por Cuba – uma figura querida por todos nós, uma figura pluripartidária no sentimento que por ele nutrimos, o Deputado Aldo Rebelo – esteve com uma delegação de deputados em Cuba e não conseguiu se avistar com os boxeadores. Então os boxeadores estão literalmente presos. Não me espanta não estarem em lista de competição, até porque, não estando treinando, mesmo que liberados estivessem para disputar, não disputariam. Agora, não estão treinando porque estão sob a custódia do governo cubano. Isso tudo é muito lamentável. O Brasil tem de ter um compromisso muito claro com a democracia. Sou contra o bloqueio americano a Cuba. Sou a favor de procurarmos negociar com Raúl Castro uma transição para a democracia. Sou contra alguém se imiscuir nos assuntos de outro país, mas o compromisso com a democracia e com os direitos humanos tem de ser muito claro. Diante da condenação sumária de cinco rapazes que fugiram de Cuba à morte – não conspiravam contra Cuba, apenas fugiram de lá –, o Brasil não pode se omitir, na hora de discutir na Comissão de Direitos Humanos da ONU, e não dizer com clareza que não concorda com esse tipo de coisa. Isso não abala a relação coisa alguma, mas afirma o compromisso do País com os direitos da pessoa humana, e deve ser assim em toda a linha. V. Ex^a faz um discurso de extrema oportunidade e, portanto, eu o saúdo por isso. Tenho certeza de que V. Ex^a, tanto quanto o Senador Aloizio Mercadante, vem, neste final de sessão, praticar o debate qualificado, que é protagonizado pelo Senador Aloizio Mercadante, que tanta saudade nos dava nesse período que passou afastado da Casa, mas que já está pronto para colaborar com todo o seu brilho, com toda a sua inteligência para que aqui discutamos todos os temas. E hoje o tema do momento é, sem dúvida alguma, política externa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Aloizio Mercadante, antes de passar a palavra

a V. Ex^a, quero lembrar que o Senador Arthur Virgílio puxou um episódio que é também característico.

O famoso avião que saiu da Venezuela trazendo recursos para a campanha da Presidente argentina não tinha autonomia para fazer vôo direto de Caracas a Buenos Aires. A Comissão de Relações Exteriores cobrou do Governo posição sobre a rota do avião, sobre o sobrevôo do avião em território brasileiro, uma prerrogativa da Comissão de Defesa Nacional, e até agora não houve resposta.

Com a palavra V. Ex^a.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, primeiro, quero dizer que gostaria de ter muito mais presença no debate da política externa, em particular na Comissão que V. Ex^a preside com tanta competência. Mas é impossível, pois as obrigações da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e as nossas responsabilidades parlamentares, infelizmente, são maiores do que as nossas vontades. Evidentemente, as minhas incursões no campo da política externa não têm o brilho que V. Ex^a tem na área econômica, porque V. Ex^a tem dado contribuição importante ao debate econômico no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Mas eu queria fazer algumas ponderações. Primeiro, nós não podemos aceitar a tese de uma ação unilateral militar de um Estado sobre o outro. Vou citar dois exemplos brasileiros. A Polícia Federal prendeu um alto dirigente das Farc no Brasil há alguns anos. Ele estava no Brasil e foi preso. O Supremo Tribunal Federal decidiu não acolher o pedido de extradição, e a Corte Suprema do Brasil liberou o dirigente da Farc. Eu pergunto: isso quer dizer que o Governo brasileiro tem responsabilidade pela decisão do Poder Judiciário? Não. A Polícia Federal prendeu, mas a interpretação da Justiça é que não havia uma exposição de motivos justificada que fundamentasse a extradição desse dirigente, e ele foi libertado. Pergunto: a polícia da Colômbia poderia entrar e assassinar esse dirigente das Farc em território brasileiro? O Brasil jamais aceitaria ou toleraria uma ação dessa natureza. Dou mais um exemplo. Recentemente, um traficante de grande projeção internacional vivia no Estado de São Paulo. Está demonstrado que ele vivia pela conivência de uma banda podre da Polícia de São Paulo, que recebia propina para não prendê-lo. A Polícia Federal o identificou e o prendeu. Ele está preso, sob custódia. Ele poderá, ou não, ser extraditado para os Estados Unidos, que pedem a extradição, para a Colômbia ou ficar preso por mais tempo no Brasil. Depende, inclusive, de uma série de procedimentos. Pergunto: o Estado colombiano teria o direito de vir e assassinar um traficante reconhecido, um sujeito da pior espécie, que tem dezenas de assassinatos nas costas e que era um chefe do que há de mais perverso na criminalidade,

que é o narcotráfico? Jamais o Brasil toleraria isso. A nota da OEA afirma que esse grupo irregular, de uma força irregular – é assim que a OEA qualifica as Farc –, estava clandestinamente na região fronteira do Equador, porque temos três mil quilômetros de áreas fronteiriças no Brasil onde não há a presença do Estado nacional. Então, é uma área extremamente difícil de ser fiscalizada. É uma mata fechada. A presença do Exército brasileiro e de outras Forças se dá em alguns pontos. Há supervisão, temos sistema de radares, fiscalização, novas tecnologias, mas não é uma tarefa fácil. O Equador assina que estavam clandestinamente, e a Colômbia reconhece que estavam clandestinamente. Então, mesmo sendo uma força irregular, mesmo que fosse um grupo de traficantes identificados, ela tinha que acionar o Governo do Equador ou ter o aval do Governo do Equador para poder fazer uma ação dessa natureza. É isso o que diz a OEA, é isso o que dizem todos os princípios que norteiam a convivência pacífica das nações: que a intervenção militar de um país no território de outro é uma agressão a todos os Estados americanos. Nós ainda vamos aguardar a investigação. Está sendo feita uma comissão que vai percorrer a região, recolher todos os fatos, levantar todas as informações e encaminhar isso a uma nova reunião da OEA. Espero que esses princípios, que esses valores do multilateralismo prevaleçam. E essa é a tradição da nossa democracia. Neste momento, acho que esse é um fato extremamente importante. Tenho certeza de que vamos encontrar uma solução pacífica e espero propor, junto com V. Ex^a – eu o convido a isso –, que apresentemos amanhã, na reunião da Comissão de Relações Exteriores, um voto de aplauso à decisão da OEA. Não poderei estar presente à reunião, porque já tenho um compromisso, inclusive fora do Senado Federal, mas trabalharei nisso ainda hoje à noite. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a prega muito o debate qualificado nesta Casa. No entanto, foi V. Ex^a que, ironicamente, me qualificou de grande economista. Sabe V. Ex^a que eu não o sou. E sabe que eu fui à sua Comissão em caráter...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Eu falei que as contribuições de V. Ex^a ao debate econômico eram extremamente relevantes. Foi isso que eu disse. Não o chamei de economista, nem disse que era a formação de V. Ex^a. Acho que o parlamentar tem que ter uma visão holística, integrada do mundo e atuar em todas as áreas em que for possível, e V. Ex^a tem dado contribuições na Comissão de Economia sempre que possível.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, não é verdade, até porque eu estou na Comissão de Economia há apenas dois meses. Eu pensei que V. Ex^a

conhecesse os companheiros que trabalham na Comissão que V. Ex^a tão bem preside. Eu entrei na Comissão há apenas dois meses, em caráter emergencial, para resolver uma questão do meu Estado. Se V. Ex^a quer saber, para não permitir que houvesse a federalização do Banco do Estado do Piauí com o Banco do Brasil, no modelo que o Governo do meu Estado, que é do mesmo Partido de V. Ex^a, queria impor, sem nenhuma garantia ao trabalhador brasileiro. Foi para evitar isso que eu fui para lá. Mas minha passagem na sua Comissão será breve, diferentemente da sua presença na minha Comissão.

Mas a questão não é essa, Senador Mercadante. A comparação de V. Ex^a foi infeliz. V. Ex^a quer comparar a posição dos guerrilheiros das Farc, enaltecidos pelo Genóio na tribuna da Câmara, com um bandido, um traficante procurado pela polícia do Rio de Janeiro não condiz com a sua inteligência. Uma agressão seria a Colômbia, ou vice-versa, sair da sua fronteira para o Rio de Janeiro ou para São Paulo para caçar um traficante. Vamos ser lógicos.

A questão de lá se deu na linha tênue de uma fronteira...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito, só queria destacar o seguinte: eu citei dois episódios.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Os dois episódios...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Um alto dirigente da Farc, que usava o codinome Padre, foi preso no Brasil e foi solto por decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ah, eu me lembro. O Partido de V. Ex^a ficou estarelecido, defendeu o Padre...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não, por favor, não faça essa afirmação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não é esse o caso? Do Padre?

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não tem nenhuma procedência essa afirmação. Nós jamais tivemos, como Partido, qualquer relacionamento político de valorização das ações dessa organização, sobretudo porque jamais vamos aceitar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não houve nenhum debate com essa relação?

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Eu estou dizendo que o Partido, institucionalmente, jamais vai aceitar uma organização que pratica seqüestro como forma de instrumento de luta. Não vai. Nós temos um compromisso com a democracia, com o Estado de Direito. Essa é a nossa vocação histórica. Agora, há situações históricas de conflito militar, de guerra civil, enfim. A história está cheia de situações, e temos que analisar em outro cenário; mas o que estamos tratando

aqui e o que estou tentando realçar é que não podemos aceitar ações unilaterais, esse é o ponto central, para termos uma saída.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concordo.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não pode ter.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concordo plenamente.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não pode agir militarmente sem consultar o Governo do Equador. Ele tinha o direito de representar contra o Governo do Equador se este não tomasse providência. Ele poderia representar internacionalmente, poderia ir à OEA, ou à Corte da Haia, como pretende o Governo da Colômbia contra o Governo venezuelano, ou à ONU, ou a outros fóruns internacionais. Porém, não podemos aceitar o unilateralismo como caminho, porque isso, inevitavelmente, levará à guerra e a situações inadmissíveis como a do Oriente Médio. A história está cheia de lições que mostram que o melhor caminho para soluções pacíficas e diplomáticas é o respeito ao multilateralismo e a condenação das ações unilaterais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Mercadante, chegou novamente ao ponto em que eu iniciei. O Equador protestou contra a invasão do Governo colombiano, mas não protestou contra a presença dos guerrilheiros em território venezuelano. O protesto deveria se referir às duas questões. Por que apenas condenar uma milícia que, provavelmente sem autorização do Presidente da República, invadiu um território do mesmo jeito que os guerrilheiros? Qual é o fato mais grave? Pelo que mostram as fotografias, eles já estavam com cabanas, morando em território equatoriano. Temos um caso clássico dessa questão de invasão de fronteiras aqui. Agora há pouco, alguém citou esse episódio. Ano passado, tivemos a invasão, por helicópteros venezuelanos, de território brasileiro. Esse assunto foi denunciado aqui, na Comissão de Relações Exteriores, pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Nós fizemos uma interpelação ao Ministério, e a resposta veio com um esclarecimento. A invasão não foi nada leve nem amena. Não houve morte, mas houve agressões. Houve agressões a trabalhadores brasileiros. Mas a nossa diplomacia, militares e Itamaraty, resolveram a questão. As invasões ocorrem.

Quem citou o episódio foi o Senador Magno Malta, quero ser justo com ele.

É diferente da comparação dos dois casos que V. Ex^a citou. A questão do Padre eu jamais citaria – foi V. Ex^a quem citou –, porque sei dos dissabores que esse caso trouxe para o seu Partido. E não disse, em nenhum momento, que o Partido estava envolvido, mas havia companheiros de V. Ex^a que tiveram um com-

portamento que levantou suspeitas de financiamento por parte das Farc a candidatos do Partido de V. Ex^a, coisa que eu não quero crer. Mas já que V. Ex^a citou o caso do Padre, vamos dissecá-lo.

A questão do bandido é outra questão. Os seus bens estão expropriados. Não vamos misturar as questões, porque não constrói.

Eu quero dizer que a posição brasileira tem de ser de independência. Nós temos que ter uma posição na busca da paz.

O Sr. Presidente do Equador disse aqui que, inclusive, as Farc atuavam na fronteira do Brasil.

Quem disse isso foi ele, e não foi desmentido.

Então, com relação a essas questões, meu caro Senador João Pedro, eu, como Presidente da Comissão, tenho procurado agir com o máximo de equilíbrio, porque sei a gravidade desse episódio. Agora, não podemos simular isenção e, por trás, apoiar o que é inaceitável.

Senador Eduardo Azeredo, um apoio de qualquer campo a uma questão dessa natureza é inaceitável. A OEA agiu no espaço que poderia agir para colaborar com a retomada da paz, mas nós, com a autoridade que temos, com a independência que temos, não podemos nos dobrar, vez ou outra, a caprichos de Presidentes de Estados vizinhos que querem se impor com agressões baratas.

Não se trata de um fato isolado. Houve um episódio quando da eleição do Peru, outro com o Rei da Espanha, e, constantemente, estamos vivenciando episódios com os quais não podemos concordar. Esse silêncio nosso é subserviente. São duas questões distintas. Abomina-se o episódio envolvendo Equador e Colômbia, mas temos nos calado sistematicamente.

Senador Mão Santa, com o maior prazer.

Em seguida, V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, Senador Mercadante, pertenço às duas Comissões que V. Ex^as presidem. Senador Mercadante, ninguém vai negar a sua competência como economista. É o nosso Adam Smith. Mas ninguém excedeu V. Ex^a como Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Estou orgulhoso de um piauiense ter tanta coragem e competência. V. Ex^a tem feito muito pelo Brasil. V. Ex^a soube fazer audiências com todas essas autoridades militares e dissecar a real situação das Forças Armadas do Brasil e sua gente. Nós somos Senadores. V. Ex^a tem uma sabedoria e está pleno de coisas. Temos de entender as coisas. Antes de nós, existiu um líder democrático católico chamado Alceu Amoroso Lima – Dornelles é seu companheiro, observou e teve a sua doutrina. Ele definiu democracia. Sei que muitos a definiram. Abraham Lincoln disse: governo do povo, pelo povo e para o povo. Mas ninguém melhor do que nosso líder intelectual cristão Alceu Amoroso Lima.

Democracia é o regime da convivência, não da exclusão. Baseia-se na liberdade como meio de chegar à ordem. Tem-se de chegar à ordem. O que estamos observando na Colômbia que eu conheço? Fiz cursos de planejamento familiar lá. Conheço Bogotá e sua história profundamente, por ser leitor de Gabriel García Márquez, o Prêmio Nobel – *Cem anos de solidão, Viver para contar*. É um Estado de origem espanhola. Houve muitas guerras lá, foi muito difícil a estabilidade.

E vive o melhor momento graças a esse grande líder, extraordinário homem sul-americano que é o Comandante e Presidente Uribe. E, lá em Bogotá, viveu Simón Bolívar, e ele disse a frase mais bonita da vida dele, que está gravada na praça de Bogotá, em frente à sua casa. Atentai bem! Isso é que Chávez tinha de aprender, que eu aprendi. Simón Bolívar, na sua casa, um sobrado branco – ele nasceu na Venezuela, mas morou em Bogotá –, disse: tive muitos títulos, os títulos militares todos, cabo, general, comandante dos exércitos, *El Libertador*, Presidente. Mas o mais importante, de que ele não abdicaria nunca, era o de ser um bom cidadão. Isso Chávez não está sendo. E eu quero dizer que ninguém concebe esse negócio de Farc. Agora, V. Ex^a tem razão. Há um Deputado Federal daqui, Deputado Fraga, que é Secretário de Transportes. Ele tem documento, apresentou aqui, me trouxe no Senado, que mostra que as Farc se intrometiam aqui na política, que as Farc financiavam eleitos, políticos aqui do Partido do Governo. Está aí o Fraga. Que chamem ele. Agora, V. Ex^a deu grandeza a esta instituição, quando, de chofre, chamou, numa rapidez extraordinária, o Ministro da Defesa para esclarecer isso. Agora, não se concebe... Quarenta anos... Temos que conviver, a democracia convive, a maioria é Uribe. É preciso saber que a Colômbia é o segundo país, depois do Brasil, em população. Tem mais gente do que a Argentina, tem mais gente do que a Venezuela. São praticamente 50 milhões de habitantes. Então, uma pequena minoria, fomentada e ajudada pelos outros países a passar quase meio século no barbarismo, seqüestrando, matando, fazendo o tráfico. Não, Uribe tem que acabar com isso! É como McNamara diz: “Se queres paz, prepara-te para a guerra!”. E ninguém pode acusar os índices de desenvolvimento da Colômbia, em Bogotá. Recentemente, muitos brasileiros, o Governo do Rio de Janeiro, nosso colega, foi lá em Bogotá ver como diminuiu o índice de criminalidade e como se deu o desenvolvimento que se vê hoje na Colômbia. A Colômbia é um dos países que mais crescem na América do Sul. Então V. Ex^a está cuidadoso e está reconhecendo que temos que apoiar o Presidente da Colômbia, que está tentando minimizar a bandidagem. Esses caras da Farc são bandidos mesmo. Eles transitam facilmente no nosso País, e todos nós sabemos que isso partiu lá de Cuba, que entrou lá na Venezue-

la, que entrou no Equador, na Bolívia, na Nicarágua um regime alheio àquele que aprendemos na nossa adolescência com o grande líder do Brasil Alceu Amoroso Lima. Meus parabéns e nossos cumprimentos! Ninguém, pelo menos durante os cinco anos em que estou aqui, excedeu-o em competência na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e as palavras elogiosas, mas quero repetir: sou totalmente contra a violência. A morte, para mim, não justifica. Se me perguntassem se a Colômbia agiu de maneira correta, não por invadir, mas por matar, eu diria que não, esse não é o caminho, porque se abre uma guerra que não tem fim, mas temos que respeitar um problema que não é nosso. A minha cautela – e alerta – é que não podemos servir de cenário para as alianças e as explosões constantes do Presidente da Venezuela, porque já vamos ter que julgá-lo aqui no Senado e é preciso que haja isenção. Julgá-lo, não. Julgar o ingresso do seu país no MERCOSUL. E não podemos julgá-lo apenas pelos seus caprichos e pelo seu temperamento explosivo, mas sim pelo país que é a Venezuela.

Senador João Pedro, com o maior prazer.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito Fortes, na realidade, a Casa vem discutindo esse episódio nos últimos três dias, desde segunda-feira, mas ontem tivemos um momento importante, quando aprovamos a resolução com emendas e foram suprimidos alguns artigos, alguns parágrafos. Enfim, foi madura a posição do Senado da República, como foi importante a decisão da OEA na noite de ontem. A OEA focou. Quero apresentar essas questões para não alongarmos esse debate e supervalorizar, maximizar algumas manifestações. Primeiro, a posição do Governo brasileiro foi correta. O Presidente Lula já condenou – e é isso que quero enfatizar neste debate – as Farc, as prisões. Isso foi notícia antes desse episódio. O Presidente Lula já manifestou a sua opinião sobre essa situação. A América, os nossos países vizinhos, não comporta uma guerra. Então, penso que a posição da OEA no sentido de condenar a invasão territorial foi justa. O Brasil recebeu aqui, no dia de hoje, o Presidente do Equador. Portanto, estamos construindo uma saída do ponto de vista de manter a autonomia, a soberania dos países e condenar a guerra – condenar, não ter acordo. Essa é a primeira questão. Está faltando – desde ontem observo nas intervenções, nas reflexões – uma questão com a qual também não podemos concordar quando analisamos a América Latina: a presença da assessoria militar norte-americana dentro da Colômbia. Isso não ajuda a paz que V. Ex^a está defendendo; não ajuda essa concepção militarista do Governo Bush. A presença americana é fortíssima no país vizinho que é a Colômbia. Isso não ajuda a busca da paz. Do ponto

de vista didático, espero que possamos, a partir desse episódio, que foi fortíssimo, aumentou a temperatura, tirar lições e buscar a paz. Estou citando essa situação da presença americana na Colômbia porque V. Ex^a já foi a Cuba, já fez a crítica, já condenou e é preciso colocar nessa análise no sentido da paz. Condeno o método das Farc. É preciso conhecer a história desse grupo, porque eles já foram para a legalidade. É uma questão interna deles, mas eles têm que liberar todos os presos e aproveitar essa figura pública da Colômbia que é Ingrid Bettancourt. É essa simbólica mulher, candidata a Presidente, Senadora. Enfim, é preciso uma sinalização nesse sentido. Agora, quero dizer isto para ser refletido: precisamos lutar pela paz, desarmar, mas a presença americana na Colômbia não ajuda na busca pela paz. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que é altamente oportuno. Vou lhe mostrar como procuro ser justo quando analiso fatos, principalmente em se tratando do destino do Brasil e da sua posição na política externa. Sabe V. Ex^a, a meu ver, qual foi o ponto alto do Governo do Presidente Lula em política externa? Desatrelar da cabeça de nós, brasileiros, que tínhamos alguma dependência, qualquer que fosse, dos americanos.

Antigamente, quando V. Ex^{as} estavam na Oposição, acusavam os que estavam no Governo de ligação com o FMI, de ligação com os americanos, no sentido pejorativo – vamos falar a verdade –, quando Lula teve esse mérito. Mas o mérito maior dele foi não se atrelar também a outras ideologias e procurar, para a Diplomacia brasileira, personalidade própria. E aí está o grande mérito do Ministro Celso Amorim, apesar de, vez ou outra, ser atrapalhado por assessores aloprados que, sabe muito bem V. Ex^a, perturbam a política externa brasileira.

Quero dizer a V. Ex^a que não tenho nenhum compromisso. Exorcizei o americano, como o Governo de V. Ex^a exorcizou. Não tenho nenhum compromisso com americano. Invadir a Venezuela ou ser amigo da Venezuela é uma questão bilateral. Mas, já que estamos fazendo críticas dessa natureza, caberia a V. Ex^a também criticar a Rússia e o Irã por estarem armando a Venezuela, a Bolívia e o Equador. Vamos ser justos; não sejamos pendulares nessa questão.

A Venezuela fez a maior compra de armas e de submarinos, desproporcional ao tamanho de mar que possui. Temos um mar que atravessa todo o País, chamado inclusive de Amazônia Azul, e contamos nos dedos os nossos submarinos. A Venezuela, que tem uma área de mar bem menor, comprou e só agora recebeu da Rússia submarinos, aviões.

Então, Senador João Pedro, além de ser uma pessoa isenta, V. Ex^a é vizinho do perigo. Mora vizinho do perigo! Vamos ser isentos como foi o Presidente de

V. Ex^a – e eu aqui digo de público – ao mostrar uma política de desatrelamento e de independência. Agora, não é justo dizer: Tira fulano e entra sicrano. Parece o Maracanã, o painel da Adesg anunciando a substituição de um jogador por outro. Nós não podemos aceitar nem a Rússia nem os Estados Unidos interferindo nas questões brasileiras.

Ouçõ o Senador Eduardo Azeredo, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Heráclito Fortes, Presidente de nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, alguns pontos precisam ser mais bem colocados. Primeiro, os Estados Unidos têm presença forte na Colômbia para combater o mal do século XX – o narcotráfico. Que isso fique bem claro. Não estou querendo defender os Estados Unidos, não, mas deixar claro que a presença deles é por esse motivo. Todo mundo sabe que a Colômbia tem uma grande produção de drogas, uma exportação, um problema danado. Então, não vamos também demonizar tudo o que os Estados Unidos fazem, não. Pelo contrário, nesse caso, eles estão ajudando o Governo da Colômbia. Segundo, as Farc não são contra Uribe, e sim contra todos os governos da Colômbia. Todos! É diferente da situação de Angola, como o Senador Mercadante mencionou. Em Angola havia uma guerra entre dois grupos, duas facções que lutavam pelo poder.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Et-nias.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Duas etnias. Lá na Colômbia há um governo legitimamente eleito, que é atacado por um grupo terrorista, assassino, que extorque. Essa coisa não pode ficar assim. Senador João Pedro, não vi o Presidente Lula contra as Farc de uma maneira clara. É evidente que a imprensa também não noticia tudo. Hoje, todo o noticiário fala do Presidente criticando a Colômbia, mas não fala do Presidente criticando as Farc. Creio que se se fez essa crítica foi antes. Deveria, talvez, então, reafirmá-la agora. Que houve um incidente diplomático não há dúvida. Invadiu-se parte, um pedacinho pequeno. Na verdade, eles entraram um quilômetro só no Equador, mas o fizeram atacando um grupo que estava realmente se escondendo no Equador para atacar na Colômbia. Existem tratados internacionais que prevêm, inclusive, que quando se está em ataque, em disputa, é desculpável fazer alguma incursão em uma missão desse tipo. Mas, tudo bem, na verdade, a Colômbia já reconheceu que houve realmente uma invasão parcial de 1,5 quilômetro. A fronteira é clara, pois é um rio. Não se trata de uma fronteira imaginária, mas de um rio. Então realmente houve essa passagem. E a Colômbia já reconheceu. A decisão da OEA é uma boa decisão; a intermediação é correta. Agora, acho que está care-

cendo de uma posição mais firme do Governo brasileiro de repúdio à ação das Farc e, evidentemente, à ação do Coronel Chávez, ele que é um agente perturbador da América Latina. O Senador Heráclito colocou muito bem que ele já interferiu no Peru, já interferiu no Equador, deve ter financiado a campanha do Equador, já interferiu em outros países, dizem até que chegou a interferir aqui. Então, precisamos ter uma visão também muito clara de que Chávez é um agente, eu diria, de instabilidade permanente. A Venezuela é um país com o qual temos de ter uma boa relação. Agora, não podemos tolerar também uma pessoa que fique o tempo todo instigando, dizendo que deve haver a guerra, que deve enfrentar a guerra, e se armando. Isso não é bom. O Brasil não tem que ir lá brigar com Chávez, não, mas não tem que ter simpatia. Preocupa-me um pouco é uma certa simpatia que o Governo demonstra ao ficar calado em relação a Chávez e às Farc.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador João Pedro, estávamos vivendo, até esse episódio, um dos momentos mais promissores da América Latina. Estávamos tendo a transição pacífica e de vontade própria do Presidente Fidel. O Presidente Raúl Castro, menos de uma semana depois de empossado, mandou o seu ministro de relações exteriores ir a Nova York negociar com a ONU cláusulas referentes a direitos humanos, o que seu irmão e antecessor se negava a fazer havia trinta anos. Nada mais promissor, mostrando sinais de mudança. E tínhamos que, com otimismo, continuar incentivando o que está se passando.

Agora, não é justo que o Sr. Rafael Correa, por quem tenho, aliás, uma admiração muito grande... Acho que V. Ex^a participou quando ele esteve aqui ano passado. Ele assumiu um Equador que não tinha sequer um Banco Central. A moeda era atrelada diretamente ao dólar, tamanha era crise. Mas vinha fazendo algumas recuperações, vamos ser justos. Agora, nesse episódio, ele está errado. Não quero entrar em detalhes sobre a ação, sobre o episódio, sobre o enfoque da invasão da Colômbia ao seu território. Ele tem de ter toda a indignação.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas ele vir ao Brasil e aqui agredir os colombianos é querer nos envolver em um episódio. Ele fez isso, chamou de “canalha”, usou palavras chulas, não adequadas a um Chefe de Poder, dentro do palácio do Governo brasileiro, e não houve uma nota sequer. Poderia muito bem o Presidente dizer que, da mesma maneira que não concordava com o que fez a Colômbia, não concordava com aquela agressão.

Os jornais internacionais – e o Brasil reproduz – começam a dizer que é uma estratégia do Sr. Rafa-

el Correa para tentar o terceiro mandato. Ele estaria usando os países vizinhos como trampolim para seu proselitismo eleitoral.

Não sei se é verdade, espero que não seja. Mas o Presidente Lula, que o receberia de manhã cedo...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...deveria ter ouvido, dentro da sua casa, o que disse Correa. Vamos e venhamos: isenção tem que ser para os dois lados.

Apelo para a sua paciência, Sr. Presidente, porque o Senador Flexa Ribeiro quer me apartear, e eu não dormiria tranqüilo se não o ouvisse.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Presidente João Pedro, eu não poderia deixar de apartear o nobre Senador Heráclito, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O Senador faz um pronunciamento lúcido, explicativo e que demonstra exatamente todo o avanço que o Governo Lula teve nas relações exteriores.

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Mas coloca com propriedade as falhas que ocorrem, como ocorreram no episódio da Bolívia. O que nos parece, Senador Heráclito Fortes, é que o Sr. Hugo Chávez se acha no direito de ocupar o papel que Fidel exerceu sobre alguns países da América do Sul ao longo de cinquenta anos. O Presidente Lula esteve em Cuba para visitar Fidel e, ao retornar ao País, deu uma declaração de que ele estava muito bem, estava recuperado e pronto para retomar o poder. Infelizmente, não foi isso que se viu: ele renunciou à função, disse que não seria mais candidato e transferiu o governo ao seu irmão. V. Ex^a tem toda razão ao dizer da abertura, gradual ainda, porque ele ainda tem grande influência, mas o encaminamento do seu Ministro das Relações Exteriores para tratar de convênios que dizem respeito à questão humanitária já é um ponto positivo. Agora, Fidel, porque utiliza contra o povo venezuelano a riqueza do petróleo – porque 20% do valor do petróleo é que vai para a empresa petrolífera; o resto vai para um fundo dominado por ele –, faz toda essa “lambança”, vamos chamar assim entre aspas. E aqui mesmo nós tivemos prova: quando houve o incidente com a Bolívia, quem incitou aquele país a tomar aquela posição contra o Brasil? Hugo Chávez orientou e apoiou a Bolívia e deu a Evo Morales todas as condições para que ele tomasse aquela posição naquele episódio lamentável em que o Brasil não se posicionou como deveria para sustentar a nossa soberania. Mas V. Ex^a tem toda razão: temos de lamentar a invasão da Colômbia sobre o Equador, mas temos de entender que a Colômbia também estava defendendo a sua soberania, porque uma guerra que se arrasta há quarenta anos – com

um grupo que é de terroristas, de traficantes de drogas – não pode e não deve ter o apoio de ninguém que tenha a vontade de ver a paz instalada no mundo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas, se V. Ex^a quiser rememorar, o Chávez recentemente tentou jogar a Argentina contra o Brasil.

Peço mais dois minutos, porque vou falar de algo de que V. Ex^a gosta. Não vou concordar com o Senador Flexa Ribeiro. Ele foi altamente infeliz na comparação que fez do Chávez com Fidel. Não há a menor possibilidade de haver identificação comportamental de um com o outro.

Fidel Castro governou Cuba por 49 anos. Não se vê Fidel, em sua história, comandante em chefe da Ilha, agredindo um companheiro vizinho. Nenhuma palavra grosseira. Agora, virava uma fera quando queriam atacá-lo! Completamente diferente! Sempre respeitou... Não tivemos a não ser incidentes verbais, mas por conta de questões que tinham o mesmo fulcro. Não temos nenhuma ação de violência de Fidel Castro. Quero fazer essa justiça a ele, até porque está aposentado.

Por outro lado, quero lembrar que a duração de Fidel se deu mais por falta de habilidade da política americana do que por qualquer outra coisa. Sejam justos. E quero lembrar também que, quando houve o rompimento dos Estados Unidos com a Ilha, não foi por causa da política de direitos humanos praticada por Fidel. A questão foi outra. Como, aliás, o rompimento das grandes potências geralmente se dá por interesses que não são ligados à moral, à ética ou a direitos humanos.

Portanto, eu encerro, agradecendo a V. Ex^a, esperando que essa crise se encerre o mais rapidamente possível. Este Continente venceu adversidades e está vivendo o seu pior momento. E nós precisamos fazer com que, meu caro Presidente, essa marcha continue. Acho até – e repito – que o exemplo da política implantada pelo Embaixador Celso Amorim, por recomendação do Presidente Lula, de independência e de identificação própria, deveria ser imitado pelos outros países. Assim, tudo iria bem melhor.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Magno Malta, 4º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelos Srs. Augusto Botelho e João Pedro, sucessivamente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente João Paulo, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Pedro. É outro grande Apóstolo. Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, porque me cativa o Papa que me abençoou quando eu governei o Piauí. Mas V. Ex^a está entre os dois.

Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Pois não. Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador João Pedro, V. Ex^a abre o tempo; Pedro, lá, as portas do Céu.

Então, o que eu entendo disso aqui. Eu fui Deputado Estadual, como V. Ex^a o foi. E aprendi lá que aquilo é o tambor de ressonância do povo. Aqui, tem de ser este o tambor de ressonância do povo.

Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar, dizia: “Ouça a voz rouca das ruas”.

Discutimos muito. Nós somos o Brasil, filho da democracia, do voto igual, Presidente Luiz Inácio. Somando os votos aqui, dá mais do que os do Presidente. Esse valor aqui é o povo.

De inúmeros *e-mails* que recebi – todos nós recebemos –, um é muito interessante. É de um engenheiro, que está atento a esta discussão e chega rápido. Seu nome é Antonio Carlos da Costa Neves. Assunto: Colômbia x Equador. Considero este *e-mail* o mais interessante de todos. Chegaram dezenas de *e-mails*. Isso funciona. O povo está atento.

“Prezado Senador,

Gostaria que considerasse minha opinião e, se for a mesma de V. Ex^a, não deixe, por favor, de externar em plenário sua opinião sobre este assunto tão mal conduzido pelo nosso atual governo.”

Ele que o diz, o povo, o engenheiro Carlos Neves.

“1. De há muito tempo, as FARC estão numa guerra franca com o governo democrático da Colômbia.”

Como disse aqui o nosso Azeredo, há quase 50 anos. Tem limite. Isso tem limite. Para Moisés, foram só 40 anos. Eles já estão perturbando demais.

“2. Seus métodos com seqüestros e ligações com narcotraficantes os colocam como bandidos cruéis e da mais baixa estirpe.

3. Os presidentes do Equador e da Venezuela (o ensandecido Hugo Chávez) são abertamente simpáticos às FARC.

4. A Colômbia agiu com firmeza e resolveu correr os riscos. Como está em guerra contra as FARC, não hesitou em invadir o Equador em 1,8 km e aniquilar os guerrilheiros que lá se alojavam.”

Estão em guerra, mas estão ali.... Este é um engenheiro inteligente.

“5. Se o Presidente do Equador está tão melindrado com o ocorrido, deveria se manifestar também contra a invasão das FARC, que ocorre há muito tempo sem que tomem medida alguma. Aliás, parece até um escárnio que os guerrilheiros atravessem a divisa e fiquem seguros sob a proteção do país vizinho.”

Até Cristo disse na Bíblia: “Quem não está comigo está contra mim”.

Isso aqui é a Colômbia.

“6. Por outro lado, o Governo Lula agiu de forma pífia, limitando-se a falar em desculpas da Colômbia sem tocar no acobertamento das FARC pelo Equador e muito menos em condenar a atitude ensandecida de Hugo Chávez. Aliás, Lula e seus asseclas têm visível simpatia por esquerdistas e creio que até mesmo pelas FARC.

7. Em suma, a Colômbia está em guerra e fez muito bem em preservar a sua segurança tomando essa medida corajosa, embora condenável.

Portanto, prezado Senador, use, por favor, o plenário do Senado para falar o que o povo brasileiro sente e que este Governo Lula não tem coragem de falar. Fale em nome dos cidadãos de bem que repudiam as FARC, Hugo Chávez e governantes que se omitem em favor de guerrilheiros e narcotraficantes.

Pau neles, Mão Santa!
Engenheiro Antonio Carlos Neves.”

Essa é a manifestação. E quero dizer que entendo que o Presidente Uribe é um extraordinário governante nas nossas Américas.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Está registrado, Senador Mão Santa, o *e-mail*.

Com a palavra, por permuta, o Senador Flexa Ribeiro, que acordou falar por cinco minutos, nesta noite, às 21 horas e 20 minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Presidente Senador João Pedro, quero, primeiramente agradecer a V. Ex^a e ao nobre Senador Augusto Botelho, que, por permuta, permitiu-me falar da tribuna neste instante.

Eu aguardei até às 21h20min, porque, inscrito para usar da tribuna no dia de hoje, quero registrar um fato auspicioso para o meu querido Estado do Pará. Trago aqui uma notícia – divulgada pela imprensa desde segunda-feira e pela imprensa escrita, no dia de ontem –, que já era aguardada por nós, paraenses,

há décadas. E que notícia é essa, Senador Eduardo Azeredo?

Trata-se da audiência marcada pelo Presidente da Companhia Vale, antiga Vale do Rio Doce, com o Presidente Lula para sexta-feira da semana passada, na qual ele comunicaria a Sua Excelência a implantação de uma siderúrgica no meu querido Estado do Pará. A Governadora Ana Júlia, ao tomar conhecimento desse fato, pediu que fosse marcado para segunda-feira o encontro do Presidente da Vale, Roger Agnelli, com o Presidente Lula, a fim de que ela pudesse estar presente.

Assim foi feito. Participaram da reunião entre o Presidente Roger e o Presidente Lula a Governadora e vários Ministros. Naquela ocasião, o Presidente Lula foi informado que a Companhia Vale implantaria no Estado do Pará uma siderúrgica, cujo investimento seria da ordem de R\$ 5 bilhões.

Senador João Pedro, no início da década de 90, eu presidia a Federação das Indústrias do Estado do Pará, mas já lutávamos para que a Vale do Rio Doce, ainda uma empresa estatal, iniciasse a agregação de valores aos nossos insumos, às nossas matérias-primas, principalmente, nas áreas mineral e madeireira. Quis Deus que eu estivesse, com muita honra, representando o meu Estado no Senado Federal hoje, porque, passados dezoito anos, posso dizer desta tribuna que avançamos na verticalização mineral do Estado do Pará, luta de décadas e de muitos governantes.

A Vale do Rio Doce, melhor dizendo, a Vale hoje é, sem sombra de dúvida, depois do processo de privatização... Quando ocorreu a privatização da Vale do Rio Doce, eu, ainda na Presidência da Federação das Indústrias, defendi a privatização, porque aquela empresa estatal não tinha – fiz referência à questão da Eletrobrás ao Senador Delcídio Amaral – recursos necessários, investimentos, que propiciassem o crescimento da empresa para assim chegarmos ao ponto a que estamos chegando hoje. Então, a Vale foi privatizada, Senador Azeredo, Senador Wellington Salgado...

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concedo um aparte a V. Ex^a.

Eu dizia, Senador João Pedro, que a Companhia Vale do Rio Doce já mudou o nome agora para Vale, por quê? Porque ela se tornou uma empresa global, para orgulho nosso. Mas eu dizia antes que a Vale, Senador Eduardo Azeredo e Senador Wellington Salgado, deveria trocar o nome de Vale do Rio Doce para Vale do Rio Pará, porque os interesses da Vale já eram e serão maiores no Pará do que nas Minas Gerais.

Então eu quero aqui festejar essa notícia. Haverá um investimento público da ordem de R\$1,5 bilhão,

sendo R\$500 milhões na área de tecnologia, de formação profissional, bancados pela própria Vale, e da ordem de R\$1,5 bilhão em obras do PAC que incluem a tão esperada eclusa de Tucuruí.

Como eu disse, a Vale é hoje a segunda maior mineradora do mundo e tem-se beneficiado enormemente das riquezas do meu Estado. A companhia é, hoje, a maior produtora mundial de minério de ferro, a segunda maior produtora de níquel, uma das maiores produtoras de caulim, de alumina, de alumínio e de cobre, tudo no Estado do Pará.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, serei breve. Eu não gostei da troca do nome, não. Escolheu-se o nome Vale do Rio Doce em razão do rio Doce, que corre de Minas até o Espírito Santo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O rio Pará também é um rio que está no Pará.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – A Vale começou em Minas Gerais. Ela cresceu por intermédio das riquezas, do minério de Minas Gerais. Então, abandonar o nome de origem não é muito bom, não. Essa idéia de Vale do Rio Pará conta com a nossa total oposição. Se for trocar de Vale do Rio Doce para Rio Pará, de jeito nenhum. Entendemos que, depois, a companhia realmente se expandiu a partir do Pará, mas começou em Minas Gerais. Cumprimento o Pará por conseguir uma siderúrgica e, ao mesmo tempo, resalto que nós, em Minas Gerais, continuamos esperando que a Vale faça uma siderúrgica lá, porque a companhia só explora o minério no Estado. Vocês já estão com um ponto à frente, pois já têm uma siderúrgica.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vamos ter.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Pois é. Mas isso a Vale ainda não fez em Minas, não. Continua devendo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para concluir, Sr. Presidente...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Flexa Ribeiro, não conclua.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concedo-lhe um aparte.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Estou inclusive fazendo um estudo juntamente com o Deputado Federal pelo PV José Fernando. Estava passando agora, vi V. Ex^a falando sobre esse assunto com relação a minério e a Vale, e vim ao plenário. Os Senadores do Pará têm de ter uma relação forte com os Senadores de Minas Gerais, porque este Estado vem sendo explorado há muito tempo. Eu queria até, se V.

Ex^a tiver disponibilidade, levar o Deputado Federal pelo PV José Fernando para um café no seu gabinete, se V. Ex^a oferecer o café. Senão, será no meu gabinete, mas tenho certeza de que V. Ex^a oferecerá. Há um exemplo claro, Senador Eduardo Azeredo – que já foi Governador de Minas Gerais e conhece bem todas as cidades – com relação ao minério, que é algo simplesmente absurdo: alguém de uma cidade vizinha foi à cidade do nosso querido José Aparecido, Conceição do Mato Dentro e, de repente, resolveu registrar uma mina. Ele era de uma cidade vizinha, foi lá e disse: “Rapaz, aqui tem uma mina. Vou registrar.” E registrou essa mina. Para resumir, esse registro foi comprado por uma empresa de um grande empresário – que fez sucesso ultimamente nas manchetes e cujo nome não vou citar – por US\$100 milhões. A pessoa que havia registrado fez um grande sucesso por ter vendido por US\$100 milhões. Ele depois vendeu por US\$5 bilhões. Não podemos deixar acontecer isso. É preciso haver alguma maneira de remunerar seu Estado e o Estado que eu e o Senador Eduardo Azeredo representamos. Então, estou preparando um discurso que espero fazer amanhã. Se V. Ex^a não tiver nenhum compromisso no seu Estado – espero que não tenha – e estiver presente para me apartear, poderá juntar-se comigo na defesa do nosso Estado, porque gostaria de tê-lo a meu lado nessa defesa – os Senadores de Minas e os outros dois Senadores do Pará – porque não podemos concordar com isso, Senador, de maneira alguma. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu agradeço ao Senador Azeredo, ao Senador Wellington, quero incluir o Senador Eliseu Resende, e dizer que as duas bancadas estão juntas para que possamos trabalhar no sentido de levar melhorias para os nossos Estados. Estamos juntos nisso.

Concluindo, a Vale teve agora um lucro da ordem de 20,6 bilhões em 2007; 48,95% acima do de 2006. Ela está, Senador João Pedro, se transformando no grande *player* internacional na área de mineração, porque tem proposta concreta para a aquisição da Xstrata por US\$90 bilhões, depois de já ter incorporado a Inco, que era uma mineradora de níquel.

Então, quero parabenizar a Vale, quero parabenizar o Pará por termos agora a nossa planta de siderurgia para produzir de duas e meia a cinco milhões de toneladas de placas aço.

Estou encaminhando à Mesa, Presidente João Pedro, um requerimento com votos de aplauso ao Presidente Roger Agnelli, e, em seu nome, à Vale, pela decisão de instalar uma planta de siderurgia no Estado do Pará.

Só para terminar, gostaria de lembrar aqui um discurso proferido no dia 14 de fevereiro de 2006, pela hoje Governadora Ana Júlia, Senadora à época. Vou ler dois trechos rapidamente aqui.

Disse a Senadora Ana Júlia, e está nos *Anais* do Senado:

“A Companhia Vale do Rio Doce, em seu processo de desestatização, ocorrido no Governo passado – fazendo referência a FHC – trouxe para o País, especialmente para o meu Estado, uma série de malefícios, raramente contabilizados por aqueles que fazem a defesa incontestada dos números absolutos e do desenvolvimento puramente econômico que cresce, dando as costas para o social.”

Disse mais adiante:

Na verdade, nada melhor do que o tempo – e é verdade, Governadora Ana Júlia – para provar o quanto a retórica Tucana se distanciou da prática. Nada melhor do que o tempo – estamos vendo agora os efeitos da privatização.

“A privatização da Vale do Rio Doce não significou somente o desdobramento da empresa lucrativa e eficiente no Estado, representou que o Estado brasileiro estava abrindo mão de um instrumento essencial que deveria continuar sob o seu controle e que possibilitaria a inserção do Brasil no mercado internacional com uma outra visão, a do desenvolvimento sustentável.

Palavras essas que estão agora, face à metamorfose ambulante que, lamentavelmente, Senador João Pedro, parece que grassa no Partido dos Trabalhadores, se desdizendo daquilo que se disse em 2006.

Quero informar aos aposentados do Brasil sobre requerimento a que dei entrada hoje na Comissão de Assuntos Econômicos nestes termos:

“Requeiro, nos termos do art. 118, inciso II, arts. 120 e 121, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão na pauta...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Ex.^a pediu para falar cinco minutos. Concedi dez e V. Ex.^a quer mais?

Um minuto? Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...desta comissão do PLS nº 58, de 2003, de autoria do nobre Senador Paulo Paim, que se encontra nesta Comissão desde 28 de dezembro de 2006”. Desde 28/12/2006!

Assumi um compromisso da tribuna com os aposentados e pensionistas do Brasil de que não iria me calar enquanto nós não trouxéssemos ao Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos o projeto para aprovar ou rejeitar e também ao Plenário do Senado Federal.

Ontem, o Senador Paulo Paim fez referência à ação de um grupo de Senadores em que, tenho certeza, V. Ex.^a se inclui, como se incluem os Senadores Inácio Arruda, o Senador Wellington Salgado por ser

de justiça para aqueles que deram a sua vida para que o Brasil chegasse ao estágio em que está.

O Senador Mário Couto, do Pará, também fez desta tribuna uma proposta para que todos nós ficássemos em vigilância e, me incluo entre eles, até que pudéssemos discutir o PLS nº 58, como disse, aprovando-o ou rejeitando-o. É o compromisso que assumi com os aposentados e pensionistas. E estou prestando contas do requerimento a que dei entrada hoje e cobrarei na terça-feira que vem do Presidente, nobre Senador Aloizio Mercadante, que pautou o PLS nº 58 ou, então, o redistribua se o Senador Romero Jucá não tiver concluído o seu parecer. Muito obrigado pela consideração.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex.^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, ao lançar o Bolsa-Família, no início de 2003, o Governo Lula anunciou que seu objetivo era o combate à fome. O Presidente chegou a mencionar que o brasileiro teria três refeições por dia.

Ninguém contra. Programas assim são necessários, desde que transitórios. Transitórios, sim, porque não asseguram futuro a ninguém.

Ontem, em *O Globo*, o jornalista Ali Kamel mostra, com base em dados do IBGE, que os recursos do Bolsa-Família “têm ajudado os beneficiários a comprar eletrodomésticos; nada de feijão, arroz e carne. O que tem sido comprado são equipamentos domésticos, como geladeira, microondas, lavadoras, liquidificador, forno elétrico, televisores e DVD.”

Observa o articulista que a continuidade do programa, sem investimentos públicos na educação e na geração de empregos, “condenará as crianças de hoje a depender, como seus pais, do Bolsa-Família, para ter eletrodomésticos. Já investimentos maciços em Educação fariam delas seres independentes, produtivos, indispensáveis para chegarmos ao bom futuro.”

Pela sua oportunidade, estou anexando o texto de Kamel a este pronunciamento para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Bolsa-eletrodoméstico

LI KAMEL

Todos são testemunhas de que, quando o Bolsa Família foi lançado, o objetivo era matar a fome de 54 milhões de brasileiros. Meus leitores são também testemunhas de que, desde o início, venho dizendo que não existem 54 milhões de famintos. Pois bem, uma visita à página do Ministério do Desenvolvimento Social (<http://www.mds.gov.br/noticias/consumo-de-bens-duraveis-aumenta-por-cao-do-bolsa-familia>) vai surpreender. Ali, o governo anuncia que vários estudos comprovam que o Bolsa Família tem ajudado os beneficiários a comprar eletrodomésticos. Isso mesmo, nada de arroz, feijão e carne, isso tudo que há muito já está na mesa dos pobres brasileiros, como provou a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE, o que tem sido comprado é geladeira, microondas, máquina de lavar, fogão, liquidificador, forno elétrico, televisão e DVD.

Rosa Maria Marques, da PUC-SP, é citada dizendo que, no passado, todo dinheiro extra era usado pelos pobres na compra de alimentos, mas que isso mudou, graças ao efeito multiplicador do Bolsa Família: "Com o passar do tempo, as famílias ganharam segurança de que vão receber o benefício e, assim, puderam destinar parte de sua renda para a compra a prazo de eletrodomésticos." Rosa cita outros fatores para explicar o crescimento do consumo daqueles bens, como a elevação constante do salário mínimo, a estabilidade monetária, o aumento do número de trabalhadores com carteira assinada e a ampliação do crédito consignado, mas a ênfase do press-release do ministério é a injeção de recursos do Bolsa Família, R\$ 10,9 bi previstos para este ano.

O release cita também Felícia Madeira, do Seade (São Paulo), para quem oscilações no orçamento sempre impediram que famílias pobres fizessem gastos que necessitassem de um horizonte longo, fato remediado agora pelo Bolsa Família: "Como existe a garantia de que o dinheiro virá, a pessoa se planeja e pode abrir um crediário para comprar um eletrodoméstico ou um equipamento para trabalhar."

O ministério dá exemplos. A catadora de lixo Rosineide dos Santos, 47 anos, de Maceió, com três filhos, recebe R\$ 76 do Bolsa Família, mas declara uma renda total de R\$ 200. Com isso, pegou um empréstimo de R\$ 500 no Banco do Cidadão, uma instituição que opera com microcrédito para empreendimentos populares. O release diz que ela já tem fogão, liquidificador, cafeteira e forno elétrico, mas que, assim que saldar a dívida, pretende comprar uma televisão. Ou seja, não usa o Bolsa Família para se alimentar nem o Banco do Cidadão para um pequeno empreendimento: usa para aumentar a conta de luz. Patrícia Belmira Henrique, de 43, manicure mineira, recebe R\$ 112 do Bolsa Família. O dinheiro, diz o release, ajuda a pagar a máquina de lavar roupa. "Estou feliz, porque é a minha primeira máquina de lavar. Antes, tinha que lavar a roupa na mão. Dava um trabalho enorme."

O release cita ainda o economista Cícero Péricles de Carvalho, da Universidade Federal de Alagoas, para quem o Nordeste está se transformando num cenário de muitos investimentos produtivos. O release prossegue: "A explicação para esse crescimento, além da diminuição das desigualdades regionais, vem sempre da mesma origem: as transferências de renda federal crescentes e os investimentos sociais que impactam sobre a maioria da população nordestina." O texto conclui, orgulhoso, citando o caso de Alagoas, que há 45 meses bate recordes de consumo popular, sem, porém, "ter um crescimento econômico que justifique tamanha elevação de compras". A razão, diz o texto, é clara: os R\$ 2 bi que a Previdência dá aos aposentados de lá (o dobro do que dava em 2002) e os R\$ 300 milhões do Bolsa Família distribuídos por ano a mais da metade da população do estado.

Aposentadoria e Bolsa Família. Há futuro nisso?

O discurso oficial agora é que o dinheiro do Bolsa Família aumentaria a demanda por bens duráveis, o que levaria à ampliação de fábricas e ao aumento de empregos. Balela. Mesmo se fosse verdade, o consumo cresceria nas áreas carentes e a produção, nas áreas já afluentes, perpetuando as desigualdades. Na realidade, o programa transfere, mas não gera renda: o consumo só aumentaria se a propensão de consumir dos beneficiários do Bolsa Família fosse maior do que a propensão dos que pagam o imposto que torna o programa possível, o que é improvável. O contribuinte, sem o imposto, gastaria o dinheiro em alguma coisa. Assim, trata-se de uma soma de resultado zero, não havendo aumento de produção. O programa distribui renda? Sim, mas de uma maneira não sustentável: o efeito cessará assim que o programa tiver um fim. Distribuição sustentada de renda só se obtém educando o povo, para que se possa abastecer de gente qualificada uma economia crescente.

Ninguém pode ficar contrariado sabendo que pessoas pobres, na ausência de fome, estão comprando eletrodomésticos. É bom olhar a Pnad, como faz o release, e constatar que entre 2002 e 2006, nas faixas de renda mais baixas, cresceu muito o número de lares que tem esses bens. Mas é angustiante olhar os dados das provas nacionais e internacionais que medem o conhecimento de nossas crianças e constatar que tudo vai de mal a pior. Se não há fome, por que gastar R\$ 10,9 bi com o Bolsa Família em vez de aplicar a maior parte disso em educação? Para aumentar artificialmente a venda de eletrodomésticos em áreas carentes?

Essa política condenará as crianças de hoje a continuar, como os seus pais, a depender do Bolsa Família para ter um microondas, enquanto um investimento maciço em educação faria delas seres independentes, produtivos, indispensáveis para chegarmos ao bom futuro.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no final de janeiro, a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana divulgou os resultados da pesquisa “Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008”.

Essa pesquisa traz dados e conclusões interessantes, Sr. Presidente, e creio que, neste momento, temos uma oportunidade propícia para refletirmos sobre eles. O tema da violência, aliás, infalível e recorrentemente ocupa um lugar de destaque nessa agenda, como tema de interesse prioritário de todos os cidadãos.

A primeira conclusão interessante a que a pesquisa chega é a de que tem caído com regularidade, nos últimos anos, a taxa de homicídios no País. Houve quem levantasse suspeitas quanto à qualidade dos dados – visto que há diversas falhas na sua coleta, desde o preenchimento de certidões de óbito até a maneira como as informações são incluídas no sistema pelos Institutos Médicos Legais –, mas o fato é que, considerados temporalmente, os dados, mesmo de qualidade duvidosa, indicam uma tendência de queda no número de homicídios.

Notícia, sem dúvida, alvissareira, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas que deve ser tomada com um grão de sal. Afinal, foram registrados, segundo o estudo, 46.660 homicídios no Brasil em 2006, número assustadoramente alto, sobretudo se pensarmos que há uma grande probabilidade de que o dado seja subestimado. A título de comparação, e considerando apenas os números absolutos, sem levar em conta as óbvias diferenças proporcionais entre as populações, entre junho de 2005 e junho de 2006 estima-se que morreram violentamente cerca de 20.000 iraquianos. Portanto, como conclui o estudo, embora tenha havido uma queda contínua do número de assassinatos, “as taxas de violência homicida no Brasil ainda continuam exageradamente elevadas”.

Outra conclusão interessante da pesquisa diz respeito à distribuição da violência pelos municípios. Em 22,5% dos municípios, ou seja, em 1.250 deles, as taxas são muito baixas ou nulas. Por outro lado, 10% ou 556 municípios concentram 73,3% das ocorrências de homicídios. Esse grupo de 556 concentra ainda 44,1% da população brasileira – são, portanto, municípios de grande porte. No entanto – e isso é também preocupante – o estudo mostrou que não há necessariamente uma relação direta entre porte do município e número absoluto de homicídios: em termos absolutos, aparecem no topo da lista, naturalmente, as maiores e mais populosas cidades – São Paulo, Rio de Janeiro –, mas municípios menores ultrapassaram os maiores,

em alguns casos. É assim que Maceió, por exemplo, aparece na frente de capitais mais populosas, como Fortaleza e Brasília; o Município de Serra, no Espírito Santo, com cerca de 375 mil habitantes, supera em número absoluto de homicídios cidades do porte de São Luís ou Campinas, com 943 mil e mais de 1 milhão de habitantes, respectivamente.

Nenhum Estado da Federação, Sr. Presidente, escapa de ter algum dos seus municípios no grupo de 556 de maior incidência de homicídios. Mas alguns se encontram em situação mais crítica – entre eles, infelizmente, o Amapá, que tem 8 dos seus 16 municípios nesse grupo. É triste constatar isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas é preciso enfrentar o problema com realismo e com coragem.

Quero aqui conclamar o Governo do Estado e de todos os municípios amapaenses para que redobrem seus esforços no combate à violência, que atinge de forma especial os jovens. Não podemos tolerar isso. É imperativo que revertamos essa situação.

O estudo, embora não se proponha a analisar nem as causas da violência nem as razões da queda dos números, deixa entrever, no entanto, o significativo impacto das políticas públicas na inflexão das taxas a partir de 2003. De fato, Sr. Presidente, o número de homicídios vinha crescendo assustadoramente desde 1996, a taxas de mais de 4% ao ano. Em 2004, caiu cerca de 5% com relação a 2003, e de lá para cá tem caído por volta de 3% ao ano. Como aponta a pesquisa, a inflexão coincide justamente com a campanha de desarmamento realizada em 2003. Isso mostra como uma política pública bem articulada pode ter um efeito imediato e visível. Certamente, para que esses efeitos positivos se sustentem e se multipliquem, precisamos de outros tipos de políticas públicas. Mas o exemplo de sucesso é eloquente e nos inspira a buscar outras soluções.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil não é um País especialmente belicoso. Não temos uma tradição guerreira – ao contrário, nossa tradição é pacífica, tendemos mais à conciliação do que ao conflito. No entanto, nossos cidadãos convivem, muito freqüentemente, com graus de violência inaceitáveis, muitas vezes próximos aos que são vivenciados em situações de guerra.

Tenho certeza de que, na medida em que caminhamos em direção a um maior desenvolvimento social e humano, nossa sociedade se tornará igualmente menos violenta. No entanto, não podemos nos furtar de pensar soluções imediatas, focadas diretamente no combate à violência, para confirmar de forma definitiva a tendência de queda nas taxas de homicídio que o estudo identificou nos últimos anos.

Como Parlamentares, temos o dever de trazer o tema para discussão, para além de nossa responsabilidade legislativa. Tenho certeza de que tanto esta Casa como a Câmara dos Deputados têm plena capacidade para propor essas soluções que a sociedade brasileira espera de nós.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi, poucos dias atrás, um documento cujo teor faço questão de registrar. Refiro-me, Sr. Presidente, ao Relatório Decom 2006, elaborado Pelo Departamento de Defesa Comercial de nosso País.

O Decom, S^{as} e Srs. Senadores, é vinculado à Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e tem uma série de atribuições de mais alta relevância.

A ele compete, por exemplo, examinar a procedência e o mérito de petições de abertura de investigações de *dumping*, de subsídios e de salvaguardas, com vistas à defesa da produção doméstica. Compete, da mesma maneira, propor a abertura e conduzir investigações para a aplicação de medidas *antidumping*, compensatórias e de salvaguardas.

São competências essenciais. Nossas empresas, todos sabemos, precisam de proteção contra o deletério instrumento do *dumping*, que faz alguns produtos serem vendidos, no país importador, por preço abaixo daquele praticado no mercado doméstico do exportador. Ao mesmo tempo, muitos setores de nossa economia precisam de medidas de salvaguarda que os protejam da competição internacional, para que tenham garantidos seu desenvolvimento e sua sobrevivência.

Incumbe também ao DECOM, Sr. Presidente, recomendar a aplicação das medidas de defesa comercial previstas nos Acordos da Organização Mundial do Comércio; e acompanhar, junto àquela entidade, as discussões relativas às normas e à aplicação dos Acordos de defesa comercial, além de participar em negociações internacionais relativas à questão.

Por fim, são ainda funções do DECOM acompanhar as investigações de defesa comercial abertas por outros países contra exportações brasileiras e prestar assistência à defesa do exportador, em articulação com o setor privado e com os demais órgãos governamentais responsáveis pela matéria.

A todas essas atribuições, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a enxuta mas efficientíssima equipe do DECOM tem se dedicado com zelo e determinação. E os resultados de tamanha dedicação estão bem espelhados no Relatório que trago ao conhecimento desta Casa. Lá são elencadas as medidas *antidum-*

ping, compensatórias e de salvaguardas adotadas pelo Departamento, juntamente com informações relativas às negociações internacionais pertinentes ao tema da defesa comercial e às ações de apoio ao exportador brasileiro investigado no exterior.

No final de 2006, Sr. Presidente, encontravam-se em análise no Departamento de Defesa Comercial doze investigações de *dumping* e doze revisões de direitos *antidumping*.

As investigações, na grande maioria dos casos, eram direcionadas à República Popular da China, e tratavam de artigos tão díspares como chapas pré-sensibilizadas de alumínio, óculos de sol, ferros elétricos de passar, alto-falantes, árvores para decoração de Natal e talhas manuais.

Já as revisões de direitos *antidumping* contemplavam uma gama mais diversificada de países: além da República Popular da China, também a Alemanha, Espanha, França, Reino Unido, Nova Zelândia, União Européia, Dinamarca e Chile. E se relacionavam com produtos como leite em pó, metacrilato de metila, ventiladores de mesa, pneumáticos para bicicleta e alhos frescos ou refrigerados.

Também em 2006, Senhoras e Senhores Senadores, o DECOM concluiu seis investigações de *dumping*, sete revisões de direitos *antidumping* e uma medida de salvaguarda.

As investigações encerradas, dirigidas a países como os Estados Unidos, Argentina e África do Sul, tratavam de resinas de policarbonato, n-butanol e tubos de aço inoxidável.

As revisões concluídas, que afetaram México, Venezuela, África do Sul, Espanha, França e Japão, referiam-se a cimento Portland e aço inox.

E a medida de salvaguarda, relativa a coco seco, teve como partes interessadas notificadas os países membros da Organização Mundial do Comércio e, especificamente, do Mercosul.

Ainda no ano passado, Senhor Presidente, há que se destacar a participação do DECOM em importantes negociações comerciais multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio: seja no Grupo Negociador de Regras – a chamada Rodada Doha –, seja nos Comitês sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, Práticas *Antidumping* e Salvaguardas. E a participação, também, em negociações comerciais do Mercosul, sino-brasileiras e de vários outros fóruns, como a Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Argentina e a Câmara de Comércio Brasil-Rússia.

Por fim, deve-se registrar o meritório trabalho realizado em apoio ao exportador. Em 2006, o DECOM atendeu dezesseis empresas e seis associações de

classe atingidas por investigações feitas por autoridades estrangeiras contra a exportação de produtos brasileiros. Desenvolvidas junto à África do Sul, Argentina, Canadá e Coréia do Sul, as ações apoiaram nossos produtores de polímeros, armários de madeira, folhas de serra manual de aço, copos, taças e jarras de vinho, transformadores trifásicos, vergalhões de cobre e óleo de soja.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é fácil constatar, a partir das informações que acabei de transmitir, que o Departamento de Defesa Comercial está atento aos interesses de nosso País. Qualquer que seja o produto – de óculos de sol a aço inox –, qualquer que seja o país – dos vizinhos do Mercosul ao distante Japão, dos poderosos Estados Unidos à emergente República Popular da China –, quaisquer, enfim, que sejam as condições apresentadas, as empresas brasileiras sabem que podem contar com o DECOM.

Por esse motivo, quero transmitir, daqui, meus cumprimentos ao Departamento de Defesa Comercial e, especialmente, a seu Diretor, Fernando de Magalhães Furlan. Aproveito para cumprimentar, também, o Ministro Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pelo belo trabalho que vem realizando.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.*

Parecer sob nº 99, de 2008, do Relator revisor: Senador Tião Viana, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária, e no mérito pela aprovação.
(Sobrestando a pauta a partir de: 12.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 8.3.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).*

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles
(Sobrestando a pauta a partir de: 18.11.2007)
Prazo final (prorrogado): 14.3.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 23.11.2007)
Prazo final (prorrogado): 19.3.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que *institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)*

Relator revisor: Senador Renato Casagrande

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 21.3.2008

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal*,

reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para re-*

duzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem),

que *altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

18

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova*

no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que car-*

tórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os*

dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

39**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

40**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

41**PARECER Nº 106, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

42**REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque;

de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

43**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

44**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

45**REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

46**REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

47**REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação con-*

junta dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara n^o 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado n^{os} 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 35 minutos)

**Agenda do Presidente do Senado Federal
Senador Garibaldi Alves Filho
5-3-2008 – quarta-feira**

• 10:05 Visita do Senador José Nery, acompanhado dos:

Senadores Eduardo Suplicy (PT – SP), Geraldo Mesquita (PMDB – AC), Paulo Paim (PT – RS) e Deputados Paulo Rocha (PT – PA) e Flávio Dino (PCdoB)

Assunto: Apoio ao Ato Nacional da Aprovação da PEC n^o 438

Gabinete do Presidente do Senado Federal

• 10:30 Visita do Senador Neuto de Conto e Diretoria da UVESC-União dos Vereadores de SC

Gabinete do Presidente do Senado Federal

• 11:00 Visita do Presidente do Sindilegis, Magno Antônio Correia de Mello

Gabinete do Presidente do Senado Federal

• 11:30 Visita do Vice-Presidente do Jornal do Brasil, Pedro Grossi Júnior

Gabinete do Presidente do Senado Federal

• 15:00 Reunião de Líderes do Senado Federal

Gabinete do Presidente do Senado Federal

• 16:00 Ordem do Dia – Sessão Deliberativa do Senado Federal

Plenário do Senado Federal

• 18:00 Visita da Assoc. Nacional dos Servidores da Secretaria da Receita Previdenciária

Diretor Tércio Leocádio da Silva/RN

Gabinete do Presidente do Senado Federal

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatro do mês de março de dois mil e oito, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Fe-

deral, da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial n^o 12, de 2007, aposto ao PLV n^o 4/2007 (MPV n^o 335/06, na origem), que “Dá nova redação a dispositivos das Leis n^{os} 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis n^{os} 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987: prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências”, sem a presença de membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10176), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 4 de março de 2008. – **Sérgio da Fonseca Braga**, Diretor.

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatro do mês de março de dois mil e oito, terça-feira, às quinze horas, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial n^o 13, de 2007, aposto ao PLV n^o 12/07 (MPV n^o 340/06, na Origem), que “Efetua alterações na tabela do Imposto de Renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis n^{os} 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.367, de 30 de dezembro de 1991, 9.432 de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis n^{os} 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei n^o 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências”, sem a presença de membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 4 de março de 2008. – **Sérgio da Fonseca Braga**, Diretor.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA
DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatro do mês de março de dois mil e oito, terça-feira, às quinze horas e trinta minutos, na sala número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 14, de 2007, aposto ao PLV nº 5/07 (MPV nº 353/07, na origem), que “Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências”, sem a presença de membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 4 de março de 2008. – **Sérgio da Fonseca Braga**, Diretor.

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatro do mês de março de dois mil e oito, terça-feira, às dezesseis horas, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar sobre o Veto Parcial nº 15, de 2007, aposto ao PLV nº 11, de 2007 (MPV nº 352/2007, na origem), que “Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005”, sem a presença de membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 4 de março de 2008. – **Sérgio da Fonseca Braga**, Diretor.

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatro do mês de março de dois mil e oito, terça-feira, às dezesseis horas e trinta minutos, na sala número nove, da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 17, de 2007, aposto ao PLV 13/07 (MPV nº 351/07, na origem), que “Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências”, sem a presença de membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 4 de março de 2008. – **Sérgio da Fonseca Braga**, Diretor.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eпитácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais* (S)
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Álvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na Sessão Deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	

PTB (6)	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Patrícia Saboya (PDT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (5)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (4)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB (6)	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. VAGO (5)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (4)	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO (3)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
VAGO (6)	3. VAGO (5)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. VAGO (9)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
VAGO (10)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (11)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO (1)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Shlessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO (5)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (6)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (7)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eliseu Resende (DEM)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. João Ribeiro (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

VAGO

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre temas diversos da legislação brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 238 PÁGINAS